

Salvador Agostinho Sumbane

H11

História 11.ª Classe



Texto Editores





Salvador Sumbane

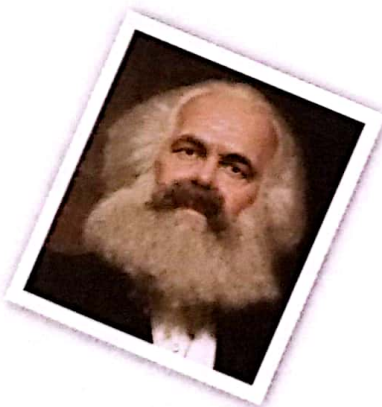
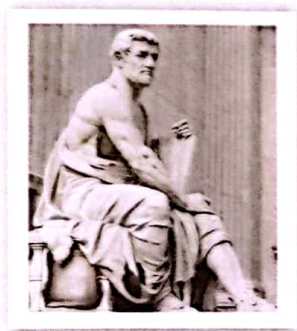
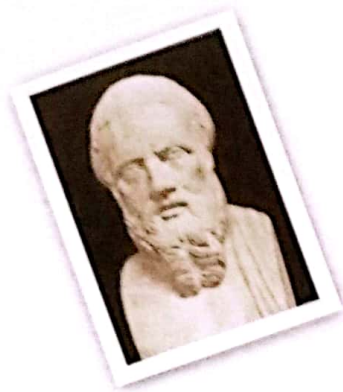


História 11.ª Classe


Texto Editores



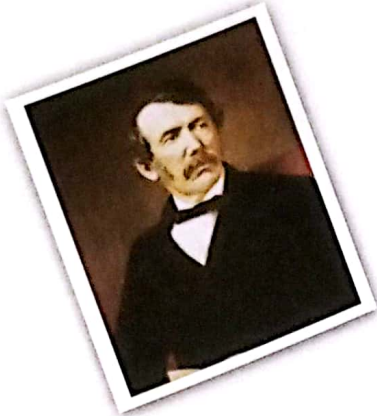
Unidade 1: Introdução à História



Conceito de História	8
Historiografia	9
O surgimento da História	9
Exercício de aplicação	10
A historiografia judaica	11
Exercícios de aplicação	11
A historiografia grega	12
Heródoto, o «pai da História»	12
A historiografia romana	13
Exercícios de aplicação	14
A historiografia cristã antiga	15
A concepção cristã da História	15
A historiografia cristã medieval	16
Exercícios de aplicação	18
A historiografia do século XIV	18
A historiografia nos séculos XV-XVI	19
A evolução da historiografia	19
Os séculos XVII-XVIII	21
O Iluminismo	21
A historiografia racionalista	22
Exercícios de aplicação	23
A historiografia dos séculos XIX e XX	23
A historiografia do século XIX	23
O surgimento das ideias científicas na segunda metade	
do século XIX	24
O Positivismo	24
O Historicismo	26
O Materialismo Histórico	26
Exercícios de aplicação	27
A evolução da História no século XX	28
A crise da História no início do século XX	28
A escola dos <i>Annales</i> 1929-1946	29
As novas propostas	30
A História estrutural de Braudel	31
As novas propostas a partir da década de 1970	32
Exercícios de aplicação	32
A evolução da historiografia africana	32
Das origens até ao século XV	33
Do século XV a século XVIII	33
Do século XVIII ao princípios do século XX	34
A nova história africana	34
Problemas da historiografia africana	35
Tarefas da História africana	36
Métodos da historiografia africana	36
Exercícios de aplicação	37
Noções sobre metodologia da História	37
As fontes históricas	37
Os tipos de fontes	38
Facto e tempo histórico	39
Os métodos em História	41
A História entre as ciências	43
Noções sobre epistemologia da História	43
Exercícios de aplicação	46
Resumindo	47
Exercícios de consolidação	48

Unidade 2: A Invasão, Partilha e Ocupação Efectiva de África

A invasão do Continente Africano.....	52
África diante do desafio colonial.....	52
O comércio triangular.....	53
O tráfico de escravos.....	54
Exercícios de aplicação.....	57
As viagens exploratórias.....	58
Exercícios de aplicação.....	60
A corrida imperialista e a partilha de África.....	60
A Conferência de Berlim.....	62
As decisões da Conferência de Berlim.....	62
Lendo mais.....	63
Exercícios de aplicação.....	64
A partilha e conquista de África.....	64
Os tratados.....	64
Dos tratados à conquista militar.....	66
O mapa político de África após a conquista e ocupação.....	69
Teorias sobre a partilha de África.....	70
Exercício de aplicação.....	72
A resistência africana.....	73
Exercício de aplicação.....	73
Generalização da resistência.....	74
A ideologia da resistência.....	75
O papel das ideias religiosas.....	76
Consequência e relevância da resistência africana.....	77
Alguns exemplos de resistência em África.....	78
Exercício de aplicação.....	87
Exercícios de consolidação.....	88



Unidade 3: África no Período Colonial

O período colonial.....	92
Generalidades.....	92
As formas de dominação colonial.....	92
Os tipos de colónias.....	93
As estruturas coloniais.....	95
Os objectivos da colonização.....	95
As estruturas políticas.....	98
Os territórios franceses.....	98
Os territórios britânicos.....	101
Exercícios de aplicação.....	103
A economia colonial.....	104
O papel das companhias.....	107
A economia nas possessões francesas.....	108
A economia nos territórios ingleses.....	109
Exercícios de aplicação.....	110
Impacto e significado do colonialismo em África.....	110
Algumas consequências positivas da dominação colonial.....	111
Algumas consequências negativas da dominação colonial.....	112
O significado do colonialismo em África.....	115



Exercícios de aplicação	115
Exercícios de consolidação.....	116

Unidade 4: Movimentos de Libertação Nacional e as Independências em África



O nacionalismo africano	120
Noção	120
Nacionalismo	120
As causas do nacionalismo africano.....	121
Exercícios de aplicação	123
Os grupos motores	124
As potências europeias diante do movimento nacionalista	128
Exercícios de aplicação	129
Os países africanos rumo à independência	130
Exercícios de aplicação	132
O caminho para a independência nos territórios franceses.....	133
A «lei-quadro» de 1956 e a viragem	134
Exercícios de aplicação	135
Os territórios belgas	136
A actividade política dos nacionalistas	137
O papel de Patrice Lumumba	138
A crise do período pós-independência e a separação do Catanga	139
Exercícios de aplicação	140
A independência na África Central britânica	141
Os caminhos rumo à independência	142
A luta de libertação na Rodésia do Sul	144
Exercícios de aplicação	147
A descolonização de África (cronologia)	147
Notas sobre o Nacionalismo Moçambicano.....	150
Exercícios de consolidação.....	154

Unidade 5: Problemas Africanos de Hoje 1960 aos nossos dias



África independente	158
Da OUA à UA (1960-2000).....	159
Principais zonas de tensão em África	161
Rumo à União Africana.....	165
A União Africana	167
Integração económica de África: SADCC e SADC.....	168
Da SADCC à SADC.....	170
Países membros da SADC e suas funções	170
Objectivos da SADC	171
Síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA)	172
Exercícios de consolidação.....	174
Anexo	176
Testes.....	177
Soluções	183
Glossário.....	189
Bibliografia	192



COMPETÊNCIAS

O aluno deve ser capaz de:

- Elaborar tabelas comparativas da evolução do pensamento histórico.
- Usar correctamente o vocabulário histórico para expressar as suas ideias.
- Avaliar a importância das fontes históricas na reconstituição da História.
- Analisar fontes de natureza diversa, distinguindo informação implícita e explícita, assim como os respectivos limites para o conhecimento do passado.

UNIDADE

1

CONTEÚDOS

Historiografia

O conceito de «História» e a evolução historiográfica até ao século XIX

- Historiografia Antiga
- Historiografia Medieval
- Historiografia do Renascimento
- Historiografia Racionalista

A Historiografia do século XIX e XX

- A escola dos *Annales*
- A História Estrutural

A Historiografia Africana: as principais correntes

Noções sobre Metodologia e Epistemologia da História

- Noções sobre Metodologia
- Objecto da História

Fontes da História

Os métodos da História

- A Análise e as suas operações (Heurística, Crítica e Hermenêutica)
- A síntese
- A Metadisciplinaridade ou Interdisciplinaridade
 - Noções sobre Epistemologia da História
- As relações entre o sujeito e o objecto do conhecimento da História
 - A Relatividade do conhecimento Histórico



Conceito de História

O que é a História? Esta é uma pergunta que qualquer estudante ou estudioso de História coloca a si. Apesar de ser uma pergunta tão comum de encontrar, a resposta à mesma não é linear. Passando de uma época a outra, entre historiadores de escolas diferentes, ou até numa mesma época com autores de uma mesma tendência historiográfica, encontramos as mais diversas definições.

Vejamos algumas definições de História, enunciadas por alguns dos autores mais conceituados do século XX.

«Social por definição, a História é o estudo feito cientificamente das diversas actividades e criações dos Homens de outros tempos, considerados numa época determinada e dentro do quadro de sociedades extremamente variadas, (...)» Lucien Febvre, *Combates pela História*.

«A História é a ciência dos Homens no tempo.» Marc Bloch

Podíamos, certamente, prosseguir com a lista; encontraríamos mais e mais definições, todas elas diferentes mas... com algo em comum.

De facto, na definição de História vem sempre ao de cima a complexidade do conceito e da realidade histórica; porém, nenhuma definição reflectirá a História se não fizer referência ao Homem (ou, melhor aos homens), ao tempo e, também, ao espaço.

Portanto, sem pretendermos apresentar um enunciado inabalável de definição de História, importa notar que é possível definir História das mais variadas maneiras; porém, qualquer definição que se pretenda correcta deverá induzir à percepção de que se trata de uma ciência que se ocupa do estudo do Homem (dos seres humanos) no tempo e (também) no espaço.

Ora bem, esta percepção, científica, é a que hoje domina, em geral, o pensamento histórico, mas nem tão-pouco corresponde à única visão que se teve da História desde que ela surgiu.

Desde que o Homem surgiu manifestou sempre preocupação em conhecer-se a si próprio, em conhecer o seu passado, nas suas diversas vertentes. Desta premissa resultaram tentativas para alcançar esse objectivo. Esse esforço foi sendo feito, desde os tempos mais remotos, de acordo com as condições específicas de cada época, que determinam o tipo de meios disponíveis, os conhecimentos científico-técnicos existentes, as influências ideológicas, etc.

A busca de informações sobre o passado dos seres humanos não teve sempre carácter científico. A História, como ciência na acepção actual do termo, só surgiria no século XIX, após um longo período de aperfeiçoamento a nível das suas técnicas e meios de trabalho, das metodologias, acompanhando o desenvolvimento da própria sociedade.

Portanto, a cada etapa de desenvolvimento da sociedade correspondeu uma forma própria de encarar e fazer História, ou seja, um tipo próprio de historiografia. Aliás, isto é evidente, pois a maneira de pensar do Homem na Antiguidade é diferente da forma de pensar no século XXI; também a ideia de História que se tinha na Idade Média é diferente daquela que existia no século XX. É o mesmo que dizer que a História tem a sua história.

Tempo e Espaço são as dimensões essenciais da História.

Objecto de estudo de uma ciência é aquilo com que se ocupa essa ciência. Qualquer ciência tem um objecto de estudo.

Historiografia

A historiografia pode ser definida como o **conjunto de obras concernentes a um assunto histórico**, produzidas numa determinada época e/ou num determinado local.

Quando se diz historiografia moçambicana, refere-se às obras escritas sobre a História de Moçambique, tanto por autores nacionais como estrangeiros.

A historiografia envolve tudo quanto foi escrito para proporcionar informações sobre o passado humano, como seus testemunhos. Integram esta literatura os relatos autobiográficos e memorialistas (da sociedade como um todo e não pessoais), a História oral (desde as tradições históricas transmitidas oralmente, até ao registo escrito ou gravado de depoimentos orais de autores ou testemunhas de acontecimentos históricos).

No sentido mais amplo, inclui também trabalhos de metodologia, a publicação de documentos, o ensino da História e a apreciação de obras literárias de teor histórico.

O surgimento da História

Durante vários milénios de existência humana, o passado foi sendo transmitido de geração em geração por via da oralidade e da experiência.

O registo do passado dos seres humanos começou por volta do IV milénio a.n.e., quando surgiu a escrita.

O aparecimento da escrita permitiu aos sacerdotes dessas antigas culturas fixar por escrito o passado religioso, até aí conservado e transmitido por via oral. Igualmente, começaram a ser registadas as memórias dos antigos heroísmos guerreiros (a tradição épica).

Neste processo foram produzidas as primeiras formas de literatura histórica que se conhecem, as **cosmogonias** e **mitografias**.

«A História (=inquérito) nasceu do mito como a filosofia e a ciência».

Com estas produções deu-se um importante passo na conservação das antigas produções cosmogónicas e épicas, reduzindo-se o perigo de esquecimento ou deturpação.

As cosmogonias

As cosmogonias são os registos das primeiras tentativas, pré-científicas, de explicação do universo. Essa explicação inclui tanto elementos naturais como sobrenaturais.



Documento

Uma Cosmogonia

- «1. Ao princípio era o mar primordial (...)
2. Este mar primordial produziu a montanha cósmica, composta do céu e da Terra ainda unidos.
3. Personificados e concebidos como deuses de forma humana, o céu, ou seja, o deus An, desempenhou o papel de macho, e a Terra, isto é, Ki, o de fêmea. Da sua união nasceu o deus do ar, Enlil. →

4. Enlil, o deus do ar, separou o céu da Terra e, enquanto o seu pai, An, levava o céu, Enlil levava a Terra, sua mãe. A união de Enlil e a sua mãe, a Terra, foi a origem do universo organizado – a criação do Homem, dos animais e das plantas e o estabelecimento da civilização.»

Samuel Noah Kramer, *A História Começa na Suméria*



Exercício de aplicação

Retire do texto os aspectos que mostram que este texto é uma cosmogonia.

As mitografias

Por mitografia entende-se a narração de factos com recurso a seres sobrenaturais.



Documento

O Mito de Osíris

O deus Osíris era um grande rei, que sucedera ao seu pai, Geb (a Terra); de parceria com a sua mulher, a deusa-mágica Ísis, ensinou aos Homens a agricultura, inventou o pão, o vinho e a cerveja (elementos essenciais da alimentação do povo Egípcio) revelou-lhes a metalurgia. Mas o seu irmão Tifão ou Sete mata-o: afoga-o no Nilo, corta-o em pedaços, que espalha pelos canaviais. Então Ísis procura-o, recolhe-o e reúne os membros separados, refaz o corpo (como múmia) e, usando da sua ciência mágica, ressuscita Osíris, que viverá agora eternamente, mas no céu. Vingando-o, o seu filho, o deus Hórus, combate e vence Sete, e sucede ao seu pai no trono do Egipto. Dele recebe em herança este reino dos reis humanos – os Faraós –, que assim têm carácter divino.

Freitas, Gustavo de, *900 textos e documentos de História. Antiguidade e Idade Média.*

A produção das mitografias e cosmogonias não resultou da intenção de fazer História, mas sim da tentativa de explicar problemas com que a comunidade se debatia no dia-a-dia, tais como a sua origem, o destino para que caminhava, o seu próprio presente, etc.

O objectivo principal da produção desta literatura era narrar os acontecimentos, com vista a transmitir para a posteridade e exaltar os nomes dos reis e dos homens importantes e suas façanhas épicas.

Em jeito de síntese, podemos caracterizar a historiografia oriental nos seguintes termos:

- Está associada a uma História mítica e teocrática, pois, sustentava-se em mitos e cosmologias.
- O seu objecto de estudo eram os deuses e os homens importantes, considerados únicos responsáveis pela evolução da sociedade.
- Não tinha investigação ou explicação causal e não se preocupava com a verdade ou com a objectividade.

Apesar de não ser uma verdadeira ciência, a produção deste tipo de literatura foi importante para o conhecimento da História do Oriente Antigo, pois nela surgiram informações úteis sobre a História daquela região, tais como, listas de dinastias ou de reis, listas dos sacerdotes, inscrições comemorativas e biografias de homens importantes, etc.

A historiografia judaica

Um dos exemplos da historiografia oriental antiga é-nos dado pela historiografia judaica. A historiografia judaica antiga baseia-se no Velho Testamento, a primeira parte da Bíblia Sagrada. A Bíblia é composta por vários livros, de diversos géneros literários, aglutinando, portanto, quase toda a produção literária judaica da época. Como tal, a Bíblia constitui literatura nacional do povo judeu e, portanto, uma importante fonte de informação da história judaica e dos povos com quem os judeus estavam em contacto.

Tendo sido escrita e conservada pelos sacerdotes, a Bíblia constitui para os judeus um instrumento de unidade, que era posto em causa pelo contacto com os outros povos.

Existiam duas formas de poder entre os judeus: o poder espiritual, dos sacerdotes, e o poder temporal, dos reis, sempre em aliança, em rivalidade ou em luta.

O desentendimento entre os dois poderes resultava do facto de os sacerdotes pretenderem a unidade do povo judaico, recusando, por isso, o contacto com outros povos, enquanto os reis davam prioridade ao alargamento do território integrando as populações vencidas, o que significava a junção dos deuses dos vencidos com os dos judeus.

A Bíblia funcionou, portanto, como instrumento dos objectivos da classe sacerdotal, em especial a defesa da tradição judaica e o ataque a tudo o que lhe fosse estranho.

Tendo como base a Bíblia, a historiografia judaica teve como principal característica a incapacidade de aceder a uma concepção universalista do Homem, ou seja, a limitação do homem ao homem judeu.

Assim, para os judeus, a História da humanidade confundia-se com a História judaica contada na Bíblia. Os outros povos apenas eram referenciados na medida em que tivessem algum relacionamento com os judeus.

Como livro sagrado dos cristãos, a Bíblia teve credibilidade quase universal constituindo, até ao século XIX, a única fonte da História dos judeus e dos povos do Médio Oriente, com quem estiveram em contacto.

Só no século XIX, com a decifração dos escritos egípcios e suméricos surgiu uma alternativa para as fontes da História judaica. A Bíblia passaria a ocupar um lugar secundário como fonte histórica.



Exercícios de aplicação

1. Diferencie mitografia de cosmogonia?
2. Explique em que reside a importância das mitografias e cosmografias para a História.
3. Explique porque se considera que a principal característica da Historiografia judaica é a sua incapacidade de aceder a uma concepção universal da História?



A historiografia grega

O Mito das Cinco Idades

De ouro foi a primeira raça dos homens dotados de voz que os imortais criaram, eles que são habitantes do Olimpo (...) para eles tudo era perfeito: o solo fértil oferecia-lhes, por si, frutos numerosos e abundantes; e eles contentes e tranquilos viviam da terra, no meio de bens inúmeros. A segunda raça a vir, a de prata, bem pior que a anterior, fizeram-na os deuses que habitam no Olimpo. (...)

Zeus-pai modelou ainda uma terceira raça de homens dotados de fala; a de bronze (...)

Depois que a terra encobriu esta raça, Zeus Crónida modelou ainda a quarta (...)

Agora é a raça de ferro. Nem cessam de dia, de ter trabalhos e aflições, nem, de noite, de serem consumidos pelos duros cuidados que lhes oferecem os deuses. No entanto, algum bem será misturado aos seus males, Zeus aniquilará também esta raça de homens dotados de voz.

Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias*.

Na Grécia também existiu uma abordagem mítica e teocrática da História. Dos vários mitos, destacou-se o Mito das Cinco Idades, que considerava que a humanidade tinha passado por cinco etapas de evolução, nomeadamente, a idade do ouro, da prata, do bronze, dos heróis e do ferro. De entre estas, a etapa do ouro era a melhor porque não havia preocupações, sofrimento, velhice, etc., enquanto a última, a do ferro, era a pior.

Entretanto, e de acordo com o conceito de ciência, não podemos dizer que, nesta altura existia ciência histórica.

A cientificação da História só teria início na Grécia Clássica. É o que nos leva a falar do surgimento da História na Grécia.

No século V a.n.e. a Grécia era uma sociedade democrática, fruto de cerca de três séculos de reformas, iniciadas por Drácon, que vivera dois séculos antes.

Na democracia ateniense, o poder era exercido por uma assembleia – Bulé – que exprimia directamente, não através de deputados, a vontade nacional. Decidia sobre a guerra ou a paz, as finanças, votava leis e decretos, julgava certos crimes, etc. Cada pessoa podia tomar a palavra, propor uma decisão ou emenda. Os magistrados eram simples servidores do povo. A justiça estava, igualmente, nas mãos do povo. Já não era preciso ser de origem nobre para se ocupar de questões importantes da vida do país. O importante era agora a competência e a capacidade individual.

A abertura da vida nacional a todos os cidadãos levou a Grécia a destacar-se em vários domínios da vida e do pensamento. A evolução do pensamento grego da época reflectiu-se no desenvolvimento de várias ciências, incluindo a História.

Heródoto, o «pai da História»

O surgimento e desenvolvimento da História, na Grécia, deve-se, em grande parte, ao papel de Heródoto (484-424), o «pai da História», o primeiro a adoptar uma atitude científica em relação à História.

Heródoto tentou escrever uma História mais universal, pois para além de escrever sobre os gregos, falava, também, dos bárbaros. Era a passagem da historiografia genticista à historiografia ecuménica (universal).

Outra inovação trazida por Heródoto foi a explicação da razão dos factos que descrevia.

Finalmente, Heródoto escreveu, sempre, com base em testemunhos fidedignos, ou seja, dignos de crédito. Assim, ele preferiu utilizar a tradição oral, mas sempre aquela prestada por protagonistas ou testemunhas dos acontecimentos, bem como o seu testemunho.

Além de Heródoto, o início da cientificação da História deveu-se também a Tucídides, a quem se atribui o início do questionamento das fontes, visando apurar a sua veracidade e credibilidade.

Outros historiadores gregos foram Xenofonte, Plutarco, Éforo, etc.

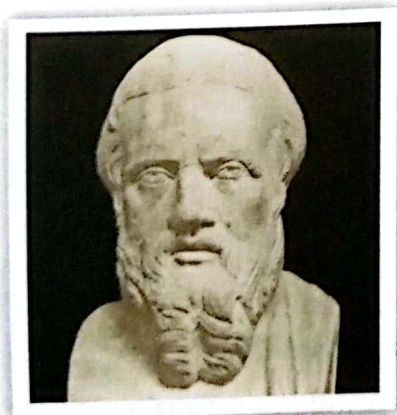


Fig. 1 Heródoto

Graças a Heródoto e Tucídides, a História começou a caminhar para a sua cientificação, adoptando um objecto de estudo, uma metodologia própria e um objectivo bem definido; senão, vejamos:

- Estuda-se o passado e o presente dos seres humanos ou, como vulgarmente se diz, do Homem.
- Alarga-se a noção de fonte histórica que, para além da tradição oral, passa a considerar os testemunhos oculares.
- Cria-se uma metodologia que envolve a recolha de dados através da observação e da informação, a reflexão, a análise crítica e a comparação das fontes e, finalmente, a síntese.
- A sua finalidade é sobretudo a verdade histórica, pelo que defende objectividade e neutralidade na análise.

Portanto, na Grécia Clássica temos uma História *humanista* (o seu objecto de estudo é o Homem), *científica* (inicia-se neste caminho), *auto-reveladora* (procura a projecção do presente no futuro, ensinar aos indivíduos o seu passado e a relação entre o passado e o presente, para revelar o sentido da acção humana) e *pragmática* (porque tenta tirar do ocorrido uma lição útil para o futuro).

Embora demonstrando notáveis progressos, a historiografia grega revelava ainda algumas insuficiências.

Os historiadores gregos viram-se confrontados com a contradição entre o ideal da História Universal, baseada em fontes fidedignas (que defendiam) e a incapacidade de falar de regiões relativamente afastadas, devido à escassez de fontes. Deste modo, sentiram-se obrigados a fazer uma História regional e não a universal que defendiam.

Por outro lado, as fontes orais e as testemunhas oculares não permitem abarcar períodos relativamente longos, sendo difícil manter a fidelidade aos eventos originais; numa História que buscava de facto a verdade, percebe-se que ficassem também a este nível limitados.

A História grega é limitada no tempo e no espaço.

A historiografia romana

O estudo da historiografia romana remete-nos, antes de mais, para um breve relance sobre a formação do Império Romano, fase de maior desenvolvimento político, económico e social da Roma Antiga. A formação do Império Romano resultou da conquista romana de vários estados, na Europa, Ásia e Norte de África.

A constituição do império conduziu a uma miscelânea de povos, costumes, formas de vida, etc., num só Estado, que adquiriu a designação de Império Romano. Deste modo, o desenvolvimento social de Roma foi bastante influenciado pelas civilizações, com as quais os romanos estiveram em contacto.

No que se refere à História, os romanos recorreram à língua e às metodologias dos gregos, que tinham avançado neste campo do saber.

Os romanos não se limitaram a copiar mecanicamente a História grega, procuraram fazer uma História própria, tipicamente romana. Deste processo resultou, pois, uma historiografia romana que, apresentando alguns traços comuns à grega, tem as suas particularidades.

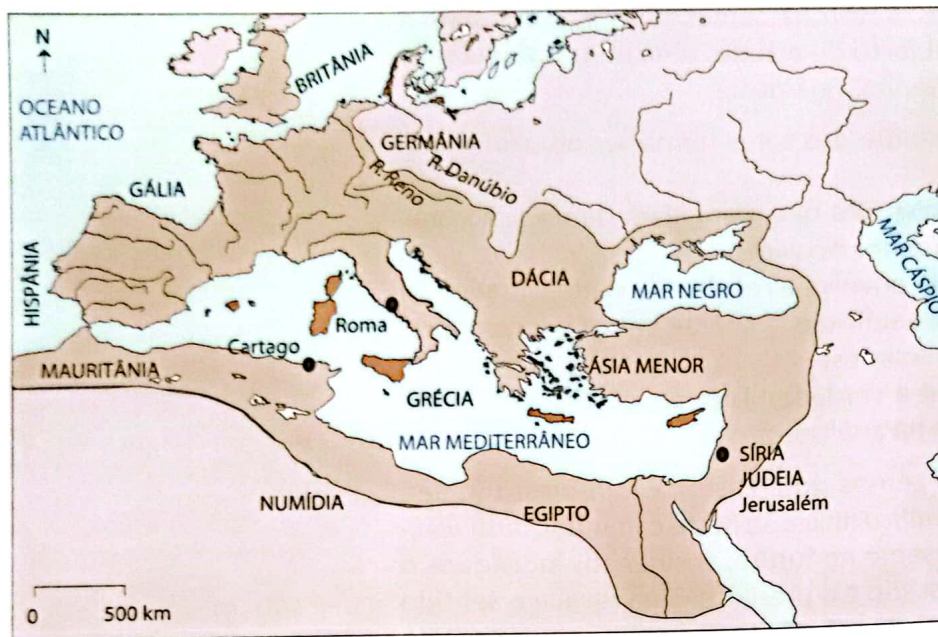


Fig. 2 Império Romano no séc I n.e.

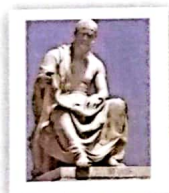


Fig. 3 Políbio

Geógrafo e historiador grego, famoso pela sua obra *Histórias*, que se debruçava sobre a história do mundo Mediterrâneo no período de 220 a.C. a 146 a.C. É-lhe também atribuída a invenção de um sistema criptográfico de transliteração de letras em números.

lado, é uma História pragmática. O carácter nacional da História romana explica a predominância dos anais (anotações dos principais acontecimentos políticos) nos escritos que lhe dão corpo.

Os principais historiadores romanos

Políbio (203 a.C.-120 a.C.): grego, que viveu como prisioneiro em Roma, onde produziu toda a sua obra histórica, levou a Roma as tendências racionalistas da historiografia grega. A principal contribuição de Políbio foi a aplicação do modelo de ciclo à História, conduzindo à concepção de que a História é o conhecimento do geral, daquilo que se repete, que obedece a leis e, por isso, é susceptível de previsão.

Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.): intelectual ao serviço da política imperial, tinha como principal preocupação elevar bem alto o imperador e o império romanos, não hesitando em sacrificar a verdade para alcançar esse seu ideal de História. Foi um típico historiador romano.

Tácito (55 d.C.-120 d.C.): político e homem das letras, autor de uma vasta obra histórica, por vezes confundia a História com a literatura. O seu maior defeito foi ter feito uma comparação parcial dos romanos com os bárbaros, ao apresentar uns como tendo costumes mais puros e outros como sendo mais corruptos.

Outros autores romanos foram: Flávio Josefo, Salústio, Plutarco, Suetónio, etc.



Fig. 4 Tito Lívio



Fig. 5 Tácito



Exercícios de aplicação

1. Explique o papel de Heródoto no seguimento da História.
2. Heródoto é considerado o «Pai da História».
 - Explique a validade desta ideia, tendo em conta que já antes de Heródoto foram produzidas as primeiras formas de literatura histórica.
3. Indique os aspectos comuns da Historiografia Romana e da Grega.

4. Apresente as particularidades da Historiografia Romana.

5. Faça corresponder os aspectos historiográficos da coluna **A** ao seu equivalente em **B**.

A	B
A. Gentilismo	1. Consistiu num particularismo exclusivista na elaboração da História.
B. Judeus	2. Produção de uma História da humanidade embora pecando, sobretudo, pelo seu carácter gentílico.
C. Gregos	3. Visão Universalista da História da Humanidade, ultrapassando as barreiras do gentilismo.
D. Políbio	4. Preocupou-se bastante pelas causas dos acontecimentos, a busca da verdade recorrendo a testemunhos fidedignos.
E. Heródoto	5. Início de uma história da humanidade com grandes avanços de cientificação mas limitada no espaço e no tempo.
F. Ecumenismo	6. Introduziu o modelo cíclico na História.

A historiografia cristã antiga

O cristianismo surgiu na Palestina no momento da conquista daquele território pelos romanos. Da Palestina, o cristianismo propagou-se para as restantes partes do mundo, o que foi facilitado pelo facto de transportar uma mensagem social e ecuménica condenando a escravatura.

Inicialmente, visto pelas classes dominantes como uma ameaça ao seu poder, o cristianismo foi alvo de perseguições; porém, registou uma evolução contínua e, em 391, foi elevado a religião oficial do Estado.

Um dos seus pensamentos mais conhecidos: «Todas as coisas que hoje consideramos antiquíssimas foram novas um dia.» Essa advertência de Tácito ilustra bem as nossas dificuldades com o passado. Graças a Tácito, muitas vidas ilustres se tornaram conhecidas.

A concepção cristã da História

Segundo o cristianismo, a História é um combate constante entre Lúcifer (o *mal*) e Deus (o *bem*) e tem uma trajectória, irreversível, que começa com o pecado original, passa pela redenção e termina com o juízo final.

A ideia principal é que, devido ao pecado original, o Homem espalhou sobre a Terra o pecado e Cristo veio ao mundo para restabelecer a ordem e fazer triunfar a Igreja, numa luta que terminará com o juízo final. Deste modo, a Terra é apenas um lugar transitório para expiação e redenção do pecado e o Homem em vida tem, pois, a oportunidade de se preparar para o juízo final.

As fontes da História cristã

Para o estudo da historiografia cristã recorria-se tanto às fontes doutrinárias como às históricas. Muitos documentos históricos foram destruídos alegadamente por serem apócrifos (documentos face aos quais não se conseguiu apurar a autenticidade).

Contudo, este procedimento suscita algumas interrogações, senão vejamos:

Será possível sustentar, sem os referidos documentos tomados como falsos, que em algum momento houve deturpação de informação? Poderemos algum dia ter a noção clara da dimensão (ou mesmo dos autores) de certas falsidades se não tivermos os documentos que testemunham as falsidades?

Ora bem, poderíamos levantar várias outras questões, mas estas já nos permitem afirmar que, no interesse da verdade histórica, nada aconselha à destruição de uma fonte histórica, qualquer que seja. Em História, as fraudes são, também, matéria de estudo, pois permitem-nos compreender tudo quanto esteve em redor da produção de tais documentos falsos, independentemente dessa falsificação ter sido intencional ou não.

Portanto, a destruição de documentos considerados apócrifos, não se pode entender de outra maneira que não como tentativa de garantir a manutenção de uma unidade doutrinária. Daqui, conclui-se que a História cristã foi elaborada com base em informações previamente seleccionadas e, por isso, construiu uma visão de História humana sob um ponto de vista apologético.



Fig. 6 Eusébio de Cesareia



Fig. 7 Santo Agostinho



Fig. 8 Paulo Orósio

Os historiadores cristãos

Eusébio de Cesareia (265-339): Foi autor de uma crónica composta por uma cronografia e por cânones cronológicos. Enquanto a cronografia resumia a História universal, defendendo a prioridade, no tempo de Moisés e da Bíblia, os cânones eram tábuas cronológicas que mostravam os sincronismos entre a História sagrada e a profana. A cronologia bíblica começa com a data da criação, seguindo-se a do povo judeu até ao nascimento de Cristo, com o qual começava a História cristã.

Santo Agostinho (354-430): teólogo e filósofo, foi o autor do que se poderá considerar a primeira filosofia cristã da História.

Paulo Orósio (c.385-c.420): escreveu Sete Livros de História Contra os Pagãos, onde tenta mostrar que os tempos anteriores a Cristo tinham sido mais duros do que os posteriores, como forma de rejeitar a ideia de que as desgraças que se abatiam sobre a sociedade romana, em especial as invasões dos bárbaros, resultavam do abandono das religiões anteriores a Cristo.

A historiografia cristã medieval

A sociedade medieval

A partir de finais do século V assistiu-se na Europa a uma nova realidade caracterizada por:

- Queda do Império Romano do Ocidente, na sequência da tomada de Roma pelos bárbaros.
- Abandono das cidades e formação de pequenas comunidades rurais baseadas na identidade religiosa.
- Implantação do cristianismo no Ocidente e a afirmação do pensamento cristão como forma de pensamento dominante.

Estas transformações no Império Romano reflectiram-se no surgimento de uma nova concepção historiográfica baseada na concepção cristã do mundo.

Deste modo, a historiografia medieval:

- Considerava que toda a acção humana é movida pelos desígnios de Deus e, como tal, a Sabedoria da História é a Sabedoria Divina.
- Defendia que acima da vontade dos Homens está a vontade de Deus e o seu desígnio sobre o Mundo, ou seja, a Providência.
- Colocava como objectivo da História, antes de mais, o cumprir desses desígnios por todos os povos.
- Afirmava-se como uma História universalista, começando em Adão e terminando na época do Historiador, repetitiva e cíclica, apologética e apocalíptica (prevê o fim do mundo).

Além das fontes referidas na historiografia cristã antiga, também constituem literatura histórica medieval as hagiografias, as histórias, actas de sínodos e concílios, bulas e outros diplomas de origem papal, as obras de clérigos seculares, os manuais dos confessores, entre outras de carácter eclesiástico.

Para a reconstituição da História medieval existem também os documentos oficiais, como os diplomas régios, bem como fontes provenientes da cultura popular, do folclore das diversas regiões.

A nível metodológico, a interpretação dos dogmas divinos sobrepunha-se à investigação das razões humanas. Os aspectos morais sobrepunham-se aos vividos, na explicação dos fenómenos.

Os géneros predominantes eram os anais e os cronicões. Os anais são narrativas de factos político-militares, divididos em períodos de um ano, relatando, secamente, os factos, enquanto os cronicões tomam por unidade de tempo períodos relativamente longos.

A historiografia cristã foi alvo de duras críticas, sobretudo nas épocas do Renascimento e do Iluminismo, quando o Homem voltou a ser colocado no centro da análise dos historiadores.

A título de exemplo, refira-se a afirmação de Charles-Victor Langlois, que caracterizou a Idade Média como «*uma longa noite durante a qual a História retornou à infância*».

Esta era uma clara indicação de que durante a Idade Média a História esteve autenticamente estacionária, sem quaisquer progressos dignos de realce.

Este ponto de vista tem a sua razão de ser. Os progressos registados na época clássica, que antecedeu a medieval, no que se refere ao objecto de estudo, aos métodos e à função da História perderam-se com o advento da História cristã.

Se é verdade que a alegação acima é válida, não é menos verdade que existem outros elementos a considerar antes de afirmar taxativamente que na Idade Média a História regrediu. Senão, vejamos:

- Com os cristãos surgiu a primeira filosofia da História, o que é claramente um passo em frente na evolução da História.
- Também com os cristãos vingou a ideia da universalidade da História, pois consideram um Deus único, criador do céu e da terra e de cuja providência depende a existência humana.

Hagiografia é um tipo de biografia dentro do hagiológico que consiste na descrição da vida de algum santo beato e servos de Deus proclamados por algumas igrejas cristãs sobretudo pela Igreja Católica pela sua vida e pela prática de virtudes heróicas.

A Igreja Católica considera a **Hagiografia** como um ramo da **História da Igreja**. Outras religiões, como o Budismo e o Islamismo mantêm estudos equivalentes acerca de homens e mulheres cujas biografias interessam ao culto ou à crença.



Fig. 9 Charles-Victor Langlois (1863-1929): sábio francês nascido em Rouen, considerado um dos mais importantes historiadores do século XIX e conhecido por seus livros e estudos sobre a França medieval, que muito influenciaram estudantes e professores do seu tempo. Doutorou-se (1887) e leccionou nas faculdades de Douai e tornou-se professor da Sorbonne, em Paris (1909), onde ensinou paleografia, bibliografia e história da Idade Média. Seu principal trabalho são os três volumes de *La vie en France au Moyen Âge, de la fin du XIIe au milieu du XIVe siècle* (1925-1927), que concluiu dois anos antes de morrer, em Paris. Também mereceram destaque *Le Règne de Philippe III le Hardi* (1887) e *Manuel de bibliographie historique* (1904), em dois volumes. Com **Charles Seignobos (1854-1942)**, teve a consciência de que a História fazia-se por meio de documentos e, no século XIX, fundaram o primado dos arquivos no trabalho do historiador.

Burguesia: classe social que surgiu na Idade Média na Europa (séculos XI e XII) que deu origem ao renascimento comercial e urbano. Dedicava-se ao comércio e prestação de serviços.

Os burgueses, assim designados por serem habitantes dos burgos, eram antigos servos que, por falta de alternativas, dedicaram-se ao comércio.

As origens da burguesia remontam da alta Idade Média, quando as cidades começaram a se formar e crescer e os artesãos e comerciantes começaram a emergir como uma força económica. Eles formaram associações e companhias (as guildas) com o objectivo de promover o comércio.

Nos séculos XVII e XVIII, a burguesia apoiou as revoluções burguesas fazendo cair as leis e os privilégios da ordem feudal absolutista, abrindo caminho para a rápida expansão do comércio. Os burgueses defendiam ideias como liberdades pessoais, direitos religiosos e civis, livre comércio e outras.

A historiografia do século XIV

A segunda metade deste século ficou caracterizada por revoltas, umas no campo, opondo os trabalhadores rurais aos proprietários das terras, e outras na cidade, entre os artesãos e os grandes mercadores.

O relançamento do comércio levou à valorização dos mercadores, sobretudo a nível económico. Construíram fábricas, emprestaram dinheiro, comandaram as rotas comerciais terrestres da Europa e Ásia, etc. Também começaram a erguer, em torno das antigas cidades, os burgos de que resultaria a designação «burguesia», projectando algumas cidades à categoria de república (Veneza, Florença, Génova, etc.).

No século XIV, a burguesia era consideravelmente forte a nível social, económico e cultural, mas o poder político continuava nas mãos da nobreza e do clero, detentores dos bens fundiários. Iniciava-se então a luta da burguesia pela tomada do poder político.

Acompanhando a evolução histórica da época, surgiu, a partir de finais do século XIII, um novo tipo de historiografia, designada palaciana, produzida por encomenda dos senhores feudais ou dos príncipes.

Esta era, portanto, uma História que, em geral, estava mais preocupada em apresentar uma imagem positiva sobre a instituição servida pelo cronista do que com a verdade e objectividade dos factos.

A nível metodológico, registaram-se progressos, como o início do inquérito «no terreno», mas ainda predominava a narração sobre a investigação dos factos, e as ideias expostas eram quase sempre favoráveis aos detentores do poder.

No centro da análise dos historiadores estavam os deuses, os senhores e os príncipes.

? Exercícios de aplicação

1. Faça corresponder, através de setas, as colunas **A** e **B** de modo a indicar os historiadores ligados às diferentes escolas historiográficas.

A	B
Historiadores	Escolas historiográfica
Heródoto	Grego
Paulo Orósio	
Flávio Josefo	Cristã
Plutarco	
Eusébio de Cesareia	Romana
Tito Lívio	

2. Explique porque se considera que a Historiografia Cristã é apologística.

3. Caracterize a Historiografia palaciana.

A historiografia nos séculos XV-XVI

Prosseguindo os progressos iniciados na Baixa Idade Média, assistiu-se nos séculos XV e XVI a grandes transformações:

- A nível económico, foi o tempo da expansão europeia, do comércio colonial e do surgimento de novas teorias económicas.
- Politicamente, foi o tempo do surgimento dos regimes absolutistas.
- A emergência das ciências constituía o essencial da tendência de evolução na arena cultural.
- A nível social, registou-se a afirmação progressiva da burguesia, cada vez mais forte economicamente.
- No campo religioso, ocorreu a reforma protestante, um dos acontecimentos mais marcantes da época.

Em síntese, os séculos XV e XVI foram marcados por grandes transformações que levaram a uma verdadeira Revolução Cultural, marcada pelo desejo de mudança – o Renascimento – cujo aspecto mais saliente é a tentativa do Homem de sair da sua menoridade, ou seja, abandonar a convicção de que é incapaz de atingir, por si próprio, a felicidade.

A luta da burguesia pela sua emancipação política e espiritual estava assim a começar, tendo como pano de fundo a rejeição do regime católico – feudal – e a implantação de uma nova ordem mais ajustada ao desenvolvimento da burguesia.

A evolução da historiografia

A evolução dos séculos XV e XVI favoreceu o surgimento de um pensamento humanista, que defendendo o livre arbítrio, o valor da experiência e o desejo de glória individual, conduziu à História humanista, reduzindo o papel de Deus. O Homem ir-se-ia, assim, sentindo cada vez mais o construtor e responsável do processo histórico.

O pensamento humanista deu também lugar à ideia da relatividade das coisas, e a experiência passou a ser o critério de verdade.

Assim, desenvolveu-se uma nova consciência do mundo e da vida, aliada à idealização da Antiguidade, com tentativas de secularização da História.

Nesta altura, escrever História já não era trabalho dos monges, mas sim dos poetas, literatos, diplomatas, que abordavam criticamente o passado nacional ou urbano.

A temática histórica alargou-se, embora os aspectos políticos continuassem com maior expressão.

Para além de mudar o objecto, os humanistas substituíram a crónica medieval pelos anais, destacando-se a biografia como principal forma de exposição histórica.

Além da História humanista, desenvolveu-se também uma História chamada «exemplar», cuja principal preocupação era servir determinada ideologia (normalmente a do poder), podendo até sacrificar a verdade para conseguir tal fim.

O Renascimento do século XII consistiu num conjunto de transformações culturais, políticas, sociais e económicas ocorridas nos povos da Europa ocidental. Nessa época ocorreram eventos de grande repercussão: a renovação da vida urbana, após um longo período de vida rural, girando em torno dos castelos e mosteiros; o movimento das Cruzadas, a restauração do comércio, a emergência de um novo grupo social (os burgueses) e, sobretudo, o renascimento cultural com um forte matiz científico-filosófico, que preparou o caminho para o renascimento italiano, eminentemente literário e artístico.

A nível metodológico, a História renascentista deu início à ordenação metódica das fontes, graças a Flávio Biondo (1392-1463) que começou a reunir e a comparar as fontes com algum sentido crítico, a Calchi, pioneiro no uso de documentos e inscrições, a Lorenzo Valla (1407-1457), o primeiro a defender a crítica filológica das fontes, e a Vincenzo Giustiniani (1516-1582) que introduziu a crítica histórica objectiva submetendo todos os dados da tradição à crítica da sua possibilidade de aplicação prática.

Representantes da História humanista

Nicolau Maquiavel (1469-1527): defendeu uma nova concepção de Estado: o Estado temporal, soberano, independente da Igreja, centralizado e único.

Inspirado na sociedade quatrocentista, na qual a burguesia aspirava à formação de mercados nacionais, política e economicamente integrados por forma a assegurar a livre circulação dos seus produtos, Maquiavel defende que o regime republicano com eleição de dirigentes é o ideal do Estado.

Nas suas obras *Discorsi sopra la prima deca de Tito Lívio* e *Il Principe* Maquiavel adopta já uma atitude científica, procurando explicar os fenómenos sociais que descreve pela intervenção de factores naturais como o clima, a natureza humana, etc.

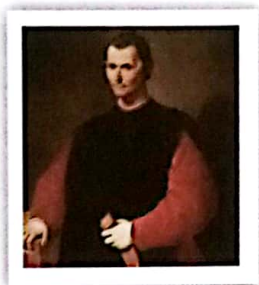


Fig. 10 Nicolau Maquiavel



Fig. 11 Lorenzo Valla



Fig. 12 Francis Bacon



Fig. 13 Jean Bodin

Lorenzo Valla (1407-1457): escreveu *De falso credita et emertita Constantine*, marcando o surgimento de um dos maiores instrumentos de crítica histórica: a filologia humanística (comparação de estilos documentais, erros de tradução, etc.).

Francis Bacon (1561-1626): defendeu a superioridade dos tempos em que viveu, em relação aos antigos, e a ciência experimental sobre as concepções teóricas do passado. Para ele, as ciências devem ser renovadas e colocadas ao serviço do progresso da humanidade através das leis da Natureza.

Jean Bodin (1530-1569): defendeu que a História deve ser uma espécie de tábua da verdade e dos acontecimentos; e que quem a ela se dedica não deve começar pela História de Deus, mas pela dos Homens. Defendia, igualmente, a influência do clima sobre a natureza física e psíquica dos Homens.

Fernão Lopes (1380-1459): escreveu *A crónica de D. João I*, na qual está patente a defesa da independência do historiador perante as autoridades e o sentido da sua responsabilidade perante o povo. Segundo Fernão Lopes, o motor da História é a sociedade no seu conjunto ou, mais propriamente, o povo.

Nalguns casos, principalmente quando os reis tratavam a nação com equidistância entre os burgueses e a nobreza, o historiador, reflectindo em certa medida a ideologia oficial, esforçava-se por analisar os problemas e os homens com isenção e objectividade.

Portanto, uma das maiores conquistas da História do século XV foi a formulação da regra de ouro da História, a de que aquele que escreve História de acontecimentos deve conhecer e encadear os factos, as datas, os projectos e os resultados.

**Exercícios de aplicação**

1. Caracterize a História Renascentista quanto ao objecto de estudo e a metodologia.
2. Explique o papel de Lorenzo Valla na Historiografia Renascentista.

Os séculos XVII-XVIII

A partir de meados do século XVII o ambiente seria ainda de transição do Feudalismo ao Capitalismo, mas a luta entre regimes era agora claramente favorável aos burgueses, embora não na mesma dimensão em todos os países da Europa. A Inglaterra adiantou-se, fazendo emergir o Capitalismo Industrial, enquanto a França se destacava no âmbito da consciência revolucionária, com os antagonismos entre a burguesia e a aristocracia.

O século XVII seria também marcado pela constituição de impérios coloniais pelos holandeses, franceses e ingleses, que já detinham a supremacia nos mares, depois de suplantarem os portugueses e os espanhóis.

Neste período, dar-se-ia também uma grande evolução material, com o aparecimento dos correios e de vias de comunicação organizadas, de arquivos públicos, etc., bem como uma evolução científico-técnica, com a formulação da dúvida metódica, a exaltação do valor da experiência na construção da ciência e a afirmação do método científico.

O Iluminismo

Neste período de ascensão da burguesia, as ideias burguesas iam-se impondo. Emergia, então, um pensamento novo, oposto à ideologia medieval dominante e que pretendia tomar como critério de verdade apenas a razão.

Sob esta visão, o Homem recusava a menoridade e procurava acreditar naquilo que lhe é dado entender, no seu próprio raciocínio. É o Iluminismo baseado na razão esclarecida.

A nível da religião, o Iluminismo implantou o deísmo, teoria em que se afirma a crença na existência de Deus, mas se questiona a revelação, recusando os dogmas. O deísmo defendia que Deus criou o Homem livre e concedeu-lhe autonomia plena dotando-o de razão para poder superar todas as dificuldades, ou seja, já não intervindo na sua vida particular ou comunitária. Os Homens do século XVIII recusavam os dogmas. Não eram cristãos e, em lugar de acreditarem no direito divino, acreditavam no direito natural.

Para o Iluminismo, a razão era o maior critério de valor, para a religião, a filosofia, as ciências, o estado, o direito e a economia.

Portanto, nos séculos XVII e XVIII as ciências iriam evoluir sob influência do Iluminismo, questionando a tradição e substituindo, como critério de verdade, o saber livresco pelo da experiência sensorial. Valorizava-se o Homem livre ou em processo de libertação dos dogmas e da veneração dos antigos.

Entretanto, a evidência sensorial, como critério de verdade, é mais aplicável às ciências naturais e menos às ciências humanas. Acompanhando a evolução nas ciências naturais, Descartes propôs para as ciências sociais, como critério de verdade, a evidência racional, que consistia num longo trabalho crítico, através de sucessivas análises e sínteses, acompanhadas de uma atitude de dúvida metódica.

Surgia assim o método crítico de investigação, a base da História científica.

A historiografia racionalista

Tendo como fundo o Iluminismo, desenvolveu-se a partir do século XVII uma História racionalista.

A História deixava de interpretar os fenómenos históricos apenas no seu aspecto dogmático, admitindo a intervenção do Homem no processo histórico, embora continuasse a defender a origem divina do poder. Por seu turno, os burgueses tentavam fazer uma História dirigida contra a Igreja e que defendesse a origem popular do poder.

No campo metodológico iniciou-se um tratamento mais cuidado e profundo das ciências auxiliares, nomeadamente a diplomática e a paleografia. Com os franceses, a construção histórica começaria com a investigação dos factos, sua classificação por épocas e temas, a crítica filológica e a organização em repertórios ou dicionários.

Já no século XVIII a temática histórica alargou-se, passando a abarcar as grandes linhas de evolução da sociedade (política, económica, cultural, etc.), com o surgimento de uma História da civilização material. A História deixava de ser limitada ao campo político-militar.

A nível metodológico, a História do século XVIII evoluiu rumo à crítica minuciosa para o apuramento da autenticidade, veracidade e exactidão das fontes. A curiosidade e a dúvida passavam então a ser os maiores impulsores da busca do conhecimento histórico. Pretendia-se uma narrativa histórica racional e objectiva, que recusasse o secundário e o supérfluo.

A função da História também se alterou deixando a História de servir as pessoas (importantes/poderosas) individualmente para passar a servir a burguesia, como classe, e os seus ideais sociais e políticos.



Fig. 14 Charles de Secondat

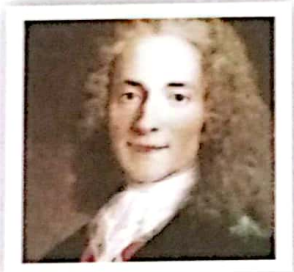


Fig. 15 François Arouet (Voltaire)



Fig. 16 Marquis de Condorcet



Fig. 17 Jean Jacques Rousseau

Representantes da História racionalista

Charles-Louis de Secondat (conhecido por Montesquieu) (1689-1755): preocupou-se com o estudo da Filosofia política que tentou explicar com base num determinismo científico, prestando particular atenção às grandes correntes sociais. Uma das suas obras mais importantes, *O Espírito das Leis* constituiu um grandioso contributo para o desenvolvimento da ciência jurídica.

François-Marie Arouet (conhecido por Voltaire) (1694-1778): inaugurou uma História verdadeiramente humana, debruçando-se sobre política, economia, finanças, religião, aspectos demográficos, etc. Não obstante a sua narrativa, nem sempre é isenta, incluindo, por vezes, aspectos secundários, mais pitorescos do que úteis. Por outro lado, tem uma filosofia histórica determinista e pessimista.

M. J. Antoine Nicolas de Caritat (conhecido por Condorcet) (1743-1794): defendeu uma História global e cosmopolita. Ele foi, com A.R. Jaques Turgot, um dos precursores do Positivismo.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): é contra os valores tradicionais católico-feudais e favorável à valorização da sensibilidade e da personalidade livre e natural do Homem, contribuindo, assim, para uma compreensão profunda da realidade histórica.

**Exercícios de aplicação**

No século XVIII surge a verdadeira consciência histórica. Justifique a afirmação.

A historiografia dos séculos XIX e XX

A historiografia do século XIX

O século XIX ficou marcado como aquele em que a História adquiriu o real estatuto de ciência, na acepção actual do termo. Vejamos, então, o contexto histórico que favoreceu essa evolução.

Na segunda metade do século XVIII, assistiu-se na Europa, a dois grandes acontecimentos – a Revolução Industrial e a Revolução Francesa –, com repercussões na vida política, económica, sociocultural e ideológica.

Em síntese, as transformações do final do século XVIII e princípio do século XIX significaram o estabelecimento definitivo do Capitalismo. Com efeito, a Revolução Francesa pôs fim ao Absolutismo e levou à implantação do Liberalismo, enquanto a Revolução Industrial, além do aumento da produção, conduziu à afirmação de duas novas classes sociais (a burguesia e o proletariado), agudizando-se os conflitos sociais.

A nível do pensamento, a euforia do princípio do século XIX levou ao surgimento de várias correntes, nomeadamente o Romantismo, o Positivismo, o Historicismo e o Marxismo.

O Romantismo

Os acontecimentos ligados à Revolução Francesa alimentaram as mais diversas reacções entre as diferentes classes sociais. De facto, a queda da Bastilha, a nacionalização dos bens da Igreja e da nobreza, a abolição dos direitos feudais, a execução do rei, entre outros acontecimentos, despertaram emoções políticas que favoreceram o Romantismo.

O Romantismo, assente na ideia da liberdade, teve as suas raízes no século XVIII, quando Jean-Jacques Rousseau defendeu a ideia do «bom selvagem», que vive de acordo com os instintos, iniciando, então, a rejeição de tudo quanto fosse premeditado, feito segundo fórmulas pré-concebidas.

O Romantismo desenvolveu-se em três direcções, de acordo com as principais tendências face à Revolução Francesa:

- **Romantismo Conservador:** defendido pelos aristocratas, as classes privilegiadas antes da Revolução Francesa e que se opunham à Revolução, que consideravam um retrocesso.
- **Romantismo Liberal:** defendido pela burguesia, a classe mais beneficiada com a Revolução e que considerava que a revolução alcançou os objectivos.
- **Romantismo Socialista ou Socialismo Utópico:** defendido pelos sans-culottes (as classes mais desfavorecidas), os que foram «carne para canhão» durante a revolução, mas não obtiveram benefícios com a mesma. Para estes, a revolução devia prosseguir até se alcançar a justiça e a igualdade, princípios que nortearam a revolução.

Evolução da historiografia

Sob influência do Romantismo, a História registaria na primeira metade do século XIX várias alterações, nomeadamente:

- O alargamento da investigação histórica: o passado, em especial a Idade Média, passa a estar no centro das atenções dos historiadores.
- A alteração do objecto da História: além dos factos políticos e individuais, a História passa a interessar-se pelos factos ideológicos e mentais bem como pelas sociedades e suas instituições e, ainda, pelos diversos povos e civilizações e respectivos costumes.
- A adopção do método científico: que defende uma cuidadosa observação dos factos e só fazendo generalizações lentamente à medida que os factos vão sendo conhecidos.

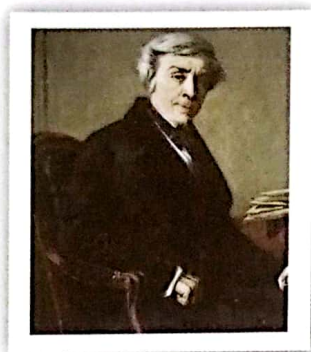


Fig. 18 Jules Michelet

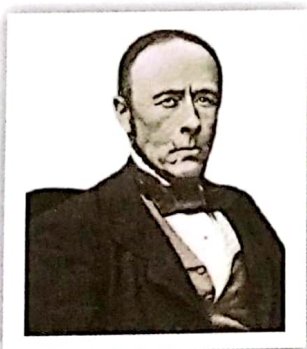


Fig. 19 Alexandre Herculano

Os historiadores românticos

François Guizot (1787-1874): foi defensor de um novo conceito de facto histórico que não assentasse apenas no acontecimento mas também na relação entre os acontecimentos; ou seja, o facto histórico não apenas como facto político mas também como facto da civilização.

Augustin Thierry (1798-1874): foi defensor de uma História das massas e não apenas dos grandes homens; revelava, porém, fraco rigor na crítica às fontes.

Jules Michelet (1799-1875): foi precursor da História total, que procurava debruçar sobre todos os aspectos da vida da sociedade. Recorria a numerosas fontes para a reconstituição do passado, mas por vezes perdia-se no imaginário e supérfluo e revelava parcialidade política.

Alexandre Herculano (1810-1877): foi o maior expoente da historiografia portuguesa, contemporâneo e seguidor de Guizot e Thierry. Na sua obra histórica deu grande valor ao devir das sociedades, ao povo trabalhador e às origens da burguesia.

O surgimento das ideias científicas na segunda metade do século XIX

Se na primeira metade do século XIX a historiografia evoluiu sob influência do Romantismo, na segunda metade difundiram-se o Positivismo, o Historicismo e o Socialismo Científico.

O Positivismo

O Positivismo surgiu e desenvolveu-se graças à contribuição de Auguste Comte (1798-1857), com base na lei dos três estados.

Na tentativa de explicar a evolução intelectual da humanidade, Auguste Comte formulou a lei dos três estados.

Partindo da lei dos três estados e, sobretudo, reconhecendo o estado positivo do espírito humano na era do desenvolvimento industrial e científico,



Fig. 20 Auguste Comte

Auguste Comte defende que a evolução da sociedade rege-se pelas mesmas leis da evolução da Natureza e, por isso, as ciências humanas deviam seguir os mesmos métodos das ciências exactas.

Para os positivistas, as ciências naturais consistiam em dois procedimentos básicos: a determinação dos factos e o estabelecimento de leis. Partindo desta percepção de ciência, surgiu a chamada historiografia positivista cujas principais características eram:

- Defesa de uma crítica exigente às fontes, tal como acontece nas ciências exactas.
- Rejeição do papel interpretativo do historiador. É a defesa da objectividade absoluta. O importante para o historiador era descrever os factos tal como aconteceram. Não devia emitir qualquer juízo pois «os factos falam por si».
- A limitação da noção de documento histórico ao documento escrito. Em História a opção pelos métodos das ciências exactas fez com que só as fontes escritas se prestassem ao trabalho do historiador positivista.
- O objectivo do historiador era obter do passado uma imagem, o mais fiel possível à realidade e não propriamente conhecer o passado.
- Defesa de dois géneros de narrativa, nomeadamente a História episódica e a História-quadro.

Com base no programa positivista, os historiadores adoptaram como procedimento básico a determinação de todos os factos possíveis. O resultado foi uma enorme quantidade de material disperso, produzido com base num exame cuidadoso e crítico das fontes.

Ao historiador exigia-se apenas a descrição, o mais fiel possível dos factos. Não era tarefa do historiador interpretar esses factos. A História universal foi vista como um sonho vão, e a literatura histórica típica passou a ser a monografia.

Partindo do princípio de que as ciências da natureza começam por determinar os factos, prosseguindo depois até à descoberta das suas conexões causais, Comte propôs que se formasse uma nova ciência chamada sociologia. Assim, a História teria a tarefa de descobrir os factos, enquanto a sociologia descobriria as conexões causais entre estes factos. A sociologia seria, assim, uma espécie de super-história, elevada à categoria de ciência, ao pensar cientificamente sobre os factos acerca dos quais a História pensava apenas empiricamente.

Os historiadores positivistas

Ernest Renan: usando as bases historiográficas dos positivistas tentou explicar racionalmente os milagres descritos na Bíblia.

Hippolyte Taine: teve o mérito de reservar, nos seus escritos, um lugar de destaque aos factos económicos. A sua obra foi ensombrada pela sua parcialidade política e pelo uso de fontes suspeitas.

Fustel de Coulanges: defendeu o estudo minucioso e imparcial dos documentos escritos porque, segundo diz «a História não é uma arte, é ciência pura», embora seja pouco rigoroso na investigação da credibilidade e proveniência dos mesmos.

Lei dos três estados de Auguste Comte

Ao estudar deste modo o desenvolvimento total da inteligência humana, (...), julgo ter descoberto uma grande lei fundamental (...). Esta lei consiste em que cada uma das nossas principais concepções, cada ramo dos nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico ou abstracto; o estado científico ou positivo. No estado teológico, o espírito humano, (...), imagina que os fenómenos são produzidos pela acção directa e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as aparentes anomalias do universo. No estado metafísico que, no fundo, não é mais do que uma simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por formas abstractas, verdadeiras entidades (abstracções personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo e concebidas como capazes de engendrar por si próprias todos os fenómenos observados, cuja explicação consiste então em atribuir a cada um a correspondente entidade.

Enfim, no estado positivo, tendo o espírito humano reconhecido a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procura da origem e do destino do universo e o conhecimento das causas íntimas dos fenómenos, para unicamente se ater e descobrir, pelo uso bem combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efectivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucesso e de semelhança.

Crítica à historiografia positivista

Embora seja legítimo que se reconheça o contributo dos positivistas para a História, especialmente no que se refere ao rigor na crítica às fontes, algumas ideias positivistas merecem reparos. Vejamos em que incidem as principais críticas:

- A ânsia de encontrar leis
- O destaque exaustivo dos factos
- A preferência pelos aspectos institucionais e políticos
- A ausência do papel interpretativo do historiador
- O facto de trabalhar apenas a nível dos eventos e da curta duração
- A precariedade do facto histórico

O Historicismo

Outra corrente historiográfica da segunda metade do século XIX foi o Historicismo. O seu principal teórico foi o alemão Leopold von Ranke. No que se refere ao tratamento dos factos, o Historicismo herdou as ideias positivistas. Entretanto, para os historicistas, as ciências exactas, que formulam leis gerais e abstractas, são diferentes da ciência histórica que descreve factos individuais, particulares e únicos e que, por isso, se opõe à generalização da lei.

Contrariamente aos positivistas, para os historicistas não bastava o estabelecimento de relações causais entre os factos históricos, era preciso compreender os factos históricos; como diziam: «os factos devem vibrar na mente do historiador».

Portanto, para o Historicismo, o conhecimento histórico pressupunha a crítica histórica com recurso à crítica de interpretação e à hermenêutica.

Crítica ao Historicismo

Ao privilegiar a intuição e a valorização da personalidade do historiador, o Historicismo abriu caminho ao Subjectivismo e ao Relativismo.

Por outro lado, ao defender a singularidade dos factos históricos, opondo-se à generalização e defendendo uma História atomizada, o Historicismo acabava negando à História o estatuto de ciência.

O Materialismo Histórico

Surgiu nos meados do século XIX, um período marcado pela expansão da Revolução Industrial e do capitalismo, pelo triunfo dos movimentos nacionalistas, do sindicalismo, etc.

Também designado Marxismo, o Materialismo Histórico teve como principais teóricos Karl Marx e Friedrich Engels, que tiveram como ponto de partida as ideias do filósofo G.W. Friedrich Hegel.

Para Hegel, todo o processo histórico é uma transformação-mudança, ou seja, dialéctica, das vontades humanas que se exprimem pela acção.

Na mesma linha de pensamento, Marx defendia que também as formas de vida que expressam as ideias se transformam modificando-as.

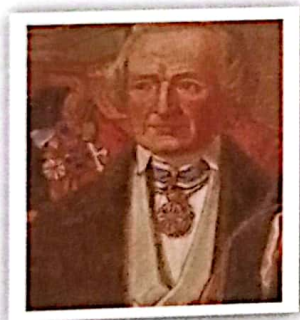


Fig. 21 Leopold von Ranke (1795-1886)

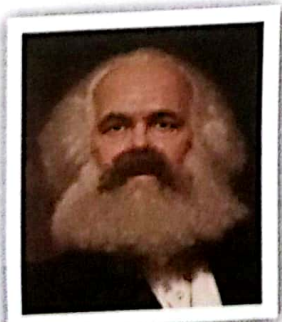


Fig. 22 Karl Marx (1818-1883)

Para Marx e Engels, as transformações sociais são essencialmente motivadas pela realidade exterior. Portanto, é às realidades económicas que cabe o papel motor da História, visto que é a realidade económica que determina as relações de produção que, por sua vez, geram relações sociais específicas.

Estas relações sociais, movidas por interesses antagónicos, conferem ao processo histórico a sua dinâmica própria – a dinâmica da luta de classes.

Partindo destas ideias, o Materialismo Histórico produziu a sua própria concepção de História, que assenta no seguinte:

- A História das sociedades humanas revela uma sucessão de modos de produção (esclavagismo, feudalismo e capitalismo).
- Em cada modo de produção a estrutura económica sobrepõe-se à superestrutura jurídica, política e ideológica, embora haja acção e reacção de todos esses factores.
- A passagem de um modo de produção para outro resulta da oposição, contradição existente na infra-estrutura económica, quando as forças produtivas entram em confronto com as relações de produção.
- Do processo histórico extraem-se leis de evolução que permitem prever o futuro da humanidade.

Com os marxistas, a História registou notáveis progressos, tanto a nível do objecto, como das metodologias.

A nível do objecto, os marxistas propuseram uma História que se debruce sobre as massas e não apenas sobre os protagonistas da vida pública e que não se limite à esfera política, mas antes alastre a todos os domínios da vida, se bem que os marxistas privilegiem as estruturas económicas.

No âmbito metodológico, os marxistas contribuíram para o incremento da investigação histórica ao proporem a interdisciplinaridade e a problematização, além de seguirem o rigor em relação à crítica das fontes.

Não obstante o notável valor das ideias marxistas para a História, tanto a nível metodológico como da concepção da mesma, esta corrente historiográfica não se impôs senão a partir das décadas 20/30 do século XX.

Com efeito, o Marxismo, para além de ser uma corrente de pensamento, foi, igualmente, uma doutrina militante anticapitalista, o que o tornou alvo do que se chamou «bloqueio antimarxista».

Portanto, por razões de ordem ideológica, o Marxismo viu-se barrado, tanto sob o ponto de vista científico como político.

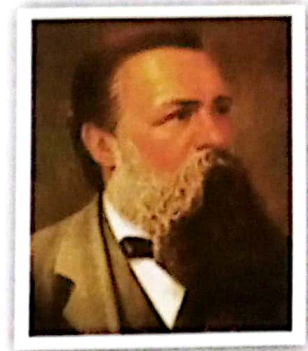


Fig. 23 Friedrich Engels (1820-1895)



Exercícios de aplicação

1. Uma das maiores realizações do Romantismo foi a introdução do método científico.
 - Refira-se a essência do método científico.
2. «A História não é uma arte é ciência pura.»
 - Com base no extracto explique a concepção positivista da História.
3. Os marxistas atribuem à realidade material, particularmente à economia, o papel motor da História.
 - Em que medida a primazia da economia na evolução da sociedade se reflecte na concepção da História.

A evolução da História no século XX

O século XX foi particularmente dinâmico no que se refere à evolução da historiografia. Ao longo deste século, há a destacar algumas etapas de evolução, nomeadamente:

- A crise da História que dominou as primeiras três décadas do século.
- O surgimento da História Nova nas décadas de '30 e '40
- A institucionalização da História Nova nos anos '50/'60 e
- As novas tendências historiográficas a partir dos anos '70

A crise da História no início do século XX

Entre as várias correntes historiográficas da segunda metade do século XIX, o Positivismo tornou-se a corrente preponderante. É o mesmo que dizer que no final do século predominava uma História científica, factual, política e cronológica. Entretanto, o Historicismo atenuava a visão estritamente positivista, reduzindo a ânsia de encontrar leis e prever o futuro, destacando o papel activo do historiador e realçando a subjectividade e a relatividade do conhecimento histórico.

O realce dado pela História aos assuntos institucionais e políticos fez da História a área de conhecimento preferida pelos dirigentes, de tal modo que, mesmo com o surgimento das ciências sociais e humanas, a História continuou a ser «dona e senhora» do conhecimento humano. Era como se fosse a «mãe» de todas as ciências.

Era, portanto, a ciência privilegiada no conjunto das ciências sociais.

A partir de princípios do século XX a condição de ciência privilegiada, de que a História gozava, começou a ser posta em causa devido a vários factores:

1. A crítica feita por novas correntes historiográficas à História tradicional:
 - O Materialismo Histórico trouxe uma nova concepção, materialista, da História, acentuando o papel das massas e a importância da História estrutural e de longa duração.
 - François Simiand denunciou o que chamou «os três ídolos da tribo dos historiadores»: o ídolo político, o ídolo cronológico e o ídolo individual.
2. As novas correntes de pensamento:
 - Os estudos filosóficos que vieram alargar o conhecimento do Homem de si mesmo, o Estruturalismo que veio alterar o conceito do Homem e, portanto, da própria História.
3. A evolução científica da época:
 - O desenvolvimento das ciências fez alterar o conceito de ciência e a atitude dos cientistas face à ciência.
4. A emergência das ciências humanas e sociais (Sociologia, Geografia Humana, Antropologia Social e Cultural e Etnologia):
 - As novas ciências passaram a ocupar-se de assuntos que antes eram tratados em História retirando à História o exclusivo do conhecimento humano.

François Simiand (1873-1935): economista e sociólogo, durkheimiano, que criticava a metodologia histórica positivista em que se acreditava que o essencial na História seria estabelecer os factos. Em 1903, publicou na revista «Revue de synthèse historique» um importante artigo, que discutia a metodologia usada tradicionalmente em História. Nesse artigo, Simiand trazia ideias que, seriam reelaboradas, discutidas e modernizadas, vinte anos mais tarde, pelos *Annales*. Nessa obra F. Simiand denuncia o que chamou os «três ídolos da tribo dos historiadores», nomeadamente o ídolo político, quer dizer, a preocupação geral pela História Política, o ídolo individual, ou o hábito de conceber a História como uma história dos indivíduos, e o ídolo cronológico, ou seja, o hábito dos historiadores se perderem nos estudos das origens.

Destronar a História Política, desembaraçar-se da História dos grandes homens, rever os hábitos cronológicos dos historiadores, eis algumas propostas apresentadas por François Simiand.

A crescente importância destas ciências sociais colocou aos historiadores três novos problemas:

- O da definição e delimitação do conteúdo específico da História
- O da reformulação da sua função
- O da metodologia

5. O impacto das guerras mundiais:

- A História tradicional positivista tornou-se incapaz de explicar as grandes transformações provocadas pelas guerras mundiais, daí o espaço para a afirmação de novas ideias historiográficas.

A escola dos *Annales* 1929-1946

Diante da crise em que a História se via mergulhada, no início do século XX, começaram a surgir as mais diversas tentativas para ultrapassar a crise.

Um dos espaços privilegiados para a apresentação das novas propostas historiográficas foi a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*.

Fundada em 1929, por **Marc Bloch** e **Lucien Febvre**, esta publicação aglutinou parte importante das novas propostas historiográficas que procuravam dar respostas às exigências de um novo saber alterando os domínios e métodos de trabalho.

Os *Annales*, que passaram a constituir uma verdadeira escola historiográfica, tornaram-se o berço da História Nova, apresentando novas ideias. Quais?

A luta contra a historiografia positivista tradicional

Um dos maiores desafios, senão mesmo o maior dos *Annales*, era a renovação do conceito de História. Para os *Annales*, era preciso romper com a História política e individualizada, factual e superficial e avançar rumo a uma História de homens e populações tomados como totais, económica e social, e que tendia para a História comparada das civilizações.

O alargamento do território do historiador

A História dos *Annales* procurava, em oposição à História positivista que privilegiava os assuntos e figuras da vida política, caminhar para uma História de todos os homens, uma História do Homem total, ou simplesmente, uma História humana.

O alargamento do campo do documento

Contrariamente à História positivista que considerava documento histórico apenas o documento escrito, os *Annales* entendiam como documento «tudo o que, sendo do Homem, depende do Homem, serve para o Homem, significa a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do Homem».

Portanto, para os *Annales*, qualquer tipo de escrito, os documentos figurados, os produtos das escavações arqueológicas, os documentos orais, etc., podem ser considerados documentos históricos.

A revalorização do papel activo do historiador

Os *Annales* iniciaram a crítica à noção positivista do facto histórico, bem como à ideia de reduzir o trabalho do historiador à investigação



Fig. 23 Marc Bloch
(1886-1944)



Fig. 22 Lucien Febvre
(18778-1956)

do facto histórico. Para esta escola historiográfica, o facto histórico não existe senão integrado num certo contexto histórico. Cabe, pois, ao historiador, no meio da enorme gama de material, escolher, por via de uma construção científica do documento: «o facto histórico é uma criação do historiador». Os *Annales* esforçam-se por colocar fim à passividade dos historiadores perante os factos e, embora sem os exageros dos historicistas, defendem uma acção mais activa do historiador na construção do conhecimento histórico. Nesta linha de pensamento, os *Annales* defenderam a chamada história-problema. Como diziam: «não só descrever, senão resolver, pelo menos, colocar problemas».

A institucionalização da História Nova

De 1946 a 1956, a revista *Annales* esteve sob a direcção de Lucien Febvre, que contava com a colaboração de grandes historiadores da época como: Robert Mandrou, Marc Ferro, Charles Morazé, Fernand Braudel e outros.

As novas propostas

A procura de novos objectos para a História

A História Nova, porque pretendia ser uma História global e total, era uma História obrigada a buscar novos objectos, debruçando-se sobre questões até aí estudadas em outras ciências sociais como a Antropologia, Geografia, Economia, Etnologia e Psicologia. Por outro lado, o estudo das massas, no lugar das figuras públicas, levaria a que marginais, mulheres, camponeses, operários, etc., comesçassem a ocupar na História o lugar antes reservado aos reis, guerreiros e outras figuras públicas. Era o surgimento de novos heróis.

O alargamento do âmbito cronológico da História

A evolução científica em geral e, em especial, o surgimento das ciências auxiliares da História, permitiram à História aprimorar os seus métodos e desenvolver novas técnicas e meios de investigação. Assim, a História aumentava o tipo e número de fontes e, desse modo, alargava o seu tempo de estudo, ou seja, abarcava épocas muito mais recuadas no tempo.

O alargamento do âmbito geográfico

Até à década de 1930, a História ocupou-se, quase exclusivamente, dos povos e nações considerados civilizados – os europeus. Os outros povos eram apenas referidos na medida em que estiveram em contacto com os «civilizados».

A proposta historiográfica nos anos 40/50 foi portanto a de se avançar para uma História Universal, que não se limitasse a ser um desfile de povos que «contribuíram para a civilização». Opunha-se ao eurocentrismo, que caracterizava a História, e propunha uma nova história com universalidade.

Nesta nova perspectiva, a História alargava o seu estudo a uma multiplicidade de civilizações e culturas de todo o mundo. O terceiro mundo surgia, assim, como um dos novos alvos de interesse da História.

A História estrutural de Braudel

Após a morte de Lucien Febvre, em 1956, a História iniciou, em 1958, uma nova etapa sob a liderança de Fernand Braudel que tinha como maiores colaboradores Charles Morazé (1913-2003) e Georges Friedmann (1902-1977).

No seu artigo «História e Ciências Sociais: a longa duração» publicado em 1958, Braudel apresentava as ideias-chave de uma nova História – a História estrutural, baseada na longa duração.

Entretanto, será a partir de 1969, quando os *Annales* foram confiados a uma nova equipa – André Burguière, Marc Ferro (1924-?), Jacques Le Goff (1924-?), Emmanuel Le Roy Ladurie (1929 na Normandia) e Jacques Revel, que seria sistematizada esta História Nova, problemática, estrutural e interdisciplinar.

Características

Um novo conceito de tempo histórico – com Braudel, a História desenvolveu uma nova noção de tempo histórico. Braudel defendeu que o tempo social nem sempre coincide com o tempo cronológico, pelo que o tempo histórico deve ser medido, não pela sequência do calendário, mas pela sequência, permanência ou mudança dos fenómenos. Assim, Braudel propôs um modelo triplo de duração histórica, nomeadamente:

- Tempo curto ou curta duração – o tempo dos acontecimentos ou dos eventos (a explosão de uma bomba, por exemplo...). Os acontecimentos de curta duração referem-se a ocorrências superficiais e por isso o seu estudo não exige uma análise profunda.
- Tempo médio ou média duração – que se refere às pequenas variações cíclicas. É o tempo das conjunturas. Por exemplo, uma crise ou uma guerra.
- Tempo longo ou longa duração – corresponde às «grandes repetições» ou «grandes permanências». São os acontecimentos que tendem a permanecer e que quando se alteram fazem-no muito lentamente (por exemplo, um modo de produção). É o tempo das estruturas.

A aproximação com as ciências sociais – o ideal de História total e de longa duração perseguido pela História Nova só pode ser alcançado se a História se aproximar das demais ciências sociais. Só esse contacto – a interdisciplinaridade – permitirá à História debruçar-se sobre todos os aspectos ligados à vida da humanidade. Assim, a História tem ligações com Antropologia, Sociologia, Economia, Geografia, Psicologia, Linguística, Psicanálise, Matemáticas Sociais e Ciências da Vida.

A revolução nas metodologias – a ideia de uma História total, global e, sobretudo, interdisciplinar só pode ser materializada com recurso à

Fernand Braudel (1902-1985):

historiador francês e um dos mais importantes representantes da chamada «Escola dos *Annales*». Um dos seus maiores trabalhos como estudioso da História foi «O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II». Seguindo as ideias dos *Annales*, a obra de Braudel descarta as ideias da Escola Metódica e tenta se aproximar mais das outras ciências sociais, construindo o que ele chamou de «Geohistória». Da sua reflexão a respeito da dialéctica do espaço e do tempo, Braudel elabora a sua importante hipótese da pluralidade de durações.

Segundo essa hipótese, seria possível decompor o tempo da História em planos desdobrados. Seriam estes planos o tempo geográfico, o tempo social e o tempo individual:

O tempo geográfico representaria uma História quase imóvel, que observa o relacionamento do Homem com o meio que o rodeia. Uma História que passa lentamente e sofre poucas transformações. Em um segundo plano estaria o tempo social, onde se pode observar a História Social, dos grupos e agrupamentos. Embora mais dinâmica que o tempo geográfico, o tempo social diz respeito a uma História lentamente ritmada, voltada a questões estruturais. Essa História analisa eixos de comunicação, avalia distâncias, áreas de influência, crescimento demográfico e economia. No terceiro e último plano estaria a História não do Homem como colectividade, mas do Homem como indivíduo. Nesse plano, as variações são rápidas. O tempo é muito dinâmico. Segundo Braudel, caso se queira, nesse escalão se pode trabalhar a História da forma, na época, tradicional (Historizante). Na História individual pode-se analisar acontecimentos.

especialização e ao trabalho em equipa. Portanto, quando se fala de uma História interdisciplinar é imprescindível o trabalho em equipa envolvendo especialistas das diversas áreas de conhecimento.

As tendências da História a partir da década de 1970

Nos anos de 1970, a História Nova começa a ser alvo de críticas:

- Falta de originalidade – os *Annales* trouxeram à História novos objectos e novos heróis, mas nada mais fizeram senão retirar esses elementos de outras ciências. Portanto, essa mudança não se deveu a uma verdadeira inovação na História.

As novas propostas a partir da década de 1970

Os críticos da História Nova trariam, a partir dos anos de 1970, novas propostas que podem ser designadas Novo Estruturalismo, que tem como principais características:

- O retorno à narrativa e à visão linear e cronológica da História
- Revalorização do facto histórico
- O retorno à História política



Exercícios de aplicação

1. Indique três factores que originaram a crise da História.
2. «Não só descrever, senão resolver, mas pelo menos, colocar problemas.»
 - À luz do exposto, refira-se às propostas metodológicas da Escola dos *Annales*.
3. Caracterize a História Nova quanto ao objecto de estudo.
4. Explique o sentido e a importância da interdisciplinaridade no contexto da História Nova.
5. Refira-se às propostas dos *Annales* (1929-1946) quanto ao conceito de documento e ao papel do historiador.

A evolução da historiografia africana

A evolução histórica do continente africano influenciou a evolução historiográfica, por ter sido caracterizada por grandes disparidades. Existem diferenças entre o norte e o sul do Saara, entre a costa e o interior, entre o oriente e o ocidente, etc. -Todas estas particularidades iriam fazer-se sentir no curso da historiografia africana.

Das origens até ao século XV

Os primeiros trabalhos sobre a História de África datam da época do surgimento da escrita (IV milénio a.n.e.). Nessa altura, surgiram no Egipto (e de forma geral em toda a África do norte), tal como em todo o oriente, as mais antigas formas de literatura histórica – as cosmogonias e as mitografias.

A expansão do Islão e o comércio proporcionaram, tanto na Antiguidade como na Época Medieval, um contexto favorável à difusão de ideias, inclusive a nível da História. O Egipto foi referência nas obras dos autores clássicos como Heródoto e outros.

O resto do continente, que ainda desconhecia a escrita e tinha escasos contactos com outras civilizações, não produziu muito neste domínio. O saber era, via de regra, conservado e transmitido por via da oralidade e da experiência.

Durante este período, o estudo da África tropical foi bastante limitado, e as informações eram raras e pouco credíveis. Exceptuam-se desta realidade as fontes clássicas sobre o mar Vermelho e o oceano Índico produzidas por mercadores.

Sobre a África ocidental, norte do Sudão e África oriental, as melhores informações dos séculos XI-XV são da autoria de mercadores árabes como Al-Masu'di (?-950), Al-Bakri (1014-1094), Al-Idrisi (?-1166), Ibn Battuta (1304-1369), Hassan Ibn Muhammad al Wazza'n (o Leão Africano 1494-1552), etc.

Embora nos pareça ter havido nesta época algum dinamismo no processo de elaboração, a verdade é que estas produções não passaram de descrições de regiões de África a partir das informações possíveis na época. Não existia, pois, nenhum estudo sistemático sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo e as informações eram em geral duvidosas.

Um dos primeiros e mais importantes historiadores de África foi Ibn Khaldun (1332-1406). Estudou África e as suas relações com o Mediterrâneo e o Próximo Oriente, introduziu na História de África o modelo de ciclo e tentou chegar à verdade histórica através da crítica e da comparação. Estudou, igualmente, o Mali, com base na tradição oral da época.

Quando o Islão, e com ele a escrita, chegou à África oriental, os negros africanos começaram a conservar a sua História através de textos escritos. Foi assim que surgiram o *Ta'rikh al-Sudan*, *Ta'rikh al-Fattash*, a *Crónica de Kano*, a *Crónica de Kilwa*, etc.

Do século XV até ao século XVIII

No século XV iniciou o contacto dos europeus com a costa africana que deu lugar à produção de obras literárias com algum valor histórico. Sobre a costa da Guiné e outras regiões de África foram produzidos, especialmente por missionários, materiais que fornecem testemunhos directos e datados, bem como compilações de relatos. Porém, também estes são essencialmente descrições sobre a situação da época e não propriamente História.

Este quadro iria prevalecer até à expansão Otomano no século XVI.

Ali Al-Masu'di (?-950) estudioso nascido em Bagdade, conhecido como o Heródoto-árabe, que combinou história e geografia numa obra de mais de 30 volumes sobre as suas viagens na Europa, Médio Oriente e países do Oceano Índico.

Na sua vasta obra literária descreveu as suas experiências com diferentes povos dos quais se destacam judeus, iranianos, indianos, cristãos e dos «zanj» ou negros de África, bem como a Geografia e a História dos países que tinha conhecido. Destaca-se na obra de Al-Masu'di a descrição das terras de Sofala e da importância da mineração e comércio entre o Império dos Mwenemutapas e os árabes e indianos que ali se haviam estabelecido.

O contributo de Al-Masu'di incluiu ainda contribuições para a música bem como uma antevisão da teoria da evolução, propondo ligações entre os minerais e as plantas, entre estas e os animais e mesmo entre estes e o Homem.

Abu Zayd 'Abd al-Rahman Ibn Muhammad Ibn Khaldun al-Hadrami (1332-1406): considerado um precursor da moderna historiografia, sociologia e economia, nasceu em Túnis de emigrantes da Espanha Muçulmana. Da sua obra historiográfica destacou-se a *A Muqaddimah*, obra na qual delineou uma teoria da História Cíclica e que foi traduzida para o Inglês por Franz Rosenthal e para a língua portuguesa. Também escreveu narrativas históricas baseadas nas descrições de Timur, o líder Mongol. A grandeza da obra historiográfica de Ibn Khaldun está nas palavras do historiador Britânico Arnold J. Toynbee que a considerou «sem dúvida a melhor obra do seu género que alguma vez foi criada por alguém em qualquer tempo ou lugar.»



Fig. 24 Ilustração de Ibn Battuta

Ibn Battuta (1304-1377). **Shams ad-Din Abu Abd Allah Muhammad Ibn Muhammad ibn Ibrahim al-Luwati at-Tanyi** mais conhecido como Ibn Battuta, foi um viajante e explorador berbere, que escalou diferentes lugares como Egipto, Meca, o Iraque, o Iémen, a África Oriental, as margens do rio Nilo, a Ásia Menor, a costa do mar Negro, a Criméia, a Rússia, o Afeganistão, a Índia, as ilhas da Sonda (Indonésia) e a região de Cantão, na China. Esteve ainda em Granada, Espanha. Como testemunho das suas viagens deixou ficar a obra ditada e escrita pelo seu secretário, que se intitula *Tuhfat annozzâr fi ajaib alamsâr*, a qual relata as várias epopeias e jornadas aventurosas da sua vida de viajante-explorador.

Do século XVIII à princípios do século XX

Desde finais do século XVIII assiste-se a uma nova atitude dos europeus em relação ao continente africano. Nesta altura regista-se um certo interesse dos autores europeus pelas questões africanas. Para este facto, concorreram vários factores ligados à pretensão expansionista da Europa, nomeadamente a expedição de Napoleão ao Egipto (1798), a tomada de Argel pela França (1830) e a ocupação do Egipto pela Inglaterra (1882).

A partir do século XVIII, a Europa começaria a prestar uma certa atenção a África. Os livros europeus começavam a contemplar África com um número considerável de páginas.

A visão eurocentrista da História resultou da convergência do Renascimento, do Humanismo e da evolução científica e industrial.

Partindo do que chamavam herança greco-romana única, os eurocentristas julgavam os objectos, os conhecimentos, o poder e a riqueza da sua sociedade preponderantes; como tal, julgavam que a civilização europeia devia sobrepor-se às demais; conseqüentemente, a sua História era a chave de todo o conhecimento e a História dos outros continentes e, em especial a africana sem nenhuma importância.

Hegel foi muito claro a este respeito quando disse: *África não é um continente histórico, ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento*

Este ponto de vista manteve-se no século XIX e tinha ainda alguns adeptos em pleno século XX.

A nova história africana

A implantação de uma nova História de África foi produto de historiadores profissionais que fizeram dela o objecto do seu ensino e dos seus escritos.

A promoção de uma História de África descolonizada começaria por volta de 1947, quando intelectuais africanos começaram a definir a sua própria concepção em relação ao passado africano buscando, nele, as fontes de uma identidade cultural negada pelo colonialismo. Tratava-se já de uma História livre de mitos e de preconceitos subjectivos.

A partir de meados do século XX foram criadas universidades, dando novo impulso à História de África. Surgia uma História de África comparável à de qualquer outra parte do mundo.

O início do estudo da História de África noutros continentes constituiu igualmente, um factor importante para a reestruturação da História africana.

As independências dos países africanos a partir da década de 1960 criaram um renovado interesse por África e uma considerável curiosidade popular.

Portanto, a partir do século XIX, a História de África seguiu três correntes principais: o eurocentrismo, o afrocentrismo e ainda uma corrente intermédia – progressista – que visava estabelecer um certo equilíbrio entre as duas primeiras claramente radicais em defesa dos objectivos que perseguem.

Problemas da historiografia africana

O estudo da História tem-se mostrado particularmente difícil para os historiadores, devido a uma série de factores. Entre esses factores temos a escassez das fontes, as deficiências em termos de cronologia, a predominância de mitos, etc.

As fontes

Em termos de documentos escritos, o continente africano é pobre, daí que se diga que não é possível dar valor à fonte escrita na historiografia africana porque as fontes escritas que existem são poucas.

Pode-se recorrer a fontes antigas (egípcias, núbias, greco-latinas) árabes, europeias, africanas recentes (escritas por africanos ou europeus) asiáticas ou americanas.

Nas sociedades africanas, em épocas recuadas só sabiam ler e escrever os escribas e os monges, enquanto a massa da população e a aristocracia, tal como na Europa, era analfabeta.

A escassez de fontes escritas podia ser minimizada pelo recurso à arqueologia, mas não é o que sucede, como veremos mais adiante. As dificuldades no uso da arqueologia têm a ver com a exiguidade de meios financeiros para suportar os custos das escavações e também a ausência de especialistas em diferentes ciências auxiliares, úteis à actividade arqueológica.

A cronologia

Uma das grandezas básicas para a reconstituição da História é o tempo. Entretanto, para o caso de África, são muito poucos os registos de datas referentes ao período anterior à nossa época.

Os africanos sempre consideraram o tempo e tentaram estabelecer formas de contagem; daí que certos reis, uma vez chegados ao poder, depositavam anualmente num vaso, pepitas de ouro até à morte, o que permitia contabilizar os anos de reinado.

Ora, este procedimento era insuficiente para uma correcta datação, pois apenas permite saber quanto tempo o rei esteve no poder ou quantas dinastias governaram um certo império. Entretanto, não permite saber com precisão o momento em que os acontecimentos tiveram lugar.

Portanto, qualquer um que se lance na tarefa de reconstituir a História de África terá como obstáculo a deficiente datação dos acontecimentos.

Os mitos

Outro grande problema da História africana é o dos mitos, ou seja, as diferentes ideias que influenciaram a evolução da historiografia africana.

Os diferentes povos que estiveram em África e as diferentes transformações sociopolíticas, económicas e culturais levaram ao aparecimento de diferentes interpretações do passado africano, com repercussões na historiografia africana.

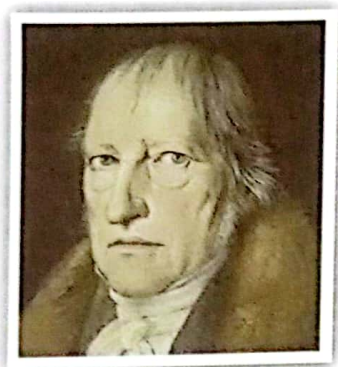


Fig. 24 Georg Hegel
(1770-1831)

Um dos mitos foi a ideia, defendida por Georg Hegel em 1830 e que se popularizou na época, que dizia que além da parte Norte, a África não tem movimento histórico, é a-Histórica. Acredita na passividade histórica dos povos africanos e dos povos negros em particular.

Esta forma de pensar influenciou sobremaneira a elaboração da História africana nos séculos XIX e XX, falseando as perspectivas em favor de uma concepção eurocêntrica da História, que se difundiu por todo o lado mesmo nos países que nunca tinham sido colonizados.

Hoje, essa visão tende a desaparecer; contudo, prevalece ainda em muitos historiadores, tanto no ocidente como fora dele.

O período colonial e o pós-independência geraram, igualmente, novos pontos de vista; naturalmente, este aspecto dificulta o estudo da História deste continente.

Portanto, ao estudar a História de África, o historiador deve estar sempre atento ao perigo de manipulação de fontes resultante da influência dos mitos.

Tarefas da história africana

Entre os principais desafios dos historiadores africanos coloca-se a produção de uma História cada vez mais isenta e objectiva. Assim, uma das principais tarefas da História africana é a desmistificação da História.

Os historiadores africanos, desde meados do século XX, começaram a tentar uma História do mundo verídica, na qual África e os outros continentes fossem vistos na mesma dimensão e ocupassem o seu verdadeiro lugar no plano internacional.

Para esta reversão, o papel dos historiadores africanos é particularmente importante, por ter sido a História de África a mais negligenciada e desfigurada pelo racismo no século XIX e nos princípios do XX.

O esforço tendente a descolonizar a História de África incluiu a modificação dos juízos de valor, invertendo os papéis entre os intervenientes da História de África. Os agentes coloniais, que antes eram vistos como heróis ao serviço da civilização em marcha, passaram a cruéis exploradores, enquanto o africano passava a vítima inocente.

Métodos da historiografia africana

Tendo em conta as condições específicas do seu desenvolvimento, nos últimos anos a História de África caminhou à busca de novos métodos, com vista a alcançar, no seu estudo, zonas não suficientemente exploradas.

Neste sentido, há a destacar os progressos da História analítica (História de campo, que não depende apenas dos arquivos) para a História colonial e pré-colonial, cuja documentação é rara. O facto de os arquivos coloniais terem sido criados e mantidos por estrangeiros e, naturalmente, incorporarem os preconceitos dos seus autores, torna ainda mais importante a busca de métodos que libertem a História dos arquivos.

Portanto, ao historiador africano impõe-se o recurso a outras fontes (que não as escritas), como é o caso da informação oral, sob o risco de chegar a resultados desastrosos.

Os historiadores de África fizeram um trabalho pioneiro neste âmbito, ao debruçarem-se sobre os períodos pré-colonial e colonial.



Exercícios de aplicação

1. Eurocentrismo e Afrocentrismo são duas correntes da Historiografia Africana diferentes e até divergentes, mas equiparam-se no radicalismo e na atitude racista. Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.
2. Um dos problemas que se colocam para a reconstrução da História da África é a influência dos mitos.
 - Analise a influência dos mitos na historiografia africana.
3. Refira-se aos métodos da historiografia africana

Noções sobre metodologia da História

Objecto e sujeito do conhecimento histórico

Qual é o objecto de estudo da História? Ou seja, o que é que a História estuda? Vejamos o que diz Marc Bloch: *O objecto da História é, por natureza, o Homem*. Digamos melhor, os homens. E acrescenta: *Ciência dos homens dissemos nós*. (...) Temos de acrescentar: dos homens no tempo.

Gomes, Raul Rodrigues. *Introdução ao Pensamento Histórico*, 1988

Portanto, seguindo o pensamento de Bloch, diríamos que o objecto da História são os homens no tempo.

O passado dos homens ou, noutra perspectiva, a evolução dos homens no tempo é, portanto, o objecto da História, mas deve-se acrescentar a componente espacial pois, em História, o Homem deve ser estudado nos quadros da sociedade de que faz parte. A evolução da historiografia africana foi marcada pela afirmação de três correntes, nomeadamente, o eurocentrismo, o afrocentrismo e a corrente progressista.

O sujeito do conhecimento: é o espírito que conhece em relação ao objecto conhecido, quem exerce o conhecimento real, que vive e actua em condições históricas concretas; é o Homem, o historiador.

Objecto e sujeito são, portanto, os dois elementos principais do conhecimento. O conhecimento pressupõe sempre a existência destes dois componentes. Não se pode falar de conhecimento se um deles ou ambos não existirem.

As fontes históricas

A História, como conhecimento do passado humano, não pode atingir directamente o passado, apenas permite vê-lo através de vestígios que esse passado deixou e que servem de base ao trabalho do historiador.

O conceito de documento já foi definido pela História Nova como «toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe retirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano visto sob o ângulo da questão que lhe foi posta. Tudo aquilo que exprime o Homem, um indício que revela a presença, actividade, sentimentos, mentalidade do Homem».

Marc Bloch, *Introdução à História*, Publ. E.A., 2.ª ed. Lisboa 1974, pp. 25-29

Os tipos de fontes

Partindo da definição de fonte histórica, é difícil determinar onde começa e onde acaba o documento, pois a sua noção alarga-se progressivamente e acaba por abarcar textos, monumentos, observações de toda a ordem, sinais, palavras, paisagens, etc.

Tudo o que nos pode informar sobre o passado dos homens pode ser fonte histórica.

Portanto, podemos identificar diferentes tipos de fontes históricas: escritas, figuradas, orais e gravadas ou audiovisuais.

Fontes escritas – manuscritas ou impressas, compreendem inscrições, jornais, cartas, documentos oficiais, etc. A sua diversidade faz com que também possam ser discriminadas em várias categorias:

a) Epigráficas: gravadas em materiais duros como a pedra, o bronze, ou a cerâmica. Geralmente são textos curtos, com fins comemorativos, funerários, etc. São úteis, na ausência ou escassez de outro tipo de fontes.

b) Arquivísticas ou diplomáticas: são os documentos de carácter oficial (diplomas, tratados, etc.), ou de carácter jurídico (escrituras notariais, actas de assembleias, inventários, sentenças, registos paroquiais, legislação geral ou especial, documentação geral, etc.).

c) Literárias ou narrativas: livros, oratória, anais e crónicas, hagiografias, narrativas diversas.

Fontes materiais ou arqueológicas – vestígios materiais do Homem (fósseis, restos de utensílios domésticos, monumentos, objectos de arte ou paisagens com marcas dos homens que as trabalharam).

Fontes orais – de um modo geral, são transmitidas de geração em geração sob a forma de conto, lenda e outras formas. O seu objectivo fundamental é transmitir a memória dos antepassados. No entanto, elas pecam por carecerem de um suporte material.

Até cerca do 3.º milénio a.n.e., não existiam testemunhos escritos, pelo que é extremamente difícil vislumbrarmos o que ocorreu de concreto com os nossos antepassados. Graças às escavações arqueológicas, é possível ter uma imagem de como devem ter vivido os povos do passado.

Todos os achados, à frente do arqueólogo, constituem autênticos testemunhos mudos, isto é, têm algo a dizer sobre como viviam os seus possuidores.

Não se pode pensar, porém, que o recurso à arqueologia resolve definitivamente o problema da falta de fontes. Nem todos os aspectos da vida dos nossos antepassados podem ser hoje conhecidos a partir dos vestígios materiais referidos no parágrafo anterior, pois em muitos casos os materiais de que se serviam – a madeira, peles dos animais, etc. – rapidamente desapareceram.

Interpretar os testemunhos arqueológicos é uma tarefa complexa, daí que o historiador é obrigado a recorrer a algumas disciplinas auxiliares tais como a numismática («ciência das moedas» que permite elucidar questões dos domínios político, económico, social e cultural) bem como a sigilografia ou esfragística («ciência dos selos» usados como sinal pessoal de autoridade e de propriedade).

A datação pelo Carbono-14

Os tempos pré-históricos são, sem dúvida, os que maiores problemas acarretam no seu estudo, devido à escassez de documentos escritos. Assim, o estudo desses tempos tem sido possibilitado pela chamada datação pelo método do Carbono-14.

Pois bem, em que é que consiste este método?

Todos os seres contêm, enquanto vivos, uma quantidade constante de carbono radioactivo (C-14) que pode ser medida. Após a morte cessa a acumulação do C-14 e com o tempo vai diminuindo em proporção sempre igual, até desaparecer totalmente. Assim, pela análise do C-14 existente é possível calcular a época em que um organismo morreu, desde que se tenha conservado sem contaminação.

Deste modo consegue-se avaliar com notável precisão o período em que foram utilizados materiais como madeiras, carvão vegetal, couro, tecidos, conchas, marfim, etc.

Um dos inconvenientes deste tipo de fontes é o perigo de deturpação da informação, quer por esquecimento quer até como acto intencional.

Documentos gravados ou audiovisuais – Neste caso a informação é transmitida por sons ou imagens (fita magnética, disco, cilindro, desenho, pintura, mapa, fotografia, filme, microfilme, etc.).

Facto e tempo históricos

O facto histórico

O facto é algo (um acontecimento, por exemplo) que se verifica, podendo ser descrito de uma forma precisa, medido, avaliado. O facto pode ser uma acção realizada pelo Homem ou não. Em termos históricos, o facto histórico é todo o acontecimento que deixa marcas no pensamento do Homem, na sociedade e na humanidade em geral.

Nem todo o acontecimento é um facto histórico. Este distingue-se de outros acontecimentos pelo seu carácter irreversível, espacial e temporal, para significar que os acontecimentos históricos não se repetem tal como se deram e que se localizam no tempo e no espaço.

O tempo histórico

Como poderíamos definir este novo conceito que nos aparece?

Comecemos por ver algumas ideias a respeito desta noção:

«... é o meio indefinido e homogéneo no qual se desenvolvem os acontecimentos sucessivos; parte da duração ocupada por acontecimentos; (...)» *Dicionário*.

«(...) É certo ser difícil imaginar uma ciência, seja ela qual for, que possa abstrair-se do tempo. Contudo, para muitas delas que, por convenção, o fragmentam em partes artificialmente homogéneas, o tempo não é mais do que uma medida (...) o tempo da História é (...) o próprio plasma em que banham os fenómenos, é como que o lugar da sua inteligibilidade».

Marc Bloch *op. cit.* pp. 28-29

conjuntura é o cruzamento em dado momento de todas as componentes da vida. Por conjuntura entende-se, sobretudo, movimento: altas e baixas de produção, oscilação dos preços, etc.

Estrutura designa essencialmente as formas e actividades relativamente estáveis, nas relações de proporções, nas dimensões relativas, nas relações entre as forças produtivas. Permanecem constantes durante um longo período ou evoluem de uma maneira lenta, ou mesmo imperceptível.

Anacronia ausência de coincidência entre a ordem dos acontecimentos com a ordem contada na história.

Anacronismo é um erro de cronologia, que se manifesta na falta de alinhamento ou correspondência com uma época. Ocorre quando pessoas, eventos, palavras, objectos, costumes, sentimentos, pensamentos ou outras coisas que pertencem a uma determinada época são erradamente retratados em outra época. Anacronismos podem ocorrer num relato narrativo ou histórico, numa pintura, filme ou qualquer meio. Um exemplo poderia ser uma pintura rupestre dos nossos antepassados apresentarem figuras trajadas de fato. Nesse caso, diria-se que o fato é um anacronismo.

Filipe Rocha foi mais expressivo: «Atrevo-me a declarar sem receio de contestação que, se nada sobrevivesse, não haveria tempo futuro e, se agora nada existisse, não teríamos tempo presente». E observa: «os corpos só se podem mover no tempo (...)».

Observando o conteúdo dos extractos acima podemos concluir que este conceito designa um determinado espaço indefinido e homogéneo, no qual decorrem os fenómenos. Ele é parte intrínseca dos fenómenos. É nele que se enriquecem os fenómenos, tornando-se inteligíveis.

Para datar, é preciso ter uma unidade de tempo. Consideram-se, em geral, unidades de tempo muito maiores: o tempo curto, o tempo médio e o tempo longo.

A medição do tempo histórico

Estrutura e conjuntura

Um dos historiadores que mais reflectiu sobre o tempo histórico foi Fernand Braudel. Para ele, o tempo histórico não obedece à sequência do calendário, mas sim à sequência, mudança ou permanência dos fenómenos. Partindo deste pressuposto, este historiador acaba por propor uma dimensão tripla do tempo histórico, nomeadamente o tempo curto, o tempo médio e o tempo longo.

Como já vimos, para este autor a **curta duração** refere-se aos acontecimentos ou eventos e o seu estudo não carece de análise e investigação profundas.

A **média duração** está associada ao tempo das **conjunturas**, ou seja, das pequenas ou curtas variações cíclicas.

Já a **longa duração**, por seu lado, refere-se às grandes mudanças ou grandes permanências. É o tempo das **estruturas**.

Por outras palavras, são as estruturas que servem de marcos para a determinação dos períodos históricos por que passou a humanidade.

Sincronia e diacronia

Uma característica incontornável da História é a dinâmica da duração. Neste sentido, é imprescindível ao historiador a referência ao tempo histórico, que, segundo Braudel, deve ser visto numa dimensão tripla que inclui o tempo curto, que se refere aos eventos ou acontecimentos, o tempo da conjuntura e o tempo longo das estruturas, das permanências, quase imóvel.

O historiador deve associar o seu estudo histórico a uma determinada duração e nunca pode ser tentado a aplicar a certas épocas históricas aspectos típicos de outras, pois cairia na anacronia.

Tendo em conta a dimensão tripla do tempo histórico, a explicação histórica deverá guiar-se por duas posições metodológicas – a sincronia e a diacronia.

A sincronia consiste em verificar, numa mesma época, a conjugação dos diversos fenómenos sociais, económicos, políticos, mentais, etc., que dêem a compreensão dessa época. Por seu turno, a diacronia é a análise da evolução dos fenómenos num período mais longo, procurando captar as camadas mais profundas do passado humano, numa perspectiva mais dinâmica.

Os métodos em História

Um método é um conjunto de regras e normas que dizem respeito ao próprio desenrolar da cognição científica e que o cientista aplica conscientemente, em conformidade com as variedades das tarefas da pesquisa.

Importância do método

O estudo metodológico de uma disciplina é organizado de forma que o estudante não assimile mecanicamente o conteúdo da disciplina, mas desenvolva nele a iniciativa e a actividade criadora, aliadas ao desejo de aprender cada vez mais os fenómenos da Natureza, da sociedade e do próprio Homem.

«Nós não estudamos um documento por ele mesmo, mas esperamos atingir, através dele, o passado».

Marc Bloch, *Introdução à História*. Publ. E.A., 2.^a ed. Lisboa 1974, pp 25-29

Os métodos específicos da História

Começamos este parágrafo com duas citações de dois notáveis historiadores:

«A História actua através da interpretação das provas, que são a expressão colectiva das coisas, que singularmente se chamam documentos.»

R. G. Collingwood

«Pensei nada dever escrever sem ter submetido à investigação mais exacta cada um dos factos, usando maior rigor tanto para o que eu próprio tinha visto, como para o que conhecia por ter ouvido.»

Tucidides

Os dois extractos consubstanciam uma ideia geral em História, segundo a qual é imprescindível a existência de factos para o estudo da História, o que significa que o trabalho do historiador não se desenrola senão em volta desses mesmos factos ou acontecimentos, consistindo a sua análise em procedimentos (métodos) próprios e com fins específicos.

Em geral, a ciência histórica socorre-se da heurística, crítica e síntese.

A. Heurística – é a procura de documentos, ou seja, o processo de recolha de fontes históricas. A heurística é uma arte com as suas regras, instrumentos, modos de trabalhar; por isso ser historiador requer um certo tacto, perícia. Muitas vezes, os documentos só se revelam quando, o historiador os reclama, procura, faz surgir por meio de engenhosos processos para isso imaginados.

A selecção de fontes inclui a exploração da bibliografia do tema a abordar. Portanto, no início do seu trabalho, o historiador deve ler tudo quanto existe sobre o assunto que vai tratar, de modo a que evite repetições desnecessárias e se possa orientar com os predecessores o género de fontes que poderá encontrar sobre o tema.

B. Crítica – em presença dos documentos, o historiador preocupa-se em compreendê-los. Para isso deve escutá-los, deixá-los falar, dar-lhes a possibilidade de se revelar como são.

A crítica desdobra-se em duas operações:

Crítica externa, que compreende:

- **Crítica de autenticidade** – é feita para que o historiador se certifique que a fonte chegou ao seu conhecimento sem ter sofrido mutilações ou deturpação do seu conteúdo. Analisa se o documento é autêntico ou não.
- **Crítica de proveniência** – o historiador confronta a fonte com outras que abordam problemas similares, para tentar encontrar respostas às perguntas: quem redigiu o documento? Quando? Onde? Como? Como é que o documento chegou até nós?

Crítica interna, que se subdivide em:

- **Crítica de credibilidade** – o historiador procura verificar a sinceridade, competência e exactidão do documento.
- **Crítica de interpretação** – o historiador procura detectar com exactidão o que o autor da fonte disse ou quis dizer.

A crítica interna inclui a **Hermenêutica**. Esta consiste na interpretação dos documentos com o fim de saber em que medida é que a informação fornecida responde às questões colocadas inicialmente. Com efeito, feita a crítica dos documentos e, portanto, apurada a sua autenticidade e credibilidade o historiador fica diante de uma gama de informações, mas não de um conjunto de respostas às questões por si colocadas. Deste modo impõe-se a selecção das informações que permitam construir a resposta desejada.

C. Síntese histórica – (do grego *synthesis*, que significa «composição»): junção material ou mental das partes ou aspectos de um objecto, que permite revelar os seus nexos internos, indispensáveis, e desta forma as leis inerentes a este objecto; reconstrução dos factos históricos na sua complexidade.

A investigação histórica deverá ter, como fim lógico, a elaboração de um trabalho cujo epílogo se concretiza através da síntese – a reconstituição dos factos na sua complexidade.

A crítica, externa e interna, dá-nos apenas factos isolados e muitas vezes heteróclitos. Torna-se pois, necessário repor esses factos isolados no seu contexto e sequência lógica, com os seus antecedentes e as suas repercussões, fazendo deles um todo com uma significação própria. É a verdadeira construção histórica.

Existem vários tipos de síntese ou construção histórica:

- **Biografia** – História de um indivíduo.
- **Monografia** – História de uma região, de uma guerra, de um período, de um país, etc.
- **História geral** – História em um ou em todos os seus aspectos (político, económico, social, institucional, cultural, religioso, técnico e psicológico).
- **História comparativa e filosofia da História** – Procura induzir leis gerais de um conjunto de factos e tende, frequentemente, a adoptar a forma de História Universal.

A História entre as ciências

A interdisciplinaridade

Que lugar ocupa a História no sistema das ciências? A tendência actual de uma História total baseada na longa duração impõe à História um diálogo com as restantes ciências sociais e humanas, a interdisciplinaridade, a fim de captar o social na sua totalidade.

A ideia de uma História total, que aborde o Homem sob diversos aspectos da sua vida, só pode ser materializada com recurso ao conhecimento de outras ciências.

Mas a História não se limita a buscar subsídios das outras ciências. Ela também contribui para o desenvolvimento das mesmas, transmitindo-lhe a dinâmica da duração.

Noções sobre epistemologia da História

Sobre a origem do conhecimento

Conhecimento é o reflexo activo e devidamente orientado do mundo objectivo e das suas actividades no cérebro humano. Produz-se através dos órgãos dos sentidos, do sistema nervoso e do cérebro em particular.

Etapas da produção do conhecimento

1.ª etapa – o ser humano capta a realidade que o circunda através dos órgãos sensoriais: visão, olfacto, audição, gosto e tacto. O seu cérebro responde, da forma mais fiel, à realidade, e fixa-a através da memória.

Epistemologia: disciplina que trata dos problemas filosóficos postos pela ciência, particularmente do valor do conhecimento científico.

A realidade vivida, uma vez captada e assimilada pelos diversos órgãos sensoriais, passa a fazer parte do conhecimento. Nesta primeira fase temos o conhecimento concreto ou sensorial, porque resulta da apreensão directa da realidade pelos órgãos dos sentidos.

Entretanto, o ser humano, com a ajuda de instrumentos científicos, pode ainda ampliar o conhecimento sensorial, redundando tal em seu próprio benefício.

2.ª etapa – o cérebro trabalha os conhecimentos já adquiridos. Analisa-os, relaciona-os e transforma-os em ideias.

A relação entre conhecimento sensorial e conhecimento lógico

O conhecimento sensorial e o conhecimento lógico interpenetram-se. O conhecimento sensorial é incapaz de revelar a natureza íntima das coisas, a sua essência e as leis do seu desenvolvimento. Com a ajuda dos órgãos dos sentidos é possível contemplarmos uma lâmpada eléctrica, mas não se pode imaginar que a corrente eléctrica é um fluxo de electrões que se movem a determinada velocidade.

Por meio dos sentidos não se pode perceber o movimento das partículas «elementares» e muitos outros fenómenos complementares da natureza e da vida social. É sabido, também, que o conhecimento das leis, das essências das coisas e das leis, pode servir de guia ao ser humano na sua actividade prática. É aí que o pensamento lógico ou abstracto, entra em sua ajuda.

Por outras palavras, o conhecimento lógico é uma etapa qualitativamente nova e superior no desenvolvimento do conhecimento. O seu papel consiste em revelar as propriedades e os traços principais do objecto.

Na fase do pensamento lógico, são conhecidas as leis de desenvolvimento da realidade, tão necessária na sua actividade prática. O conhecimento lógico e o sensorial formam, por conseguinte, uma unidade, complementando-se um ao outro, enriquecendo-se reciprocamente. Não se pode subestimar nem as indicações dos sentidos nem as conclusões da razão.

No entanto, os representantes do empirismo subestimam o papel do pensamento abstracto no conhecimento; consideram que somente a experiência sensorial dá ao ser humano o verdadeiro quadro do mundo.

Partindo do facto de que as noções não têm evidência sensorial, os empíricos afirmam que na realidade nada corresponde às noções, que elas são fruto da fantasia do ser humano.

Em contrapartida, os racionalistas não acreditam nos órgãos dos sentidos e consideram a razão e o pensamento abstracto as únicas fontes do verdadeiro conhecimento. Os racionalistas subestimam o papel do conhecimento sensorial e consideram que o ser humano é capaz de conhecer o mundo de forma puramente intuitiva, fora de qualquer experiência.

Na nossa abordagem à problemática do conhecimento, vimos que as primeiras etapas deste compreendem o conhecimento sensorial e o abstracto. Contudo, não é a esse nível que ele termina, a sua formação prossegue até níveis mais elevados, nomeadamente a percepção e a representação.

3.ª etapa – a percepção e a representação. A percepção é a forma mais alta do conhecimento sensorial. Reflecte o objecto na integridade sensorial imediata, no conjunto dos seus aspectos e particularidades externas.

A representação é a reprodução, na consciência do ser humano, de algo que foi percebido anteriormente: a reprodução de um acontecimento, agradável ou desagradável.

A prática como suporte do conhecimento

«... a fé, se não tiver obras, está morta em si mesma» (Tiago, 2:17).

A experiência acumulada ao longo dos séculos confirma a transcrição supracitada. O conhecimento sensorial e o abstracto são unidos: reflectem o mesmo mundo Natural, cuja base é a prática da humanidade. Ambos os graus de conhecimento têm uma base filosófica – o sistema nervoso do Homem.

A prática corresponde à actividade dos homens, cuja finalidade é transformar a Natureza e a sociedade em seu proveito. A sua essência é o trabalho, que fomenta a produção material e espiritual. É ainda o principal eixo da luta política e da luta de classes sociais, assim como a experimentação científica.

A prática constitui o ponto de partida e a base do conhecimento. Porquê? Em primeiro plano, porque o próprio conhecimento surgiu na base da prática, em particular, sob a influência da produção material.

É já de domínio comum que, desde a Antiguidade, o Homem sentiu a necessidade de ter de trabalhar para obter os meios para a sua subsistência. No decorrer do processo produtivo confronta-se, frequentes vezes, com as forças da Natureza que, gradualmente, ia conhecendo e vencendo, transformando-as e pondo-as ao seu serviço.

O desenvolvimento da produção ia, entretanto, exigindo crescentemente mais e novos conhecimentos. Já em períodos anteriores, o Homem viu-se na contingência de medir áreas de terra, de contar os instrumentos de trabalho e os produtos fabricados. Na sequência disso, surgiram os primeiros conhecimentos, por exemplo, a matemática. O Homem edificou habitações, construiu estradas, sistemas de irrigação e outros empreendimentos. Tudo isto implicava o conhecimento das leis da mecânica. Assim, sob o impulso das necessidades práticas, desenvolviam-se as capacidades mentais do Homem, o que fez surgir as ciências. A prática serviu também de base para o aparecimento das ciências sociais.

Em definitivo, a prática apetrecha o conhecimento científico com aparelhos, instrumentos e equipamentos e, deste modo, contribui para o êxito do conhecimento.

A questão da verdade em História

Verdade – designa aquilo que é firme, digno de confiança, estável, fiel, verdadeiro ou facto estabelecido; aquilo que se ajusta aos factos ou ao que é direito e apropriado; conformidade entre o pensamento ou a sua expressão e o objecto de pensamento; coisa certa e verdadeira; a verdade como conhecimento que corresponde às ligações e leis essenciais da realidade objectiva.

Há vários tipos de verdade, mas interessam-nos dois tipos de verdade:

- **A verdade relativa**, que é a correspondência incompleta entre o conhecimento e a realidade.
- **A verdade absoluta**, que é a verdade precisamente objectiva na sua plena integridade; é o reflexo absoluto da realidade. A verdade absoluta põe em destaque a cognição, incluindo a cognição científica e o processo histórico da prática.

Mas vejamos: de que depende a verdade? Do Homem ou do objecto? Dois sistemas filosóficos apresentam soluções divergentes:

O primeiro afirma que a verdade é subjectiva e depende do Homem, que determina, ele próprio, a veracidade dos seus conhecimentos sem levar em conta a situação real das coisas; esta é a **concepção idealista**.

Baseando-se nas conquistas da ciência e da prática secular do Homem, o segundo sistema afirma que a verdade é objectiva e, uma vez que reflecte o mundo que existe objectivamente, o seu conteúdo não depende da consciência do Homem; esta é a **concepção materialista**.

Como é possível ao Homem conhecer a verdade objectiva? De uma vez? Na íntegra? A solução é-nos dada por aquilo que é chamado «correlação entre a verdade absoluta e a verdade relativa». As diferenças entre a verdade absoluta e a relativa devem-se ao facto de que o grau de correspondência dos conhecimentos com a realidade e o grau de penetração do intelecto na realidade não são iguais.

Alguns conhecimentos correspondem à realidade na íntegra, de forma absolutamente exacta, enquanto outros apenas parcialmente.

A verdade absoluta é precisamente a verdade objectiva na sua plena integridade, é o reflexo absoluto da realidade.

A verdade absoluta pode, por um lado, ser conhecida na íntegra, pois não existem coisas incognoscíveis, não existe limite para a capacidade cognitiva do intelecto humano, por outro, não se pode conhecer a verdade absoluta logo de uma vez, na íntegra, só pode ser alcançada no processo infinito do conhecimento.

Cada nova conquista da ciência aproxima o Homem do conhecimento da verdade absoluta; permite-lhe conhecer novos elementos da verdade, seus novos elementos e aspectos. O progresso do Homem, no domínio do conhecimento, consiste precisamente em que o Homem, ao conhecer as verdades relativas, conheça também a verdade absoluta.

O conhecimento é, por conseguinte, ao mesmo tempo absoluto e relativo. É relativo porque não é completo, desenvolve-se e aprofunda-se, descobrindo novos aspectos da realidade. É absoluto, porque contém os elementos do conhecimento eterno e absolutamente exacto.

Finalmente, chegamos à parte crucial do nosso problema: o conhecimento histórico será absoluto? Será relativo?

A resposta mais consequente é: *Não há verdades definitivas em História. A verdade histórica é parcial, frágil e relativa.*



Exercícios de aplicação

1. Explique porque se considera que o tempo e o espaço são as duas dimensões fundamentais da História.
2. Uma das operações importantes no trabalho do historiador é a crítica histórica.
 - a) No âmbito da crítica histórica que nome se dá à selecção das fontes.
 - b) Em que fase da crítica histórica o historiador se preocupa em verificar a veracidade da mensagem contida no documento.
3. Indique cinco ciências auxiliares da História.
4. «O historiador é um homem como qualquer outro e não pode libertar-se das suas características humanas (...)»
 - Relacione o exposto acima e a relatividade do conhecimento histórico.

Resumindo

Nos primórdios da humanidade, antes do conhecimento da escrita, os seres humanos já transmitiam, de geração em geração, os conhecimentos, através da experiência e da oralidade.

O surgimento da escrita, no IV milénio a.n.e, permitiu que fosse registado por escrito o passado épico e religioso, o que deu origem às mitografias e cosmogonias, as mais antigas formas de literatura histórica que se conhecem.

A historiografia oriental não era científica, pois ocupava-se do estudo dos deuses e seus feitos através da simples compilação, sem qualquer tipo de análise crítica.

Na época clássica, a História deu os primeiros passos rumo à cientificação definindo-se, claramente, em termos de objecto de estudo, das metodologias e da função.

Na Idade Média, desenvolveu-se uma História cristã, providencialista, que, no lugar dos homens volta a colocar Deus no centro do seu estudo, considerando que toda a acção humana é resultado de um desígnio de Deus. A nível dos métodos assistiu-se também a um retrocesso, pois estes limitavam-se à interpretação dos dogmas divinos.

A época do Renascimento volta a ser dominada pelos esforços de secularização da História, sendo os procedimentos da época clássica retomados, embora não em forma de decalque da historiografia greco-romana.

A História humanista retomada no Renascimento aperfeiçoa-se nos séculos XVII e XVIII, a época do Iluminismo. Sob influência desta corrente cultural e intelectual, a História irá ganhar a verdadeira consciência de História, ao aprimorar-se em termos de objecto de estudo, lançando as bases da História total, e irá trazer a esta ciência o método crítico de investigação.

No século XIX, a História afirmou-se definitivamente como ciência, como resultado das contribuições dos românticos e, sobretudo, do Positivismo, do Historicismo e do Socialismo Científico. Neste século, o incremento do rigor na crítica às fontes foi o que de mais relevante se conseguiu.

O século XX, que abriu com uma situação de crise a nível da História, consolidou as conquistas desta ciência ao longo dos séculos anteriores, modelando definitivamente a ciência histórica no âmbito da chamada História Nova.

A evolução da historiografia africana foi marcada pela afirmação de três correntes, nomeadamente o eurocentrismo, o afrocentrismo e a corrente progressista.

Acompanhando a dinâmica universal, a historiografia africana evoluiu, igualmente, ao longo dos séculos, à medida da sua realidade socioeconómica, política, cultural e ideológica.



1. Faça corresponder, através de setas, as colunas **A** e **B** de modo a indicar os historiadores ligados às diferentes escolas historiográficas.

A	B
Historiadores	Escolas historiográficas
Heródoto	Grego
Paulo Orósio	
Flávio Josefo	Cristã
Plutarco	
Eusébio de Cesareia	Romana
Tito Lívio	

2. «A História faz-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando os há. Mas pode fazer-se sem documentos escritos se estes não existirem (...)»

Lucien Febvre

• Justifique a frase: «(...) Mas pode fazer-se sem documentos escritos se estes não existirem».

3. Mostre que, para explicar os factos históricos é indispensável situá-los no tempo.

4. «A História tornou-se uma maneira de pensar todos os problemas humanos (...). É o Homem Integral, em funções da coordenada do tempo (como da coordenada do espaço) que (A HISTÓRIA) visa compreender e aprender, reconstruindo quanto possível a atitude dos aspectos das sociedades e das civilizações.»

V. M. Godinho

• Comente o trecho transcrito, incidindo sobre:

O significado de: «A História tornou-se uma maneira de pensar em todos os problemas humanos (...)»

• As palavras ou expressões que reflectem o objecto da História.

5. O que entende por «Documento Escrito»?

6. Escreva o tipo de fonte descrito em cada frase:

a) Vestígios materiais do Homem (fósseis, restos de utensílios, etc.). _____

b) Informações gravadas em materias duros, tais como, a pedra, o bronze ou a cerâmica _____

c) Documentos de carácter oficial ou de carácter jurídico _____

7. O tempo e espaço são as duas dimensões principais da História.

• Explique porquê.

8. Estabeleça a diferença entre Heurística e Hermenêutica.

9. Qual é a diferença entre análise e síntese?

10. Complete a frase seguinte usando as palavras ou expressões que propomos.

Burguesa desígnios de Deus cronicões instituição
 Cristã apologética compilação
 Palaciana História apocalíptica verdade

Na Idade Média surgiu a historiografia **a)** _____ que defende que toda a acção humana é movida pelos **b)** _____ e por isso a sabedoria da **c)** _____ é a Sabedoria Divina. É uma História Universalista, repetitiva e cíclica, **d)** _____ pois defende um fim



bem definido e e) _____ na medida em que prevê o fim do mundo. Os géneros predominantes são os anais e os f) _____. Na última fase do período medieval, em particular na segunda metade do século XIV surgiu a historiografia g) _____, em geral, mais preocupada em apresentar a imagem mais conveniente à h) _____ servida pelo cronista do que com a i) _____. Por outro lado, inicia a produção de uma história j) _____ que se debruça sobre a cidade. A nível metodológico, os cronistas do século XIV começaram a aliar a k) _____ com o inquérito no terreno.

11. Faça corresponder os números às letras de modo a obter as definições correctas de cada conceito.

A. Conjunto de obras concernentes a um assunto histórico, produzidas numa determinada época ou local.	1. História
B. Aquilo com que se ocupa a ciência.	2. Mitografias
C. Registos das primeiras tentativas, pré científicas, de explicação do universo incluindo tanto elementos naturais como sobrenaturais.	3. Cosmogonias
D. Narrações de factos com recurso a seres sobrenaturais.	4. Historiografia
E. Conhecimento sistematizado sobre uma realidade concreta e com um objectivo bem definido.	5. Ciência
F. A pessoa que faz o estudo, ou seja, que produz o conhecimento.	6. Sujeito do conhecimento
G. A História é a ciência dos homens no tempo.	7. Objecto do conhecimento

12. Mencione quatro formas sob as quais se apresenta a literatura histórica cristã.

13. Reflectindo as transformações mentais da época do renascimento, também o conceito de História se modificou.

a) Analise o contributo de Jean Bodin para a evolução da História na época do Renascimento.

14. Preste atenção aos extractos seguintes:

«os factos falam por si»; «os factos devem vibrar na mente do historiador».

a) A que corrente historiográfica está ligada cada um dos dois extractos acima transcritos?

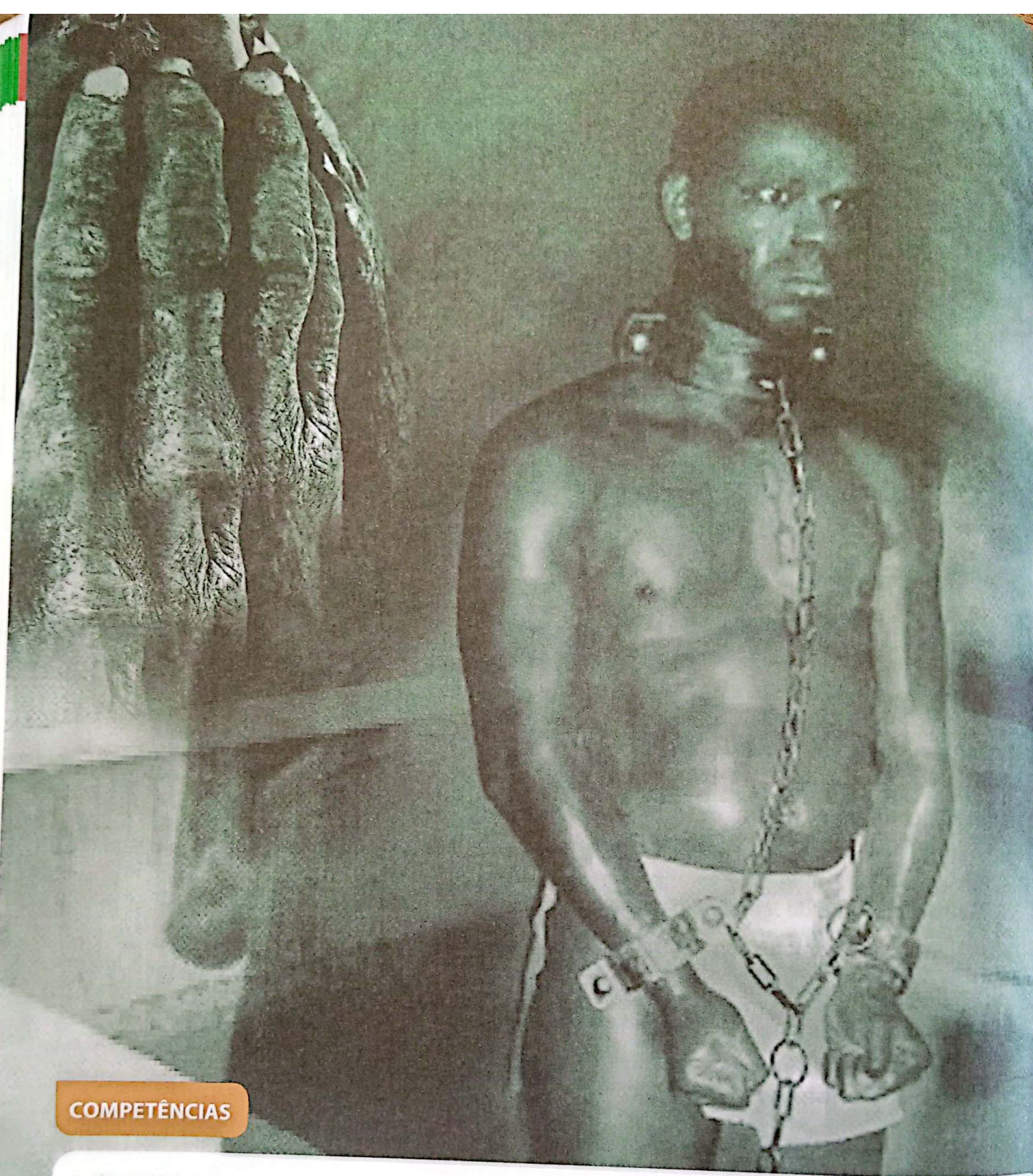
15. Assinale com um **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas.

a) A ideia de que a História nova não tinha originalidade, nem objectividade foi expressa por Fernand Braudel.

b) Braudel notabilizou-se como historiador pela autoria de uma nova de tempo histórico que defende a dimensão tripla deste.

c) No século XX a ideia de uma História ressurgiu graças ao contributo dos *Annales* entre 1946 e 58.

d) A ideia de uma história interdisciplinar surgiu na História graças aos contributos de Marc Bloch e Lucien Febvre.



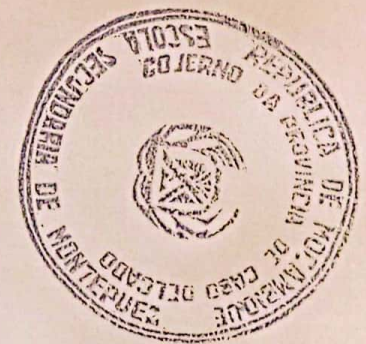
COMPETÊNCIAS

O aluno deve ser capaz de:

- Analisar os mapas de África antes e depois da Conferência de Berlim.
- Relacionar a cedência de Portugal perante os ingleses em África com a fragilidade económica portuguesa.
- Analisar criticamente casos de violação dos Direitos Humanos à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Reconhecer a falta de unidade como uma das razões do fracasso das primeiras resistências.

A Invasão, Partilha e Ocupação Efectiva de África

UNIDADE 2



Págs. 50 a 89

CONTEÚDOS

A África entre os séc. XV-XIX (revisão)

A invasão do Continente Africano

- As viagens exploratórias (objectivos, principais itinerários)
- A Conferência de Berlim e a partilha de África
 - Antecedentes: o Tratado de Zaire
 - Causas, objectivos e principais decisões da Conferência de Berlim (revisões)

A partilha e conquista de África

A resistência africana contra a ocupação europeia

- As causas da resistência
- As formas de resistência
- As consequências da Resistência Africana
- Exemplos de resistências
 - África do Norte
 - África Oriental
 - África Austral

A invasão do Continente Africano

África diante do desafio colonial

Durante milénios após o surgimento das primeiras comunidades, África manteve-se livre de qualquer presença estrangeira. África encontrava-se organizada em chefaturas, reinos, estados e impérios de dimensões variadas. Existiam ainda territórios habitados por comunidades nómadas.



Fig. 1 As formações políticas em África no séc XV

A fixação de estrangeiros em África iniciou por volta do século V quando chegaram os primeiros mercadores árabes que se fixaram na faixa oriental do continente. A partir desta altura, os mercadores árabes foram-se fixando ao longo da costa, onde fundaram feitorias e entrepostos comerciais, de onde faziam o seu comércio com os africanos trocando tecidos, missangas, artigos de loiça, etc., por ouro, marfim, peles, penas e outros.

No século XV, a expansão europeia no mundo levou a África os primeiros europeus, particularmente para a costa ocidental do continente. Desde esse período, e durante quatro séculos, os europeus foram-se fixando ao longo da costa, dedicando-se ao comércio com as comunidades africanas. Os europeus levavam de África o ouro, o marfim e os escravos em troca de armas de fogo, bebidas, tecidos e outros produtos manufacturados pela indústria europeia.

Tanto os árabes, a partir do século VI, como os portugueses, entre os séculos XV e XIX, fixaram-se em África apenas movidos por interesses comerciais. A sua preocupação era fazer comércio com as comunidades locais, obtendo, em troca, matérias-primas diversas e escravos.

O povoamento, tanto por mercadores árabes como por europeus, estava limitado a alguns locais ao longo da faixa costeira e, as relações entre africanos cingiam-se à esfera económica, comercial, pelo que não havia qualquer forma de dominação dos povos africanos. Eram os chefes africanos que estavam à frente dos seus reinos, estados e impérios e controlavam a actividade produtiva e o comércio com os mercadores estrangeiros.

Com a penetração mercantil europeia em África desenvolveu-se um comércio ligando três principais pólos: África, Europa e América, constituindo-se uma espécie de triângulo comercial.

O comércio triangular

O comércio triangular é uma expressão utilizada para designar um conjunto de relações comerciais dirigidas por países europeus entre as metrópoles e os vários domínios ultramarinos, de carácter transcontinental, apoiado em três vértices geopolíticos e económicos: Europa, África e América (Norte, Centro e Sul). Embora em plano secundário, existiam também relações comerciais com a Ásia.

O vértice europeu deste comércio assenta nas principais potências navais e políticas do Velho Continente: Holanda, Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

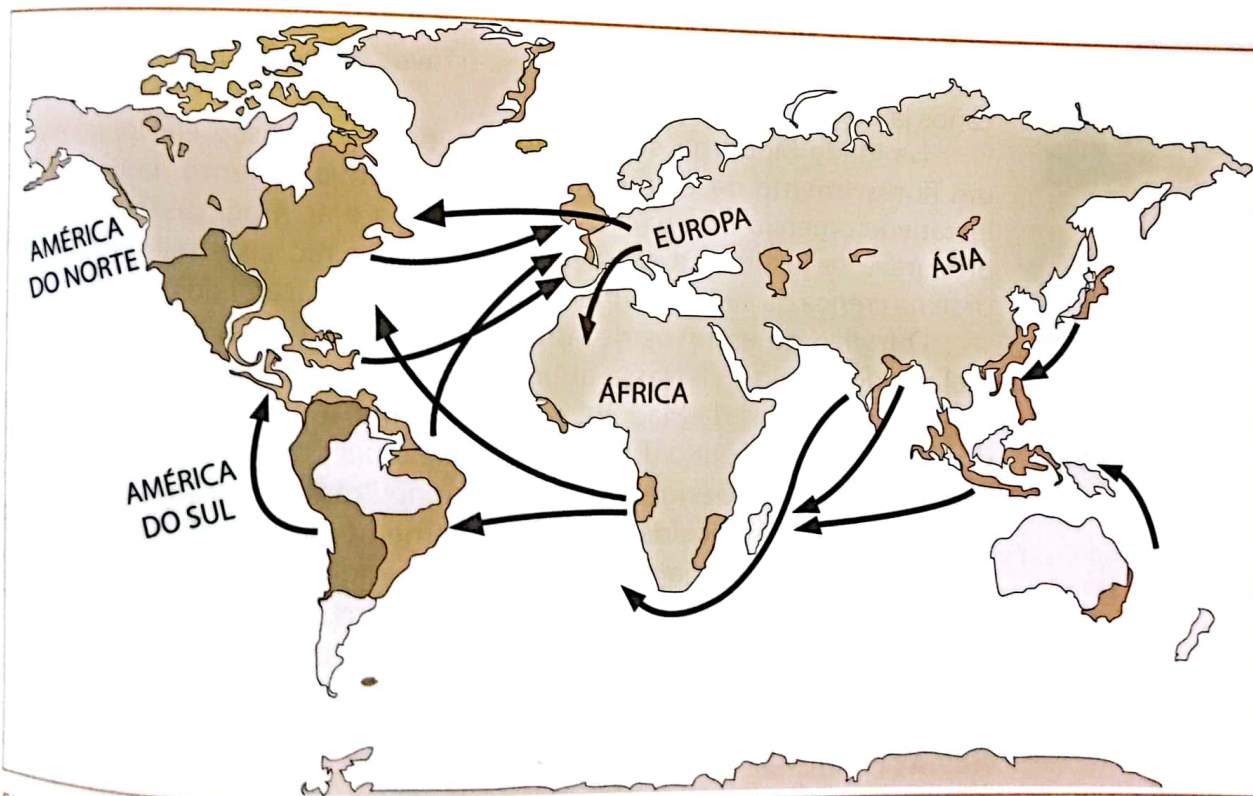


Fig. 2 As rotas do comércio triangular

Da Europa saíam produtos manufacturados, como armas de fogo, rum, tecidos de algodão, ferro, jóias de pouco valor, entre outros artigos. O destino principal era África, donde levavam escravos em troca. Os compradores de escravos adquiriam esta «mercadoria» de europeus ou africanos, quer no litoral, quer no interior. Muitas vezes, eram colonos americanos a comprar directamente em África escravos, sem intermediários europeus.

De África saíam escravos para as minas e plantações das Américas. Em troca de escravos, os europeus levavam da América o açúcar, o tabaco, as moedas de ouro e prata (ou em barra, e até mesmo em forma de letras de crédito de praças financeiras como Londres, Bordéus, Amesterdão, Nantes, Antuérpia...).

Então, pode-se falar da pilhagem do Continente Africano antes da ocupação imperialista?

Claro que sim! Além de não conhecer o valor da sua produção, os africanos não tinham a preocupação de obter riqueza através do comércio, mas apenas conseguir aquilo que não produziam. Este facto levou a que os africanos fossem facilmente enganados, fazendo com os europeus o chamado «comércio desigual». Além do comércio desigual, a pilhagem dos povos africanos realizou-se através do tráfico de escravos, que retirou de África o seu principal recurso – o Homem.

O tráfico de escravos

Uma das práticas mais condenáveis de que há na memória foi sem dúvida a escravatura, praticada por muitos povos, em diferentes regiões, desde as épocas mais antigas. O comércio de escravos estava fortemente implantado em África, durante milhares de anos, tendo constituído a base da economia de formações políticas africanas como os Ashanti do Gana e os Yoruba da Nigéria. O tráfico e comércio de escravos era intercontinental, existindo referências do comércio de escravos europeus nos mercados africanos já durante o Império Romano.

Na Idade Moderna, sobretudo durante a expansão europeia, houve um florescimento da escravidão com o desenvolvimento de um cruel e lucrativo comércio de escravos entre a África e as Américas. Nesta altura, procurava-se justificar a escravidão por razões morais e religiosas e com base na crença da suposta superioridade racial e cultural dos europeus.

O tráfico de escravos de África para América teve início na primeira metade do século XVI. Nessa altura, o conhecimento adquirido no fabrico do açúcar nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a partir de 1530 e a criação do Governo Geral para o Brasil em 1549, levou a Coroa portuguesa a incentivar a construção de engenhos de açúcar no Brasil. Mas a produção de açúcar esbarrava nas dificuldades no recrutamento da mão-de-obra e na falta de capitais para financiar a montagem dos engenhos de açúcar. Por outro lado, as epidemias que dizimavam os escravos índios obrigaram a Coroa portuguesa a proibir parcialmente a escravatura de índios.

A partir de 1560, com o incremento da produção de açúcar e a descoberta de ouro, no século XVIII, este abominável tráfico intensificou-se.

As condições de transporte dos escravos eram simplesmente degradantes, o que levava a que cerca de 40% dos negros embarcados morressem durante a viagem nos porões dos navios que os transportavam.

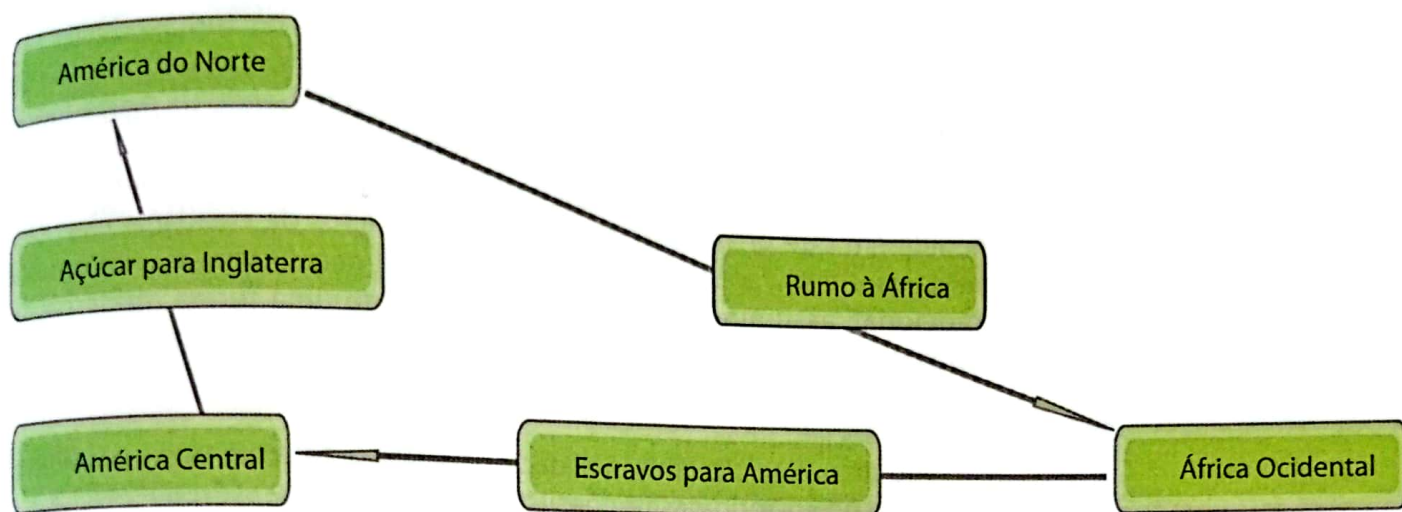
No Brasil, os escravos eram levados, normalmente para os portos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, e daí eram transportados para outras cidades.

Embora tenha sido formalmente abolido em 1830, o tráfico de escravos continuou, principalmente, com os *raids* dos Piratas da Barbária até ao fim do século XIX.



Simbolo da escravatura – corrente com a qual os escravos eram presos para não fugirem. É o testemunho da brutalidade com que eram tratados os escravos.

As rotas do comércio escravagista



O impacto do tráfico de escravos foi simplesmente aterrador para África:

- Alimentou guerras internas pois para os chefes e reis africanos constituía uma importante fonte de acumulação de riqueza.
- Abalou organizações tradicionais na medida em que, vezes sem conta, as comunidades eram devastadas pelos caçadores de escravos.
- Destruíu reinos, tribos e clãs que ficaram literalmente despovoados na sequência deste tráfico.
- Matou, criminosamente, milhões de negros alguns em confronto com os caçadores de escravos grande parte durante a viagem e outros na sequência das sevícias durante o trabalho.

Além das várias consequências negativas, o tráfico de escravos também foi responsável pela implantação de elementos típicos dos africanos como a música, dança, culinária, língua, mitos, ritos e a religião na cultura da América.

O tráfico de escravos entrou paulatinamente em regressão a partir de 1803, com a abolição deste mal na Inglaterra até ser formalmente na segunda metade do século XIX, altura em que o movimento abolicionista atingiu os últimos focos. Entretanto, o fim formal da escravatura nunca foi motivo de real satisfação, sobretudo, para as sociedades mais vulneráveis de África, Ásia e América na medida em que deu lugar a uma prática análoga, o Tráfico de Seres Humanos ou o tráfico de pessoas, que nos últimos tempos tem assumido proporções preocupantes à escala mundial.

Segundo o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (Palermo, 2000), entende-se por tráfico de pessoas «o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração».

Esta prática visava, essencialmente, fins de exploração sexual e laboral. Muitas vezes, mulheres e crianças eram levadas para fora do país, onde eram prostituídas, violentadas e vendidas a preços altos. O turismo sexual e o embarque de mulheres para trabalharem em casas nocturnas e boites são a face mais saliente desta triste prática. A estes destinos junta-se a venda de órgãos, adopção ilegal, pornografia infantil, o contrabando de mercadorias e o contrabando de armas e o tráfico de drogas.

O tráfico de seres humanos é um atentado aos direitos humanos e uma medida em que priva as pessoas dos seus direitos de cidadania mais elementares, e tem impacto dramático nas suas dimensões física, psicológica e emocional, assumindo mesmo a dimensão de uma forma moderna de escravatura. É uma forma de escravidão alicerçada em lógicas de exploração sexual e laboral, associada a fenómenos sociais como a pobreza e exclusão social.

Algumas organizações internacionais que se ocupam desta problemática como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a organização «Juntos contra o tráfico de seres humanos» colocam o tráfico de seres humanos entre as práticas criminosas mais lucrativas a par do tráfico de armas e de drogas com lucros que variam entre os 27 biliões e 32 biliões de dólares por ano.

Para estas e outras entidades envolvidas no combate, impõe-se uma intervenção articulada entre os diversos países (de origem e de destino das pessoas traficadas), através de acções de prevenção, repressão e de apoio às vítimas.

A partir de finais do século XVIII e início do século XIX, a atitude dos europeus em relação a África modificou-se. Os europeus, que, até finais do século XVIII não mostravam interesse em penetrar no interior de África, começaram nesta altura a manifestar interesse pelo interior do Continente Africano.

Como é que se explica esta mudança de atitude?

Vejamos algumas razões:

O movimento contra a escravatura

Desde princípios do século XIX, a Grã-Bretanha, a França e os outros estados enviaram esquadras militares para os três mares em volta do Continente Africano (Oceano Atlântico, Oceano Índico e mar Mediterrâneo), com a finalidade de combater o tráfico escravagista.

O movimento missionário

As igrejas, em particular protestantes, lançaram-se, no século XIX, num amplo movimento anti-esclavagista, considerando que estava a ocorrer em África um verdadeiro genocídio e sugerindo o controle incluindo a conquista, de África pela Europa para acabar com o que estava a acontecer.

A curiosidade científica e o espírito de aventura

Apesar de constituir, desde o século XV, uma das principais fontes de riqueza para os europeus, no século XIX África continuava uma incógnita. Assim, nesse século, uma das maiores preocupações dos europeus era conhecer esse «continente misterioso».

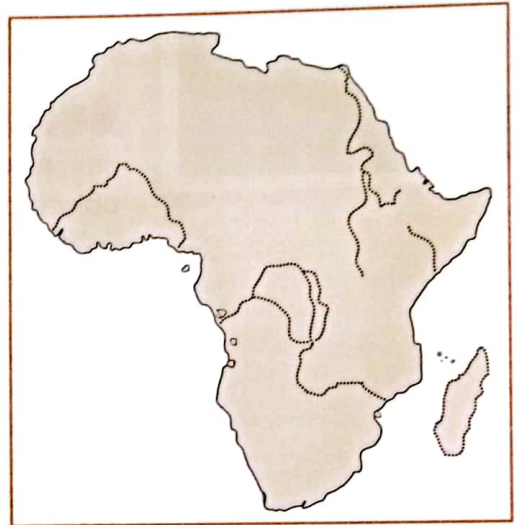
O impacto da Revolução Industrial

Com a Revolução Industrial o papel de África para a Europa modifica-se. Se até ao século XIX África era o principal fornecedor de força braçal às plantações e minas nas Américas, a partir desta altura já não era isso que interessava à Europa. O que os europeus queriam agora era África a produzir matérias-primas para a Europa e a absorver a crescente produção industrial europeia. Após a Revolução Industrial, os africanos eram mais úteis como produtores de matérias-primas e consumidores da produção industrial europeia nos seus locais de origem do que enviados como escravos às Américas.

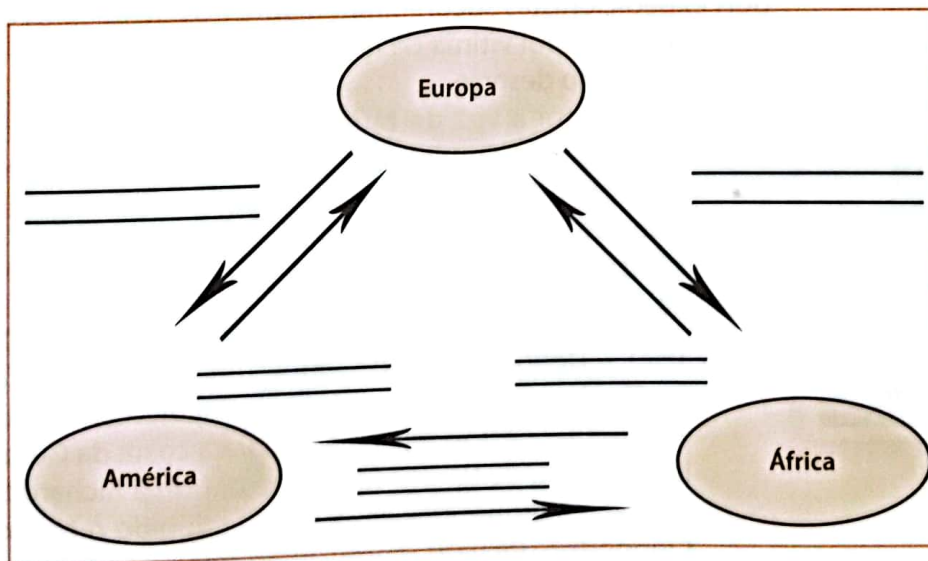
? Exercícios de aplicação

1. Observe atentamente o mapa.

- Assinale, no mapa, cinco Estados ou Reinos Africanos do século XV.
- Caracterize as relações entre a África e a Europa entre o século XV e o século XVIII.



2. Indique os principais produtos que circulavam no comércio entre Europa, África e América.



3. Entre os séculos XVI e XIX, a presença europeia em África tinha carácter mercantil e limitava-se às regiões costeiras.

- Aponte as razões do interesse dos europeus pelo interior de África.

As viagens exploratórias

Se as razões expostas justificam o interesse dos europeus pelo interior de África, no início do século XIX ainda não estavam criadas as condições para a penetração, pois «África era uma incógnita». Os europeus não tinham nenhum conhecimento sobre as terras africanas, sobre os seus habitantes, os perigos que os esperavam, nem sobre as vias de acesso.

O avanço para o interior só foi possível graças à acção dos exploradores. Com efeito, desde princípios do século XIX, colunas militares, mercadores e missionários começaram a palmilhar o continente. O objectivo era estudar, fazer o reconhecimento do continente.

As viagens exploratórias ou de reconhecimento tinham como principal objectivo produzir o máximo de informação sobre o Continente Africano e, em particular, sobre as vias e condições de acesso ao interior. Portanto, as viagens exploratórias incidiram sobre as principais vias de acesso ao interior (os rios).

As principais viagens exploratórias

As viagens exploratórias ou de reconhecimento tinham como principal objectivo produzir o máximo de informação sobre o Continente Africano e, em particular, sobre as vias e condições de acesso ao interior. Portanto, as viagens exploratórias incidiram sobre as principais vias de acesso ao interior (os rios).

Os principais itinerários

Na África Ocidental, a principal dúvida rodava em torno do curso do Níger, que até ao século XIX alimentava as mais diversas interpretações. Para seguir o curso do Níger, a Grã-Bretanha criou em 1778, através de sir Joseph Banks, a Associação Africana.

As duas primeiras expedições foram lançadas a partir da Serra Leoa, com Houghton à cabeça e do Egipto, sob a liderança de Hornemann. Os dois expedicionistas sucumbiram diante dos obstáculos que se lhes colocaram. O primeiro foi vítima da hostilidade dos árabes, enquanto Hornemann desapareceu no deserto.

Em 1795 foi a vez de Mungo Park, acompanhado por cerca de 40 homens, partir da Gâmbia. Após enfrentar verdadeiras agruras, conseguiu chegar a Segou, mas não conseguiu alcançar o destino, Tombuctu e morreu nos rápidos de Bussa, quando tentava seguir até à foz do Níger.

No início do século XIX, novas expedições foram lançadas pelo governo britânico. Vejamos:

- 1821 – Denhan e Hugh Clapperton partiram de Trípoli em direcção ao Chade e conseguiram alcançar Socoto.
- 1825 – Clapperton foi enviado para a costa da Guiné para tentar localizar o porto de Rakah. Juntou-se depois a Richard Lander, com quem visitou o Yoruba, o Socoto, tendo atingido o Níger. Após a morte de Clapperton, Richard juntou-se ao seu irmão John, sob a bandeira britânica, percorreram o curso do Níger e, finalmente, representaram num mapa o curso exacto do rio.
- 1826 – Gordon Laing partindo de Trípoli, alcançou Tombuctu.
- 1827 – René Cailé partiu da costa da Guiné em direcção a Tombuctu.



Fig. 3 Hugh Clapperton
(1788-1827)

Em seguida conseguiu chegar a Fez, no sul de Marrocos.

• 1850 – Henri Barth, alemão que viajou por conta do governo britânico, foi o maior explorador da África Ocidental. O seu périplo incluiu Air, Haússa e Bornu, o curso superior do rio Benué, Gwandu e Tombuctu. Ao contrário da maioria dos outros exploradores, que se limitou à descoberta de novos objectos geográficos, Barth fez registos de valor inestimável sobre a vida das comunidades do interior de África.

Na África Oriental e Central, o principal que se pretendia esclarecer era a nascente do Nilo.

Os primeiros exploradores que passaram pela região foram os missionários Rebmann e Krapf.

Enquanto Rebmann conseguiu ser o primeiro europeu a escalar o cume do monte Kilimanjaro, Krapf traçou um mapa da região, embora com muito pouca informação.

Em conjunto, Rebmann e Krapf compilaram o primeiro dicionário e a primeira gramática swaílis.

Em 1858, foi a vez de Burton e Speke, ao serviço da Sociedade Real de Geografia, descobrirem o lago Tanganyika. Com Burton doente, Speke descobriu um grande lago a que chamou Vitória.

Em 1860, Speke contornou o lago Vitória, apercebeu-se de que aí nascia um enorme rio e concluiu tratar-se do Nilo.

Samuel Baker e esposa descobriram o lago Alberto.

David Livingstone foi a maior referência na África Central e Austral. Tendo chegado à África do Sul em 1849 atravessou o Calaari, antes de descobrir o lago Ngami e seguiu para Ocidente até Luanda. Depois seguiu pelo

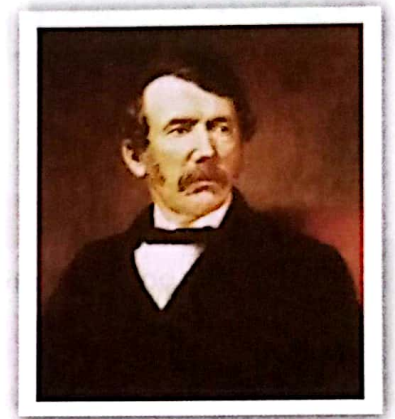


Fig. 4 David Livingstone (1856-1873)

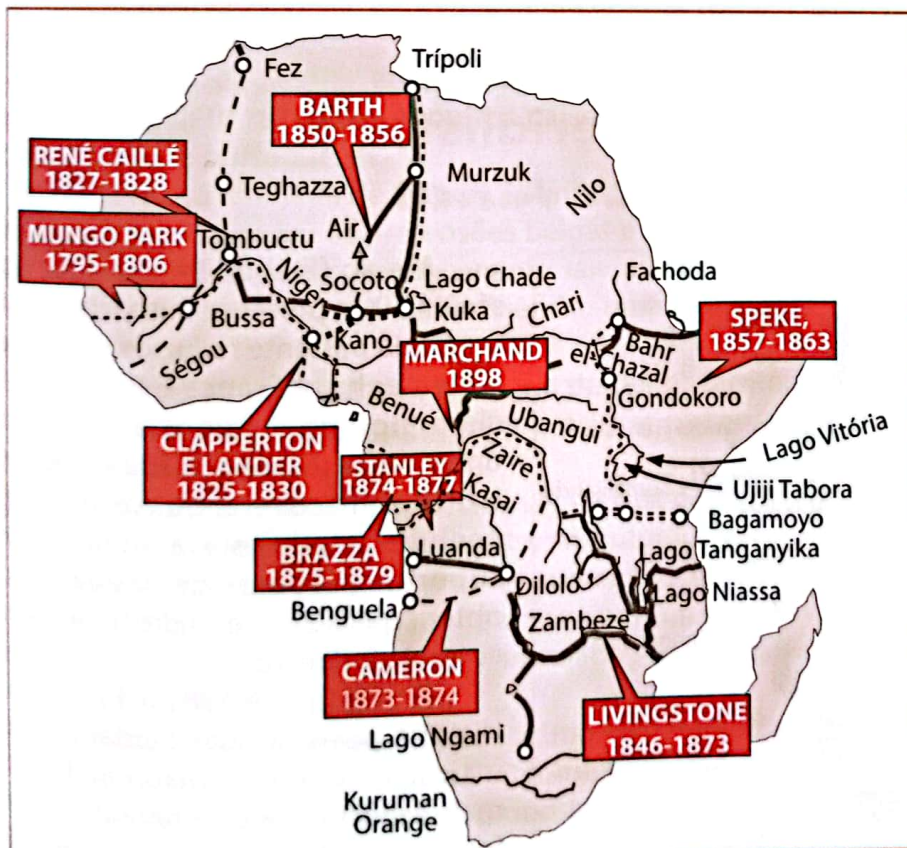


Fig. 5 As explorações em África no século XIX



Fig. 6 Henri Morton Stanley (1841-1904)

Zambeze de Oeste a Leste tendo chegado às cataratas do Zambeze a que chamou quedas Vitória. Em 1856, chegou ao oceano Índico e dois anos mais tarde, descobriu o lago Niassa. Depois alcançou o Tanganyika e o Lualaba. Morreu em 1873, em África.

Henri Morton Stanley (1841-1904) veio pela primeira vez a África, em 1858, com o objectivo de convencer Livingstone a regressar a Inglaterra, mas teve de retornar sem sucesso pois Livingstone recusou-se a segui-lo.

Em 1875 retornou a África e, tendo contornado o lago Vitória, confirmou a descoberta de Speke sobre a nascente do Nilo. Constatou que o lago Tanganyika não tinha saída para o norte e que o Lualaba conduzia ao rio Congo. Com as descobertas de Stanley ficaram esclarecidas todas as interrogações sobre as principais vias de acesso ao interior do Continente Africano.



Exercícios de aplicação

1. Faça corresponder, através de setas, as colunas A e B.

A	B
1. Foi o maior explorador da África Equatorial e, na década de 1870, colocou-se ao serviço do rei belga Leopoldo II.	A. David Livingstone
2. Destacou-se pela sua real preocupação com a questão do tráfico de escravos e granjeou grande simpatia entre os africanos.	B. Henri M. Stanley
3. Foi o primeiro a descobrir que o Nilo nascia no lago Vitória.	C. Savorgnam Brazza
4. Foi a maior referência das explorações na África Ocidental.	D. Burton
5. Esteve no Congo ao serviço da França.	E. Henri Barth

A corrida imperialista e a partilha de África



Fig. 7 A presença europeia em 1880

Até ao final do terceiro quarto do século XIX, a presença europeia em África era ainda bastante reduzida. A Inglaterra, a Alemanha, a França e Portugal exerciam alguma influência em África e tinham interesses comerciais. Mas o controlo político era quase nulo, pois nenhum estado estava interessado em suportar despesas de ocupação para obter aquilo que se podia ter através do controlo indirecto.

O período de 1880 a 1935 ficou na História pelas rápidas mudanças que o marcaram. Contudo, mais rápidas ainda, mais espectaculares e também trágicas, foram as que se operaram entre 1880 e 1910, o período da conquista e ocupação de África pelos europeus.

Tratou-se de um fenómeno realmente espantoso, pois em 1880 os europeus ocupavam apenas algumas regiões ao longo da costa, cuja extensão representava cerca de 20% do território africano.

A única região em que se notava presença europeia no interior era o extremo sul do continente, onde havia europeus no interior do Cabo. O restante do Continente Africano mantinha a sua total autonomia sob a direcção dos reis e chefes africanos.

Entretanto, em pouco mais de trinta anos, esta situação política alterou-se profundamente. Em 1914, toda a África, exceptuando a Etiópia e a Libéria, encontrava-se sob domínio dos europeus.

O quadro descrito acima iria alterar-se drasticamente no último quartel com o início daquilo a que se chamou corrida imperialista.

Corrida imperialista é como se convencionou chamar ao ambiente de disputa por África, por parte dos estados europeus, entre finais da década de 1870 e princípios da década de 80.

Os factores que desencadearam a corrida

Em 1876, o rei Leopoldo II convocou a Conferência Geográfica de Bruxelas na qual fundou a Associação Internacional do Congo, tendo como objectivos a exploração do continente, o combate ao tráfico escravagista e a introdução da civilização (europeia).

Para perseguir estes objectivos, em 1879, Leopoldo II contratou Henri Morton Stanley para a Associação, com a tarefa de criar postos e assinar tratados com os chefes africanos.

As actividades de Stanley em representação da Bélgica no Congo originaram de imediato reacções de outros países europeus, com destaque para os franceses e portugueses.

A França que, à chegada de Stanley, já tinha Savorgnan Brazza em missão exploratória, não cedeu às pretensões belgas e instalou-se a disputa da região entre estes dois países. Paralelamente, lançou-se na consolidação do seu domínio nos territórios sob sua influência, nomeadamente Madagáscar, Argélia e outros.

Por seu turno, os portugueses, temendo perder os territórios que consideravam de sua influência, começaram a ocupar os seus territórios no interior de Moçambique.

Era o início da corrida entre os estados europeus pela ocupação de territórios, que rapidamente iria envolver outros estados.

A Inglaterra, não querendo ficar atrás, começou a mudar a sua atitude em relação às áreas de sua influência, optando por impor maior domínio. Já a Alemanha, que até esta altura tinha-se instalado em Walvis Bay, Namíbia, começou a avançar para o interior.

Esta corrida imperialista não foi pacífica, mas sim marcada por conflitos. Na busca de soluções para os conflitos inter-imperialistas, que ameaçavam levar à confrontação, Portugal avançou a proposta de uma conferência internacional. Esta ideia não vingou, sob os auspícios dos portugueses, mas foi retomada pelos alemães que, em 1884/85, organizaram a Conferência de Berlim.

A Conferência de Berlim

Antecedentes: o tratado do Zaire

Na segunda metade do século XIX, quando a disputa dos territórios africanos ganhava ímpeto, Ferreira do Amaral, então governador geral de Angola, designou Brito Capelo para assegurar a posse das regiões que confinam com o paralelo de 5°12' sul e assinar tratados com os chefes locais, estabelecendo a soberania portuguesa nos territórios de Cacongô e Massábi.

A França e a Inglaterra mostraram-se então preocupadas com a iniciativa, pelo que foi assinado entre Portugal e Inglaterra, a 26 de Fevereiro de 1884, em Londres, um acordo – o Tratado do Zaire.

Este tratado foi contestado pelos outros estados europeus (França, Alemanha, Espanha e Holanda) e, também, pelos Estados Unidos da América.

Para estes países, aceitar o tratado do Zaire era o mesmo que reconhecer os direitos históricos de Portugal e o exercício, em benefício da Inglaterra e de Portugal, de um poder exclusivo de policiamento e fiscalização no curso superior do Zaire.

Por outro lado, por este tratado, Portugal e Inglaterra ficavam, de facto, unidos contra a política africana da França e de Leopoldo II.

Perante a exigência de reconhecimento de outras potências, Portugal propôs uma conferência internacional para tratar das questões pendentes. A Inglaterra não concordou com a sugestão. Pouco depois, Leopoldo II sugeriu a reunião de uma conferência internacional destinada a delimitar os territórios em África sobre que as diversas potências alegassem direitos. Nascia, assim, a Conferência de Berlim.

Causas, objectivos e decisões da Conferência de Berlim

A principal razão que levou à convocação da Conferência de Berlim foram os conflitos entre os estados europeus motivados pela disputa de territórios em África. Como principais objectivos deste evento, destacam-se a eliminação e prevenção de conflitos, relacionados com a partilha, entre os estados europeus, bem como o estabelecimento dos mecanismos da partilha.

As decisões da Conferência de Berlim

Como se pode ver no documento foram várias as deliberações da conferência mas podem ser resumidas a três ideias principais.

- Reconhecimento do Estado Livre do Congo
- A liberalização do comércio nas bacias do Congo e do Níger
- O estabelecimento do princípio da ocupação efectiva

Ao abrir as principais bacias hidrográficas ao livre comércio das diferentes potências europeias e ao adoptar o princípio de ocupação efectiva, a Conferência de Berlim procurou atacar as principais razões de conflito entre os países imperialistas.



Lendo mais...

A Conferência de Berlim

Reuniu-se no dia 15 de Novembro último, em Berlim, uma conferência internacional de várias potências coloniais ou que se presumem colónias, para regular a navegação e comércio no Zaire, demarcar os limites ocupados por Portugal, o principal Senhor daquela região, e de outras nações que ali ocupam pequenas extensões, como a França, Inglaterra e ultimamente a Alemanha.

As nações representadas no congresso pelos seus ministros e delegados são as seguintes:

- | | | |
|-----------------|-----------------------------|-----------|
| • Alemanha | • Áustria-Hungria | • Bélgica |
| • Dinamarca | • Estados Unidos da América | • França |
| • Espanha | • Inglaterra | • Itália |
| • Países Baixos | • Portugal | • Rússia |
| • Suécia | • Noruega | • Turquia |

O comércio de todas as nações gozará de uma completa liberdade.

- 1.º Em todos os territórios que constituem a bacia hidrográfica do Congo e seus afluentes. Esta costa é delimitada ao Norte pelas costas do Niari, Ogooué, Shire e Nilo, a Este pelo Lago Tanganyika, ao Sul pela costa do Zambeze e Loge, compreendendo portanto, todos os territórios regados pelo Congo e seus afluentes, incluindo a lago Tanganyika e seus tributários orientes.
- 2.º Na zona marítima que se estende sobre o Oceano Atlântico, desde Setta-Camma até à embocadura do Loge. O limite setentrional seguirá o curso do rio que desemboca em Sette-Camma, e a partir de sua origem se dirigirá por Este até à junção com a bacia hidrográfica do Congo.
- 3.º Na zona que se prolonga a Este do Congo, como já estava limitada até ao Oceano Índico, desde o 5.º (quinto) grau de latitude Norte até à embocadura do Zambeze, ao Sul deste ponto a linha de demarcação seguirá o Zambeze até 5 milhas acima do confluente do Shire, e continuará pela linha mais lata que serve de separação às águas que correm até ao lago Niassa e aos tributários do Zambeze, para demarcar finalmente a linha de separação das águas do Zambeze e do Congo.

Ao estender à zona oriental o princípio de liberdade do comércio, este princípio não será aplicado aos territórios que pertençam actualmente a qualquer estado independente e soberano, salvo quando a isso prestem consentimento. As potências acordarão empregarem toda a sua influência no sentido de assegurar a todas as nações as condições mais vantajosas para o seu comércio.

«I Todas as bandeiras, sem distinção da nacionalidade, terão livre acesso em todo do litoral dos territórios enumerados.»

«II As mercadorias importadas nestes territórios ficam livres de direitos de entrada e de trânsito. As potências reservam-se o direito de decidir, ao fim de um período de vinte anos, se convirá continuar a manter a franquia de entrada.»

«III Toda a potência que exerça actualmente ou de futuro direitos de soberanias nos territórios mencionados, não poderá conceder neles nenhuma espécie de monopólio ou privilégio em matéria comercial.»

«IV Todas as potências que exerçam soberania ou influência nos mencionados territórios, se comprometem a valer pela conservação da população indígena e pelo melhoramento das suas condições morais e sobretudo do tráfico de negros; outros, sim, protegerão sem distinção de nacionalidade nem religião, todas as instituições e empresas religiosas, científicas e caritativas, que tendam a instruir os indígenas e a fazer compreender as vantagens da civilização...»



Exercícios de aplicação

1. Diga quando em que país teve lugar a conferência de Berlim.
2. Indique o(s) país(es) que participaram na conferência.

A partilha e conquista de África

Entre as várias deliberações que saíram da Conferência de Berlim, o princípio da ocupação efectiva foi o que maior impacto teve na evolução posterior de África. Segundo este princípio, a presença na costa não dava direitos sobre as terras do interior pelo que qualquer potência que reclamasse autoridade sobre determinado território devia proceder à sua ocupação efectiva. Com este enunciado, ficava claro que as terras que não estivessem sob ocupação efectiva podiam ser tomadas por qualquer potência.

Pois bem, diante desta decisão, todas as potências viram-se forçadas a agir no sentido de preservar as suas áreas de influência. Assim, logo depois da Conferência de Berlim os estados europeus lançaram-se na conquista, seguindo duas vias: os tratados e a via militar.

Os tratados

No período a seguir à Conferência de Berlim, no qual a maior pretensão dos estados europeus era a ocupação de África, os tratados constituíram um dos principais instrumentos.

Existiam dois tipos de tratados: os afro-europeus e os bilaterais.

Os tratados afro-europeus

Eram assinados entre os chefes africanos e os europeus. Eram também de dois tipos. Por um lado, existiam os tratados comerciais ou ligados ao tráfico de escravos e que originaram a intervenção política europeia em África. Por outro lado, existiam os tratados políticos, através dos quais os chefes africanos faziam concessões aos europeus em troca de protecção. Os tratados políticos eram feitos entre os africanos e representantes dos governos europeus ou organizações privadas, que depois cediam os acordos aos seus governos. Os acordos políticos não produziam, só por si, resultados concretos em termos de ocupação, mas eram usados quer como pretexto para a ocupação, quer como instrumento para conseguir vantagens nas disputas com outros estados.

Entretanto, para os chefes africanos, estes tratados não foram assinados tendo em vista renunciar à sua soberania, mas sim com a finalidade de dar o melhor ao seu povo. Em alguns casos, esses tratados foram assinados para estreitar relações com um estado europeu de modo a superiorizar-se aos seus inimigos. Noutros casos, os estados africanos pretendiam com os tratados obter alianças que lhes permitissem libertar-se do domínio de outros estados, ou o estado dominador procurava reforçar o seu poder para perpetuar o seu domínio. Havia ainda casos em que os tratados visavam permitir maior capacidade para enfrentar a ameaça de outros estados europeus.

Os tratados bilaterais

Eram assinados entre as potências europeias, em regra, a seguir à delimitação das áreas de influência pelas potências. Sempre que um estado europeu determinasse a sua área de influência era preciso que os outros países aceitassem ou, no mínimo, não contestassem para que se considerasse válida a possessão. Entretanto, como as áreas de influência eram frequentemente contestadas, tornavam-se quase sempre necessários os tratados para resolver as disputas territoriais.

A África Ocidental tornou-se, assim, foco de conflitos entre os ingleses e os franceses.

A França, instalada no Senegal, tentou expandir-se para o Níger e enviou missões a partir da Costa do Marfim e do Daomé para a curva do Níger para se fixar à volta da região Mossi. Na mesma altura, a Grã-Bretanha, que se fixara na Ashantia e no baixo Níger, tenta avançar para o norte para controlar o país Mossi e os sultanatos Peules. O conflito entre os dois países estendeu-se igualmente aos países do Alto Volta e ao Chade.

Nos Camarões, existiam missionários ingleses que trabalhavam há vários anos, mas os alemães assinaram, em 1884, tratados com os chefes locais. As reivindicações inglesas e o avanço dos franceses a partir da Guiné geraram, na região, um conflito tripartido.

As disputas entre as potências imperialistas na África Ocidental só seriam ultrapassadas após a assinatura da Convenção do Níger em 1898, que veio regulamentar a partilha da região entre as potências.

Na África Equatorial, Oriental e Central, a França e a Bélgica disputavam o Congo. A assinatura dos acordos do francês Brazza com os makololo originou um conflito franco-belga na região, que também era pretendida pelo rei Leopoldo II. Não tendo havido entendimento, a disputa foi levada à Conferência de Berlim onde Estados Unidos da América, e Alemanha sustentaram as pretensões belgas, tendo sido reconhecido o Estado Livre do Congo. Os acordos de 1891 e 1894 permitiram a fixação das fronteiras do novo estado com Angola, na época, colónia portuguesa.

Na África Central e do Sul, Inglaterra e Portugal foram os principais protagonistas. O choque de interesses entre os portugueses, que pretendiam criar um império ligando Moçambique a Angola, e os ingleses, que sonhavam com um império que se estendesse do Cabo ao Cairo, eclodiu nos meados da década de 1880. Em 1890, a Inglaterra enviou um ultimato a Portugal exigindo a sua retirada dos territórios correspondentes aos actuais Zimbabwe e Zâmbia. Após esta acção de força da Inglaterra, Portugal assinou com este país um tratado de fronteiras em 1891, através do qual foram delimitadas as áreas de cada potência.

No Sudoeste Africano, os alemães, que se tinham instalado em Walvis Bay desde 1842, começaram o avanço em direcção ao interior, o que provocou a reacção inglesa, que via o seu plano Cabo-Cairo em perigo. Os acordos de Abril e Maio de 1885 demarcaram as áreas inglesas e alemãs na região.

Na África Oriental, a disputa envolveu alemães e ingleses. Em 1884, o alemão Karl Peters assinou tratados no Tanganyika que foram publicados logo depois da Conferência de Berlim. A Grã-Bretanha, receando a ocupação de toda a África Oriental pelos alemães, decidiu ocupar algumas zonas para travar o avanço alemão. O tratado de Heligolândia viria a pôr fim às

disputas na África Oriental, ficando o Uganda com os ingleses em troca pela ilha de Heligolândia.

No Nordeste, França e Inglaterra digladiavam-se pela materialização dos seus projectos coloniais. Em 1894, a França organizou uma missão chefiada por Marchand que devia partir do Congo ao Nilo e estabelecer a ligação Dacar-Djibuti. Após percorrer cerca de 4.000 km, Marchand içou a bandeira francesa em Fachoda, nas margens do Nilo. Os ingleses, representados por Kitchener, protestaram e exigiram a retirada francesa.

Face à iminência de deterioração das relações entre os dois países, numa altura em que se procurava a união em torno da Tríplice Entente, (Tríplice Aliança) em 1899 foi assinada a Convenção Anglo-Egípcia, que determinou a entrega do Sudão aos ingleses, que em troca reconheciam a soberania francesa a Oeste do Egípto.

Alguns tratados bilaterais europeus de partilha

Tratado anglo-alemão (29/04/1885 e 7/05/1885)	Definiu as zonas de influência da Inglaterra e da Alemanha no Sudoeste Africano.
Tratado anglo-alemão (1/11/1886)	Colocou Zanzibar sob influência britânica e a África Oriental fica com a Alemanha.
Tratado de Heligolândia	Dividiu a África Oriental entre britânicos e alemães.
Tratados anglo-alemães (1890 /93)	Deram à Inglaterra direitos sobre o Alto Nilo.
Tratado anglo-italiano (1891)	
Tratados franco-português, luso-germânico (1886) e anglo-português (1891)	Reconhecera a influência portuguesa em Moçambique e Angola e demarcaram as áreas inglesas na região austral.
Tratado entre a Inglaterra e o Estado Livre do Congo	Fixou os limites do Estado Livre do Congo.
Convenção do Níger (1898)	Pôs fim às disputas entre França e Inglaterra na África Ocidental.
Convenção anglo-francesa (1899)	Regulamentou a questão egípcia.
Tratado de Vereeniging (1902)	Pôs fim à guerra anglo-boer

Dos tratados à conquista militar

Uma das questões que sempre se colocou em torno do processo de partilha de África foi a relacionada com a validade dos tratados e a necessidade da opção militar.

Os tratados políticos assinados entre os africanos e os europeus, bem como os tratados bilaterais inter-europeus, são bastante diversos em matéria de sua validade. Se é verdade que alguns dos tratados afro-europeus eram legais, muitos eram indefensáveis ou simplesmente condenáveis. Com efeito, muitos desses tratados foram rubricados como forma de os africanos conseguirem uma melhor convivência com os europeus, que eram claramente mais fortes, e não como aceitação dos africanos aos termos dos acordos. Noutras ocasiões, os africanos eram simplesmente ludibriados quanto ao teor dos documentos assinados.

Em certos casos, os africanos, por suspeitarem das razões apresentadas pelos europeus para a conclusão desses tratados, recusavam-se a participar neles, mas, devido a fortes pressões, acabavam por aceitá-los.

Muitas vezes, os africanos e os europeus divergiam sobre o verdadeiro sentido do acordo a que tinham chegado.

Independentemente do restante, os chefes africanos viam esses tratados como acordos de cooperação que de forma nenhuma poderiam pôr em causa a sua soberania. Entre os europeus, a opinião sobre a validade dos tratados era variável. Uns achavam os tratados legítimos, enquanto outros consideravam-nos fraudulentos. Contudo, muitos destes tratados acabaram sendo validados pelo jogo diplomático europeu.

A legitimidade dos tratados bilaterais europeus que decidiam sobre os territórios africanos só podia ser admitida à luz do direito positivo europeu. Para os estadistas europeus era claro que a definição de uma esfera de influência através de um acordo entre estados europeus não tinha legitimidade para retirar soberania à região afectada. Assim, as potências amigas podiam aceitar o controlo de uma nação amiga sobre determinada área considerada de sua influência, mas as potências inimigas, como é óbvio, raramente cumpriam.

Portanto, os tratados só por si não tinham força suficiente para levar a bom termo a ideia de conquista de África. A efectivação da ocupação do continente só podia ser assegurada pela via militar.

A conquista militar

Todas as nações europeias precisaram de recorrer à via militar para materializar o seu desejo de conquista de África, visto que os tratados mostraram-se insuficientes.

Os franceses foram os que mais se destacaram no recurso à força militar. O facto de a missão de conquista ter sido confiada aos militares explica a primazia da opção militar no esforço de conquista.

Na África Ocidental, os franceses avançaram do Alto para o Baixo Níger, num percurso que os levou a subjugar, sucessivamente, o reino de Cayor de Lat Dior Diop em 1886, o império Soninke de Mamadu Lamine em 1887, o império Mandinga de Samori Touré em 1898 e o império Tukolor de Ahmadu, entre 1889 e 1891. Ainda na África Ocidental, os franceses ocuparam a Costa do Marfim e a Guiné Francesa em 1893 e em 1894 concluíram a conquista do Daomé. Nos finais dos anos 1890, todo o Gabão tinha sido tomado e reforçadas as posições francesas na Argélia e em Madagáscar.

A **Royal Niger Company** era uma empresa mercantil contratada pelo governo britânico no século XIX. Ela formou uma base no moderno estado da Nigéria. No âmbito da partilha de África, sir George Taubman Goldie concebeu a ideia de acrescentar ao Império Britânico, as regiões do baixo e médio rio Níger, e durante mais de vinte anos os esforços da companhia foram dedicados à realização desta ideia.

A **Companhia Britânica da África do Sul** (CBAS), ou **British South Africa Company** (BSAC), em inglês, foi uma empresa criada por Cecil Rhodes através da fusão da *Central Gold Search Association* e da *Exploring Company, Ltd.* A empresa recebeu, a 15 de Outubro de 1889, aprovação e privilégios majestáticos da coroa britânica. Tendo constituído a CBAS à imagem da Companhia Britânica das Índias Orientais, Rhodes esperava, através da sua actividade, fomentar a colonização europeia e a exploração económica da região central da África Austral, especialmente do território do actual Zimbabwe, no âmbito do projecto *Cairo ao Cabo*.

A conquista britânica teve como ponto de partida as suas possessões na Costa do Ouro e na Nigéria. A pretensão inicial era bloquear o avanço francês para o Baixo Níger e para o interior do reino Ashanti.

Contrariamente aos franceses, os ingleses não eram favoráveis a elevados gastos com as campanhas de ocupação. Assim, para os ingleses a opção militar só era considerada quando a diplomacia não surtia os efeitos desejados.

As conquistas britânicas levaram à ocupação de Ashanti em 1901, ano em que os territórios a norte deste reino, ocupados em 1896 e 1898, foram formalmente anexados.

Partindo de Lagos, os ingleses lançaram-se à conquista da Nigéria. Em 1893, o reino Yoruba foi proclamado protectorado e no ano seguinte conquistado o reino Itsekiri. Em 1887, o rei Jaja de Opobo caiu numa cilada do cônsul britânico e foi preso. Nos finais dos anos 1890, Brass e Benin foram também conquistados. Portanto, por volta de 1900, todo o sul da Nigéria estava ocupado pelos ingleses.

A conquista do norte da Nigéria partiu de Nupe, uma área sob influência da companhia inglesa Royal Niger Company. Aqui, as principais conquistas foram sobre Ilorin em 1897 e do sultanato de Sokoto em 1902.

No Norte do continente os ingleses já controlavam o Egipto e, em 1898, reconquistaram o Sudão com o objectivo de travar o avanço francês.

Na África Oriental, os ingleses declararam o Zanzibar protectorado em 1890, passando aquela ilha a ser a rampa de lançamento das campanhas para o controlo do Uganda – protectorado desde 1894 e ocupado efectivamente em 1899 – e do Quénia no início do século XX.

Na África Central e Austral, a conquista esteve a cargo da British South Africa Company (BSAC) fundada e encabeçada pelo magnata dos diamantes Cecil Rhodes, que ocupou a Matabelelândia (Zimbabwe) em 1893 e a Mashonalândia (Zâmbia) em 1901. A última guerra no sul envolveu ingleses contra boers, na África do Sul, entre 1899 e 1902.

Os alemães dominaram o Sudoeste Africano (Namíbia) no final do século XIX, o Togo em 1897-98, os Camarões em 1902 e o Tanganyika em 1888-1907.

Os portugueses iniciaram as campanhas de ocupação cerca de 1880 e terminaram cerca de 1920 com a dominação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

A Bélgica logrou consolidar a ocupação do Estado Livre do Congo em 1892-95, enquanto a conquista de Katanga foi concluída no início do século XX.

Os italianos, que ocuparam a Eritreia (1883) e a Somália (1886) foram derrotados pelos etíopes na sua tentativa de ocupar o seu território. A Norte de África os italianos tomaram a Tripolitânia e a Cirenaica (Líbia) em 1911, enquanto Marrocos resistiu até 1912, quando foi repartido entre a França e a Espanha.

Portanto, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, todo o continente africano, exceptuando a Libéria e a Etiópia, achava-se sob domínio europeu.

O mapa político de África após a conquista e ocupação

O período de 1880 a 1910, um lapso de cerca de 30 anos, foi marcado por profundas transformações no mapa político de África. Se em 1880 apenas 20% do território africano, correspondente às regiões costeiras, registava presença de europeus, em 1914 o Continente Africano estava quase totalmente ocupado, exceptuando-se apenas a Libéria e a Etiópia. Os vários estados, reinos e impérios africanos que existiam em 1879, deram lugar a cerca de 40 novos estados.

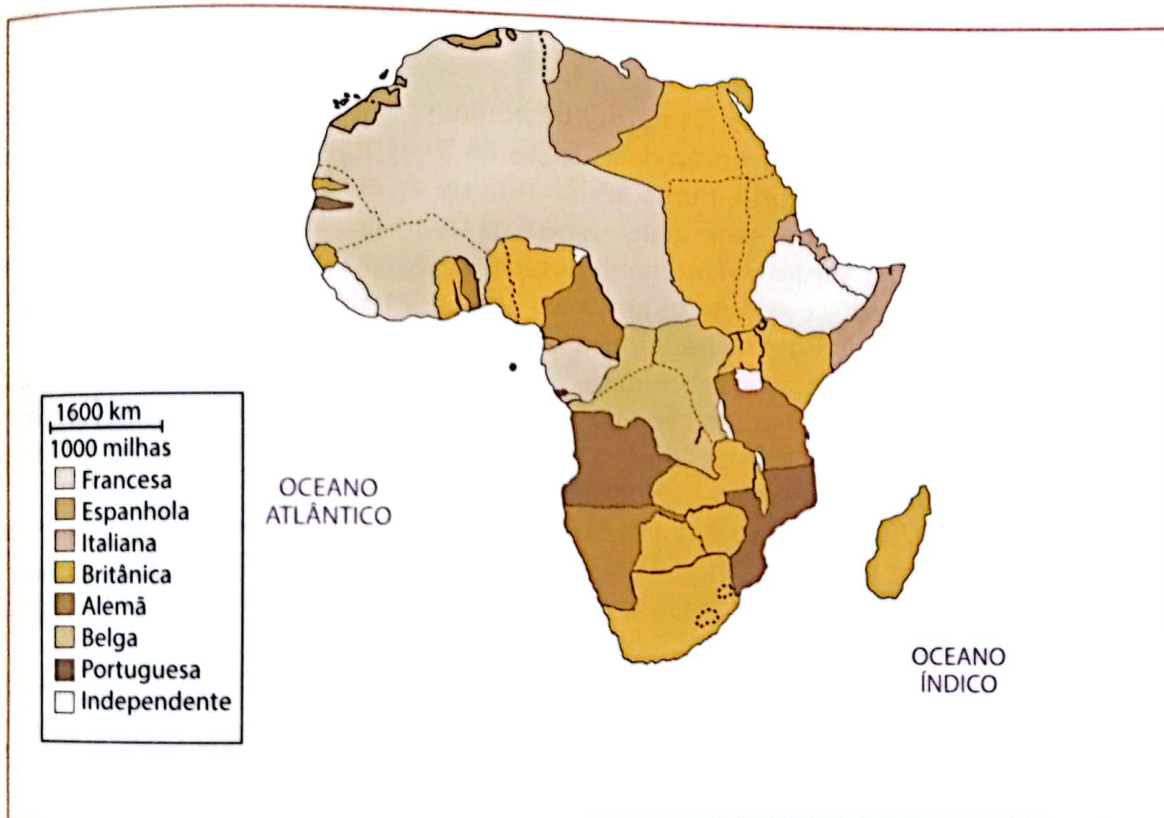


Fig. 8 O mapa político de África em 1914

A maneira como foram edificados os novos estados suscita algumas divergências entre historiadores. Para alguns, as fronteiras dos novos estados são arbitrárias, artificiais e aleatórias, na medida em que não tomam em conta a ordem política anterior à conquista e ocupação. Outro grupo de historiadores considera que as fronteiras resultantes da ocupação colonial são mais razoáveis.

Em qualquer dos posicionamentos existe uma certa dose de verdade. Cerca de 30% da extensão total das fronteiras são linhas rectas que, tal como as outras, cortam as fronteiras etno-linguísticas. Por outro lado, os limites mantidos seguiam traçados nacionais, pelo que não são tão arbitrários e inapropriados. Além disso, a modificação de fronteiras como resultado de guerras internas, como o Mfecane, as djihads dos Peul e outras, mostra como as fronteiras africanas anteriores à partilha eram bastante móveis.

Como se explica que os europeus tenham conseguido ocupar todo um continente que até lhe é muito maior em extensão e número de habitantes?

Poderíamos aqui neste espaço destacar alguns factores que concorreram para a tomada de África pelos europeus:

- A ausência de uma acção comum de luta contra a ocupação, chegando alguns estados a aliar-se aos europeus contra outros estados africanos.
- A superioridade económica assente na industrialização, que se traduzia na capacidade destes constituírem e suportarem exércitos profissionais, enquanto os africanos dificilmente conseguiam ter exércitos permanentes, limitando-se a recrutar homens sempre que houvesse ameaça de guerra.

Por outro lado, os europeus podiam recrutar africanos para os seus exércitos, e a convenção de Bruxelas de 1890 proibia a venda de armas aos africanos. Portanto, numa altura em que os europeus usavam as últimas criações da indústria bélica (entre as quais as modernas metralhadoras Gatling e Maxim e a artilharia pesada das forças navais, incluindo veículos motorizados e aviões), os africanos usavam as armas tradicionais e as obsoletas espingardas de pederneira e de carregar pela boca.

Portanto, a superioridade económica, política, militar e tecnológica dos europeus em relação aos africanos tornaram a luta entre africanos e europeus bastante desigual, o que explica o triunfo relativamente fácil dos europeus diante da resistência africana.

Outra questão que importa colocar é: como é que se explica que os estados europeus tenham decidido ocupar África? Em que medida consideravam eles essa acção legítima e defensável, no quadro das relações entre as nações?

Durante o período da partilha, estas questões prendiam a atenção de vários historiadores, políticos e cientistas, em geral, que apresentaram diferentes ideias sobre o fenómeno. A diversidade de ideias sobre o assunto é tal que podemos falar em diferentes teorias sobre a partilha.

Teorias sobre a partilha de África

No âmbito das tentativas de explicar a questão da partilha, sobressaem quatro teorias ou grupos de teorias, nomeadamente, a teoria económica, as teorias psicológicas, as teorias diplomáticas e a teoria da dimensão africana.

Teoria económica

Sustenta que a partilha de África tinha motivações económicas especialmente ligadas ao desenvolvimento económico da Europa.

«A superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente dos seus recursos económicos fora da sua esfera política actual e a aplicar activamente uma estratégia de expansão política com vista a apossar-se de novos territórios»

Teorias psicológicas

Darwinismo Social, Cristianismo Evangélico e Atavismo Social

Darwinismo Social: baseia-se no Darwinismo que defende que, «na luta pela vida, as espécies mais fortes dominam as mais fracas». Partindo desta ideia, o Darwinismo Social explica a partilha de África como a manifestação desse processo natural e inevitável.

Cristianismo Evangélico: considera que a partilha ficou a dever-se a um impulso missionário e humanitário com o objectivo de regenerar os povos africanos.

Atavismo Social: sustenta-se no pressuposto psicológico de que o Homem tem um desejo natural de dominar o próximo só pelo prazer de dominá-lo. Assim, a partilha de África seria um egoísmo nacional colectivo que se manifesta na disposição, sem objectivos, que o Estado manifesta de se expandir ilimitadamente pela força.

Teorias diplomáticas

Oferecem uma explicação política da partilha e dão suporte específico e concreto às teorias psicológicas, pois permitem ver os egoísmos nacionais dos estados europeus.

As principais teorias diplomáticas são:

- O prestígio nacional
- O equilíbrio de forças
- A estratégia global

Teoria do prestígio nacional: sustenta que o imperialismo era um fenómeno nacionalista movido por um forte desejo de afirmação do prestígio nacional. Para os defensores desta teoria, após consolidar e redistribuir as cartas diplomáticas no seu continente, os europeus eram incitados por uma força obscura, atávica, que se exprimia por um desejo de manter ou de restaurar o prestígio nacional.

Teoria do equilíbrio de forças: defende que o desejo de paz e de estabilidade dos Estados Europeus foi a causa principal da partilha de África. Segundo esta teoria, desde que em 1878 os estadistas europeus pararam com os conflitos em solo europeu, os motivos de conflito passaram para África e Ásia. Quando os conflitos de interesses em África começaram a ameaçar a paz na Europa, as potências europeias decidiram partilhar África. Era o preço para salvaguardar o equilíbrio diplomático europeu, estabelecido nos anos de 1880.

Estratégia global: considera que a partilha de África foi determinada por uma estratégia global. Segundo esta teoria, a influência dos movimentos protonacionalistas em África, que ameaçavam os interesses estratégicos globais das nações europeias, é que esteve na origem da partilha.

Portanto, foram as lutas desses movimentos que forçaram os estados europeus, até então satisfeitos com o controlo discreto do continente, a partilhar e conquistar África contra a vontade. Portanto, África teria sido partilhada porque ameaçava os interesses globais das nações europeias.

Teoria da dimensão africana

Todas as teorias expostas até aqui referem-se a África no contexto da História europeia. Impõe-se, contudo, analisar a partilha de África também na perspectiva da História Africana. Nesse contexto, emergiu a teoria da dimensão africana, segundo a qual, a partilha de África foi resultado do longo período de depauperamento do continente iniciado no século XV. Por conseguinte, a partilha, mais não seria que o culminar do longo processo de delapidação do continente iniciado com a chegada dos primeiros europeus a África.

? Exercícios de aplicação

1. Entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 realizou-se a Conferência de Berlim que reuniu estadistas de vários países europeus e não só.
 - a) Explique o significado da expressão «corrida imperialista».
 - b) Indique as razões, objectivos e decisões da Conferência de Berlim.
 - c) Analise o impacto desta Conferência para África.
2. A Conferência de Berlim, embora não tivesse estabelecido qualquer partilha da África, desencadeou de imediato a corrida colonial. Comente esta afirmação.
3. Assinale com **X** a afirmação que define o atavismo social.

O atavismo social é uma das teorias sobre a partilha de África, segundo a qual:

 - a) Na luta pela vida, as espécies mais fortes dominam as mais fracas, pelo que a partilha explica-se por este processo natural.
 - b) A partilha deveu-se a um impulso missionário e humanitário com o objectivo de regenerar os povos africanos.
 - c) A partilha de África seria um egoísmo nacional colectivo que se expressa na disposição, sem objectivos, que o Estado manifesta de se expandir ilimitadamente pela força.
 - d) Após consolidar e redistribuir as cartas diplomáticas no seu continente, os europeus eram incitados por uma força obscura, atávica, que se exprimia por um desejo de manter ou de restaurar o prestígio nacional.
4. A teoria que defendia que a partilha da África foi resultado de um longo processo de delapidação do continente iniciada com a chegada dos primeiros europeus a África foi:
 - a) Teoria do Prestígio Nacional
 - b) Teoria do Equilíbrio de Forças
 - c) Estratégia global
 - d) Teoria da Dimensão Africana

A resistência africana

Entre 1880 e 1900, a África Tropical apresentava uma situação paradoxal, em que o processo de conquista e ocupação era, ao mesmo tempo, irreversível e altamente resistível. Irreversível por causa da Revolução Industrial, que permitiu aos europeus uma vantagem decisiva em armas e facilidades nas comunicações no interior de África e entre África e Europa graças às ferrovias, à telegrafia e ao navio a vapor. Resistível devido à força dos africanos e por devido à os europeus não terem aplicado na batalha recursos humanos e tecnológicos abundantes.

A implementação da estratégia de penetração foi muito desordenada e inábil, pelo que os europeus enfrentaram inúmeros movimentos de resistência que eles próprios provocaram ou inventaram por ignorância e medo. Face a esta realidade, os europeus tinham de «obter a vitória final», mas depois era importante procurar pôr em ordem o conturbado processo.

Para tentar justificar a partilha, os europeus começaram a escrever livros sobre a chamada «pacificação».

A literatura colonial sustentou, durante muito tempo, que África era uma espécie de vazio político, onde dominavam a anarquia, a selvajaria, a escravidão, a ignorância e a miséria. Os europeus eram assim tidos como cavaleiros da civilização e do progresso. Também procuravam dar a entender a ideia de ausência total do sentimento nacional entre os africanos, que teriam, salvo algumas excepções, aceite passivamente a ocupação europeia.

Mas é irrefutável que a vitória dos europeus não foi reflexo da insignificância da resistência africana..

Desde o início da penetração europeia, o nacionalismo africano manifestou-se de várias formas, umas desajeitadas, outras ambíguas, até à reconquista da independência.

«Por toda a parte defenderam os africanos o seu solo e com frequência palmo a palmo. (...) É por milhares que temos de contar aqueles que se mataram pelas próprias mãos, de preferência a sobreviverem e perderem a liberdade.(...)»

In Ki Zerbo, *História da África Negra*, vol II (p. 96)



Exercício de aplicação

Os africanos manifestaram sempre um alto sentido patriótico e grande desejo de liberdade – Justifique a afirmação com base no extracto acima.

Os estudos sobre a resistência africana das décadas de 1880 a 1900, em geral apoiam-se ou servem para demonstrar três ideias-chave sobre a resistência africana:

- A resistência africana foi importante, na medida em que provou que os africanos nunca se resignaram diante da invasão.
- Longe de ser desesperada e ilógica, foi, muitas vezes, movida por ideologias racionais e inovadoras.
- Os movimentos de resistência não eram insignificantes, pois tiveram consequências importantes, no seu tempo e ainda hoje.

Generalização da resistência

Uma das ideias sobre a resistência africana é sustentada pelos historiadores eurocentristas e sustentava que os povos africanos viam a chegada dos europeus como um feliz acaso que lhes permitiria libertar-se das guerras internas e tribais, das epidemias, das fomes e outros males que assolavam o continente. Segundo os teóricos desta corrente havia, entre os africanos, aqueles que eram pacíficos e, portanto, não ofereceram resistência e outros, uma minoria «sedenta de sangue», que protagonizaram reacções primitivas e irracionais. Portanto, para esta corrente historiográfica, os africanos nunca protagonizaram uma acção de resistência como um «fenómeno organizado».

É despropositado tentar, no contexto da resistência africana, distinguir as sociedades africanas em belicosas e pacíficas, pois quase todos os estados africanos se esforçaram por alcançar uma plataforma de colaboração com os europeus; mas também todos eles tinham valores e interesses a defender, mesmo como recurso às armas, se fosse necessário.

A atitude inicial dos africanos face à chegada dos europeus no século XIX foi muito variada, mas em geral prevaleceu a surpresa receosa ou divertida e, sobretudo, a hospitalidade. Raramente foi de hostilidade. Só quando a escravatura atingiu as pequenas tribos.

Algumas comunidades suspeitavam que os brancos eram leprosos ou infiéis. Outros julgavam que os brancos tinham poderes sobrenaturais enquanto outros povos, ainda, achavam que os brancos eram selvagens e olhavam-nos com espanto e acompanhavam cada movimento seu. Os reis não aceitavam avistar-se com eles.

Porém, os primeiros viajantes (Livingstone, Caillé, Binger, Mungo, Park, etc.) são unânimes quanto à hospitalidade dos africanos. Aliás, é essa atitude que explica o sucesso de várias expedições de exploradores europeus que por cá passaram nos primeiros anos do século XIX.

Contudo, no fim do século XIX, os africanos aperceberam-se da existência de uma nova vaga de estrangeiros cujos objectivos eram diferentes dos primeiros. Foi nessa altura que a resistência africana começou a manifestar-se, movida pela consciência de um perigo de morte das colectividades africanas.

Primeiro, foram os chefes e as classes privilegiadas que reagiram perante a ameaça da sua condição devido à chegada dos europeus. Depois, com a implantação do sistema colonial, a resistência generalizou-se, tomando diferentes formas, desde a fuga até à sublevação armada.

Portanto, todas as sociedades africanas, desde as comunidades nómadas até às várias sociedades centralizadas resistiram à ocupação europeia. Como é óbvio, o nível de organização em cada uma das sociedades reflectiu-se na intensidade que a resistência atingiu em cada sociedade.

Um ponto assente, porém, é que os africanos não assistiram indiferentes, ou com agrado, à ocupação de suas terras e nem tão-pouco reagiram com actos primitivos e irracionais diante da ocupação. Pelo contrário, um pouco por toda a África, independentemente do nível de organização de cada sociedade, os africanos procuraram, das mais diversas formas, lutar contra a ocupação das suas terras.

A ideologia da resistência

Em relação à ideologia da resistência, importa notar a existência de diferentes posicionamentos.

Para os defensores do colonialismo, a resistência armada teve um carácter irracional e desesperado e foi resultado da superstição. As populações estavam satisfeitas com a dominação colonial e só participaram nas acções de resistência porque foram trabalhadas por feiticeiros-curandeiros. Por seu turno, as correntes anticoloniais europeias, que defendiam a resistência africana, consideravam que os africanos não tinham muita coisa no seu modo de pensar «tradicional» que pudesse ajudá-los a reagir efectiva ou concretamente às agressões ao seu modo de vida. As ideologias de revolta foram consideradas «magias do desespero», votadas ao malogro, sem perspectivas. Assim vistos, os movimentos de resistência estavam condenados ao fracasso.

Mais recentemente, os historiadores da resistência tentaram combater essas ideias, tanto atribuindo à revolta ideologias estritamente profanas, como saneando as ideologias religiosas.

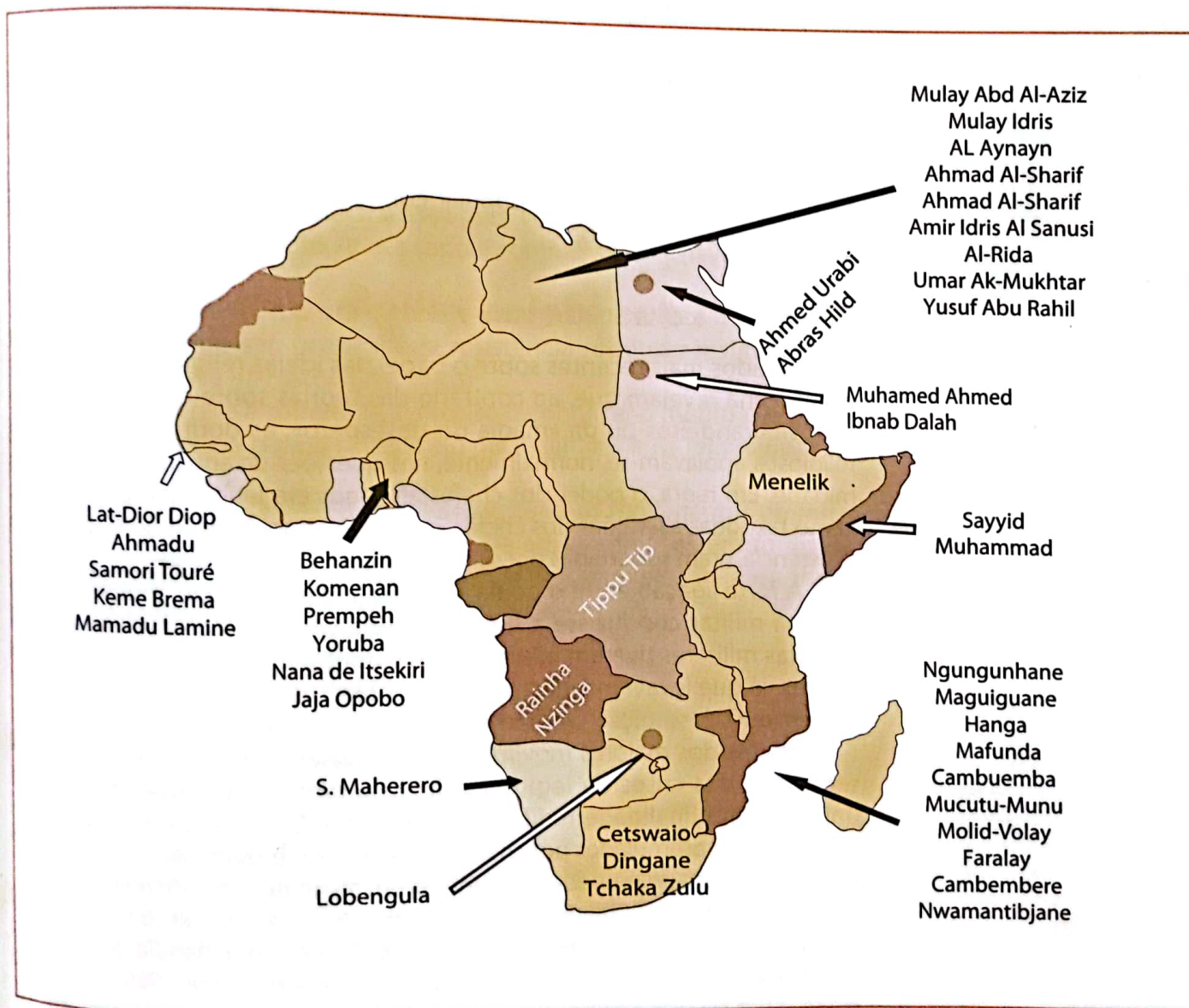


Fig. 9 Principais figuras da resistência em África

A principal ideologia profana da resistência africana é o princípio da soberania. No essencial, este princípio considera que a resistência africana surgiu em resultado da alienação da soberania africana. Como diz Jacob Ajayi, «os dirigentes africanos enquanto guardiões da soberania do povo, eram hostis a todos os poderes que desafiassem tal soberania».

Alguns dos principais líderes africanos, como Machelo, do reino Yao, Hanga de Báruè, Hendrik Wittboi e Maherero, do Sudoeste Africano, entre outros, mostraram, em declarações proferidas diante da ameaça europeia, a sua determinação para defender a soberania dos seus povos.

Portanto, não restam dúvidas de que a ideia da soberania constituiu a base da resistência africana, mas importa fazer alguns reparos.

Primeiro, é preciso notar que nem sempre os dirigentes africanos foram reais guardiões da soberania do povo. Por exemplo, no século XIX, surgiram novos estados cujos reis tinham imposto o seu poder com base na tecnologia militar europeia. Nesses estados, o esforço de resistir à ocupação era prejudicado pela insubordinação de alguns súbditos que não viam legitimidade no poder assim estabelecido.

Por outro lado, mesmo quanto aos estados estabelecidos havia mais tempo e cujos dirigentes tinham conquistado legitimidade, não se pode imaginar que em todos eles, os reis gozassem de total apoio popular. De facto, em alguns desses estados os reis aumentaram bastante o seu poder, tornando-se autênticos tiranos, graças ao comércio que no século XIX lhes permitia obter riquezas e armas. Quando isto acontecia os reis perdiam o apoio popular na resistência contra os europeus e, pelo contrário, enfrentavam a chamada «resistência popular contra a classe dirigente» o que, por vezes, levava ao fracasso.

O papel das ideias religiosas

Estudos mais recentes sobre o papel das ideias religiosas na resistência africana revelam que, ao contrário das teorias sobre os fanáticos feiticeiros-curandeiros ou da «magia do desespero», as doutrinas e símbolos religiosos apoiavam-se, normalmente, nas questões da soberania e da legitimidade. Em regra, o poder dos chefes africanos era legitimado por rituais e, como tal, todas as acções dos chefes, incluindo a mobilização do povo para a resistência, eram suportadas por símbolos e conceitos religiosos.

A forte ligação entre o poder e a religião levava a que, muitas vezes, a derrota militar conduzisse a uma profunda crise de legitimidade pois as derrotas militares tiveram não só repercussões políticas mas também ideológicas, já que levavam à destruição dos objectos de rituais, à fuga dos adivinhos, ou à destituição ou morte dos oficiantes dos cultos.

Alguns dos maiores movimentos de resistência em África surgiram na sequência das crises de legitimidade, resultante de derrotas militares, e tinham como finalidade redefinir tal soberania. Quase sempre esses movimentos eram estimulados por chefes religiosos que traziam para o movimento uma mensagem de unidade mais ampla, em torno de um ideal religioso.

Esta realidade verificava-se tanto com o Islão, como com o Cristianismo e com as religiões africanas. A revolta de 1896 na Mashonalândia (actual Zimbábue), a revolta de Báruè de 1917, a revolta Maji Maji de 1905 no Tanganyika, ou a revolta Xhosa liderada por Makana, entre outras, inspiraram-se em ideologias religiosas.

Mas qual foi, afinal, o impacto das ideologias religiosas na resistência?

As opiniões sobre o papel das ideologias religiosas são diversas. Na verdade, alguns estudiosos consideram que o papel das ideias religiosas na resistência foi sobrevalorizado, enquanto para outros é o papel da resistência na religião que foi sobrevalorizado.

Na verdade, as ideias religiosas constituíram um suporte de grande valor para os movimentos de resistência, tanto ao permitir aglutinar a população em torno de um ideal religioso, conseguindo assim a união que não seria possível à volta de qualquer outro elemento, como ao animar o próprio movimento pela convicção da protecção dos deuses.

Não obstante, as ideias religiosas tiveram a dado passo um efeito pernicioso para a resistência ao alimentar nos guerreiros a ideia da sua invulnerabilidade aos ataques inimigos em razão da protecção dos «seus». De facto, esta convicção acabou conduzindo as revoltas ao malogro, pois não lhes permitia avaliar convenientemente a correlação de forças entre si e o inimigo que iam enfrentar.

«A derrota militar de 1897 (...) não provocou a renúncia ao mundo tradicional, ao contrário do que ingenuamente previam os brancos (...) De facto, a religião tradicional continuou a inspirar o comportamento construtivo e criador que tiveram frente ao Cristianismo e à cultura ocidental como um todo.

Lembrava a população que ainda havia lugar para aceitar ou rejeitar certos aspectos da nova ordem.»

Consequências e relevância da resistência africana

É um facto que a resistência africana, vista sob o ponto de vista daquilo que era o seu principal objectivo – a preservação da sua soberania face à ameaça europeia – foi um total fracasso pois, volvidos 30 anos após o início das campanhas de ocupação, quase todo o continente se achava sob domínio dos europeus.

Esta observação não esgota, porém, o impacto da resistência africana. Sem que tenha sido seu propósito, a resistência produziu resultados de muito maior alcance na História de África.

No que se refere à soberania, é preciso reconhecer o mérito dos movimentos de resistência para o sucesso do nacionalismo e na reconquista da referida soberania.

Tendo sido depositários de ideias religiosas, os movimentos de resistência contribuíram para o surgimento de agrupamentos em torno de ideias, sejam elas quais forem, opondo-se ao agrupamento de base tribal, característico dos movimentos primários.

Breve periodização da resistência

Ao longo dos cerca de 30 anos que durou a resistência africana podem-se identificar duas fases:

- 1880 a 1900
- 1900 a 1914

Na primeira fase, a conquista baseou-se ora na diplomacia ora na invasão militar, ou então nas duas formas. Esta época foi marcada por uma intensa corrida aos tratados seguidos, na maior parte dos casos, de invasões, conquistas e ocupações por exércitos europeus.

Nesta fase, a resistência africana tinha por objectivo salvaguardar a independência e o estilo tradicional de vida dos africanos. Para conseguir

Chama-se cruzada a qualquer um dos movimentos militares, de carácter parcialmente cristão, que partiram da Europa Ocidental e cujo objectivo era colocar a Terra Santa (nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e a cidade de Jerusalém sob a soberania dos cristãos. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob controlo dos turcos muçulmanos.

Os ricos e poderosos cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém (Hospitalários) e dos Cavaleiros Templários foram criados pelas Cruzadas. O termo é também usado, por extensão, para descrever, de forma acrítica, qualquer guerra religiosa ou mesmo um movimento político ou moral. As principais cruzadas da época medieval:

1. Cruzada Popular ou dos Mendigos (1096).
2. Primeira Cruzada (1096-1099)
3. Segunda Cruzada (1147-1149)
4. Terceira Cruzada (1189-1192)
5. Quarta Cruzada (1202-1204)
6. Cruzada Albigense (1209)
7. Cruzada das Crianças (1212)
8. Quinta Cruzada (1217-1221)
9. Sexta Cruzada (1228-1229)
10. Sétima Cruzada (1248-1250)
11. Oitava Cruzada (1270)
12. Nona Cruzada (1271-1272)

esse objectivo, os africanos adoptaram como formas de luta o confronto, a aliança e a submissão temporária.

Na segunda fase, quando a maioria dos exércitos africanos tinha sido vencida e seus chefes fugido, sido mortos ou exilados, a resistência passou a ter como objectivo a reconquista da independência, eliminação das práticas opressivas do colonialismo ou acomodação no sistema.

As formas de luta nesta fase passaram a incluir a revolta, as greves, os abaixo-assinados, a sabotagem, a não-colaboração, etc.

Alguns exemplos de resistência em África

A resistência na África do Norte

A Oeste encontrava-se Marrocos, que enfrentava uma revolução que levou à deposição do sultão Abd al-Aziz.

O arranque do nacionalismo foi uma espécie de prosseguimento das cruzadas.

Nas vésperas da partilha, o governo marroquino lutava contra os espanhóis instalados em Ceuta e Melilla, proibindo o contacto das populações com os europeus.

O bloqueio esteve na origem da guerra entre Espanha e Marrocos em 1859 e 1860. As consequências desta guerra foram particularmente graves para Marrocos. Além de uma pesada indemnização, teve de aceitar o alargamento territorial de Melilla e ceder um porto na costa atlântica.

Em 1880 e 1881 Marrocos tentou, na Conferência de Madrid, colocar em discussão a independência do seu território, mas a coligação França, Itália e Espanha opôs-se e nem o apoio britânico foi suficiente para que Marrocos lograsse os seus intentos.

Por seu turno, a Tunísia, que enfrentava há séculos os italianos, que para lá emigravam, investiam capitais e difundiam a sua cultura, estava sob ameaça dos franceses, instalados na Argélia.

O Sultão de Constantinopla tinha aproveitado as suas desventuras na Argélia para colocar a Tripolitânia e a Cirenaica sob sua alçada e reconquistar a sua influência sobre a Tunísia, onde existia um forte sentimento pró-otomano entre a elite da regência de Túnis.

O bei via nessa situação um perigo para o seu poder pelo que decidiu aliar-se de acordo com as circunstâncias ora aos italianos ora aos franceses, mas esta estratégia revelou-se fatal. Quando os franceses encontraram uma situação favorável para atacar a Tunísia, o bei ficou isolado não obtendo nem o apoio interno nem externo. Posto isto, a 12 de Maio de 1881 o bei foi forçado a assinar um tratado pelo qual se colocava sob protectorado francês.

Reagindo a esta situação, a população revoltou-se, esperando o apoio dos otomanos. Os franceses organizaram então uma segunda expedição, que encontrou uma forte resistência, especialmente nas regiões montanhosas do noroeste, centro e sul do país.

A Itália mantinha as suas pretensões sobre o país, mas os tunisinos permaneceram fiéis à soberania otomana, islâmica, não embarcando pela aproximação aos italianos para enfrentar os franceses.

Neste período não tinham ainda sido estabelecidas as áreas de influência de cada potência europeia na região. Cada país com interesses na região, limitava-se a apresentar as suas intenções aos demais países e, sempre que possível, apropriar-se de alguns territórios.

Neste contexto, Marrocos acabou ficando sob domínio de duas potências europeias. Em 1893, a Espanha impôs uma derrota aos marroquinos, consolidando as suas possessões próximo de Melilla. Por sua vez, em 1899 a França consolidou o seu domínio sobre Tuat.

A conquista desta região de oásis iniciou-se em 1899 quando uma expedição francesa se aproximou dos oásis e exigiu a rendição do *chefe In Salah*. Levantou-se de imediato uma forte resistência, mas a 27 de Dezembro de 1899 toda a região do oásis foi conquistada. A resistência, embora enfraquecida, prosseguiu por mais de um ano, tendo o último combate acontecido em Março de 1899.

O Sultão Abd al-Aziz apelou à Inglaterra e à Alemanha, mas estes países aconselharam-no a aceitar o domínio francês, pelo que assinou o protocolo de 20 de Abril de 1902.

A perda de Tuat foi uma das principais razões da corrosão paulatina do poder do sultão, até à sua queda em 1911.

A partir de 1905, a França lançou-se na conquista às chamadas *bilad al-siba* (regiões desérticas, pobres e subpovoadas administradas por chefes locais, mas sob soberania do sultão).

A França continuou, então, a apropriar-se, lentamente, dos territórios marroquinos. Assim, ocupou os territórios entre os rios Gir e Zusfana e a sul tomou Trarza e Brakma.

Para materializar os seus intentos, a França enviou, em 1905, para Marrocos, Xavier Coppolani considerado especialista sobre assuntos muçulmanos e que defendia a teoria da «penetração pacífica».

Alertado sobre os acontecimentos, o sultão Mulay Abd al-Aziz enviou Mulay Idris para dinamizar a resistência. Coppolani seria morto em Abril do mesmo ano, durante o ataque ao seu acampamento em Tidjkdja.

Após a retirada de Mulay Idris, em Janeiro de 1907, os franceses lançaram uma expedição militar que, após derrota em al-Muynam, em Junho de 1908, apoderou-se de Atar em Janeiro de 1909. Na sequência da derrota, o xeque al-Aynayn retirou-se com os seus apoiantes para al-Hamra de onde continuou a luta até 1933.

Na mesma época, a Espanha, que não pretendia assistir passivamente ao avanço francês, decidiu ir em frente. Em 1906 partiram militares da sua colónia de Rio de Ouro em direcção ao interior e, em 1909, iniciaram a conquista de Rif, a norte, que só terminou em 1926, após vencer a forte resistência popular conduzida sob o signo da *djihad*.

A Tripolitânia, sob domínio do Império Otomano, foi invadida pela Itália a partir de 1911. Nesta altura, o ambiente era extremamente favorável aos intentos italianos. Por um lado, o Império Otomano encontrava-se enfraquecido pela revolução dos jovens turcos e, por outro lado, a Inglaterra e a França abstinham-se de quaisquer acções para impedir o avanço italiano.



Fig. 10 Xavier Coppolani
(1866-1905)



Fig. 11 Mustafa Kemal
(1881-1938)

Neste contexto, a 28 de Setembro, a Itália lançou um ultimato contra Constantinopla e, apesar da Turquia ter feito uma resposta conciliadora, a Itália desembarcou tropas nas principais cidades líbias – Trípoli, Benghazi, Homs e Tobruk – ocupando-as de seguida. Entretanto, à saída das cidades, os italianos foram confrontados com a resistência dos locais.

Quando pretendiam sair de Trípoli foram batidos pelos líbios em al-Hani. Nas imediações de Benghazi enfrentaram os líbios em Djuliana, al-Kuwayfiya e al-Hawari, tendo sido forçados a retornar para o centro da cidade. Entre 23 de Outubro de 1911 e 2 de Maio de 1912, os italianos bateram-se com turco-árabes em al-Khums, com vitória para os italianos.

A resistência em Derna foi protagonizada pelos turcos, cuja guarnição no local foi reforçada por oficiais turcos comandados por Anwar Pasha e Mustafa Kemal (Kemal Atatürk) e apoiados por Ahmad al-Sharif, chefe espiritual dos Sanusiyya, em especial na mobilização dos árabes do interior para a guerra.

Tendo formado um exército numeroso e forte, Anwar travou várias batalhas com os italianos entre Outubro de 1911 e Julho de 1912. As cidades de al-Karkaf, Sidi Abdalah, al-Nadura e al-Mudawar foram alguns dos principais palcos dos acontecimentos nesta fase.

O facto de os italianos não terem conseguido avançar para além das cidades ocupadas mostra bem a relevância da resistência neste período.

Perante a dificuldade cada vez maior de ocupar a Líbia, os italianos tentaram forçar a retirada turca da região, atacando a própria Turquia. As investidas italianas, especialmente dirigidas contra os estreitos de Dodecaneso e Dardanelos constituíram, porém, uma ameaça à paz mundial e despertaram a «questão do Oriente».

Diante deste cenário, as potências europeias começam a pressionar a Itália e a Turquia no sentido de encontrarem uma solução pacífica, salvaguardando a paz mundial.

Respondendo aos apelos internacionais, a Itália e a Turquia assinam o tratado de Lausanne, pelo qual a Turquia concedia a independência à Líbia e a Itália desocupava as águas territoriais turcas.

Logo que a Turquia saiu da Líbia, os italianos lançaram-se na conquista do território. O primeiro confronto entre italianos e líbios após a retirada turca deu-se em 1913, quando os italianos atacaram as tropas de Ahmad al-Sharif, tendo sido derrotados em Yawn al-Djuma. Após a vitória, Sharif proclamou a criação do Governo Sanusi (Al-Hukuma al-Sanusiyya).

Na Tripolitânia os italianos tiveram mais sucesso. No início de 1915 atacaram os líbios nas montanhas orientais tendo-os derrotado em Djanduba, em Março. Em seguida bateram os líbios em três outras batalhas.

Portanto, até à Primeira Guerra Mundial, a resistência no Magreb foi conduzida por um estado organizado que, através de exércitos regulares tentou fazer frente aos invasores. Entretanto, sempre que o estado se mostrava incapaz entrava em cena o chefe da confraria. Os anos da Primeira Guerra foram de interregno no que se refere às acções de conquista. Tudo quanto pretendiam os europeus, neste momento em que a preocupação maior era a Guerra Mundial, era manter as conquistas. Contando com o apoio dos alemães e dos turcos, os povos da Líbia forçaram os ocupantes a adoptar uma atitude bastante liberal, evitando molestar os africanos.

A partir de 1921, uma vez terminada a Primeira Guerra Mundial, e os países europeus refeitos da mesma, as acções de conquista reiniciaram-se.

Na Tripolitânia, a reconquista foi lançada pelo novo cônsul da região – Volpi. As mudanças de Volpi iniciaram com o fim da política liberal e a rejeição de todos os tratados assinados durante e depois da Primeira Guerra Mundial. Em Novembro de 1922, o general italiano invadiu a capital – Gharyan – enquanto outro exército ocupava Misurata, em Fevereiro de 1923.

Neste período muitos factores favoreciam os invasores:

- O Comité Central da República Unida estava enfraquecido pelos conflitos internos e pela guerra civil entre Misurata e Warfallah e pelo conflito entre os árabes e os berberes das montanhas.
- Em Dezembro de 1922, o chefe espiritual da União – Amir Idris al-Sanusi abandonou o território para se fixar no Egipto, o que desmoralizou as populações e fez com que muitos soldados se entregassem ou abandonassem o país.

Com a partida de Amir Idris, a resistência ficou sob os auspícios de al-Rida, novo chefe espiritual em substituição do irmão e Umar al-Mukhtar como comandante.

Para enfrentar os italianos, Mukhtar dividiu o seu exército em três colunas e instalou-se numa região montanhosa, na região de Jardas, tendo rechaçado todas as investidas italianas em 1923.

Em 1924, a Tripolitânia entrou finalmente em decadência. Os italianos apropriaram-se de todas as terras aráveis, mas tinham ainda algumas dificuldades em controlar o deserto. No final de 1929 e princípios de 1930, o deserto caía sob o domínio dos italianos que assim puderam chegar a Fezzan. Era o fim da Tripolitânia.

Na Cirenaica, a resistência continuava firme. Aqui, os italianos tiveram que recorrer a métodos pouco convencionais. Primeiro, colocaram um arame ao longo dos cerca de 300 km de fronteira entre a Líbia e o Egipto, para impedir o apoio egípcio. Em seguida, ocuparam os oásis, antes de evacuar todas as populações rurais para o deserto de Sirt, onde ficaram concentradas em campos.

Apesar do rigor dos italianos, a resistência manteve-se firme o que obrigou os italianos a solicitar negociações. Entretanto, ao longo do processo negocial, Mukhtar entendeu que os italianos pretendiam dividir os seus apoiantes para melhor dominá-los, por isso rompeu as negociações e retomou a guerrilha. Durante dois anos, Mukhtar impôs-se aos italianos, mas em 1931 foi preso e executado após julgamento militar.

Após a morte de Mukhtar, a resistência prosseguiu por mais seis meses sob a liderança de Yusuf Abu Rahil.



Fig. 12 Umar al-Mukhtar (1858-1931)

África Oriental

Nas vésperas da partilha, as sociedades da África Oriental apresentavam níveis de organização bastante díspares. Algumas sociedades como os Baganda e Banyoro, no Uganda, Banyambo, no Tanganyika e Wanga no Quênia, eram centralizadas. Os Nyamwezi do Tanganyika e os Nandi no Quênia estavam em processo de organização como estados centralizados. Outros grupos viviam em regime nómada sem uma organização social estável.

As diferenças entre as sociedades da África Oriental também se manifestavam a nível do contacto com os árabes e europeus.

Os povos do litoral tinham um contacto mais profundo com os europeus e árabes do que os do interior, como, por exemplo, os Akamba do Quénia e os Nyamwezi do Tanganyika que se ocupavam do comércio de caravanas – o comércio a longa distância. Os Baganda e os Wanga também estavam envolvidos no comércio, de marfim e escravos, com os árabes.

Quénia

Os Nandi foram os que ofereceram a resistência mais viva e mais prolongada (1890-1905) do país. A força militar dos Nandi explica-se pela grande coesão social e pela confiança dos guerreiros em si próprios e no seu chefe. Graças à sua enorme força combativa, os Nandi conseguiram resistir à ocupação estrangeira por mais de sete anos.

No centro do país, a reacção não teve a mesma dimensão devido às divisões entre os diferentes grupos, chefes ou clãs e às alianças de uns com os ingleses, contra outros chefes africanos. Por exemplo, o chefe dos Gikuyu – Waiyaki – decidiu aliar-se aos ingleses, tendo chegado a fazer um tratado de fraternidade de sangue com Frederick Lugard, agente da IBEAC. Procedimento idêntico teve Lemana, de um dos grupos Masai que, em compensação, foi nomeado chefe supremo dos Masai.

No litoral, a resistência foi protagonizada pela família Mazrui encabeçada por Mbaruk Bin Rashid. A resistência dos Mazrui deveu-se à crescente influência britânica nos assuntos internos das sociedades do litoral.

A revolta de Mbaruk teve lugar em 1895 quando, após a morte do váli (rei) de Takarungu os ingleses da IBEAC indicaram, para substituto, um aliado seu em vez de Mbaruk que era o legítimo herdeiro do trono. Entretanto, Mbaruk foi derrotado pelos ingleses.

Mais para o interior, os Akamba revoltaram-se contra a pilhagem inglesa e consequente apropriação de animais (gado bovino e caprino) e até imagens religiosas consideradas sagradas. A reacção foi encabeçada por Nziba Mwea que, em 1890, decidiu recusar-se a fornecer alimentos aos ingleses. No norte, nos confins do país Kisimayo, os ingleses enfrentaram a resistência dos Ogdens somális, dos Mazrui e dos Akamba, que acabou sendo derrotada após a intervenção de tropas indianas em 1899. Os Taita também se envolveram em conflito com os ingleses após recusa de fornecer carregadores.

No Quénia Ocidental, a principal figura foi Munia, o rei dos Wanga, que via nos ingleses mais um grupo de mercenários que podia ser usado como tal na luta contra os seus inimigos (Iteso e Luo). Assim, este rei optou sempre pela aliança.

A resistência no Tanganyika

No Tanganyika a resistência decorreu tanto por via diplomática como com o emprego da força.

Em 1891 e 1893 Mbunga envolveu-se em conflitos com os alemães, enquanto Hasani Bin Omari também se confrontava com os alemães no interior diante de Kílwa. Em 1891 os Hehe, liderados por Mkwawa, derrotaram os alemães que se vingaram em 1894, tomando a capital, mas sem

conseguir prender o chefe Mkwawa. Já em 1899 foi a vez de os Maconde combaterem os alemães.

A conquista alemã no litoral, liderada por Carl Peters, enfrentou a resistência de Abushiri ao longo da costa e das tribos Gogo, Chaga e Hehe. As duas primeiras foram subjugadas com relativa facilidade, mas os Hehe, liderados por Mkwawa, resistiram até 1898.

Sob comando de Abushiri, em Setembro de 1888, os povos do litoral incendiaram um navio de guerra alemão, antes de atacar Kílwa e matar os dois alemães que lá residiam e assaltar Bagamoyo.

Reagindo aos acontecimentos, a Alemanha enviou Hermann von Wissman para a região. Tendo chegado em Abril de 1889, atacou Abushiri em Bagamoyo, forçando-o a retirar-se para Uzigua onde acabou sendo preso e enforcado em Dezembro de 1889. Em Maio de 1890, Kílwa foi bombardeada e tomada de assalto pelos alemães terminando, assim, a resistência no litoral do Tanganyika.

Uganda

No Uganda, a resistência foi particularmente conduzida pelos reis Kabarega, do reino Bunyoro, e Mwanga, do reino Buganda.

A resistência de Kabarega decorreu entre 1891 e 1899. A opção inicial deste rei foi o confronto, mas após falhar nos seus intentos decidiu recorrer à diplomacia, tentando, sem sucesso, um acordo com Lugard. Na fase final, e diante do fracasso das tentativas de aproximação com os ingleses, Kabarega decidiu-se pela guerrilha. Assim, abandonou o Bunyoro e refugiou-se no país Lango, a norte, de onde lançou ataques de surpresa infligindo baixas aos ingleses.

O rei Mwanga de Buganda, proclamado protectorado britânico em 1894, privilegiou a diplomacia.

Desde a sua chegada ao trono, em 1894, Mwanga tentou limitar o contacto dos europeus com os Baganda, punindo, por vezes com a morte, os que abraçassem o cristianismo.

Na sua tentativa de impedir o domínio dos estrangeiros no seu território, Mwanga adoptou a estratégia de «dividir para reinar», ora aliando-se aos cristãos contra os muçulmanos, ora aliando-se aos muçulmanos contra os cristãos. Portanto, para ele todos os estrangeiros representavam uma ameaça ao seu poder, pelo que era preciso pô-los fora.

Um dos últimos actos de resistência de Mwanga teve lugar em 1898, quando, alegando uma tradição dos Baganda, tentou atrair todos os estrangeiros para uma parada naval numa ilha do lago Vitória, onde pretendia deixá-los morrer à fome. Contudo, o plano foi descoberto, pelo que os europeus prepararam um golpe contra ele, substituindo-o pelo irmão.

Pouco depois, tentou retomar o poder e juntou-se a Kabarega na guerrilha, mas ambos foram capturados e deportados para Kisimayu, onde Mwanga morreu em 1903.



Fig. 13 Carl Peters
(1856-1918)

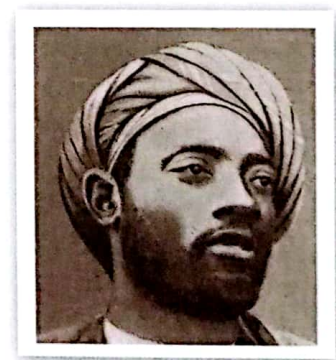


Fig. 14 Mwanga
(1869-1903)

A resistência na África Central e Austral

Por África Central e Austral pretende-se aqui designar os actuais territórios da República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi, Moçambique, Angola, Namíbia, Botswana, Lesotho, Swazilândia e África do Sul.

Nas vésperas da partilha existiam nesta região inúmeras formações políticas, das quais se destacam os Estados Lunda e Luba na actual R.D.C., os Estados Humbe e Chókwè em Angola, Matabelândia, (Zimbábwè) Mashonalândia (Zâmbia) Niassalândia (Malawi), o Estado de Gaza, os Estados Militares do vale do Zambeze e os Estados Ajaua, em Moçambique, bem como várias outras formações políticas menores.

Em geral, todos os grupos sociopolíticos da região tentaram resistir à ocupação europeia.

A resistência na África Central foi conduzida em diferentes etapas, visando três objectivos principais:

- Manter a soberania das sociedades africanas.
- Corrigir alguns abusos do regime colonial.
- Destruir o sistema estrangeiro instalado.

As acções de resistência começaram a manifestar-se claramente depois de 1880, altura em que os povos da região enfrentaram claramente a ameaça que a presença europeia representava para a sua soberania.

Para todos eles, o objectivo da resistência era impedir a ocupação, mas as estratégias, a composição étnica, a intensidade da luta e o grau de êxito alcançado foram bastante variados.

Algumas formações políticas africanas como os Nguni da Niassalândia, os Báruè, os Yao, os Macua, os Yeke, os Chicunda, os Ovibundo, os Chókwè, entre outros, ofereceram forte resistência europeia na região.

Mas a opção de confronto não foi prática em todas as formações africanas. Algumas houve que tentaram aliar-se aos europeus. Ngungunhane, antes de se envolver em confronto com os portugueses, negociou tanto com os britânicos como com os portugueses. O mesmo ocorreu entre os Báruè e o alemão Karl Peters e ainda com os Bemba e os britânicos.

Houve ainda reinos africanos, particularmente do Congo, que começaram por se submeter pacificamente, antes de decidir juntar forças e lutar pela independência. Os Yaka, os Buja e os Boa contam-se entre os que optaram por esta estratégia.



Fig. 15 Ngungunhane (1850-1906)

Moçambique

A resistência iniciou, de forma sistemática, por volta de 1894, quando os portugueses começaram a conquista no sul, onde se encontrava o Estado de Gaza. Entre as principais figuras ligadas à resistência em Moçambique podem ser mencionados homens como Ngungunhane, Nwamantibjane, Mabjaia, Maguiguane, no sul do país Hanga, Mafunda, Cambuemba, Cabendere, na região central e Mucutu-munu, Komala, Kuphula, os xeiques Molid-Volay, Faralay e Suali Bin Ibrahim – no Norte.

O Sul

A África Meridional nas vésperas da partilha

Por volta de 1880, no extremo sul de África, naquilo que é hoje a República da África do Sul, pontificavam quatro unidades políticas europeias, nomeadamente as colónias britânicas do Cabo e do Natal e as Repúblicas boers do Transvaal e do Estado Livre de Orange.

Existiam, também, várias formações políticas africanas como os Shoza, Mfengu, Tembu e Mpondo. Em 1890 surgiu mais a norte no território Ndebele (no actual Zimbabwe) uma nova colónia britânica, a Mashonalândia.

Entre estes grupos, existia uma espécie de aliança entre ingleses e boers, para a exploração dos «africanos». Este entendimento permitia mesmo superar as desinteligências entre os dois grupos de europeus.

Uma das acções dos ingleses e boers para impor o seu domínio sobre os africanos foi a assinatura da convenção de Sand River, em 1852, pela qual ficou acordado não vender armas de fogo às populações autóctones. Portanto, os africanos ficavam privados dos meios de autodefesa e de defesa.

A juntar aos aspectos descritos, a realidade sociopolítica da África Meridional era também condicionada por vários acontecimentos, que ocorreram no início do século XIX, tais como o Mfecane e a migração Nguni, as actividades dos Bemba na actual Zâmbia, a aliança yao-swahili e o tráfico de escravos.

Estes acontecimentos constituíram uma fase de evolução política durante a qual se formaram algumas das actuais instituições e alianças inter-étnicas, porém fragilizaram as sociedades africanas no período em questão. A juntar a estes acontecimentos, a região era fustigada por calamidades, epidemias e fome que incrementavam a desordem sociopolítica da região.

Um outro factor que condicionou a resistência no extremo sul de África foi a acção dos missionários.

A cristianização e o ensino, introduzidos pelos missionários, criaram, uma classe de pequenos burgueses africanos (catequistas, professores, empregados de escritório, etc.), que reconheciam e difundiam entre os africanos a superioridade e a colonização branca.

Nessa condição, podem-se mencionar homens como Tiyo Soga, o primeiro missionário africano ordenado pela igreja Presbiteriana de Inglaterra, John L. Dube, pastor metodista, John T. Jabavu, metodista fervoroso e fundador do Jornal bilingue inglês-xhosa *Imvo Zamantsundu* e Walter Rubusana, um pastor congregacionista que chegou a ser eleito para a assembleia provincial do Cabo.

No essencial, esses africanos procuravam explicar o infortúnio dos africanos resultante da presença colonial pelo factor religioso e procuravam apelar à subserviência ao Homem branco.

As iniciativas de resistência desenrolaram-se a três níveis:

- **O confronto:** opção dos Zulu, Nguni, Ndebele, Changana, Bemba, Yao, bem como pelos chefes Mangwende, Makoni e Mutassa.
- **O protectorado:** escolhido pelos Sotho, Swazi, Ngwato, Tswana e Lozi.
- **A aliança:** seguida pelos reinos relativamente mais fracos e que viam nessa opção uma forma de busca de apoio e protecção contra os inimigos internos.

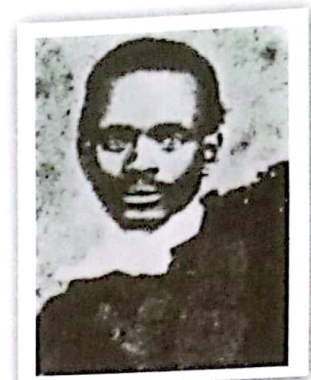


Fig. 16 Tiyo Soga (1829-1871)

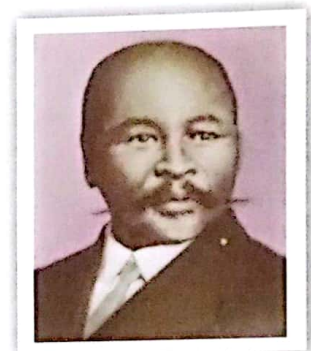


Fig. 17 John L. Dube (1871-1946)



Fig. 18 John T. Jabavu (1859-1921)

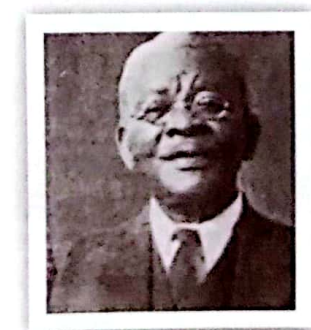


Fig. 19 Walter Rubusana (1858-1936)

A revolta dos Zulu

À altura da ocupação, a Zululândia tinha à cabeça o rei Cetshwaio. No início, quando a Zululândia estava sob ameaça dos boers, o rei dos Zulu seguiu uma política pacifista e isolacionista, cultivando sempre a aliança com os ingleses. Mas logo as relações com os ingleses iriam mudar.

Após a anexação inglesa do Transvaal, em 1877, a Zululândia passou a ser vista como entrave à concretização da ideia de uma federação branca, bem como à segurança e ao desenvolvimento do Natal. Ademais, destruir a Zululândia era uma demonstração de força aos seus concorrentes boers, que passaram a perceber o quanto a Inglaterra era capaz de fazer cumprir as suas decisões.

Movidos por este interesse, os ingleses desinteressaram-se de todos os esforços dos Zulu, e, em 28 de Julho de 1878, ocorreu o incidente que justificaria a invasão. Naquele dia, alguns emissários do rei atravessaram o rio que limitava a Zululândia do Natal para trazer de volta as mulheres do chefe que para lá tinham emigrado. Esse acto foi descrito como indicador da iminência do ataque Zulu ao Natal, considerando-se o exército Zulu como uma força de ataque ameaçadora e o rei um tirano sedento de sangue.

Rejeitando o pedido de desculpas de Cetshwaio e uma indemnização de 50 libras pelos danos causados, o alto-comissário britânico para a África do Sul, sir Bartle Frere, impôs um ultimato totalmente inaceitável para qualquer rei digno dessa função.

Como Cetshwaio, obviamente, não cumpriu, em Janeiro de 1879 os ingleses lançaram um ataque aos Zulu, mas as tropas inglesas sofreram uma pesada derrota na batalha de Isandhlwana. Entretanto, seis meses depois, em Julho, Cetshwaio não resistiu a nova investida inglesa, tendo sido derrotado e se exilado no Cabo. A Zululândia foi em seguida dividida em 13 distritos liderados por homens da confiança dos ingleses. Era o fim da Zululândia.

A Matabelelândia

Lobengula, o rei dos Ndebele entre 1874 e 1894, optou, no início, pela diplomacia. Regulamentou a imigração e informou os estrangeiros de que não pretendia ceder as suas terras para mineração. Para despistar os europeus decidiu mudar constantemente de residência, colocar países, empresas ou até indivíduos europeus, uns contra os outros. Diante de solicitações ou exigências incómodas, optava por adiar sistematicamente as decisões.

Tudo era feito para ganhar tempo para a conclusão de uma aliança com os britânicos para se opor aos portugueses, alemães e boers da África do Sul.

A partir de 1888, com a chegada de Cecil Rhodes à região, a situação na Matabelelândia alterou-se.

As acções de Cecil Rhodes na terra dos Matabele ou Ndebele contou com um importante apoio do reverendo John Smith Moffat que, desde 1865, tinha tentado, em vão, converter os Ndebele ao cristianismo. Tratava-se, pois, de um grande conhecedor da região e das suas gentes e que aspirava impor a colonização dos Ndebele, até para apagar os desastres pessoais por

Fingindo ser conselheiro desinteressado de um «velho amigo» - Lobengula - aconselhou-o a aliar-se aos britânicos em vez de qualquer outro concorrente europeu. Nesta linha, Moffat assinou com Lobengula o

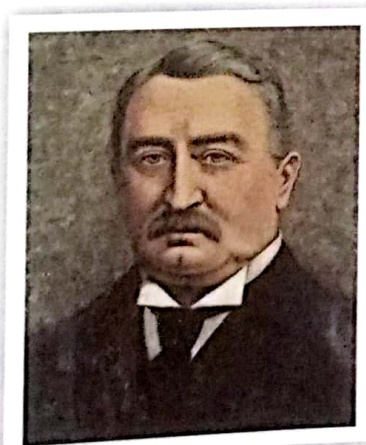


Fig. 20 Cecil Rhodes (1853-1902)

chamado «tratado Moffat» pelo qual o rei Ndebele prometia não assinar qualquer tratado ou estabelecer correspondência com nenhum país estrangeiro para a cedência dos seus territórios, sem autorização dos britânicos.

A luz do tratado Moffat, a Matabelelândia e a Mashonalândia ficavam sob influência britânica e abria-se espaço para o início da conquista do território. Por outro lado, o tratado legitimava diante dos outros estados europeus o domínio inglês, o que retirava a Lobengula a possibilidade de continuar a jogar com os interesses das diferentes potências para colocar uns contra os outros.

Neste contexto, começaram a afluir ao território vários ingleses reclamando direitos territoriais ou minerais e oferecendo armas de fogo, dinheiro e vários outros produtos.

Ao perceber o grande movimento na região, Rhodes enviou Rudd, Thompson e Maguire para negociar com Lobengula o monopólio das terras e regiões mineiras, afastando todos os outros concessionários, tendo sido assinada a chamada «Concessão Rudd».

Segundo esta concessão, o rei Lobengula «*garantiria aos ingleses direito integral e exclusivo sobre todos os recursos minerais e metálicos nos seus reinos e plenos poderes para fazerem tudo quanto julgassem necessário para a exploração de tais recursos*».

Como muitos outros tratados afro-europeus, a Concessão Rudd foi igualmente uma verdadeira trapaça para ludibriar o rei. Com efeito, além de artigos de interpretação que permitiam aos europeus agir como melhor lhes conviesse e não como era a percepção dos africanos, algumas cláusulas do interesse dos africanos nunca foram fixadas por escrito, ficando-se pelo entendimento verbal e, portanto, sem nenhum valor à luz do direito europeu.

Quando Lobengula percebeu que fora enganado, tentou apelar à rainha inglesa, mas de nada lhe valeu. Cecil Rhodes obteve uma carta real para avançar com a ocupação. No início de 1890, os homens de Cecil Rhodes avançaram em direcção à Mashonalândia pela Matabelelândia e instalaram-se em Salisbúria, a 12 de Setembro do mesmo ano.

Depois de cerca de três anos de guerra iminente, em 1893 o confronto estalou. Tropas de Cecil Rhodes vindas da Mashonalândia e da África do Sul invadiram a Matabelelândia. Percebendo o grande desnível entre o seu exército e os invasores, Lobengula tentou evitar o confronto fugindo em direcção à Rodésia do Norte, mas morreu pelo caminho. Com a morte de Lobengula iniciava, também, a decomposição da nação Ndebele.



Fig. 21 Lobengula (1845-1894)



Exercício de aplicação

1. A expansão imperialista em África provocou entre as populações africanas as mais diversas acções de resistência.
 - a) Caracterize a resistência africana entre 1880 e 1900, considerando as suas causas e formas de luta.
 - b) Mencione cinco líderes da resistência em África.
2. As duas últimas décadas do século XIX foram um período em que as relações entre europeus e africanos se tornaram difíceis. A passividade inicial dos africanos é substituída pela resistência.
 - a) Explique esta mudança de atitude dos africanos.
 - b) Refira-se aos objectivos, formas de luta e impacto da resistência africana.
 - c) Identifique os principais períodos da resistência africana.



1. Caracterize as relações entre África e a Europa entre os séculos XV e XIX.
2. No âmbito do comércio triangular o papel de África era de:
 - a) Fornecer matéria-prima à Europa.
 - b) Mercado da produção manufactureira europeia.
 - c) Local de trânsito dos europeus rumo à Índia.
 - d) Fornecer matéria-prima à Europa e mercado da produção manufactureira europeia.
3. Explique como é que a Revolução Industrial contribuiu para o interesse dos europeus pelo interior de África.
4. Além da aprovação do princípio da Ocupação efectiva em África, outra decisão importante tomada durante a Conferencia de Berlim (1884/1885) foi:
 - a) A aprovação do projecto britânico de construção da linha férrea Cabo-Cairo.
 - b) A liberalização do comércio nas bacias do Congo e Níger.
 - c) Cedência à Alemanha de todos os territórios africanos até então livres da ocupação.
 - d) A criação dum tribunal arbitral, com sede nos Estados Unidos da América, para resolver as disputas entre as potências colonizadoras.
5. A ocupação efectiva de África por potências europeias em África foi feita com o derrube de organizações políticas e administração dos estados africanos e mais tarde...
 - a) somente pelo controlo directo dos territórios.
 - b) pelo controlo dos territórios conquistados aos africanos.
 - c) pelo controlo das terras ainda não conquistadas.
 - d) somente pelo controlo indirecto dos territórios.
6. O colonialismo francês era assunto governamental, o que significa que:
 - a) Apostava somente em companhias e bancos privados.
 - b) O executivo tomava decisões na administração das colónias.
 - c) Algumas personalidades francesas criaram companhias para o efeito.
 - d) Apostou somente na companhia africana da África ocidental.
7. Analise comparativamente o mapa político de África entre 1880 e 1914.
8. Assinale com **V** a afirmação correcta.

Em que consistia a Teoria da Dimensão Africana?

 - a) Na partilha que deu impulso missionário e humanitário com o objectivo de regenerar os povos africanos.
 - b) Explicava a partilha como sendo resultado da super produção, do excedente de capital e do sub consumo dos países industrializados da Europa.
 - c) Baseava-se na teoria de selecção natural de Charles Darwin segundo a qual «na luta pela vida, as espécies mais fortes dominam as mais fracas».
 - d) Defendia que a partilha foi o culminar do longo processo de delapidação do continente iniciada com a chegada dos primeiros europeus a África.
9. Em que consistia o Darwinismo Social?
10. Enuncie em traços gerais a teoria da soberania sobre a resistência africana.
11. A religião confere à resistência os pressupostos de soberania e legitimidade porque:
 - a) As doutrinas e os símbolos religiosos não se apoiavam, normalmente, nas questões da soberania e da legitimidade.
 - b) Em regra, o poder dos chefes africanos era legitimado por rituais e, como tal, todas as acções dos chefes, incluindo a mobilização do povo para a resistência, eram suportados por símbolos e conceitos religiosos.



COMPETÊNCIAS

O aluno deve ser capaz de:

- Recolher informações sobre o colonialismo em África.
- Avaliar o significado do colonialismo em África.
- Analisar o impacto socioeconómico do colonialismo em África.

UNIDADE

3



CONTEÚDOS

Características Gerais do Colonialismo em África

- Formas de administração colonial
- Tipos de colónias: de povoamento; de exploração e protectorados
- A função das colónias para as metrópoles
- As estruturas político-administrativas
- A economia colonial: a função das colónias para a metrópole; as actividades económicas; o papel das companhias
- Impacto da dominação colonial em África: ao nível político, ao nível social e ao nível económico
- Significado do colonialismo em África

Págs. 90 a 117

O período colonial

Generalidades

A conquista e a ocupação foram acompanhadas da remoção das estruturas político-administrativas africanas e montagem do aparelho administrativo colonial. Sempre que a resistência era vencida, os chefes africanos eram mortos, expulsos ou presos e substituídos por indivíduos indicados pelos conquistadores. A montagem do aparelho administrativo colonial era, em geral, feita de acordo com as condições de cada território conquistado; por isso, embora tivesse uma base comum, era pouco uniforme.

A política colonial em África tomou, em regra, o sentido de «política indígena», ou seja, privilegiou a adopção de uma política indígena.

Para os europeus, estava claro que a dominação colonial só podia ter sucesso se o pessoal e as instituições autóctones fossem envolvidos. De facto, a produção colonial não podia dispensar os «braços africanos», e a administração das unidades básicas das populações africanas só podia ser assegurada pelos próprios africanos. Assim, era fundamental que cada potência definisse claramente como seriam administrados os africanos, de modo a garantir o seu envolvimento na exploração colonial.

Política indígena é como se designavam as diferentes formas da administração dos africanos, que deviam assegurar o exercício do poder colonial.

As formas de dominação colonial

As diferentes potências coloniais adoptaram estratégias próprias em matéria de política indígena. Os britânicos defendiam a autonomia administrativa enquanto os franceses e portugueses eram a favor de uma parcial integração política.

Portanto, a administração colonial oscilava entre a «diferenciação» e a «assimilação» consoante a experiência e as circunstâncias do momento.

Embora não tenha havido uma concepção universal para a administração colonial em África, predominava a chamada administração indirecta (*indirect rule*). Neste sistema os africanos ficavam sob um duplo mandato (os africanos ficavam, simultaneamente, sujeitos à subordinação perante a metrópole e perante as autoridades tradicionais). A **administração indirecta** não afastava, portanto, os africanos da vida política da metrópole pois, embora mantendo o seu modo de vida tradicional, eram súbditos.

O sistema de **administração indirecta** foi iniciado e aplicado por Lord Lugard na Nigéria e vigorou em quase todas as colónias britânicas. Os belgas também o adoptaram a partir de 1920, no Congo.

Outro modelo de administração indirecta foi introduzido pelos franceses, denominado **politique d'association** que, segundo Jules Harmand, «era uma forma de administração indirecta, com conservação, embora melhor passado». Entretanto, em África, limitou-se a Marrocos.

Teoricamente, os franceses aplicaram a administração indirecta também a sul do Saara, mas na verdade aqui o poder do chefe local era quase nulo e não passava de um instrumento ou auxiliar. O mesmo acontecia nos territórios portugueses.

A opção por esta forma de dominação justificava-se por diferentes razões:

- a) As modalidades de ocupação adoptadas, aliadas à dimensão dos próprios impérios.
- b) O pessoal europeu era insuficiente para administrar todas as possessões.
- c) O colapso das companhias concessionárias implicava a necessidade de se montar uma autoridade nacional sobre as regiões que os europeus não podiam controlar efectivamente.
- d) O princípio europeu do «império barato» pressupunha o afastamento dos europeus da administração das colónias como forma de se livrar dos encargos administrativos, deixando essa responsabilidade para os chefes africanos.
- e) A ideia, corrente, de que «quanto menos se molestasse os africanos mais activa seria a sua cooperação» pois, como é natural, a presença europeia não seria, de modo nenhum, motivo de insatisfação dos africanos.

A administração directa consistia na criação, pela metrópole, de um aparelho administrativo e militar, forte e capaz de assegurar a orientação de trabalho para os centros de produção. Estimulava-se em paralelo uma pequena elite africana de modo a dotá-la de força suficiente para controlar a força de trabalho.

Os tipos de colónias

O *indirect rule* deu lugar à chamadas **colónias de exploração** em que sem recorrer ao povoamento das colónias pelos europeus, as metrópoles cediam extensas áreas às companhias privadas. Essas companhias recebiam da metrópole o direito de levar a cabo a conquista e administração das colónias. Neste tipo de colónias, com uma reduzida presença de colonos europeus, a produção ficava a cargo das comunidades e os colonos, através das companhias, adquiriam os produtos, comprando-os a preços muito baixos. Competia ao chefe local, gozando de uma certa autonomia, controlar a produção.

O **sistema directo** de administração conduziu às **colónias de povoamento**. Neste tipo de colónias havia uma forte presença de colonos europeus em África, ficando os africanos obrigados a abandonar as suas terras férteis ou ricas em minérios em benefício dos colonos. Os colonos através de companhias ou de empresas privadas desenvolviam a agricultura no sistema de plantações ou de *farmas*. Também desenvolviam outras actividades como a actividade mineira, a exploração florestal entre outras. Ficando sem as suas terras, os africanos eram obrigados a empregar-se como assalariados nos diferentes sectores da economia colonial, vendendo a sua força de trabalho a um preço baixo.

Este sistema vigorou, principalmente, na África do Sul, nas Rodésias, no Quénia e nas colónias portuguesas.

O sistema directo de dominação conduzia a um tipo de colónias ditas de povoamento, em que os africanos eram forçados a abandonar as suas terras ricas para a agricultura ou para a exploração de minérios, a favor dos colonos europeus.

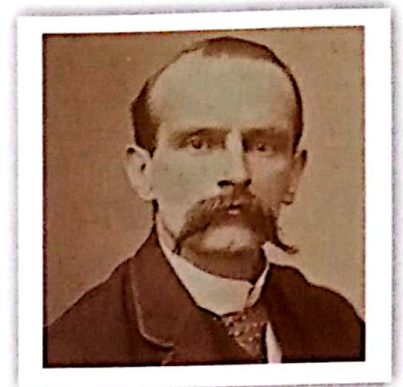


Fig. 1 Lord Lugard

Administração indirecta: sistema de administração no qual a metrópole confiava aos chefes locais algumas tarefas administrativas como a cobrança dos impostos, o pagamento dos funcionários locais e a aquisição de fundos para desenvolver obras na região. A metrópole ficava com o controlo das relações das colónias com o exterior.

Os africanos convertiam-se de camponeses em mão-de-obra de reserva, forçada a vender a sua força de trabalho a um preço baixo.

Este sistema vigorou, principalmente, na África do Sul, nas Rodésias, no Quênia e nas colónias portuguesas.

As atitudes dos africanos perante tais políticas foram muito variadas, desde a aceitação relutante e a adaptação forçada até aos esforços deliberados de conservar as instituições.

O *indirect rule* deu lugar às chamadas colónias de exploração, em que a produção ficava a cargo das comunidades, e os colonos adquiriam os produtos, comprando-os a preços muito baixos. Competia ao chefe local, gozando de uma certa autonomia, controlar a produção.

Um tipo de colónias que também existiu em África foram os chamados **protectorados**. Os protectorados foram estabelecidos através de acordos entre os reinos africanos e os europeus e que determinavam a cedência, a favor da metrópole, de direitos comerciais ou de desenvolver outras actividades económicas em troca de protecção.

A economia estava a cargo dos camponeses africanos, e de companhias metropolitanas que exploravam a agricultura, os transportes, praticavam o comércio gozando de preferência no protectorado.

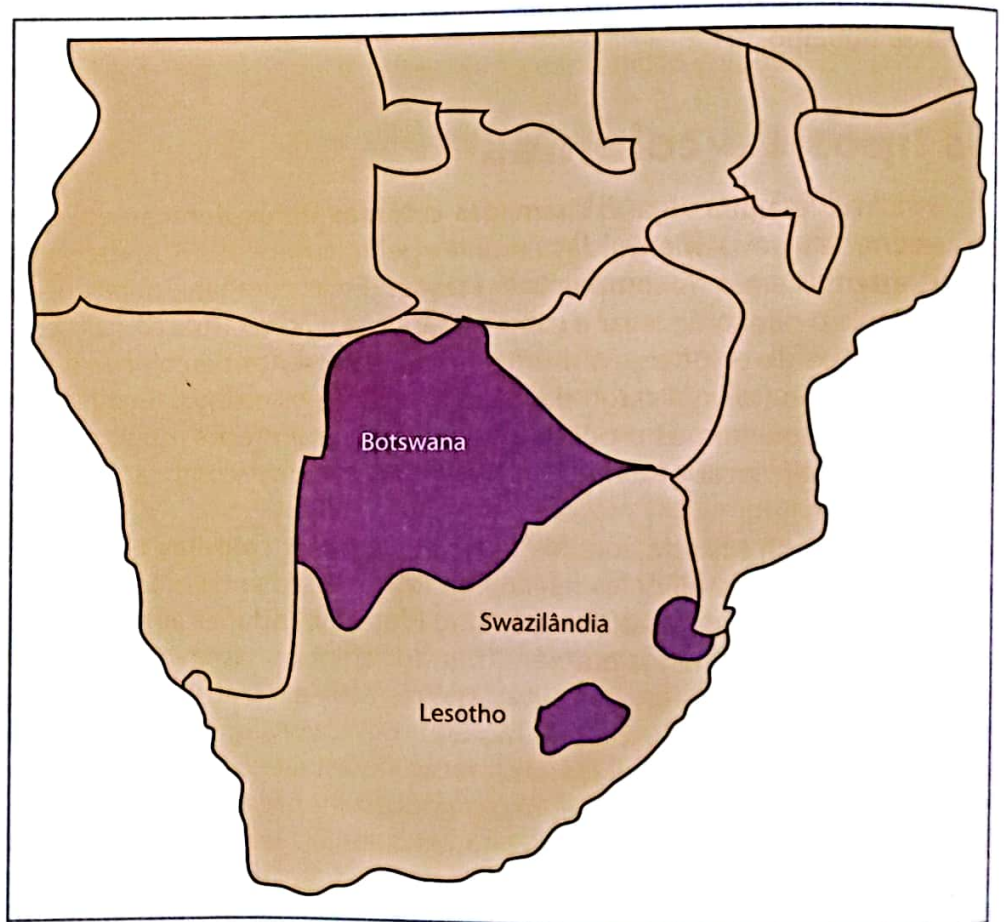


Fig. 2 Protectorados britânicos

Na região austral de África existiam alguns dos protectorados britânicos nomeadamente Swazilândia, Lesotho e Botswana.

As estruturas coloniais

A autoridade máxima na colónia era o Governador ou Residente Geral. Normalmente, tinha imediatamente a seguir a si uma espécie de conselho ou comissão consultiva, representando simultaneamente interesses oficiais e não oficiais.

Nas colónias portuguesas, francesas e belgas, o poder legislativo era exercido pela metrópole, enquanto nos territórios ingleses pertencia aos conselhos coloniais que, gradualmente, foram aumentando o seu poder, passando de consultivo a legislativo. Infelizmente, a presença africana nesses conselhos era bastante reduzida e aumentava a um ritmo demasiado lento.

A instituição central da organização colonial era o distrito ou região (nas colónias francesas chamava-se *cercle*) sob a autoridade de um administrador europeu que exercia autoridade e dirigia os subordinados europeus e as autoridades africanas.

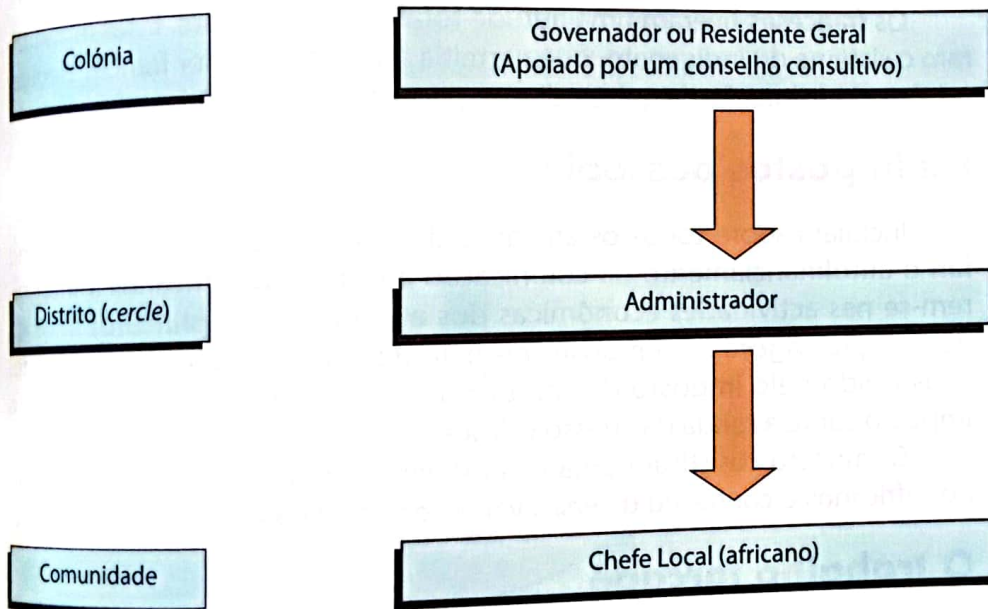


Fig. 3 Esquema da organização colonial mais adoptada, estando representadas as suas estruturas.

Os objectivos da colonização

Os objectivos da colonização eram manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão-de-obra para o transporte de cargas e, mais tarde, para a construção de estradas, ferrovias, e ainda para fins comerciais.

A realização desses objectivos era da responsabilidade da administração local.

Várias medidas foram postas em prática para a consecução de tais objectivos: a reforma do sistema judiciário, o recurso ao trabalho forçado e os impostos pessoais.

O sistema judiciário

A introdução do sistema judiciário europeu ocorreu por causa da preocupação em manter sempre algum espaço para o direito tradicional africano ou muçulmano. Procurou-se, por via de regra, criar uma diarquia jurídica, mediante a qual os litígios africanos eram resolvidos segundo as leis tradicionais africanas, enquanto os problemas envolvendo europeus eram da alçada da jurisdição colonial.

Com excepção dos territórios portugueses, foram criados «tribunais indígenas», voltados para os problemas dos africanos. O objectivo da criação destes tribunais era de inculcar nos africanos a ideia da responsabilidade e desenvolver na comunidade indígena um certo sentido de disciplina e respeito pela autoridade. Eram tribunais dirigidos por africanos e deviam respeitar, tanto quanto possível, o direito consuetudinário africano.

Este modelo foi aplicado em todas as colónias britânicas, incluindo os territórios sob tutela e, imitado no Congo pelos belgas.

Os franceses tiveram uma atitude totalmente diferente. Estes introduziram o sistema do indigenato, que permitia ao administrador francês efectuar prisões até à duração de quinze dias e aplicar multas por várias infracções.

Os impostos pessoais

Incidiam sobre todos os africanos do sexo masculino e tinham como fim o autofinanciamento da colonização e obrigar os africanos a integrar-se nas actividades económicas dos europeus. Nos primeiros anos da dominação, vigorou o «imposto de palhota», que na década de 1920 foi substituído pelo imposto de capitação. Sobre os não-africanos incidia o imposto sobre a renda das pessoas físicas.

O imposto constituiu uma das principais modalidades de exploração dos africanos e conheceu diversas variantes nas diferentes regiões de África.

O trabalho forçado

O imposto em dinheiro foi depois seguido pelo imposto em trabalho (*prestation*), que seria o mais duradouro de todas as variantes de imposto adoptadas. Estes impostos não passavam de excepções ao sistema de trabalho forçado.



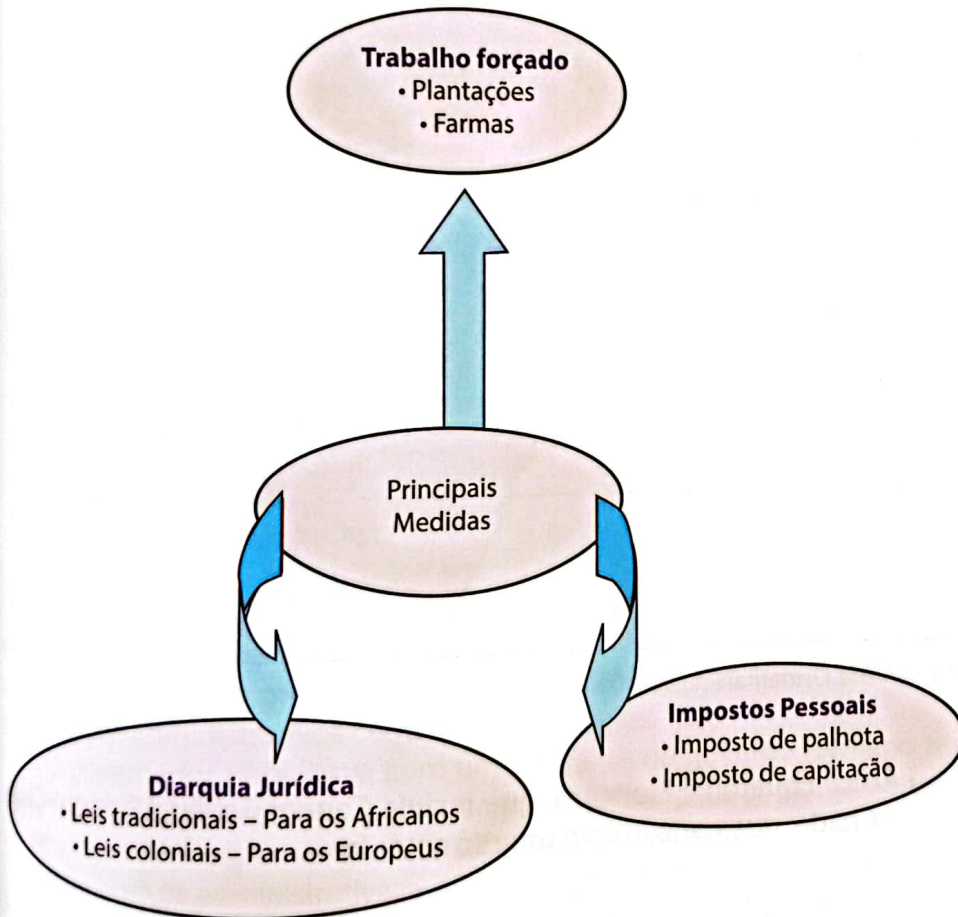
Fig. 4 A construção de infraestruturas era geralmente feita com uso do trabalho forçado.

Desde os finais do século XIX que um dos principais problemas com que se debatiam os europeus era a falta de mão-de-obra para satisfazer as necessidades, tanto do sector privado como do sector público, o que levou à implantação de um sistema de recrutamento forçado, visto não existirem motivações de carácter económico para consegui-la.

A *prestation* francesa foi um desses mecanismos de coacção dos camponeses para o trabalho, aliada aos recrutamentos forçados para as plantações.

As formas mais opressivas de regulamentação do trabalho foram contudo impostas na União Sul-Africana e no sudoeste, onde o trânsito dos africanos era regulado por salvo-condutos e cédulas de identidade; também foram promulgadas leis sobre a «vadiagem» que castigavam todo aquele que não tivesse um contrato de trabalho.

As medidas adoptadas pelo regime colonial não podiam agradar e muito menos ser consentidas de ânimo leve pelos africanos, pelo que a sua vigência só foi possível mediante um sistema de controlo eficiente e de vários instrumentos de coacção como a repressão, o sistema de cadernetas, etc.



Farma: grande propriedade rural que se dedica à agricultura para fins comerciais.

Fig. 5 Acções e medidas adoptadas para assegurar a dominação colonial.

As estruturas políticas

Os territórios franceses

Os territórios franceses foram agrupados em dois conjuntos:

- África Ocidental Francesa, constituída pelo Sudão, Alto Volta, Senegal, Mauritânia, Guiné, Costa do Marfim, Níger e Daomé.

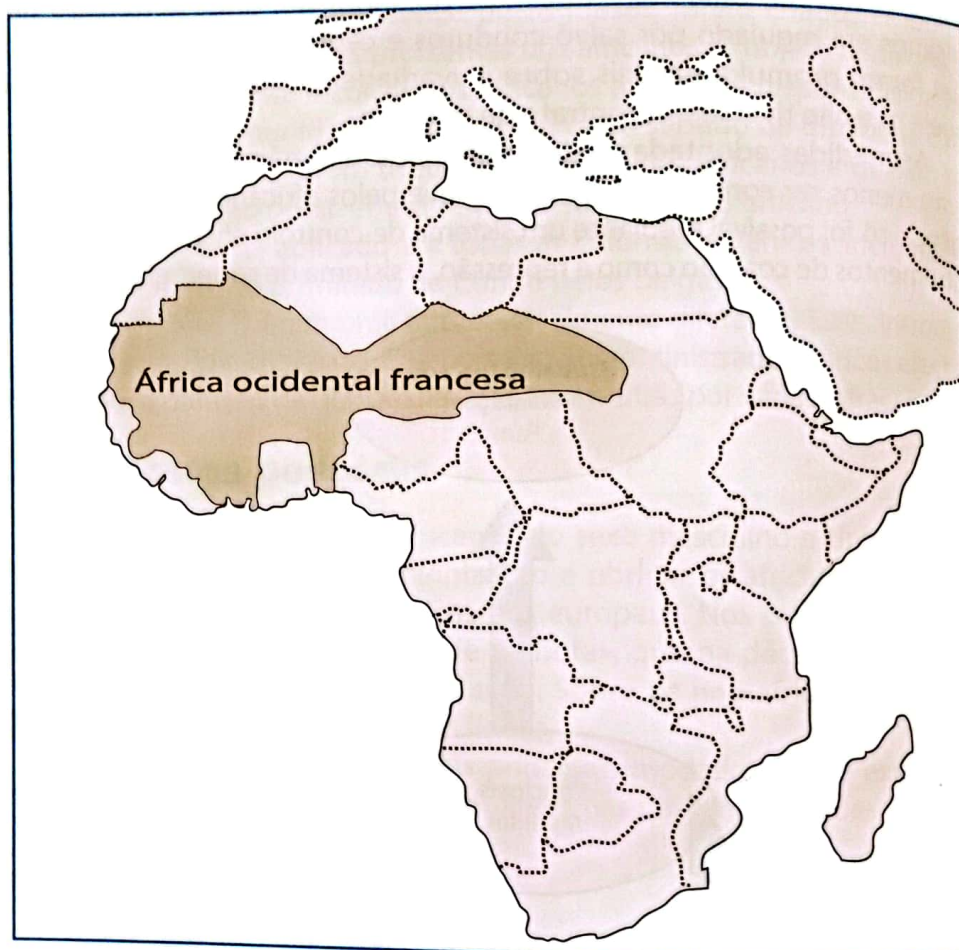


Fig. 6 África Ocidental Francesa

- África Equatorial Francesa, que incluía Congo, Gabão, Ubangui-Chari e Chade, que constituíam uma só colónia.

À frente desta organização estava o ministro das colónias, o responsável pela administração colonial perante a Assembleia Nacional.

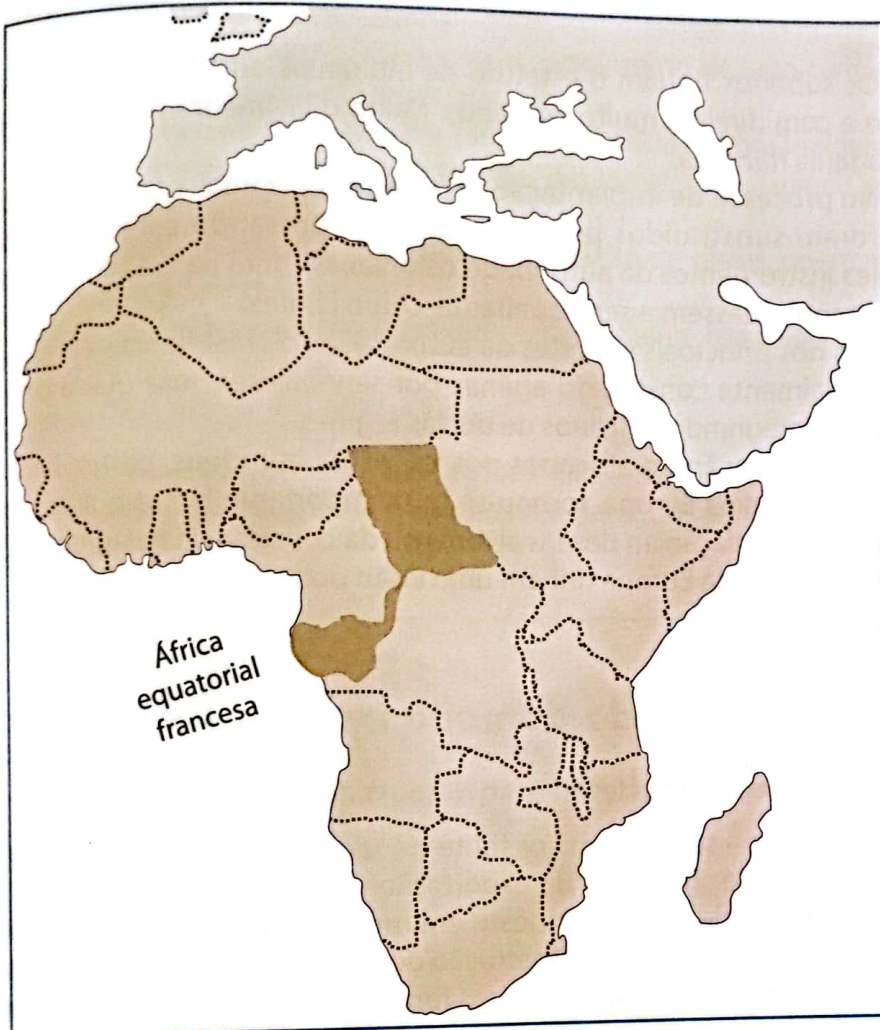


Fig. 7 África Equatorial Francesa

A direcção de cada federação cabia a um governador-geral, cujo poder era comparável ao do presidente de uma república. Era a ele que competia preparar o orçamento federal, a direcção das forças armadas e dos serviços administrativos centrais da federação.

O governador trabalhava com um conselho de governo formado pelo secretário-geral da colónia, pelo general-chefe e pelo procurador-geral, entre outros. Este era um órgão consultivo e não executivo.

Na estrutura administrativa, a seguir ao governador-geral, encontrava-se o governador (chefe do território), com o seu próprio conselho de governo.

O governo servia-se de uma rede de comandantes de «círculo» a quem se subordinavam os chefes de subdivisão. O comandante de «círculo», era o «homem-orquestra», que tudo sabia e tudo fazia no seu território, era o «Deus do mato».

Os africanos estavam divididos em duas categorias:

- **Cidadãos** – nativos das quatro comunas do Senegal
- **Súbditos** – africanos dos outros territórios



Os cidadãos tinham os mesmos direitos políticos que os franceses. Tinham um conselho-geral e enviavam um representante parlamentar à Assembleia Nacional, em Paris. Podiam, com o tempo, adquirir a cidadania francesa.

Os súbditos tinham o estatuto de indígenas, sujeitos a forte discriminação e com direitos muito limitados. Muito dificilmente podiam ascender à cidadania francesa.

No processo de implantação do domínio colonial, os chefes tradicionais foram substituídos por comandantes, passando estes a constituir simples instrumentos da autoridade colonial, embora para as comunidades nativas continuassem a ser respeitados como chefes.

Um dos principais suportes da autoridade colonial francesa era o exército, inicialmente constituído apenas por senegaleses, mas que a pouco e pouco foi integrando africanos de outras regiões.

A participação de africanos nos exércitos europeus, particularmente em campanhas na Europa, tornou-se num importante factor político, especialmente em relação ao desenvolvimento da consciência nacionalista, pois no seu regresso da Europa tinham uma visão política mais ampla.

Consequências do domínio francês

Vários mecanismos levaram ao despojo dos africanos:

Impostos – segunda maior fonte de rendimento, obrigavam os camponeses a vender produtos de exportação para poder pagar o imposto. A impossibilidade de pagar o imposto era motivo para que o indivíduo fosse levado ao trabalho forçado (construção de estradas, linhas férreas e outros).

As melhores terras dos africanos foram tomadas e entregues a companhias privadas.

Constituição de reservas de sementes – a princípio um mecanismo cooperativo e, mais tarde, de fraude, visto que as sementes entregues não eram, em muitas ocasiões, restituídas.

Empobrecimento dos solos – a alta de preços dos produtos de importação, contrastando com os das matérias-primas, levavam à emigração para as cidades senegalesas, da Costa do Ouro e da Costa do Marfim, mais desenvolvidas.

As duas guerras mundiais degradaram ainda mais as condições dos africanos.

Na sequência disto, começaram a surgir algumas sublevações camponesas, sindicais e políticas. Contudo, nesta fase, foram as manifestações sindicais, nas cidades, que mais se destacaram pela sua organização e pelo impacto que tiveram.

1925 – Greve parcial no caminho-de-ferro Dacar-Níger, seguida de uma greve geral.

1937 – Lei sobre sindicatos (restritiva).

1938 – Greve geral leva o governo a negociar com os grevistas.

Aspectos positivos da colonização

- Implantação de infra-estruturas.
- A produção para exportação levou ao surgimento de uma camada de africanos privilegiada – fazendeiros.
- Avanços na saúde (foi criada em 1905 a assistência médica indígena, em 1910 o Instituto Pasteur em Brazaville, em Dacar 1924, Guiné-Conacri, etc.)
- Diminuição da população devido à separação de casais, doenças, trabalho forçado, etc.
- Implantação da propriedade privada, especialmente nas zonas costeiras.

Os territórios britânicos

A Inglaterra ocupou diversas regiões na África Ocidental, Oriental, Meridional e do Noroeste. Uma característica geral dos territórios ingleses é a de saída para o mar.

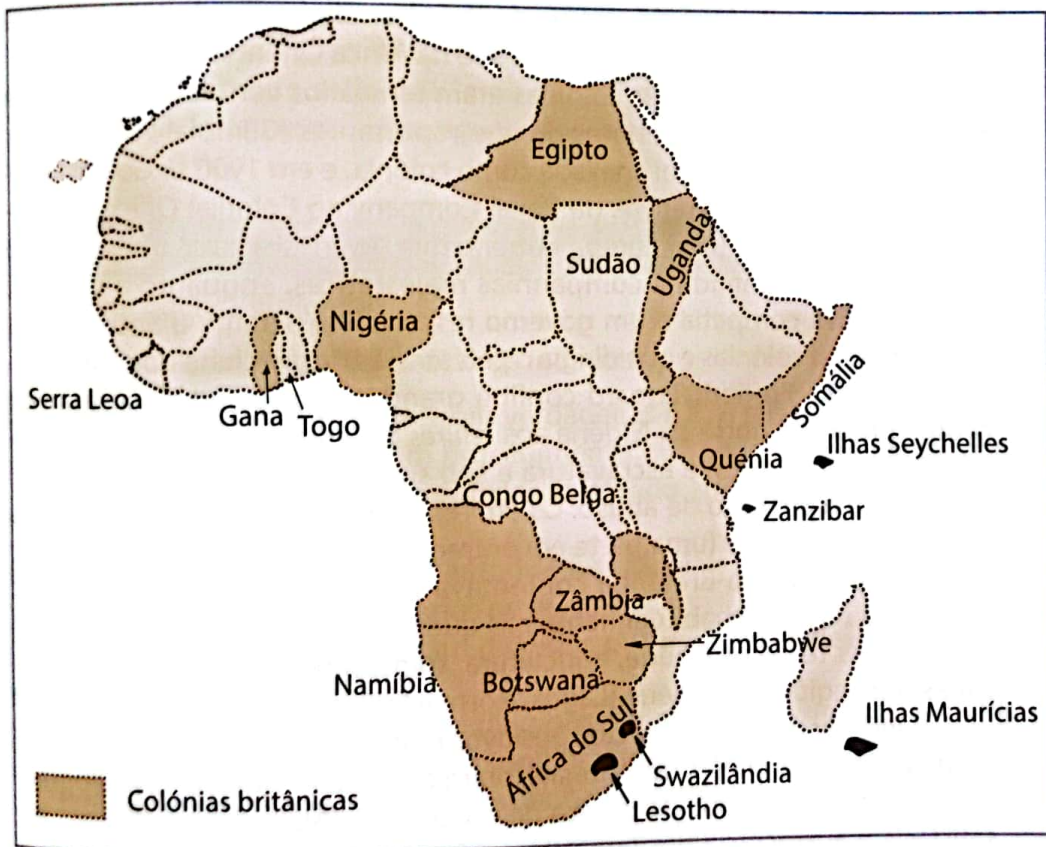


Fig. 8 As colônias inglesas em África

Os métodos britânicos e franceses registaram muito poucas diferenças, a maior parte das quais resulta dos hábitos sociopolíticos dos dois países na Europa. Nos territórios francófonos reinou uma certa forma de *indirect rule* e de separação entre súbditos e cidadãos.

Os britânicos ocuparam-se das suas colónias sem uma doutrina pré-concebida ou geral, a golpes de precedentes e de adaptações sucessivas que aperfeiçoaram a sua fórmula. A política colonial britânica foi guiada por dois princípios, que até fazem parte dos postulados mais sagrados do direito público britânico.

O princípio da autonomia financeira condição e medida da autonomia política. «*Se as vossas finanças públicas estão equilibradas, tendes vocação para a responsabilidade política*». Esta velha tradição sempre incitou à autonomia local e à repugnância pela centralização.

Portanto, as ideias em que assentou o conjunto de decisões e atitudes britânicas foram a autonomia local e a descentralização que foram qualificadas de autoridade indirecta (indirect rule).

Entre 1830 e 1843, G. Mac Lean tentou moldar as regras administrativas e judiciais britânicas ao quadro africano, por cooperação com os chefes. Mas, por razões próprias de cada uma destas categorias, os missionários e os negociantes opuseram-se. Mas a experiência foi retomada sob outras formas. Para mais, as colónias ocidentais beneficiavam de um arranque socioeconómico bem mais nítido do que na África Oriental e Central.

Na África Ocidental, as colónias eram territórios com uma larga frente de costa e com cursos inferiores de rios importantes (Gâmbia, Volta, Níger).

Em 1901, Ashantia foi anexada como colónia, e em 1900 *sir* Goldin cedeu os poderes administrativos da Royal Company ao Colonial Office. As relações destes países com a Europa remontaram a vários séculos. A exploração económica foi confiada a companhias majestáticas, enquanto a direcção administrativa competia a um governo responsável perante o Secretário de Estado para as colónias e que dirigia o país através de um chefe do distrito.

Em 1900, Frederic Lugard confiou grande parte da administração do protectorado do norte da Nigéria aos *emires peules* submetidos com a condição de renunciarem à escravatura e sob supervisão de um residente que só intervinha em caso de abuso. Os emires tinham o direito de fazer justiça e cobrar os impostos (uma parte era entregue à Grã-Bretanha).

Portanto, a Grã-Bretanha contentava-se com o papel de árbitro, não intervindo directa e habitualmente nas questões das colónias, salvo em certos sectores técnicos (saúde, agricultura, transportes). Lugard tentou unificar as três regiões da Nigéria (Lagos, Norte e Sul), o que conseguiu em 1914.

A *indirect rule* teve aspectos positivos mas tinha na prática muitas ambiguidades. Muitos chefes tradicionais foram depostos e exilados pelos britânicos, por vezes culpados de prática da escravatura. Além disso, o *indirect rule* satisfazia a aristocracia dos emires e sultões e muito raramente os súbditos.

A divisão artificial dos povos retirava autoridade aos chefes tradicionais. Mais ainda, o trabalho de educação e de promoção social empreendido pelo colonizador punha em cheque o princípio de autoridade tradicional, para além de que esta autoridade não existia da mesma maneira em todas as regiões. O Norte era mais desenvolvido do ponto de vista sociopolítico do que o Sul.

Entre 1920 e 1930, os ingleses tentaram introduzir o mesmo sistema na Costa do Ouro, onde a forte originalidade da Ashantia continuava refractária à administração directa. Em 1935, é reconhecido e legalizado o conselho federal dos chefes ashanti. Esforço idêntico foi feito no Norte, mas mal se conheciam aí os limites dos seus poderes.

A experiência não teve aqui bons resultados como na Nigéria do norte. No sul do Gana, o falhanço foi total. Desde 1874, os ingleses exerciam uma administração directa e, apesar da existência de conselhos de chefes, os africanos instruídos iriam bloquear o processo de consolidação da autoridade dos chefes, pois consideravam-na uma política reaccionária e intolerável.

Um outro tipo de instituição, que teve mais sucesso, foram os conselhos executivos e legislativos. Os conselhos executivos eram constituídos por altos funcionários, designados para coadjuvarem o governador.

Os conselhos legislativos eram assembleias locais que tinham a função de elaborar leis da colónia, mas a sua aplicação era sancionada pelo governador e pelo secretário de estado para as colónias. Este órgão foi criado na Gâmbia (1943), na Costa do Ouro (1950) e em Lagos (1952).

De 1922 a 1925, foram tomadas disposições para regular a eleição dos membros por um eleitorado africano, mas só em 1948 começaram a aparecer mais eleitos do que nomeados.

Tratava-se de um regime democrático restrito e não parlamentar, pois o executivo do governador não respondia perante o conselho legislativo, mas sim perante o secretário de estado para as colónias. Além disso, o governador tinha direito de veto em qualquer circunstância.

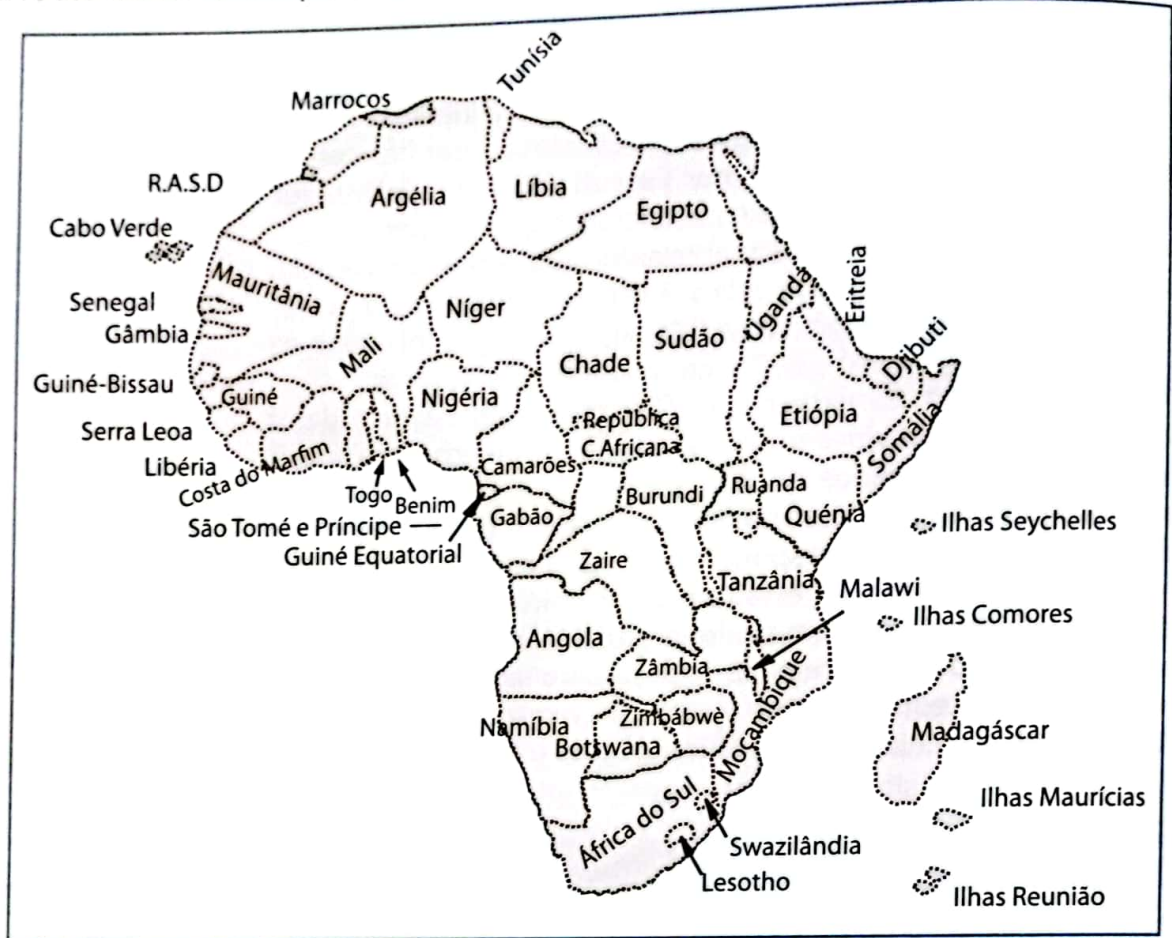
Apesar das limitações do sistema, é de destacar o facto de a Grã-Bretanha ter iniciado muito cedo o sistema de *self government* nos seus territórios. Em 1940, foram escolhidos alguns africanos para o conselho executivo.



Exercícios de aplicação

1. Define política indígena?
2. Distingue administração directa da indirecta.
3. Assinale com um **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas.
 - a) A diarquia jurídica foi um procedimento que consistia em deixar que os litígios africanos fossem resolvidos segundo as leis africanas ficando apenas os problemas entre europeus sob alçada da jurisdição colonial.
 - b) Com a diarquia jurídica as autoridades coloniais julgavam de maneira diferenciada os litígios conforme envolvessem africanos ou europeus.
 - c) Os tribunais indígenas eram dirigidos por africanos e deviam respeitar o direito consuetudinário africano.
 - d) Os tribunais indígenas eram dirigidos por africanos e deviam respeitar o direito colonial europeu.
 - e) Os tribunais indígenas eram dirigidos por europeus e deviam respeitar o direito colonial europeu.
 - f) No período colonial os impostos tinham como fim o autofinanciar a colonização e integrar os africanos na economia colonial como mão-de-obra barata.
 - g) No período colonial os impostos tinham como fim criar receitas para serem enviadas para a metrópole.
 - h) No período colonial os impostos tinham como fim diminuir a mão-de-obra barata. →

4. Observe atentamente o mapa abaixo.



- Pinte os países que pertenceram à África Ocidental Francesa.
- Pinte com outra cor todas as antigas colónias portuguesas em África.

5. Distingue cidadãos e súbditos nas colónias francesas.

A economia colonial

África entrou na economia mundial nos finais do século XV, mas até à conquista europeia os africanos detinham o controlo sobre as suas actividades económicas. O estabelecimento do controlo estrangeiro sobre a economia africana instalou-se progressivamente, a partir da implantação colonial; contudo, o ponto alto do sistema económico colonial só seria atingido na década de 1930.

Vários factores puseram em causa a independência económica dos africanos a partir dos finais do século XIX, salientando-se de entre eles a construção de sistemas de transportes e comunicações, meios logísticos que permitiram novas agressões a partir das bases nas zonas ocupadas.

Outro factor foi a apropriação violenta de terras e a submissão de forças produtivas às ordens dos europeus.

No século XIX, as relações económicas coloniais eram de dominação/sujeição dos europeus para com a maioria africana. Entretanto, com a descoberta dos minérios, a economia africana assistiu à entrada do grande capital.

De uma forma geral, até à Primeira Guerra Mundial, o crescimento da economia africana foi muito lento. Os níveis mais elevados registaram-se no sector do comércio (importação e exportação), que passou a constituir o elemento básico da economia colonial.

As importações aumentavam lentamente e envolviam produtos tradicionais ao comércio de meados do século XIX, não incluindo máquinas ou produtos industriais, excepção feita para a África do Sul. As exportações também tinham um crescimento bastante lento, para além de serem muito irregulares.

Na agricultura e indústria registaram-se igualmente desenvolvimentos muito fracos, com excepção, uma vez mais, da África do Sul e da Argélia.

O recrutamento de mão-de-obra assentou na coerção não-económica, pois nada se fez para atrair mão-de-obra, tanto por bons salários como pela elevação do poder de compra. Sendo assim, a economia colonial em África foi consolidada através do trabalho forçado ou de algumas formas de escravidão.



Fig. 9 O trabalho escravo

Os estados europeus e seus prolongamentos em África tinham na coerção a única garantia de exploração económica em razão da forte oposição africana. A expropriação das terras aos africanos e o recurso à tributação constituíram algumas medidas para forçar os africanos a trabalharem como assalariados, bem como a produzirem mercadorias para o comércio.

Entretanto, a economia colonial não permaneceu sempre dependente da imposição da potência colonizadora ou da coerção não-económica. A dado momento, os africanos começaram a acolher, paulatinamente, a economia monetária.

Contudo, este processo não ocorreu ao mesmo tempo em todo o continente. Na África Equatorial francesa e nos territórios portugueses, a mudança deu-se nos anos de 1930, mas noutros territórios foi mais antecipada.



Principais actividades na economia colonial

Na África Austral, predominou a exploração mineira que quase levou à unificação da região numa economia colonial integrada; este facto ficou a dever-se, por um lado, à formação de monopólios e cartéis que asseguravam a hegemonia do grande capital na África do Sul, Sudoeste Africano e Rodésias e, por outro lado, à grande capacidade do capital mineiro de atrair mão-de-obra dos países vizinhos (Moçambique, Angola, Swazilândia, Lesotho e Botswana).

A agricultura tinha pontos comuns com o sector mineiro e ocupava quase o mesmo espaço geográfico na África Austral, no Congo belga e no Norte de África. Na África Oriental desenvolveu-se sob o controlo de grandes companhias alemãs.

A África Central tornou-se numa área do domínio das companhias devido às fracas densidades populacionais, mas na África Ocidental britânica preferiu-se aproveitar o campesinato africano na produção de mercadorias agrícolas.

Muitas outras actividades foram criadas ou transformadas pelas novas relações de produção. Foi o caso das reservas florestais que levaram à criação de empresas madeireiras no Gabão e em outros locais onde existissem florestas.



Fig. 10 As reservas florestais foram uma das bases da economia colonial

Outro sector que empregou muita mão-de-obra africana foi o dos transportes, havendo africanos a trabalhar nos portos ferroviários ou como camionistas. A venda de carne e a pesca, o artesanato, alguns serviços (incluindo o professorado) ocuparam também um número considerável de africanos; outros também foram integrados na economia colonial, ocupando empregos de menor prestígio na polícia, no exército, ou então servindo nas cidades como empregados domésticos.

O papel das companhias

As principais actividades económicas ligadas à economia colonial como a agricultura, a mineração ou o comércio raramente foram desenvolvidas directamente pelas autoridades da metrópole. Em regra, coube às companhias monopolistas desenvolver as diferentes actividades, com maior enfoque para a agricultura de plantação, a mineração, a exploração florestal, o comércio, entre outras.

Foram muitas as companhias monopolistas que, a mando da metrópole, assumiram-se como perfeitos agentes da exploração colonial em África.

Na África Ocidental notabilizaram-se companhias inglesas na Nigéria como a Royal Níger Company. Existiam também nas colónias francesas, como Compagnie Française de l'Afrique Occidentale, société Commerciale de l'Ouest Africain, Unilever, Compagnie Africaine del'Afrique Occidentale e Compagnie Industriel et Commerciale Africaine, entre outras.

Na África Oriental a Inglaterra possuía a Imperial British East African Company, enquanto na África Central e Austral tinha a Companhia Britânica da África Austral (BSAC).

Em Moçambique, tinha, sido criadas com capitais estrangeiros a Companhia do Niassa, ocupando os territórios das actuais províncias do Niassa e Cabo Delgado, a Companhia de Moçambique que ocupava o que é hoje Manica e Sofala, além das companhias arrendatárias na Zambézia.

Salários e relações laborais

Os salários eram em geral baixos. Os colonos estabeleciam acordos tácitos para pagar o salário mais baixo possível aos trabalhadores e mantê-los em condições semifeudais, através da carteira de trabalho que limitava a liberdade de mudar de emprego.

De igual modo, os colonos opunham-se à constituição de organizações operárias capazes de forçar qualquer melhoria nas condições de trabalho do trabalhador africano. Prevalcia o trabalho por tarefa ou por peça, e os trabalhadores não recebiam qualquer benefício em caso de doença, incapacidade, desemprego ou velhice.

Por outro lado, era extremamente difícil aos africanos fazerem quaisquer exigências aos colonos, devido à constante mobilidade da mão-de-obra, à sua falta de qualificação e ao racismo.

A economia nas possessões francesas

No âmbito da partilha de África, a França ficou com um importante pedaço do continente africano; contudo, esse espaço era pouco dotado de recursos naturais e dispunha de poucas saídas para o mar.

O sistema económico imposto pela França nas suas colónias não diferia, no essencial, do sistema das outras potências e visava permitir-lhes tirar o máximo proveito das colónias.

Para a França, as colónias deviam servir para tirar o país da miséria provocada pela guerra. Tendo em vista esse objectivo, era importante que as colónias se bastassem a si próprias, assegurando a sua autonomia financeira. Os cofres públicos serviam, nesse contexto, como garantia de empréstimos à França para a realização de trabalhos pouco rentáveis para o sector privado, que tinha tomado conta do comércio de produtos europeus e africanos.

A base deste sistema era uma rede bancária bastante integrada e quase monopolista com o banco da África Ocidental e o crédito predial do Oeste Africano. Estas instituições não apoiavam os indígenas uma vez que, não possuindo propriedades pessoais, não podiam dar garantias hipotecárias, tendo limitado a sua acção ao apoio de companhias e «casas de comércio» de Bordéus (Peyrissac, Maurel e Prom) ou de Marselha (*Compagnie Africaine de l'Afrique Occidentale, Compagnie Industriel et Commerciale Africaine*).

O mercado era dominado por três grandes firmas: *Compagnie Française de l'Afrique Occidentale, Société Commerciale de l'Ouest Africain* e a *Unilever*, que controlava as oleaginosas e outros sectores e actuava em quase todos os continentes. Estas sociedades estavam ligadas entre si e ramificavam-se até além das fronteiras coloniais francesas.

Tinham feitorias nos principais centros por onde se drenavam os produtos africanos e vendiam produtos manufacturados, obtendo largas margens de lucro.

Os sírio-libaneses tinham um lugar no comércio a retalho e por vezes a grosso. Os africanos eram dominados e serviam como intermediários das companhias.

Numa primeira fase, a actividade das companhias estava bastante limitada pela falta de vias de comunicação, aliada à fraca disponibilidade dos africanos para as culturas de exportação.

A actuação das companhias contou com um forte apoio do aparelho administrativo que erguia as infra-estruturas em função das necessidades de comércio. Partindo de Dacar, no único porto existente, foram algumas pontes acostáveis, foram lançados caminhos-de-ferro para o interior, tais como:

- Dacar – Níger, em 1923
- Conakri – Níger, em 1914
- Daomé – Níger
- Abidjan – Níger
- Congo – Oceano

A rede rodoviária foi mais desenvolvida na África Ocidental e menos na África Equatorial francesa.

Além deste apoio, as companhias francesas passaram a beneficiar de preferência aduaneira, o que lhes permitia abafar o poder das companhias britânicas.

Beneficiaram ainda de concessões, sobretudo na África Equatorial, onde puderam impor o seu monopólio, afastando a concorrência das companhias inglesas e dos camponeses africanos. Mais tarde, por razões políticas, a protecção estatal foi alargada aos produtores africanos.

A economia nos territórios ingleses

A nível económico, os princípios enunciados conduziram a uma gestão prudente e estrita das colónias, vendo-se como graves anomalias quaisquer subsídios às colónias.

Na Nigéria, Lugard pediu a unificação do protectorado do norte da Nigéria, deficitário, ao Sul, mais favorecido de modo que houvesse uma complementaridade económica das duas regiões. O Norte passaria a ter uma saída para o mar e haveria uma rede ferroviária comum. Em 1927 foram lançadas duas linhas férreas da costa para o Norte (Lagos-Kano e Port-Harcourt) com o objectivo de desbloquear as regiões Yoruba e Bornu e impulsionar as exportações de algodão, amendoim, minerais, óleo de palma, etc.

No Gana, o desenvolvimento registou-se mais cedo, principalmente graças ao cacau que já em 1913 representava 50% das exportações do país e pouco depois o Gana era o maior exportador mundial.

Os altos rendimentos permitiram a construção de infra-estruturas técnicas e sociais no país, com destaque para os caminhos-de-ferro.

O ouro, principalmente, explorado por africanos, fez do Gana o país com o mais alto rendimento *per capita* da África Ocidental. É, pois, o ouro que explica a grande afluência de jovens do Norte e até dos países francófonos a Kumasi.

Na Serra Leoa, um país pobre embora com acessos por via marítima, a construção de uma linha-férrea, entre 1896 e 1908, não teve grande impacto na economia. Só o início da mineração do ferro e dos diamantes em 1930 impulsionou o seu desenvolvimento, mas os africanos eram apenas mão-de-obra para as companhias.

A Gâmbia, cujo território se encontra encaixado no Senegal, era um país pobre, no qual as exportações de amendoim representavam 9/10% das exportações do país.

Na África Oriental, foram postos em prática os mesmos princípios de governação, mas as experiências foram contrastantes.

No Uganda, protectorado desde 1894, as acções de valorização do país tiveram início em 1897, após a eliminação dos últimos focos de resistência. Em 1896, iniciou a construção da linha férrea Mombaça-Uganda terminada em 1901 e que viria a ser aumentada após a Segunda Guerra Mundial. Tratou-se de um empreendimento de grande valor para o Uganda e particularmente para o Quênia.

Em 1900, sir Harry Johnston, Cônsul-Geral britânico, assinou um tratado com o Kabaka do Buganda pelo qual este se comprometia a introduzir a propriedade privada e, em contrapartida, ser-lhe-ia reconhecido, juntamente com o seu conselho, o direito de governar o país em consonância com o conselho geral. A mesma fórmula foi aplicada aos territórios vizinhos.



Fig. 11 Sir Harry Johnston

Dentro deste entendimento, em 1921 foram estabelecidos os conselhos executivo e legislativo, criando-se um sistema de duas administrações paralelas que levou a uma crise política em 1945.

O Uganda era um país rico, que tinha como principal cultura a banana, mas também produzia algodão e café, cuja produção era desenvolvida e controlada por africanos, enquanto os hindus controlavam o comércio.

Na educação, o primeiro grande passo foi a fundação do Colégio Makerere, em Kampala, em 1939.



Exercícios de aplicação

1. Explique como é que se processou a perda da independência económica da África no contexto da dominação colonial.
2. Como se explica a predominância de actividades extractivas na economia colonial?
3. Descreva as relações laborais no âmbito da economia colonial.
4. Caracterize, em traços gerais, as condições económico-geográficas das colónias francesas.
5. Analise o papel das companhias na economia colonial francesa.
6. Descreva o papel do estado colonial no apoio às companhias comerciais.

Impacto do colonialismo em África

A influência do colonialismo tornou-se um dos temas mais controversos da História de África. Alguns historiadores africanistas, como L. H. Gann, Peter Duignan, Margery Perham ou P. C. Lloyd são da opinião de que se a dominação colonial não foi benéfica, pelo menos não foi prejudicial para África.

Esse ponto de vista está patente em algumas afirmações proferidas por esses historiadores, como P. Lloyd, que dizia: (...) «*as potências coloniais proporcionaram toda a infra-estrutura, da qual dependeu o progresso na época da independência: aparelho administrativo (...), rede de estradas, de ferrovias e de serviços básicos em matéria de saúde e de educação*». (...)

Entretanto, existe uma outra tendência de historiadores africanos que consideram que o efeito positivo do colonialismo foi nulo. Para estes, se existiu algo de positivo na dominação colonial, tal é insignificante diante dos males deste fenómeno.

Diante destes argumentos contraditórios é, contudo, importante realçar que uma leitura mais equilibrada permite notar que, de facto, o colonialismo teve repercussões positivas e negativas para África.

Entretanto, tendo em conta os objectivos dos europeus em África e as circunstâncias em que ocorreram factos positivos, podemos afirmar que estes foram, por vezes, consequências acidentais, outras vezes resultado de acções destinadas a defender os interesses dos colonizadores. De facto, a construção de vias de comunicação ou a edificação de cidades resultou de necessidades colocadas pela exploração do Continente Africano e não do ideal de promover o progresso de África.

O mesmo se poderia dizer em relação aos efeitos negativos que resultaram, igualmente, de razões boas, algumas, más outras, e até indiferentes. Mas vejamos algumas das principais implicações da dominação colonial em África.

Algumas consequências positivas da dominação colonial

A nível político

A instauração de um grau maior de paz e estabilidade

O século XIX foi, particularmente, marcado por um ambiente de instabilidade um pouco por toda a África. Na África Meridional foi o tempo do *Mfecane*, da acção dos mercadores; na África Central, das *djihad* peule, da desintegração dos impérios *Ashanti* e *Oyo* e ascensão dos impérios *Tukulor* e *Mandinga*. África vivia, pois, um clima de insegurança. No período de 1890 a 1910, a situação descrita agravou-se como resultado das acções de conquista e resistência africana.

Entretanto, terminada a conquista colonial, particularmente, após a Primeira Guerra Mundial, a instalação dos aparatos administrativos coloniais permitiu o início de um período de relativa estabilidade nas diferentes regiões do continente. Criou-se, assim, um ambiente favorável ao desenvolvimento normal da economia, bem como à modernização.

A criação dos modernos estados independentes que ainda hoje existem

O ordenamento político de África nos nossos dias resultou da colonização, cuja implantação se deu mediante a destruição da tradicional estrutura político-administrativa assente numa base clânica ou tribal.

A introdução de um novo sistema jurídico e de uma nova administração

O sistema jurídico e administrativo de muitos dos estados africanos de hoje foi herdado do colonialismo. Portanto, a dominação colonial levou à substituição da ordem tradicional por outra que prevalece, pelo menos em parte, nos países africanos.

O nascimento do Nacionalismo Africano e do Pan-Africanismo

A natureza opressiva do colonialismo, aliada à desintegração das tradicionais estruturas, de base tribal, levou ao desenvolvimento da consciência nacional e de um sentimento de identidade entre os negros. Este é um dos exemplos mais claros de que alguns efeitos foram meramente acidentais. É claro que nenhum colonialista pretendia ver surgir e desenvolver-se o nacionalismo africano.

A nível económico

A constituição de uma infra-estrutura de estradas e vias férreas, instalação do telégrafo, do telefone e de aeroportos

Estas realizações foram de grande importância tanto para o transporte de mercadorias como de culturas de exportação, de trocas e de pessoas.

O desenvolvimento do sector primário da economia

A indústria mineira, a produção de culturas de exportação como o cacau, café, tabaco, amendoim, sisal, borracha, etc., registaram neste período grande incremento. Em alguns casos, como aconteceu na África Ocidental, as culturas de exportação eram produzidas pelos africanos.

A introdução da economia monetária

Tornada realidade em África a partir da década de 1920, a economia monetária introduziu um novo padrão de riqueza baseado no dinheiro, estimulou o nascimento de uma nova categoria de trabalhadores (assalariados) e deu início ao surgimento das actividades bancárias.

A monetarização da economia africana permitiu o incremento do comércio entre a África e a Europa.

A nível social

O aumento da população

Os progressos que se registaram no período colonial reflectiram-se numa melhoria relativa da vida das pessoas, o que concorreu para o aumento da população.

A urbanização

Sendo inegável que África tem uma tradição de urbanização muito anterior ao período colonial, também é facto que a colonização acelerou bastante o ritmo de urbanização.

Melhoria da qualidade de vida, principalmente nas cidades

O progressivo êxodo rural reflectiu-se num aumento considerável do número de pessoas com acesso a uma qualidade de vida melhor nas cidades, onde os serviços de transporte, saúde, educação e outros são melhores.

Algumas consequências negativas da dominação colonial

A nível político

Sentimentos de cólera, de frustração e de humilhação

Estes sentimentos surgiram como resultado das práticas opressivas do colonialismo.

A emergência de vários problemas resultantes do carácter artificial das novas fronteiras:

Algumas fronteiras africanas dividem grupos étnicos e estados que já existiam, provocando distúrbios sociais e deslocação de pessoas. Por outro lado, os novos estados passaram a incluir vários povos, culturas, línguas, tradições, etc., criando dificuldades para a edificação de verdadeiras nações africanas.

Grandes disparidades no tamanho e no potencial económico dos novos estados

O enfraquecimento dos sistemas de governo indígenas

- À medida que ia sendo instalada a máquina administrativa colonial, as antigas estruturas eram removidas e os seus dignitários mortos, exilados ou obrigados a fugir.

A indiferença dos africanos em relação à gestão da propriedade pública

- Entre os africanos, a exclusão dos processos de tomada de decisão levou a que estes se mantivessem alheios a tudo o que estivesse relacionado com a gestão da propriedade pública. Este sentimento ainda não está totalmente ultrapassado e faz-se sentir ainda, passados vários anos após a independência.

A formação de exércitos permanentes

- Tradicionalmente, os estados africanos não dispunham de exércitos permanentes. Os exércitos eram, em geral, *ad hoc*, formados para responder a situações concretas de guerra. Em tempo de paz, as pessoas retomavam a sua vida civil.

A perda da soberania e da independência

- O colonialismo pôs fim ao direito dos africanos de dispor de si próprios e de decidir sobre o seu destino.

A nível económico

Embora seja possível apontar alguns reflexos positivos do colonialismo, existem igualmente aspectos negativos. Uma das consequências negativas do colonialismo no campo económico tem a ver com o facto de os interesses económicos do colonialismo, que passavam por ter nas colónias fontes de matérias-primas, terem condicionado sobremaneira a agricultura, a indústria, os transportes... enfim, a economia africana.

A nível dos transportes, por exemplo, a respectiva rede foi concebida para assegurar o transporte de mercadorias dos locais de produção aos portos de onde seriam levados até à metrópole. Isso explica porque a rede de transportes dos países africanos se apresenta desajustada, portanto sem estabelecer ligações entre os pólos de economia internos.

Por outro lado, registam-se grandes desequilíbrios económicos entre regiões de um mesmo país, pois era dada maior atenção às regiões potencialmente ricas.

Ausência quase total da indústria transformadora

Atrofiamento das indústrias e actividades industriais pré-coloniais, predomínio da monocultura e expropriação dos africanos foram outras implicações da dominação colonial.

A nível do comércio

O período colonial foi marcado pelo controlo do comércio internacional pelas companhias bancárias, comerciais e marítimas e a consequente queda do comércio inter-africano. Com efeito, a dominação colonial foi acompanhada da implantação de companhias apoiadas pelos governos coloniais e que passavam a controlar as importações e exportações. Os africanos foram paulatinamente incorporados neste comércio como empregados das empresas europeias. Foi assim que o tradicional comércio inter-africano, a longa distância e em caravanas, foi desestimulado na medida em que com a dominação colonial o fluxo do comércio das colónias foi reorientado para a metrópole.

O elevado peso da dominação sobre os africanos

O trabalho forçado, o trabalho migratório, as culturas obrigatórias, a expropriação das terras, as políticas monetárias aplicadas nas colónias, entre outras práticas, tornaram a dominação colonial um enorme fardo para os africanos.

A nível social

A difusão do cristianismo, do islamismo e da educação ocidental

Acompanhando a penetração colonial, cristãos e muçulmanos espalharam as suas religiões pelo interior do continente. No caso do cristianismo, as respectivas missões assumiram, para além das actividades iminentemente religiosas, a tarefa de ministrar a educação, tornando-se difusores da educação europeia em África.

A introdução das línguas francas (normalmente a da metrópole)

Tendo em conta a grande diversidade linguística que caracteriza as sociedades africanas, a presença europeia foi acompanhada pela introdução da língua da metrópole como oficial.

A discriminação dos africanos diante dos europeus

Além de terem sido expropriados das suas terras com a dominação europeia, os africanos viram ser-lhes vedado o acesso às melhores oportunidades de vida, ocupando sempre uma posição subalterna. Mais ainda, os salários e os impostos eram estabelecidos de forma discriminatória. A educação e a saúde reservadas aos africanos eram diferentes e de menor qualidade do que as reservadas aos europeus.

A deterioração da situação da mulher africana

A atitude discriminatória era ainda mais grave em relação às mulheres. Por exemplo, se existia um ensino «de segunda» as mulheres nem a esse ensino tinham acesso. Igualmente, o salário do homem era sempre superior ao da mulher, mesmo para trabalho igual.

O significado do colonialismo em África

Diante destes factos, impõe-se a pergunta: Qual foi a importância do colonialismo em África?

Esta questão divide a classe dos historiadores entre aqueles que entendem que, não obstante ter sido um breve episódio, o colonialismo teve um enorme impacto em África cujas marcas permanecerão por longos anos. Para estes historiadores, o futuro de África estará sempre ligado a este momento.

Outra corrente defende que além de breve, o colonialismo não teve efeitos tão profundos como se pretende dar a entender. Para eles, o período colonial não foi um momento de ruptura histórica. Os europeus não impuseram, nesse período, uma nova orientação à História de África. Na verdade, defendem, o colonialismo mais não fez senão estimular um processo que já tinha sido iniciado.

Na verdade, tendo sido um curto capítulo de uma longa História de África, o colonialismo teve efeitos incontornáveis em todos os domínios.

Com efeito, o mapa político de África hoje é herança do colonialismo e nada sugere que se possa alterar. Por outro lado, o fim do colonialismo não significou o retorno do poder às antigas elites, mas sim a entrega deste a uma nova elite, criada pelo colonialismo. Hoje, tudo mostra que esse quadro está mais longe de se reverter do que de se consolidar.

O nacionalismo africano, os exércitos africanos de hoje, bem como as instituições político-administrativas e judiciais, são igualmente produto do colonialismo e vieram para ficar.

A nível social, o colonialismo teve também grande significado. As línguas europeias parecem firmes para continuar por muito tempo. Por outro lado, em oposição às antigas elites africanas, baseadas na riqueza e no prestígio, o colonialismo produziu novas elites com suporte na escola e na civilização (integrando os dirigentes da vida política e militar).



Exercícios de aplicação

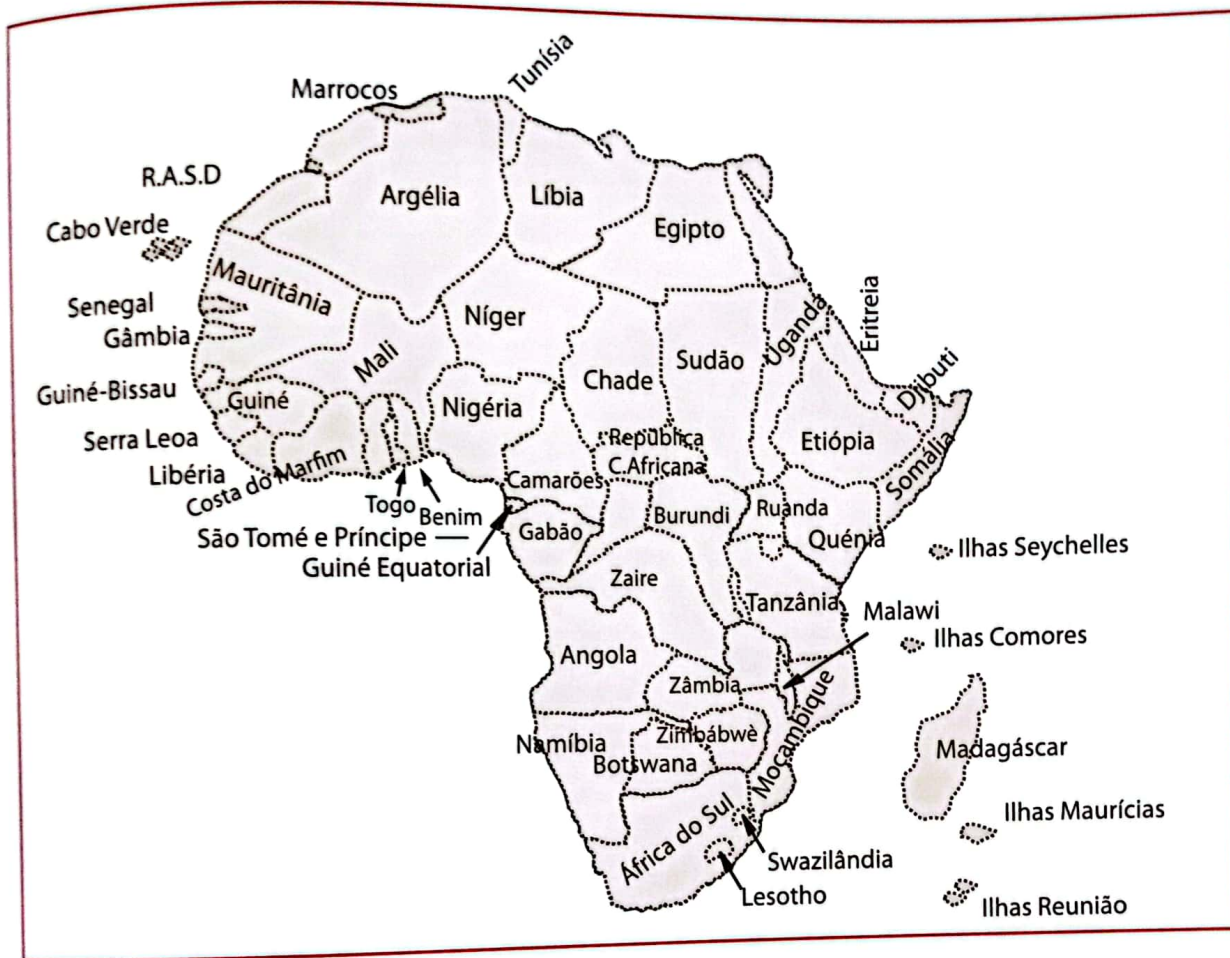
1. Aponte duas consequências negativas da dominação colonial.
2. Embora sem qualquer premeditação e não podendo legitimar a dominação colonial, este fenómeno teve algumas repercussões positivas em África.
 - Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.



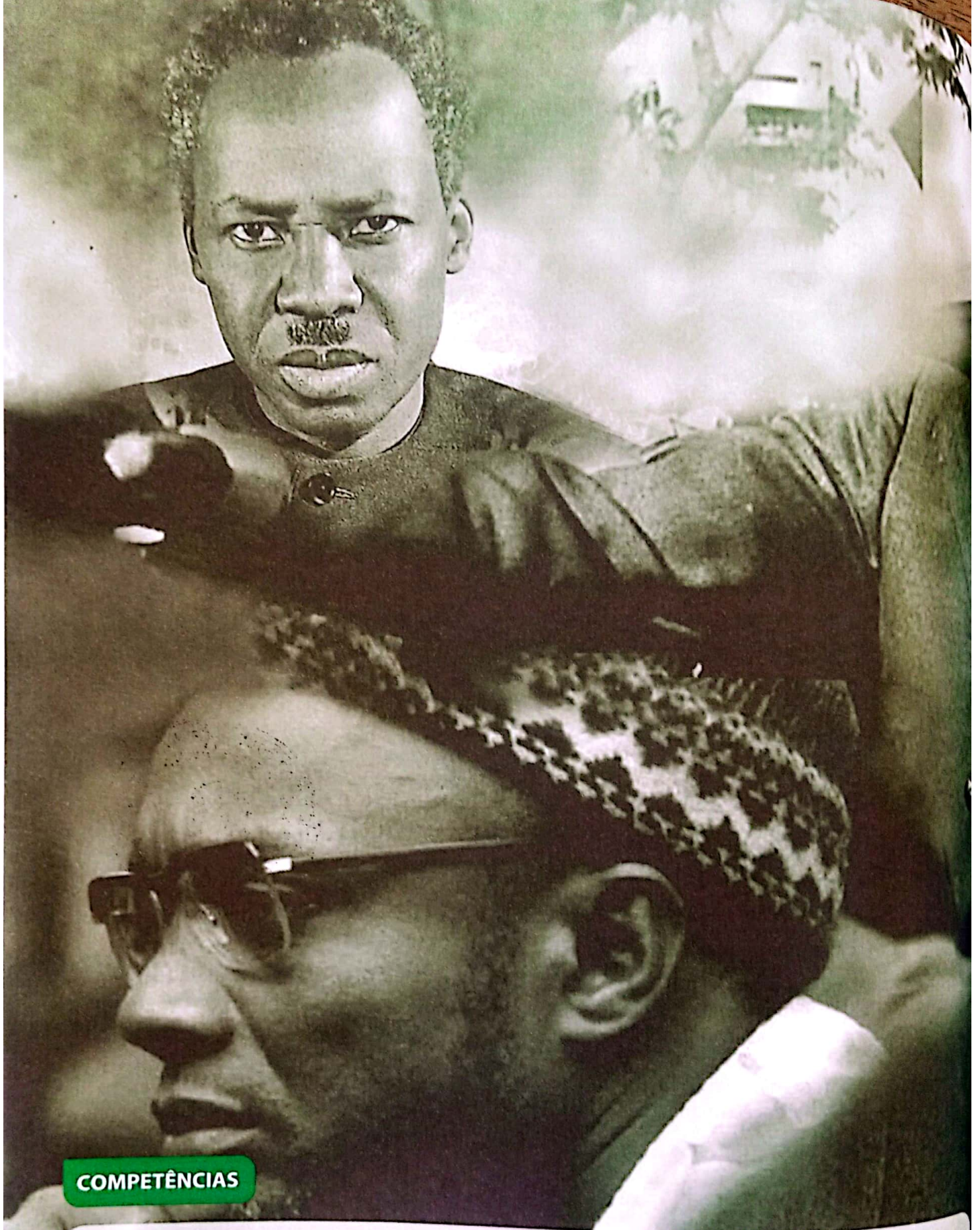
1. O que entende por política indígena?
2. Assinale com um **V** as afirmações verdadeiras e **F** as falsas, em relação aos sistemas de administração colonial.
 - a) Na administração indirecta, a metrópole concede aos africanos o exercício do poder a nível das instituições tradicionais, bem como da administração colonial.
 - b) Na administração indirecta, assegurava-se uma certa legitimidade do poder colonial diante dos olhos do povo, ao não afastar os africanos da vida política.
 - c) O *indirect rule* deu lugar às chamadas colónias de povoamento.
 - d) O sistema de administração indirecta teve em Lord Lugard e Jules Harmand os seus principais teóricos.
 - e) O princípio europeu do «império barato» e a ideia de que «quanto menos se molestasse os africanos mais activa seria a sua cooperação» explicam a opção pela administração directa.
 - f) A administração directa estimula o surgimento de uma pequena elite africana virada para o controlo da força de trabalho.
3. O sistema de administração iniciado e aplicado por Lord Lugard na Nigéria e que vigorou em quase todas as colónias britânicas designou-se:
 - a) Administração directa
 - b) Administração indirecta
 - c) Administração colonial
 - d) Colónias de povoamento
4. A diarquia jurídica foi um procedimento que consistia em:
 - a) Criar tribunais indígenas.
 - b) Deixar que os litígios africanos fossem resolvidos segundo as leis africanas, ficando apenas os problemas entre europeus sob alçada da jurisdição colonial.
 - c) As autoridades coloniais julgarem de maneira diferenciada os litígios, conforme envolvessem africanos ou europeus.
 - d) Sujeitar africanos e europeus à mesma legislação.
5. Assinale com um **X** a afirmação verdadeira.
 - a) Os tribunais indígenas eram dirigidos por africanos e deviam respeitar o direito consuetudinário africano.
 - b) Os tribunais indígenas eram dirigidos por europeus e deviam respeitar o direito consuetudinário africano.
 - c) Os tribunais indígenas eram dirigidos por africanos e deviam respeitar o direito colonial europeu.
 - d) Os tribunais indígenas eram dirigidos por europeus e deviam respeitar o direito colonial europeu.
6. Assinale com um **X** a afirmação verdadeira, em relação aos objectivos do sistema tributário colonial.
 - a) No período colonial, os impostos tinham como fim autofinanciar a colonização e integrar os africanos na economia colonial como mão-de-obra barata.
 - b) No período colonial, os impostos tinham como fim criar receitas para serem enviadas à metrópole.
 - c) No período colonial, os impostos tinham como fim obrigar os africanos a pagar o «imposto de palhotas».
 - d) No período colonial, os impostos tinham como fim diminuir a mão-de-obra barata.
7. Explique como é que se processou a perda da independência económica de África no contexto da dominação colonial.
8. Como se explica a predominância de actividades extractivas na economia colonial?
9. Descreva as relações laborais no âmbito da economia colonial.
10. Caracterize, em traços gerais, as condições económico-geográficas das colónias francesas.
11. Analise o papel das companhias na economia colonial francesa.



12. Descreva o papel do estado colonial no apoio às companhias comerciais.
13. Observe atentamente o mapa:



- Colore os países que pertenceram à África Ocidental Francesa.
 - Colore, com outra cor, todas as antigas colónias portuguesas em África.
14. Distinga cidadãos e súbditos nas colónias francesas.
 15. Aponte duas consequências negativas e duas repercussões positivas da dominação colonial.
 16. «Se as vossas finanças públicas estão equilibradas, tendes vocação para a responsabilidade política». Assinale com **X** o princípio reflectido no extracto acima.
 - a) Princípio da administração indirecta
 - b) Princípio da administração directa
 - c) Princípio da autonomia financeira
 - d) Princípio da centralização financeira



COMPETÊNCIAS

O aluno deve ser capaz de:

- Explicar o surgimento do Movimento de Libertação Nacional (MLN).
- Comparar os diferentes tipos de nacionalismo em África por regiões e/ou potência colonizadora.

CONTEÚDOS

Aspectos Gerais dos Movimentos de Libertação Nacional em África

- Conceito
- As origens do Nacionalismo
- A base ideológica (pan-africanismo e negritude)
- As causas
- As forças motrizes

As potências europeias diante do movimento nacionalista Os países africanos rumo à independência

- O Gana
- A acção de J. B. Danquah e a Convenção Unitária da Costa do Ouro (United Gold Cost Convention – UGCC)
- O papel de Kwame Nkrumah
- A proclamação da Independência
- Os novos ideais (*self reliance e feed yourself*)

O MLN nos territórios franceses

- As características das colónias francesas
- A Conferência de Brazaville
- O papel do RDA e de Houphouet-Boigny
- A Lei-quadro (1956) e a viragem
- As independências das colónias francesas à luz da lei quadro

A Independência do Congo ao Zaire

- A actividade política dos nacionalistas
- O papel de Patrice Lumumba
- A crise do pós-independência e a separação de Catanga

As Rodésias e Niassalândia

- A Federação e o Nacionalismo
- Os caminhos rumo à Independência

Movimentos de Libertação Nacional e as Independências em África

UNIDADE

4



Págs. 118 a 155

O nacionalismo africano

Nação



Fig. 1 Nelson Mandela (1918-2013) foi um dos grandes nacionalistas africanos.

Por nação entende-se grupo de indivíduos, ou comunidade humana, com identidade cultural (etnia, língua, religião, mentalidade predominante, educação); diferenciação geográfica, história comum, e, essencialmente, um sentimento generalizado nesse grupo de indivíduos que comungam de uma mesma vontade (ou destino), apesar das diferenças individuais de cada um.

Nacionalismo

O nacionalismo é a doutrina ou filosofia política que defende como valores fundamentais o bem-estar, a preservação das características identitárias, a independência em todas as ordens e a glória e a lealdade à nação própria.

O nacionalismo parte de dois princípios com respeito à relação entre a nação e o estado.

- O princípio da soberania nacional: que defende que a nação é a única base legítima para o estado.
- O princípio da nacionalidade: segundo o qual cada nação deve formar seu próprio estado, e que as fronteiras do estado deveriam coincidir com as da nação.

O termo nacionalismo se aplica tanto a uma doutrina política como aos movimentos nacionalistas, as acções colectivas de movimentos sociais e políticos tendentes a conseguir as solicitações nacionalistas. Em ocasiões também se chama nacionalismo ao sentimento de pertencer à nação própria embora a quase sempre não é só um sentimento, mas que tem certo conteúdo doutrinário implícito.

O nacionalismo africano deve ser diferenciado dos sentimentos chauvinistas que se difundiram na Europa e se manifestaram por medidas económicas como a autarcia e o proteccionismo aduaneiro de Bismark na Alemanha e de Méline na França, por decisões político-militares que incluíam o imperialismo, tais como o pangermanismo, o fascismo, etc., bem como actos de desforra nacional como os protagonizados por Déroulède.

O nacionalismo só é justificável em situação de opressão. Nesse caso torna-se a expressão dos anseios das diversas forças sociais, vivendo humilhadas e que esperam melhores dias. Uma vez alcançada a liberdade, o nacionalismo já não responde aos problemas reais. Ele passa a ser a manifestação de excitações estéreis e de contradições indefinidas. Passa a ser explorado pelas classes privilegiadas para fazer esquecer as desigualdades sociais em nome de uma pretensa totalidade nacional.

Tendo em conta o que foi referido, o nacionalismo africano foi uma espécie de despertar nacional, do ressurgimento de uma personalidade que tentou afirmar-se opondo-se ao poder estabelecido. Deste modo, o nacionalismo africano iniciou com as primeiras manifestações de oposição

Chauvinismo ou chovinismo:

é o termo dado a o todo tipo de opinião exacerbada, tendenciosa, ou agressiva a favor de um país, grupo ou ideia. Associadas ao chauvinismo, frequentemente se identificam expressões de rejeição radical a seus contrários e desprezo pelas minorias. Inicialmente, o vocábulo foi usado para designar pejorativamente o patriotismo exagerado, sendo posteriormente adoptado para outros casos.

Pangermanismo: movimento político do século XIX, que defendia a união dos povos germânicos da Europa Central. Essa ideologia ganhou grande força com o sentimento nacionalista alemão, e logo depois com a unificação da Alemanha. No Império Austro-Húngaro e na Prússia, o sentimento pangermânico expandiu-se para os alemães do Leste Europeu, minorias alemãs, em grande parte judeus alemães, que sofriam discriminações nos países vizinhos.

à presença europeia e, embora tenha passado por momentos de menor impacto, nunca desapareceu.

Hoje África não está mais sob o domínio colonial mas enfrentamos desafios ligados ao desenvolvimento do continente.

As causas do nacionalismo africano

Durante o período colonial, com o incremento da opressão, o nacionalismo exprime-se sob a forma de revolta e assume a dimensão de uma revolução. Vejamos as principais causas do nacionalismo em África.

O impacto da Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, centenas de milhares de africanos participaram, ao lado dos europeus, em operações militares em África e na Europa. Nesse contacto, os africanos «descobriram» o homem branco. Os brancos trabalhavam com as suas mãos, suavam, sofriam com a fome e com a sede, tremiam de medo, matavam de raiva, enfim... comportavam-se como qualquer mortal. Para os negros envolvidos na guerra, o mito da superioridade branca alimentada pelo colonialismo ficava desfeito e confirmava-se a célebre frase pronunciada por Livingstone no século XIX: «Os negros não são melhores nem piores do que os homens das outras regiões do globo». Tendo ganho esta consciência, os soldados africanos que sobreviveram, alguns dos quais mutilados, tornam-se dinamizadores do movimento nacionalista em África.

A política dos Estados Unidos da América

Os EUA tinham uma atitude liberal em relação aos problemas africanos, o que se explica pela sua tradicional política anticolonial e democrática, pelo interesse em impor uma política de «porta aberta» nos territórios africanos para obter novos espaços para investimentos e, finalmente, evitar o avanço dos russos, caso fossem os únicos a defender África.

A política da URSS

A URSS também teve uma política anticolonial. A política anticolonial soviética baseava-se na ideologia-mãe do próprio regime – o Marxismo. No início, a presença soviética em África efectivou-se através dos partidos comunistas das metrópoles, bem como dos sindicatos e associações de inspiração marxista.

Com o avanço do movimento nacionalista, os soviéticos passaram a intervir de forma mais directa, tanto concedendo apoio aos movimentos nacionalistas, como apoiando os novos estados após o abandono dos colonizadores, preenchendo o vazio que se abria.



A acção da ONU

Um dos objectivos das Nações Unidas inscrito no artigo 1 da sua carta era «desenvolver entre as nações relações amigáveis, baseadas no respeito do princípio de igualdade de direitos dos povos e do seu direito de dispor de si próprios».

À luz deste princípio, a ONU tornou-se o fórum privilegiado para o ataque do fenómeno colonial, constituindo uma espécie de altifalante que ampliava a voz dos fracos.

Além disso, a ONU, através das suas comissões e instituições especializadas, contribuiu para o despertar do nacionalismo africano na medida em que abriu o mundo aos africanos, organizou missões de inquérito à volta dos grandes problemas africanos e do mundo e produziu discursos e relatórios.

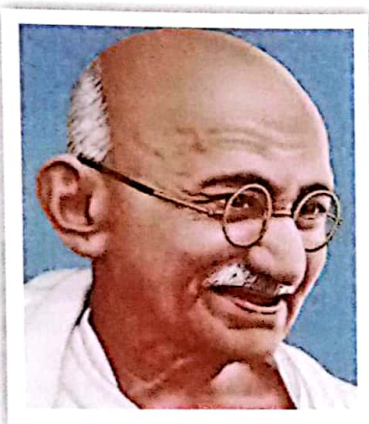


Fig. 2 Mohandas Ka-ramchand Gandhi (Mahatma Gandhi)- (1869-1948)

Mahatma Gandhi: nacionalista indiano, principal personalidade da independência da Índia. Mentor, durante o período em que viveu na África do Sul, de um movimento pacifista, de luta pelos direitos dos hindus. Desde 1914, difunde o seu movimento na Índia defendendo como método principal a resistência passiva. Nega a colaboração com o domínio britânico e prega a não-violência como forma de luta. Corolário da luta liderada por Mahatma Gandhi, em 1947 foi proclamada a independência da Índia.

O exemplo da Ásia

Com a independência da Ásia, desencadeou-se uma solidariedade natural entre África e Ásia. Com a derrota do Japão, começou o recuo do imperialismo na Ásia. Nos diferentes países operou-se uma descolonização mais ou menos violenta, com repercussões em África.

No Vietname, a luta pela independência, contra a França, envolveu milhares de africanos que pouco depois levariam aos países de origem a experiência dos países contra os quais tinham lutado.

A independência da Índia projectou a personalidade de Mahatma Gandhi até aos países africanos, especialmente anglófonos. Por seu turno, a China, além de estimular pelo seu sucesso, tornou-se num dos principais apoiantes do movimento nacionalista, discretamente apresentada sob a forma de ajuda mútua entre países pobres.

A Indonésia assumiu uma postura igual, tendo-se popularizado por ter acolhido a Conferência de Bandung, na qual foram lançadas as bases do Movimento dos Não-Alinhados.



Documento

Conferência de Bandung

Realizou-se de 18 a 24 de Abril de 1955, na Indonésia, com a participação dos líderes de vinte e quatro Estados asiáticos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, Vietname, Irão, Iraque, Nepal, Iémen do Norte) e africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egipto).

O objectivo era a promoção da cooperação económica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outras nações consideradas imperialistas.

Nessa conferência foram lançados os princípios políticos do «não-alinhamento» (Terceiro Mundismo), ou seja, de uma postura diplomática e geopolítica de equidistância das superpotências.

Os Dez Princípios da Conferência de Bandung

1. Respeito pelos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU.
2. Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas.
4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país (autodeterminação dos povos).
5. Respeito pelo direito de cada nação a defender-se, individual e colectivamente, de acordo com a Carta da ONU.
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa colectiva destinada a servir os interesses particulares das superpotências.
7. Abstenção de todo o acto ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país.
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitragens por tribunais internacionais), de acordo com a Carta da ONU.
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação.
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.



Exercícios de aplicação

1. Indique o principal objectivo da conferência de Bandung.
2. Indique os princípios da conferência de Bandung que explicitamente apontam para o combate do colonialismo.
3. Aponte as grandes ideias defendidas pela conferência de Bandung.

O exemplo da África do Norte

O processo de independência na África do Norte começou com o golpe de Estado, no Egipto, que depôs o rei Faruk e levou ao poder o militante anticolonial e pan-arabista Gamal Abdel-Nasser, em 1954. Em 1956, foi a vez da Tunísia e Marrocos, enquanto a Argélia alcançou a sua independência em 1961. A independência destes países levou a que os países da África subsaariana seguissem o exemplo, acreditando na possibilidade de obter êxito igual.

As contradições internas do colonialismo

Além dos factores externos descritos, os factores internos desempenharam um papel fundamental na descolonização da África subsaariana. Primeiro, foi pedido aos africanos um enorme esforço de guerra, fornecendo matérias-primas e alimentos. Recrutamentos, requisições e trabalhos forçados pesavam sobre os africanos. Nas grandes cidades, conviviam-se com a fome e a pobreza.

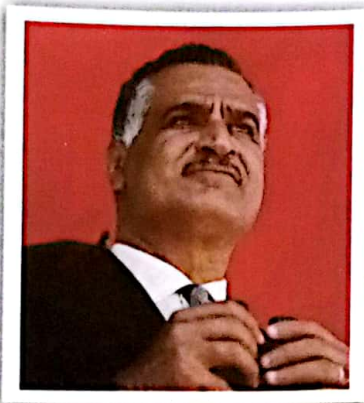


Fig. 3 Gamal Abdel-Nasser (1918-1970)

Gamal Nasser: Presidente do Egipto de 1954 até à sua morte em 1970. Um dos principais promotores do nacionalismo africano.

Com o fim da guerra, os africanos aspiravam ao restabelecimento de uma vida menos desumana. Um segundo factor ligado à colonização eram os próprios princípios coloniais, nomeadamente a assimilação defendida pelos franceses e a diferenciação apregoada pelos ingleses. Assim, os súbditos das colónias francesas defendiam que se «somos todos iguais» então a igualdade deveria ir até ao fim, ou seja, não deveria haver restrições de espécie alguma.

Já as reivindicações das colónias inglesas eram no sentido de a diferença ir até ao nível político. Finalmente, a ascensão de partidos de esquerda ao poder na maioria dos países europeus, como o partido Trabalhista na Inglaterra e o governo de coligação na França, também estimulou o nacionalismo em África. Sendo tradicionalmente anticolonialistas, estes partidos estimularam a descolonização de África.

Os grupos motores

Os sindicatos africanos

O movimento sindical em África surgiu relativamente tarde, devido à também tardia maturação económica de um continente onde o pacto colonial quase proibia a industrialização.

A Grã-Bretanha só autorizou o direito sindical no seu império por volta de 1930. A França e a Bélgica só mais tarde autorizaram o movimento sindical nas suas colónias.

Em 1941, o número de organizações sindicais na África Ocidental britânica rondava os 40 no Gana e 50 na Nigéria, tendo passado para cerca de 100 e 177, respectivamente, nos meados dos anos 50. Na África Ocidental francesa até 1937 não existia nenhum sindicato, mas em 1955 existiam cerca de 350.

Apesar do seu aumento numérico nos meados do século XX, os sindicatos africanos enfrentaram dificuldades.

Fraca adesão dos trabalhadores

Em geral, os sindicatos africanos tinham muito poucos membros devido ao receio dos trabalhadores em aderir aos movimentos considerados subversivos e à fragilidade financeira que não permitia o pleno funcionamento do aparelho sindical. Por outro lado, a grande mobilidade (entrada e saída) dos trabalhadores não permitia a coesão e a força dos sindicatos. Concorria ainda para a fraca adesão a ausência ou deficiente formação dos militantes e quadros do movimento sindical, visto que quanto maior é a estabilidade e o nível de formação dos trabalhadores, maior é a autoridade e o vigor do movimento sindical. É isto que explica que as maiores associações sindicais tenham sido as dos professores, do sector ferroviário, da indústria mineira, etc.

Os sindicatos amarelos

No contexto do colonialismo, e com o objectivo de contrariar a acção dos sindicatos africanos, as metrópoles criavam os «sindicatos amarelos», geralmente conformistas, bem como a «importação» dos problemas que abalavam os sindicatos metropolitanos.

Apesar das limitações que os caracterizavam, os sindicatos africanos desempenharam um papel de relevo no nacionalismo africano. Com efeito, mais do que reivindicações de índole estritamente económica, os sindicatos começaram a pôr em causa o próprio sistema colonial, a razão de fundo de todos os males com que se debatiam. Foi por isso que, com frequência, os dirigentes sindicais apareciam como líderes políticos.

Além disso, as centrais sindicais eram apoiadas por partidos políticos que na Europa apoiavam as centrais sindicais-mães. Portanto, estes partidos começavam a agir no sentido de pressionar a aprovação das leis sindicais.

Uma terceira forma de envolvimento dos sindicatos na luta nacionalista adveio do facto de os patrões serem europeus e haver também trabalhadores europeus disputando o lugar dos africanos. Assim, uma reivindicação de carácter laboral transformava-se numa exigência colocada por africanos aos europeus; portanto, virava uma questão entre africanos e europeus, o que acabava por despertar a consciência nacional.

Os intelectuais

A acção dos intelectuais no nacionalismo teve as suas origens bastante ligadas aos escritos antilhanos e malgaxes versando as suas origens africanas. Se em 1930 Etienne Léro, da Martinica, fundou o jornal *Legitime defense*, no qual se debruçava sobre o esmagamento da sua raça (negra), nos anos imediatos Aimé Césaire, Lopold Senghor, Davo Dion, Dadié, Birago Diop, Paul Niger, Paul Roumain, Léon Damas, Rabemanjara e outros deram eco ao grito negro através de diversas manifestações artísticas. Era o surgimento da Negritude, um movimento intelectual altamente comprometido com a ideia da (re)valorização da raça negra, a (re)afirmação do Homem negro. Através de publicações diversas (revistas, jornais, livros, etc.) os intelectuais africanos desempenharam, portanto, um papel importante no surgimento e crescimento do nacionalismo africano.

Os estudantes

Os estudantes desempenharam um papel muito próximo ao dos intelectuais, mas com muito mais vigor. Nos melhores de entre eles, a reivindicação do seu próprio destaque devia tomar corpo num desígnio histórico colectivo, portanto politicamente preciso. Sob este aspecto, os estudantes aproximavam-se muito mais das ideias pan-africanistas espalhadas na intelligentsia dos países africanos anglófonos. Na sua maioria eram membros da secção universitária de algum partido nacionalista africano ou participavam em círculos de estudos com militantes de partidos ou movimentos europeus progressistas.

O acolhimento de estudantes africanos iniciou com a criação, em 1926, na Grã-Bretanha, da *West Africa Students Union (WASU)*, aglutinando mais de 2.500 estudantes que tinham como principais objectivos fugir ao isolamento,

Sindicatos amarelos: normalmente formados ou financiados pelos patrões com o objectivo de dividir os trabalhadores, defender os seus próprios interesses e não os da classe trabalhadora. São contrários à greve e adoptam posição conciliadora. A denominação de «amarelos» (ou «Krumiros») decorre da fama de fura-greves que tinham os orientais no século XIX na França.

As origens destes sindicatos remontam ao século XIX, quando os primeiros grupos foram formados na França e na Alemanha.

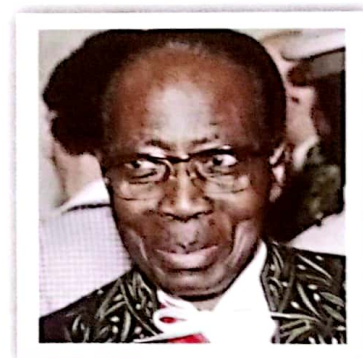


Fig. 4 Leopold Senghor (1906-2001)

Senghor: poeta de língua francesa, fundador, ao lado do martinicano Aimé Césaire e do guianês Léon Damas do movimento da «Negritude»

Representante da cultura francófona, o seu nome não se apagará da história dos movimentos políticos e culturais africanos que, a partir dos anos trinta do século passado, desencadearam a corrente imparável que iniciaria o processo das lutas pela independência dos territórios colonizados.

evitar o paternalismo por uma associação autónoma e preparar-se para as futuras tarefas políticas. Em 1952, foi a vez de a França fundar a *Federation des Etudiants d'Afrique Noire en France* virada para o combate nacionalista africano.

Portugal e Bélgica tiveram um número ainda mais reduzido de estudantes das colónias.

Entre as acções mais notáveis para dinamizar o movimento nacionalista destacam-se a realização, em Setembro de 1956, do Primeiro Congresso dos Escritores e dos Artistas Negros, no qual os estudantes lançaram uma espécie de Declaração de Independência Cultural. Em 1959 realizou-se o Segundo Congresso.

As igrejas

As igrejas constituíram também um campo de fermentação de sentimentos nacionalistas. O Islão já tinha manifestado posições anticoloniais durante a fase da conquista, quando algumas acções de resistência tiveram cunho religioso, bem como quando já em pleno período colonial alguns chefes religiosos muçulmanos desenvolveram planos e acções anticoloniais.

A nível do cristianismo, o nacionalismo exprimia-se através da fé. Partindo dos princípios religiosos como a origem divina de todos os descendentes de Adão e a misteriosa consanguinidade de todos os cristãos em Cristo, a pertença de todos os cristãos a um mesmo corpo cuja cabeça era Jesus, começou a ser denunciado no seio da igreja o racismo nos locais de culto, onde se assistia à separação entre brancos e negros. Surgia, assim, um profetismo e um messianismo genuinamente africanos.

Tanto o cristianismo como o islamismo vieram substituir as religiões animistas tradicionais e, conseqüentemente, os «deuses» de aldeia ou da família dão lugar a uma igreja universal, que introduziu entre os africanos um grande princípio de integração.

Um dos exemplos da tendência autonomista no movimento nacionalista radicado nas igrejas, é-nos dado por E. J. Nemapare, pastor da Rodésia do Sul (actual Zimbabwe). Tendo desencadeado um cisma africano na igreja metodista, foi acusado de desmembrar o corpo de Cristo, tendo respondido nos seguintes termos: «Nenhum protestante pode-me acusar de desmembrar o corpo de Cristo. Como protestante posso protestar...».

Com esta afirmação facilmente se percebe que os próprios princípios religiosos se tornavam fundamento nacionalista. Muitos outros pastores africanos como o zulu Isaie Shembe ou o liberiano William Harris, entre outros, seguiram esta via autonomista.

Nos locais onde a exploração colonial era mais intensa, como a África Equatorial e Central, ou nas épocas de maiores sofrimentos, como durante a crise económica mundial ou os anos da Segunda Guerra Mundial, o profetismo surgiu como compensação mística a essa realidade. Algumas igrejas desenvolveram doutrinas de combate profetizando novas realidades como a destruição dos manipaços, ou o fim do mundo com a extinção dos brancos. Simon Kibangu, André Matswa, Mulwozi wa Yezu e Aleluia foram alguns dos chefes religiosos cujas seitas assumiram a postura descrita e que acabaram morrendo nas cadeias ou enforcados.

A WASU (União dos Estudantes da África Ocidental): esta união foi fundada a 7 de Agosto de 1925 por 21 estudantes do curso de direito, liderados por Ladipo Solanke e Herbert Bankole-Bright. Solanke tinha fundado, no ano anterior, o NPU (União do Progresso Nigeriano) para estudantes sedeados em Londres com raiz nigeriana. Com o apoio de Amy Ashwood Gervay, a NPU começou a realizar campanhas para melhorar as condições de vida dos estudantes africanos em Londres, e por uma série de medidas que visavam o progresso das colónias britânicas africanas.

Igreja Africana Ortodoxa: esta igreja ensinava que os anjos eram negros e os demónios brancos.
A ideia espalhou-se por África, onde o movimento nacionalista a partir das igrejas se assumiu como autonomista e profético.

Os partidos políticos

Os partidos políticos foram as principais forças do movimento nacionalista em África. A partir de 1945, uma convergência de vários factores levou ao surgimento de centenas de partidos políticos, uns legais e outros ilegais.

Factores do surgimento dos partidos

A influência dos movimentos e chefias pré-existentes

A autoridade tradicional constituiu um dos maiores suportes dos partidos políticos africanos, devido ao grande poder de que gozava no seio das comunidades. Na verdade, muitos dos partidos africanos constituíram prolongamentos de organizações tradicionais, lideradas por chefes tradicionais ou seus filhos.

O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação

O aumento considerável do parque automóvel melhorou substancialmente a formação e o funcionamento dos partidos pelas facilidades de locomoção daí resultantes. O telégrafo e o telefone permitiram também uma melhoria substancial nas comunicações.

O enfraquecimento do poder dos chefes tradicionais

As reformas democráticas que levaram ao estabelecimento de direitos igualitários resultou numa roedura do poder tradicional, abrindo espaço a uma maior importância das organizações nacionalistas, especialmente os partidos políticos.

A destruição das hierarquias económicas e sociais

Resultante do aumento da mobilidade motivada pelo ensino e pelos negócios.

As liberdades fundamentais de reunião, de expressão e de deslocação

Os partidos políticos foram, igualmente, estimulados pelas liberdades concedidas na Europa e cujos efeitos far-se-ão sentir nas colónias.

Esta abertura permitiu o surgimento de uma forte literatura política. Um número considerável de páginas de jornais era reservado a artigos de carácter anticolonialista produzidos por homens notáveis como Leopold Senghor, Kwame Nkrumah e Nnamdi Azikiwe. Paralelamente, desenvolveu-se também uma imprensa livre que catalisou bastante a actividade política em África, principalmente na África anglófona.

O apoio dos partidos metropolitanos

Os partidos metropolitanos prestavam-se a dar apoio multiforme aos partidos das colónias, em especial nos territórios francófonos. Entretanto, embora apreciável, o apoio prestado era também paternalista.

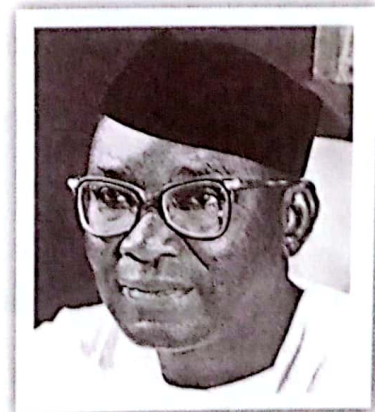


Fig. 5 Nnamdi Azikiwe (1904-1996)

Alguns partidos influentes, como a UPC nos Camarões, o Movimento para a Libertação Nacional do Sudão e o RDA, viram-se forçados a agir clandestinamente. Este facto teve, contudo, um efeito contrário, pois fortaleceu o militantismo dos membros desses partidos e reforçou a centralização e a disciplina no seio dos partidos.

Tipos de partidos

Entre os partidos políticos africanos podem distinguir-se três categorias, nomeadamente os partidos de notáveis, os partidos de massas e os partidos de quadros.

Partidos de notáveis – dirigidos por pessoas com posição económica e social privilegiada, tanto resultante de herança como de veneração religiosa ou riqueza. São partidos marcados pelo culto à personalidade e nos quais a competência e a capacidade vêm a seguir ao poder vindo de «cima».

Partidos de massas – com forte envolvimento popular e o exercício do poder por mandato e legitimado pela eleição.

Partidos de quadros – constituídos por uma elite instruída. São pouco numerosos.

As potências europeias diante do movimento nacionalista

As duas guerras mundiais que fustigaram a Europa durante a primeira metade do século XX deixaram os países europeus sem condições para manterem um domínio económico e militar nas suas colónias. A esta realidade juntou-se o surgimento e a intensificação do movimento independentista, particularmente após a Conferência de Bandung, que levou as antigas potências coloniais a negociarem a independência das colónias.

O processo de independência das colónias europeias no continente africano teve início após a Segunda Guerra Mundial e prolongou-se até à década de 70. Durante a guerra, a pressão das metrópoles no crescimento da produção colonial, o avanço dos meios de comunicação (aviação, rádio, construção de estradas) e a desestruturação das metrópoles europeias – Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália – favoreceram o surgimento de movimentos de libertação. A descolonização dar-se-ia de forma lenta e desigual em todo o continente.

Os movimentos anticolonialistas intensificaram-se após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, em 1955. Esta conferência reuniu 24 países asiáticos e africanos e proclamou o princípio do não-alinhamento automático ao lado das novas potências emergentes, EUA e URSS, e defendeu o direito de autodeterminação dos povos. Nos dez anos que se seguiram à conferência, 33 países obtiveram a emancipação.

A pressão dos movimentos nacionalistas forçou diversas potências europeias a conceder a independência às suas colónias, procurando, porém, manter laços económicos e políticos. Aos EUA e à URSS, interessava pôr fim ao mundo colonial e abrir as antigas colónias à disputa.

Um breve olhar aos principais factores da emergência do nacionalismo africano permite verificar que as condições para esse movimento encontravam-se criadas nos meados do século XX.

Uma das questões que se levanta quando se fala do nacionalismo africano é «como é que as potências europeias reagiram ao crescimento do movimento nacionalista em África?».

A atitude das potências coloniais diante do movimento nacionalista foi variável. Alguns países, com destaque para Inglaterra e França, que já tinham, nas colónias, uma posição económica firme (sobretudo graças às companhias aí instaladas), optaram por soluções neocoloniais.

Como?

Diante da intensificação do movimento nacionalista e das pressões internacionais, estes países concederam autonomia política às suas colónias mantendo, porém, governos leais à antiga metrópole e, sobretudo, o domínio económico.

O novo estado, «independente», continuava assim vinculado à «antiga» metrópole, no quadro de uma comunidade de estados independentes – Commonwealth, por exemplo – ficando as relações exteriores condicionadas por essa comunidade.

Neste contexto, muitas colónias africanas sob domínio inglês ou francês ascenderam à independência de forma pacífica com base num quadro estabelecido para o efeito. Foi assim na Costa do Ouro, Nigéria, Tanganyika, Uganda, Senegal, Costa do Marfim, Mali, Guiné, entre outras colónias inglesas e francesas.

Outros países, como Portugal e Bélgica, até meados do século XX, quando o movimento nacionalista começou a intensificar-se, não possuíam nas suas colónias uma estrutura suficientemente forte para assegurar a manutenção dos seus interesses após a independência; por isso, foram relutantes em aceder ao desejo de independência dos africanos.

Essa atitude das potências colonizadoras ditou que a busca da independência das respectivas colónias fosse por via da insurreição armada. Mais ainda, a ascensão das colónias à independência significou o corte com as antigas metrópoles.



Exercícios de aplicação

1. Assinale a frase que melhor define nacionalismo:
 - a) Manifestação de excitações estereis e de contradições indefinidas usada, pelas classes privilegiadas para fazer esquecer as desigualdades sociais em nome da unidade nacional.
 - b) Despertar nacional, do ressurgimento de uma personalidade que tenta afirmar-se opondo-se ao poder estabelecido.
 - c) Filosofia política que defende o bem-estar, a preservação das características identitárias, a independência em todas as ordens e a glória e a lealdade à nação.
 - d) Primeiras manifestações de oposição à presença europeia.
2. O que entende por Pangermanismo?
3. Mahatma Ghandi notabilizou-se como uma das principais personalidades da descolonização no mundo.
 - a) Caracterize a acção nacionalista de Ghandi, incidindo sobre a relação com o colonizador e as formas de luta.
4. Mencione os factores que desencadearam o nacionalismo africano.

Os países africanos rumo à independência

O Gana

Os impérios políticos que, nos finais do século XIX e início do século XX, foram proclamados em África de forma tão orgulhosa e confiante, como prolongamentos inevitáveis e permanentes da civilização europeia, duraram apenas três gerações.

Nos anos 60 o sistema colonial encontrava-se em recuo. Para todos os efeitos, nos finais dos anos 70, desaparecera já, constituindo o seu principal emblema as guarnições fortificadas de brancos instalados na África do Sul, que há muito tinham conquistado a sua independência na gestão dos seus assuntos, livres do controlo da Europa e que tinham como dependência própria o Sudoeste Africano.

A história da descolonização em África tem sido, muitas vezes, relatada principalmente em função do desenvolvimento dos movimentos nacionalistas do continente, em especial a negritude, o pan-africanismo e o pan-islamismo. No entanto, uma perspectiva mais ampla parece exigir que se tenham em conta também as mudanças ocorridas na frente do colonizador.

As transformações verificadas na atitude das potências coloniais em relação à África do século XX estiveram frequentemente interligadas e influenciaram-se mutuamente numa variedade de combinações, por vezes desconcertantes, determinadas por circunstâncias históricas específicas na Europa e em África.

Primeiramente, as duas Guerras Mundiais e a depressão económica entre elas serviram para abalar a confiança da Europa Ocidental na sua missão civilizadora, e em seguida para provocar um declínio considerável na sua capacidade real de manter o domínio imperial. Isto levou, em segundo lugar, a uma rapidez cada vez maior em compreender que o sistema colonial continha a sua própria destruição.

A frustração fermentou primeiramente na Costa do Ouro, a colónia que mais beneficiara com as relações com os europeus, e que tinha, portanto, as maiores esperanças.

Em Fevereiro de 1948, houve tumultos nas maiores cidades do sul do Ashanti, tendo como principais alvos os armazéns das maiores companhias comerciais dos europeus. Embora pouco relevantes, quando comparados com os acontecimentos na Índia e outras regiões, os acontecimentos na Costa do Ouro foram um alerta para as autoridades coloniais inglesas.

Em resposta, foi enviada uma comissão de inquérito que chegou à conclusão de que o problema fundamental era o facto de a Constituição de 1946 para a Costa do Ouro ser à partida ultrapassada e, portanto, inadequada às necessidades do que se pensava ser uma nova nação em evolução.

Recomendava que os africanos deveriam ajudar a esboçar uma nova constituição como primeiro passo para uma rápida ascensão à autonomia num processo gradual de transferência do poder do executivo da administração colonial para os ministros africanos que responderiam perante a assembleia nacional.

O governo inglês aceitou de imediato a proposta da comissão de inquérito por considerar que seria difícil enfrentar os nacionalistas africanos numa altura em que combatia uma revolta comunista na Malásia.

Por outro lado, a Inglaterra tinha uma posição económica suficientemente forte para poder lucrar com a cooperação de um governo nacionalista moderado, em vez de arriscar-se a ser arruinado por ele.

As expectativas da Inglaterra foram materializadas com a constituição da Convenção Unitária da Costa do Ouro, em 1947, pelo conceituado advogado Joseph Danquah. Faziam parte desta organização política figuras proeminentes de vários sectores da sociedade, da religião aos negócios.

No seguimento das recomendações feitas pela comissão de inquérito, Danquah e seus seguidores anuíram ao convite do governo britânico para preparar uma nova constituição. Nesse momento Kwame Nkrumah, jovem intelectual formado nos Estados Unidos da América e na Inglaterra e que fora convidado para secretário-geral do movimento, decidiu separar-se dele.

Para Nkrumah, o movimento devia aproveitar a situação e não entregar-se aos interesses dos ingleses.

Para materializar a sua ideia de nacionalismo, que passava pela tomada do poder, Nkrumah formou o seu partido, o Convention People's Party cujo programa era a «independência imediata» e «acção positiva» (greves, boicotes e outras formas de pressão) para poder conseguir.

A posição de Nkrumah levou-o ao poder à confrontação com as autoridades inglesas. Em 1949, Nkrumah e seus colaboradores directos receberam ordem de prisão, mas o acto teve um efeito catalisador para a popularidade de Nkrumah. Assim, nas eleições de 1951, o CPP obteve mais de metade dos lugares na nova Assembleia Legislativa. Tal como em 1948, o ministro das colónias e o governador inglês no território decidiram evitar conflitos, convidando Nkrumah e o seu partido a ocupar a maior parte dos cargos ministeriais no Conselho Executivo.

Nkrumah e o governador Charles Arden-Clarke tiveram uma relação de cooperação num processo que culminou com a proclamação da independência do país em 1957, passando o país a constituir mais um membro da Commonwealth e das Nações Unidas.



Fig. 6 Joseph Danquah
(1895-1965)



Fig. 7 Kwame Nkrumah
(1909-1972)

O Gana independente

Contrariamente ao que seria de esperar a ascensão do Gana à independência não foi o início de um período melhor para os ganeses. Com Nkrumah no poder, o novo país enfrentou dificuldades económicas e políticas, principalmente devido a oposição interna e externa contra as políticas de Kwame Nkrumah.

A nível económico, Nkrumah adoptou um programa que apontava para o rigor na aplicação dos fundos públicos, o que pressupunha austeridade orçamental. De igual modo, adoptou oficialmente o socialismo como doutrina económica e, para reduzir a dependência em relação à Inglaterra, mandou construir a enorme barragem de Akosombo orientou o país para a diversificação das actividades económicas.

No campo político, o Gana assumiu claramente a oposição ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. Face ao ambiente de guerra fria em que o mundo vivia, o Gana assumiu uma posição de neutralismo positivo não se afastando totalmente da Inglaterra e procurando do apoio ideológico e material dos países socialistas, especialmente da

URSS e da China. A política africana de Nkrumah estava apontada para a união do continente, que ele via como o caminho para o desenvolvimento do continente. Ficou lendária a sua obra «África deve unir-se» e a sua proposta de criação do que chamava «Estados Unidos da África».

As ideias políticas e económicas de Nkrumah nem sempre foram bem acolhidas, pelo que desencadearam um ambiente de agitação:

- Os sindicatos organizaram uma greve geral contra o programa de austeridade.
- Muitas pessoas ligadas ao novo governo envolviam-se em actos de corrupção, o que os levou a serem presos.
- Actos de terror protagonizados pelos partidos da oposição que se achavam excluídos pelo monopartidarismo.

Este clima de descontentamento conduziu a um golpe de estado em 1966, que depôs Nkrumah. Em 1969, realizaram-se eleições ganhas pelo Partido do Progresso liderado por Busia que também viria a ser destituído por um golpe de estado liderado pelo coronel Acheampong, em 1972.

O novo governo seguiu parcialmente a linha de Nkrumah apostando na austeridade orçamental à luz do qual a moeda nacional foi desvalorizada, algumas dívidas foram anuladas, foi interdita a importação de bens de luxo. Para evitar a perda de divisas com a importação de certos produtos, o presidente Acheampong lançou a política de **self-reliance** (autosuficiência) e a operação **Feed food yourself** (alimenta-te a ti mesmo). Entretanto, o ambiente de crise de energia que abalou o mundo em 1973 não permitiu que estas medidas tivessem sucesso.

Kwame Nkrumah, figura de proa do nacionalismo ganês e primeiro presidente do Gana independente, morreu em 1972 na Guiné onde se tinha exilado desde do golpe de estado que o derrubou.



Exercícios de aplicação

1. Em 1963, o governo de Nkrumah concebeu um plano septenal (1963-1970).

Assinale com um X as linhas mestras desse plano.

- a) Adopção do sistema socialista como objectivo final do seu desenvolvimento económico e social.
 - b) Desvalorização do Cedi.
 - c) Construção de uma central hidroeléctrica, com capacidade de produzir 42 biliões de Kilowatts em Akosombo.
 - d) Diversificação das actividades económicas para reduzir a dependência em relação ao cacau.
 - e) Anulação de certas dívidas.
 - f) Proibição de importação de bens de luxo, etc.
 - g) Neutralismo positivo em relação aos dois blocos socialista e capitalista.
 - h) Oposição ao imperialismo, colonialismo e neocolonialismo.
 - i) Defesa do pan-africanismo continental e orgânico.
 - j) Abandono da taxa para o desenvolvimento.
2. Analise as relações entre as principais forças políticas ganenses no pós-independência.
3. Explique a origem da agitação interna durante o governo de Nkrumah.
4. Analise comparativamente o governo de Nkrumah e do NRC.

O caminho para a independência nos territórios franceses

A seguir à Segunda Guerra Mundial, a França enfrentava insurreições na Argélia e na Indochina e perdeu Marrocos e a Tunísia, em 1956, como resultado de movimentos independentistas, aos quais foi obrigada a ceder.

Tentando conter o movimento nacionalista nos restantes territórios aprovou, em 1956, uma «Lei-Quadro» e, em Setembro de 1958, organizou um referendo sobre a «autonomia» das suas colónias, no quadro de uma «Comunidade Francesa».

Este processo iniciou-se ainda durante a Segunda Guerra Mundial, quando, sob a liderança do General Charles de Gaulle, se realizou em Brazaville, em 1944, uma conferência de funcionários coloniais que recomendou alterações na estrutura do império colonial, entre as quais se destacam as seguintes:

- Todos os súbditos das colónias deveriam tornar-se cidadãos franceses com direito a representatividade na Assembleia Constituinte, que tinha a tarefa de elaborar uma constituição para a França e para as colónias.
- O império devia ser transformado numa União, na qual as colónias deveriam partilhar uma parte das responsabilidades do seu governo através das assembleias eleitas.

Estas ideias foram integradas no projecto constitucional de 1946 que, entretanto, viria a ser rejeitado num referendo dominado por eleitores da metrópole. Assim, a constituição da IV República aprovada em Outubro de 1946 não reflectia os interesses das colónias, na medida em que ao povo das colónias, embora se atribuísse estatuto de cidadãos, não tinha os mesmos direitos que os franceses da metrópole, o direito de cidadania era restrito, as eleições eram feitas separadamente, em círculos que davam maior influência aos franceses das colónias e a alguns, poucos, africanos e a autonomia local estava aquém das expectativas.

A descolonização da África Ocidental Inglesa teve repercussões directas na política francesa. O caso mais evidente foi o da Togolândia, onde, face aos acontecimentos na Costa do Ouro, os franceses tiveram de conceder autonomia em 1956, tendo-se tornado República independente em 1960.

No final dos anos de 1950, os franceses tentavam libertar-se dos problemas causados pelo recuo em relação às promessas feitas em Brazaville, através dum hábil aproveitamento da fraqueza política da IV República e pelo regresso de De Gaulle ao poder. Apesar das restrições, os africanos possuíam, agora, uma base legal para o exercício da actividade política e, embora em menor escala, estavam representados na Assembleia Francesa.

O contexto político dos anos de 1940 permitiu a criação do RDA (Rassemblement Democratique Africain) ao qual estavam ligados todos os líderes políticos e cooperava com o Partido Comunista Francês. Esta aliança alimentou a hostilidade das autoridades francesas que, através dos seus administradores em África, quase eliminaram o RDA entre 1948 e 1950.



Fig. 8 Charles de Gaulle (1890-1970)



Fig. 9 Félix Houphouët-Boigny (1905-1993)

Sob a liderança de Félix Houphouët-Boigny desde a sua fundação, nos anos 50, o RDA mudou a sua estratégia, que consistia em apoiar os governos que se propunham fazer concessões a favor das colónias. O quadro político francês nos anos 50 tornava o apoio do RDA importante para a manutenção de qualquer governo, pelo que Boigny e outros africanos começaram a beneficiar de nomeações ministeriais.

A «lei-quadro» de 1956 e a viragem

No seguimento das concessões a favor dos africanos, em 1956 foi aprovada uma lei-quadro, à luz da qual foi estabelecida, em cada colónia, uma assembleia eleita localmente com poderes sobre a política e as finanças.

No Senegal, o RDA nunca foi muito forte, pois os eleitores preferiam uma opção mais independente, com Leopold Senghor à cabeça. Segundo Senghor, a lei-quadro dividia as federações da África Ocidental e da África Equatorial em territórios isolados e incapazes de fazer face às pressões da França.

Sendo a base de todos os serviços federais na África Ocidental, o Senegal saía prejudicado com a implementação da lei-quadro. A ideia de que a lei-quadro era desvantajosa para os interesses dos africanos foi também sustentada por Ahmed Sekou Touré, um influente líder sindical na Guiné Francesa (Guiné-Conacri).

Em 1958, a tendência de evolução nas colónias francesas alterou-se. De Gaulle retomara o poder e decidira tomar algumas posições sobre as colónias. Rompendo com a tradicional ideia de que as colónias eram possessões francesas, propôs uma alteração constitucional para acomodar a criação de uma comunidade francesa. Em Setembro de 1958, a nova constituição foi a referendo para que cada colónia decidisse entre integrar a comunidade e a independência fora dela.

Todas as colónias votaram na comunidade excepto a Guiné que, por influência de Sekou Touré, votou contra a comunidade, optando pela independência. Neste contexto a Costa do Marfim, o Níger, o Alto Volta e o Daomé decidiram formar a «União Sahel-Benin» e, mais tarde, o «Conselho do Entendimento», enquanto o Senegal se unia ao «Sudão Francês» para formar a «Federação do Mali». Estas uniões não duraram muito tempo, e a França, em 1960, reconheceu a independência da maioria das suas colónias africanas.

A decisão da Guiné de se opor à comunidade francesa levou a que a França retirasse todo o seu apoio material e humano. Entretanto, e contra as expectativas da França, a Guiné conseguiu sobreviver, pois teve de imediato o apoio do Gana e, sobretudo, dos países comunistas da Europa e Ásia.

O sucesso da Guiné estimulou outros estados integrados na comunidade a lutar pela sua independência. Inicialmente, o Senegal e o Sudão Francês formaram, em 1959, a Federação do Mali. Pouco depois, o seu pedido para a independência total foi aceite pela França. Em 1960, a Federação desfez-se.

As diferenças entre os líderes dos dois estados à volta das prioridades em relação ao futuro eram muito grandes. O Senegal queria manter o auxílio francês, enquanto o Mali aspirava a uma evolução mais autónoma, que lhe permitisse desenvolver o interior, mais pobre. Depois disso, os outros territórios perceberam como a comunidade era desnecessária e começaram a negociar a sua independência legal e completa.



Fig. 10 Leopold Senghor



Fig. 11 Ahmed Sekou Touré
(1922-1984)

A Argélia, no entanto, só se tornou independente depois de oito anos de guerra, que forçou o governo francês, dirigido pelo General Charles de Gaulle, a entrar em conversações com o principal movimento independentista (a Front de Libération Nationale ou FLN) e a conceder-lhe a independência.

Djibuti foi uma das colónias francesas que decidiu, em 1958, manter-se na «Comunidade Francesa» mas, devido a problemas de governação, a população local começou a manifestar-se a favor da independência. Depois de um novo referendo, em 1977, o Djibuti tornou-se um país independente.

Nas Comores, a história foi semelhante, mas com uma declaração unilateral de independência, em 1975, que foi reconhecida no mesmo ano, mas que não abrangeu a ilha Mayotte, onde a população votou para se manter um território francês.

A ilha de Reunião é igualmente um departamento francês, governando, para além da ilha principal, várias outras ilhas, que são reclamadas por Madagáscar e Maurícias.

Apesar da independência, todos os estados do antigo império francês continuaram a receber o apoio da ex-metrópole, excepto a Guiné e o Mali, pela orientação política que adoptaram, e a Costa do Marfim e o Gabão, que não tinham conseguido uma autonomia considerável.

? Exercícios de aplicação

1. Explique como é que a França reagiu face ao nacionalismo nas suas colónias.
2. Embora a maioria das colónias francesas tenham proclamado a sua independência, alguns territórios preferiram manter-se franceses.
 - a) Concorda com a afirmação?
 - b) Se sim, indique os territórios que votaram por continuar franceses.
 - c) Indique o(s) país(es) que foram contra a Comunidade.
3. Preencha a tabela abaixo de forma a obter a correspondência correcta.

País	Ano de independência	Líder
Senegal		Ahmed Sekou Touré
		Félix Boigny
Madagáscar		

Os territórios belgas

O Congo durante o período colonial

A história do Congo belga desde a Segunda Guerra Mundial é a história de uma descolonização há longo tempo falhada.

A política colonial belga fez do Congo uma colónia mais avançada do que muitas outras quanto a certos aspectos. O Congo era considerado, mais ou menos, uma «propriedade de família», em cujas zonas mais salubres os europeus podiam instalar-se e criar raízes. Como resultado dessa política, em 1960, existia um número bastante considerável de colonos belgas.

A nível da economia, o país tinha iniciado um desenvolvimento industrial raro em África, graças à acção vigorosa de sociedades financeiras, das quais se destacavam as seguintes:

- A Unilever – que desenvolvia as suas actividades nas zonas florestais e no Kivu.
- A Forminière – com concessões no Kassai
- A Société Générale de Belgique – que actuava no Baixo Congo.
- A Union Minière du Haut-Katanga – com concessões na região do Katanga

Graças à acção destas companhias, o Congo destacou-se na produção de vários minérios, com destaque para:

- Urânio – maior produtor mundial
- Cobalto – 63% da produção mundial
- Diamantes – 75%
- Cobre – 8,5%
- Zinco – 4,3%

Entretanto, a produção mineira estava unicamente virada para o escoamento de produtos em bruto para a Bélgica. Portanto, não beneficiava o Congo.

A grande massa de camponeses africanos vivia da sua economia de subsistência baseada nas culturas tradicionais. Era uma economia com uma estrutura bastante concentrada.

O Comité Spécial du Katanga, formado pela Société Générale de Belgique e pela Union Minière du Haut-Katanga, controlava mais de metade das exportações do país. Entretanto, depois da Bélgica e das companhias, o Congo obtinha algum benefício das riquezas do país. Já do ponto de vista político, o envolvimento dos africanos era nulo.

O sistema político belga, então considerado paternalista, implicava a subordinação do congolês sem quaisquer perspectivas de mudança. Porém, a urbanização, imposta pela industrialização, levou a um êxodo rural que, paulatinamente, tornou cada vez mais difícil o controlo da população africana. Se em 1938 onze em cada doze africanos viviam nas áreas rurais, em 1960 apenas sete viviam no campo, ou seja, 40% dos africanos viviam nas cidades.

A actividade política dos nacionalistas

A fixação progressiva de africanos nas cidades criou condições para uma progressiva elevação da consciência política. Nas cidades, começaram a surgir clubes de «evoluídos», ou seja, círculos de estudo e associações de antigos alunos, cujos membros apresentavam um modelo de vida europeu.

Essas associações, formadas com o pretexto de estabelecer o convívio entre os seus membros, criaram a ilusão de uma promoção a nível da civilização. Surgiram, em geral, depois da Segunda Guerra Mundial, e tornaram-se embriões do movimento nacionalista, particularmente alimentado pelo ambiente de discriminação imposto pela colonização.

Se internamente o jugo colonial tinha despertado a consciência nacionalista, o catalisador da explosão política veio de fora. Vejamos em seguida alguns acontecimentos que levaram à explosão política no Congo.

Em 1955, o então rei belga Balduino I visitou o Congo e apresentou em Léopoldville (hoje Kinshasa) um discurso assimilacionista, que defraudou as expectativas dos nacionalistas.

No mesmo ano, o professor belga Van Bilsen propôs um plano para a independência da África belga, a concretizar num período de 30 anos, que devia começar com a formação de quadros e o estabelecimento, no futuro, de um sistema federal. Este plano, apresentado por um intelectual, despertou grande efervescência entre os nacionalistas. Foi assim que, em 1956, o padre Joseph Maloula, com o apoio de Joseph Iléo, fundou o movimento Conscience Africaine, cujo manifesto assentava na abolição da discriminação racial, no reconhecimento da personalidade africana e no direito dos africanos à expressão cultural e política.

Por seu turno, a Association du Bas-Kongo (Abako) presidida por Joseph Kasavubu, criticou o Conscience Africaine por não apresentar os meios práticos pelos quais pretendia alcançar os seus intentos e defendeu uma emancipação política num contexto federal e através da constituição de partidos políticos congolezes.

1957 foi o ano da independência do Gana e da aplicação da lei-quadro francesa para os territórios do ultramar. Acompanhando essa dinâmica, a Bélgica organizou a primeira eleição popular nos principais centros do Congo e do Ruanda-Urundi a fim de constituir municípios europeus e africanos, cujos burgomestres seriam indicados pelo governador. Este exercício despertou os africanos para o desejo de independência.

1958 foi um ano crucial para o movimento nacionalista congolês devido à combinação de diversos factores:

- A Exposição Universal de Bruxelas – os congolezes reconheceram em algumas salas do pavilhão onde estavam instalados os africanos, além de terem tomado contacto com o resto do mundo, particularmente com outros africanos. A exposição produziu uma mutação; no espírito de muitos dos congolezes; confirmava-se a consciência de uma situação de inferioridade e a vontade de agir.
- A visita do general De Gaulle a Brazaville, no Congo francês, para anunciar a independência, teve repercussões imediatas em Léopoldville, no Congo Belga. De imediato, os dirigentes políticos congolezes juntaram-se para assinar uma petição ao ministro do Congo, reclamando um plano gradual de independência do país.



Fig. 12 Balduino (1917-1989)

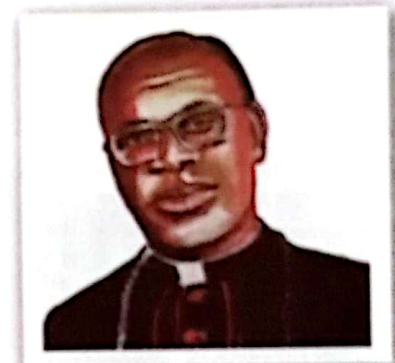


Fig. 13 Joseph Maloula (1917-1989)

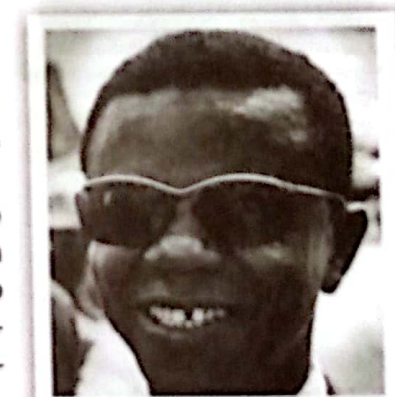


Fig. 14 Joseph Iléo (1921-1994)

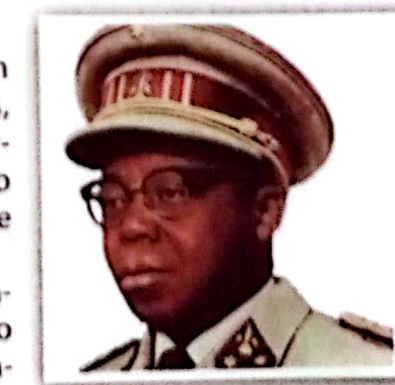


Fig. 14 Joseph Kasavubu (1917-1969)

- A Conferência Pan-Africana dos povos em Acra, Gana, na qual a delegação congoleza era composta por membros do Mouvement National Congolais (MNC) liderada por Patrice Lumumba.

O papel de Patrice Lumumba

Após concluir os estudos primários e empregar-se como funcionário dos correios, Lumumba iniciou, através de artigos publicados em jornais, a crítica ao colonialismo, advogando a igualdade entre africanos e belgas.

Na sua intervenção, na conferência de Acra, Lumumba deixou vinçadas as suas ideias que, aliás, viriam a constituir o seu programa de luta, ao dar vivas à nação congoleza e à África Independente e ao dizer abaixo ao imperialismo, ao colonialismo, ao racismo e ao tribalismo.

Já de volta ao Congo, Lumumba reivindicou a independência imediata.

Em Janeiro de 1959, eclodiu em Léopoldville (Kinshasa) uma revolta encabeçada pelo proletariado urbano que via na independência a única saída para os problemas sociais e políticos com que a colónia se debatia.

O balanço oficial dos tumultos indicava 49 mortos e 116 feridos graves dos quais se contavam quinze europeus. Apesar do rescaldo negro, que incluía ainda a prisão de alguns chefes políticos locais, o rei Balduino reconheceu, num discurso a 13 de Janeiro de 1959, que a independência era o único fim do processo político em curso. Para consubstanciar essa ideia prometeu a independência para o Congo, cujos passos iniciais seriam a criação de um parlamento congolês, eleito por sufrágio indirecto, e a integração racial.

Pouco depois, iniciavam-se as negociações para a independência, numa mesa-redonda belgo-congoleza, especialmente convocada para o efeito em Bruxelas.

Nesse encontro, deviam participar todos os líderes políticos; por isso Lumumba, que fora preso nos tumultos de Novembro de 1959, foi libertado unicamente para tomar parte no mesmo.

Nesse encontro colocavam-se duas questões fundamentais:

- O calendário da descolonização
- A Constituição do novo Estado

Em relação ao calendário, não houve grandes discussões, pois a Bélgica manifestou uma reviravolta admirável, acelerando o processo e fixando a data da independência para 30 de Junho.

Quanto ao estatuto constitucional existiam duas posições antagónicas:

- O federalismo defendido por Joseph Kasavubu – em que se propunha a existência de estados federais fortes que tivessem à cabeça um poder central moderado.
- O estado unitário, defendido por Lumumba.

As discussões, em torno desta matéria, terminaram com a adopção de uma fórmula intermédia, em que se ficava por um Estado Republicano, no qual existiriam um poder central forte e seis governos provinciais. Paralelamente, foi adoptada uma lei fundamental que devia vigorar até ser votada uma constituição para o país.

Entretanto, o quadro preparado para a independência apresentava duas fissuras bastante perigosas para o futuro país independente. Ora veja-se: o

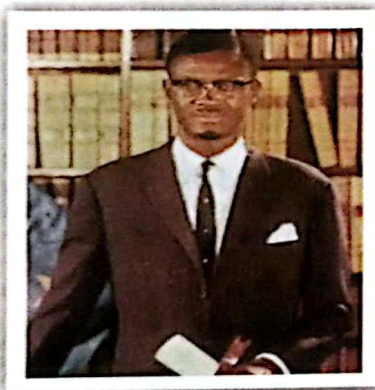


Fig. 15 Patrice Lumumba
(1925-1961)

Banco Central do Congo continuava nas mãos da Bélgica, e o país não dispunha de quadros suficientes para tomar de imediato os destinos do país.

Em Maio de 1960, tiveram lugar as eleições para a Assembleia Nacional, nas quais o MNC de Patrice Lumumba saiu vitorioso. Lumumba foi nomeado chefe do Governo em coligação com Swendé, de origem balubakat e iléo, da etnia Bângala. Joseph Kasavubu foi eleito presidente. A 30 de Junho foi proclamada a independência.

A crise do período pós-independência e a separação do Catanga

O novo Estado enfrentou de imediato problemas graves que iriam condicionar a evolução posterior do país. Vejamos:

- Entre os integrantes da liderança do país nenhum deles tinha experiência de gestão administrativa, senão a liderança de algumas associações, ou seja, a um nível bastante limitado.
- A coesão entre os membros desta liderança era quase nula. Cada um deles, além de se identificar com o seu próprio grupo étnico-tribal, tinha convicções políticas próprias.
- As forças centrífugas lideradas por Moise Tshombe (do Catanga) e Albert Kalondji (do Kasai) continuavam bastante fortes.

Neste contexto, poucos dias após a independência, a força pública revoltou-se. A violência criou pânico entre a população branca, agravada pela promoção de alguns africanos a oficiais superiores. Instalou-se o caos, e o país ficou paralisado.

Na tentativa de encontrar uma solução para a crise, a Bélgica lançou pára-quadristas para controlar as principais cidades, enquanto os principais líderes do país, Patrice Lumumba e Joseph Kasavubu, decidiram pedir o auxílio das Nações Unidas. Entretanto, o momento foi aproveitado por Moise Tshombe e apoiado pelos colonos do Catanga e pelo Ministro do Interior, Godefroy Munongo, para proclamar a independência do Catanga. Isso aconteceu a 11 de Julho, passava pouco mais de um mês após a proclamação da independência. Pouco tempo depois, a província do Kasai seguiu o exemplo do Catanga, liderada por Kalondji.

A intervenção da ONU, dos governos africanos, soviético, americano, belga, bem como a necessidade de defender os interesses económicos no país não conseguiram amainar o ambiente. Lumumba e Kasavubu envolveram-se em lutas pelo poder, situação que foi aproveitada por um grupo de oficiais para levar ao poder o coronel Joseph Mobutu, que decidiu mandar prender os dirigentes políticos e formar um governo de técnicos constituído pelos poucos jovens universitários de que o país dispunha. As forças armadas das diferentes regiões (Stanleyville, Catanga, Kasai, Kivu, Kwilu, etc.) protagonizaram confrontos sangrentos que envolveram as tropas congoleesas e os capacetes azuis.

Foi no meio desse ambiente que, em Janeiro de 1961, quando tentava regressar à sua cidade – Stanleyville – Lumumba foi preso pelas autoridades de Léopoldville e entregue aos catanguenses, que o assassinaram.



Fig. 16 Moise Tshombe (1919-1969)

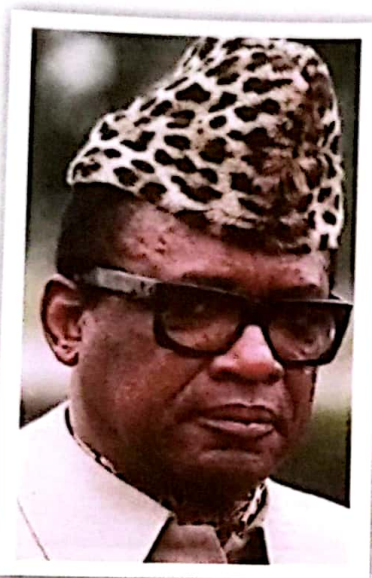


Fig. 17 Mobutu Sese Seko
(1930-1997)

Depois de acções diplomáticas pouco conseguidas entre 1961 e 1963, que incluíram de permeio a morte do secretário-geral da ONU num acidente de aviação a caminho do Congo para negociações, a secessão do Catanga iria terminar em Janeiro de 1963, na sequência de uma intervenção militar da ONU.

Em 1964, Kasavubu indicou Tchombé para seu primeiro-ministro e, com apoio militar americano-belga, conseguiria reduzir o perigo de uma rebelião armada. Só que, pouco depois, Tchombé e Kasavubu entrariam em colisão, pelo que o exército indicou Joseph Mobutu para presidente da República.

Depois da eliminação das bolsas de resistência, da morte de Tchombé e Kasavubu, e ainda do afastamento dos velhos concorrentes políticos de Mobutu (detidos ou envolvidos em negócios, abandonando a política), ficou aberto o caminho para a acumulação ilimitada de poder por Mobutu.

Veja alguns dos principais momentos da ascensão do poder de Mobutu:



Documento

- 1966 – nacionalização da Union Minière
- 1967 – reforma monetária para estabilizar a moeda nacional e elevar a reputação do Zaire no mundo.
- 1970 – no culminar de uma reforma política de grande envergadura, o Mouvement Populaire de la Revolution (MPR) passaria a controlar a vida política nacional tornando-se partido único. A ideologia deste partido passa a ser resumida na palavra «autenticidade», que pressupõe encarar os problemas de frente e dar-lhes soluções adequadas com base nos próprios recursos. É esta ideia que está na origem de uma autêntica «balbúrdia» no vocabulário e nos nomes das pessoas: por exemplo, Joseph Mobutu passava a chamar-se Mobutu Sese Seko, o Congo passava a ser Zaire, Léopoldville passava a Kinshasa, etc. Tudo autêntico, originariamente local.
- 1972 – o governo e a comissão executiva do MPR fundiram-se para formar um Conselho Executivo Nacional, cujos comissários de Estado eram dotados de funções ministeriais.
- 1974 – revisão constitucional, que atribuía ao chefe de Estado a chefia do Conselho Executivo Nacional, a presidência do Conselho Legislativo Nacional, a chefia do poder judicial e das forças armadas.
- 1975 – instituída a Comissão Permanente do Secretariado Político do MPR.



Exercícios de aplicação

1. Assinale com um **V** os aspectos que caracterizam a política colonial no Congo.
 - a) O Congo desenvolveu como uma colónia de povoamento na qual existia um número bastante considerável de colonos belgas.
 - b) A economia colonial esteve assente na acção de sociedades financeiras como a Unilever, a Forminière, etc., que permitiram ao Congo um desenvolvimento industrial raro em África.

- c) O desenvolvimento do Congo permitiu uma melhoria da vida dos camponeses africanos que deixaram de depender apenas da sua economia de subsistência baseada nas culturas tradicionais.
- d) Mesmo depois da Bélgica e das companhias, o Congo não obtinha nenhum benefício das riquezas do país.
- e) O sistema político belga, permitia a abertura da vida política aos congolezes com grandes perspectivas de mudança.
2. Caracterize a economia colonial no Congo.
3. Relacione a urbanização com a emergência do nacionalismo no Congo.
4. Assinale com um **V** os factores que, em 1958, contribuíram para o incremento do nacionalismo no Congo.
- a) A independência do Gana
 - b) A Exposição Universal de Bruxelas
 - c) A visita do General De Gaulle a Brazaville, no Congo francês, para anunciar a independência.
 - d) A formação de uma frente comum de todos dirigentes e movimentos políticos congolezes.
 - e) Conferência Pan-africana dos povos em Acra, Gana, na qual a delegação congoleza era liderada por Patrice Lumumba.
5. No meio das diversas organizações e líderes nacionalistas congolezes, Patrice Lumumba sustentava um ponto de vista próprio sobre a descolonização.
- Explique a posição de Patrice Lumumba sobre a descolonização do Congo.
6. Na mesa-redonda belgo-congoleza, convocada para discutir a independência do Congo foram discutidos o calendário da descolonização e a Constituição do novo Estado.
- a) Analise o posicionamento dos diferentes movimentos políticos africanos em torno da Constituição do novo estado.
7. Uma vez no poder, Mobutu esmerou-se em aumentar ilimitadamente o seu poder.
- Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta

A independência na África Central britânica

A federação e o nacionalismo

Para a Inglaterra, os principais problemas com a descolonização surgiram nos territórios onde a população colona gozava de alguma autonomia em relação à metrópole, particularmente na Rodésia do Sul, hoje Zimbabwe.

Desde 1953, a Rodésia do Sul, a Rodésia do Norte (Zâmbia) e a Niassalândia (Malawi) tinham sido integradas numa Federação, como forma de rentabilizar os recursos dos três territórios e reduzir os encargos de administração. Entretanto, as divergências entre os colonos da Rodésia do Sul e a metrópole sobre a atitude a tomar em relação ao crescimento do movimento nacionalista conduziram ao fim da Federação, dez anos após a sua criação.

Com o aprofundamento das reivindicações nacionalistas nos três territórios, a Inglaterra dispôs-se a seguir a sua prática noutros territórios, conduzindo as colónias à independência. Na África Central, esta pretensão esbarrou na oposição dos colonos brancos da Rodésia do Sul, que defendiam uma acção de força para eliminar o movimento nacionalista. Na sequência destes desentendimentos, a Rodésia do Sul abandonou a Federação. Em Outubro de 1963, era declarado o fim da Federação das Rodésias e Niassalândia.

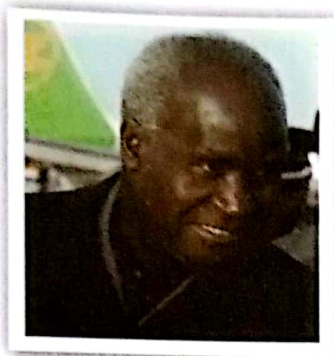


Fig. 18 Kenneth Kaunda

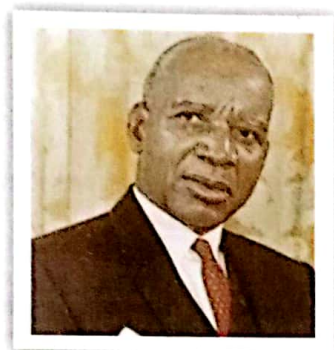


Fig. 19 Hastings Kamuzu Banda (1898-1997)

Após a dissolução da Federação, a Grã-Bretanha encetou negociações, com os movimentos da Rodésia do Norte e da Niassalândia, que permitiram que estes territórios chegassem à independência. Em 1964, os dois territórios proclamaram a sua independência da Grã-Bretanha, tendo Kenneth Kaunda e Hastings Kamuzu Banda à frente dos destinos da futura Zâmbia e Malawi, respectivamente.

Os caminhos rumo à independência

Malawi

Nas colónias da África Central, o caminho para o multirracismo mostrou-se desde o princípio difícil, devido à oposição dos brancos. A solução passava, necessariamente, por uma organização autónoma dos africanos para a conquista do poder com base no princípio democrático «um homem, um voto». Nos diferentes territórios, já existiam associações indígenas para a promoção social.

No caso concreto da Niassalândia, tinha sido constituído, em 1944, o Congresso Nacional Africano. Com base nessa organização, as autoridades coloniais estabeleceram uma hierarquia de conselhos locais, conselhos provinciais e um conselho geral, baseados nas autoridades locais que serviam como auxiliares para a administração e como estruturas de iniciação para uma gestão autónoma. Em 1948, foi constituído, no mesmo contexto, o Congresso da Rodésia do Norte.

Os dois organismos opuseram-se veementemente à Federação e exerceram grande influência sobre os conselhos indígenas criados pelas autoridades coloniais.

Fruto da crescente implantação dos movimentos nacionalistas, nas eleições para o Conselho Legislativo realizadas em 1956, na Niassalândia, o Congresso Nacional Africano conquistou os cinco lugares reservados aos africanos. Começavam a tomar a dianteira aqueles a quem o regime apelidara de «intelectuais irresponsáveis». Entre esses intelectuais constavam H. B. Chipembere e M. W. K. Chiume.

Para estes, «a única linguagem compreensível para o imperialismo britânico era a luta extremista»; por isso decidiram boicotar a participação dos negros na Assembleia Federal, expulsar do Congresso os africanos que aceitaram participar nas instituições da capital federal e inscrevê-los numa lista negra dos traidores.

Sentindo que ainda eram muito jovens para se impor dentro e fora do país, os nacionalistas decidiram, então, apelar para a intervenção de Hastings Kamuzu Banda.

Após tomar a liderança do Congresso Nacional Africano, começou a influenciar fortemente as populações através dos seus discursos. Começaram então os distúrbios contra o regime, o qual reagiu com repressão. Além de se ter verificado a ocorrência de vítimas mortais, Banda foi preso. O movimento nacionalista na Niassalândia ganhou novo impulso com a tomada do poder pelos conservadores na Grã-Bretanha, em 1959. No ano seguinte, Harold Macmillan realizou uma viagem a África, passando por Lagos, Salisbúria e Cabo, durante a qual deixou claro, particularmente para os colonos brancos, que aspiravam manter o domínio do continente, que o momento era de mudança em relação ao colonialismo e era preciso que isso fosse assumido.

Nessa altura, a ordem na Niassalândia tinha sido restabelecida com recurso à força e, como o Congresso Nacional Africano tinha sido proibido, foi constituída uma nova força política pelo advogado Orton Chirwa – o Partido do Congresso do Malawi. Aguardava-se apenas pela libertação de Banda para dar seguimento à acção nacionalista.

Libertado, K. Banda decidiu enveredar pela via pacífica, seguindo o exemplo dos nacionalistas do Quénia, que tinham logrado os seus objectivos por via das negociações.

Com a aprovação de uma nova Constituição, em 1960, abriu-se espaço para a afirmação definitiva dos nacionalistas malawianos. A nova Constituição previa para o Conselho Legislativo, além dos cinco membros administrativos nomeados, trinta e três deputados eleitos.

Nas eleições que se seguiram, o Partido do Congresso do Malawi conseguiu, com o apoio dos asiáticos, controlar 23 dos 33 lugares do Conselho Legislativo e obteve quatro dos cinco lugares não-administrativos do Conselho Executivo. Na verdade, o Partido do Malawi controlava o aparelho governamental interno. Em 1963, o Conselho Executivo foi substituído por um gabinete liderado por K. Banda. A Niassalândia tornava-se então um país de negros num continente negro.

Neste ano, Banda rejeitou firmemente a Federação e o país proclamou a sua independência em finais de 1963. Seguiu-se um período em que Banda despertou a contestação ao seu poder ao adoptar uma política vista como excessivamente pró-ocidental, aliar-se ao regime do *Apartheid* da África do Sul e não mostrar um programa de renovação revolucionária claro.

Zâmbia

A Zâmbia desempenhava um papel fundamental para o sucesso da Federação, mas o multirracismo tinha fracassado. Restava a imposição por via da força, política ou física. O governador colonial encontrava-se entre a vontade dos colonos e a dos nacionalistas africanos. O resultado das eleições de 1958 era tão crucial quanto a necessidade de uma nova Constituição em 1960.

Tendo por objectivo pôr em xeque o partido federal de Roy Welensky e impedi-lo de ser interlocutor entre o Governo britânico e os nacionalistas africanos, Harry Nkumbula queimou a Constituição em público e decidiu, na altura das eleições, aliar-se, se necessário, aos partidos reaccionários. Essa posição levou à divisão entre os nacionalistas africanos. Os mais radicais juntaram-se a Kenneth Kaunda, que criou o Congresso Nacional da Zâmbia, tendo como palavra de ordem: «*Boicotar a todo o custo as eleições e impedir qualquer outro partido africano de nelas participar*». Por causa desta sua posição Kaunda foi preso e o seu partido banido.

A participação do Congresso Nacional Africano de Nkumbula permitiu, porém, ao partido de Roy Welensky dominar totalmente o governo e impor-se sem oposição na Conferência Constitucional de 1960.

A Conferência Constitucional reuniu em 1960, num período de grande efervescência nacionalista. Sobretudo influenciados pelos acontecimentos ligados à secessão e à morte de Lumumba, no vizinho Congo, os nacionalistas africanos opuseram-se a qualquer concessão que abrisse espaço à implantação de um poder branco na Rodésia e, por isso, a conferência teve de ser adiada em cima da hora.



Fig. 20 Harold Macmillan
(1894-1986)



Fig. 21 Harry Nkumbula
(1916-1983)



Fig. 22 Roy Welensky
(1907-1991)

Os colonos brancos ficaram impacientes e tentaram pressionar Roy Welensky a proclamar a independência unilateral. Se em algum momento Roy Welensky pensou em fazer a vontade dos colonos, cedo percebeu que seria um suicídio. As tropas inglesas em Nairobi estavam prontas para qualquer eventualidade.

A revisão constitucional feita pelo Governo britânico pretendia conceder ao Partido Liberal liderado por Moffat uma posição política forte que lhe permitisse ser uma força de reconciliação entre os colonos brancos e os nacionalistas africanos.

Rodésia do Sul

Na Rodésia do Sul, onde os colonos brancos já tinham proclamado o autogoverno desde 1923 e praticavam um controlo político-administrativo com fundamento racista, o processo foi mais complicado.

Os colonos da Rodésia do Sul sempre acreditaram que era possível pôr fim ao movimento nacionalista com recurso à força, pelo que a ideia de concessões a favor dos africanos estava fora de hipótese. Não tendo chegado a entendimento com a metrópole, os colonos decidiram unilateralmente proclamar-se independentes da Grã-Bretanha em 1965.

O novo governo decidiu, então, levar avante a materialização do seu pensamento em relação aos nacionalistas africanos. A independência só viria a ser proclamada em Abril de 1980, após longo período de luta armada.

As forças políticas na Rodésia do Sul

No início da década de 1960, surgiram, sucessivamente, o Partido Nacional Democrático (NDP), a União do Povo Africano do Zimbabwe (ZAPU) e a União Africana do Zimbabwe (ZANU).

O NDP foi fundado a 1 de Janeiro de 1960, por nacionalistas como Enos Nkala, Skecheley Sam Kanje, George Silindika, Leopold Takawira e Michael Mawean, tendo como presidente Joshua Nkomo. Este partido propunha-se lutar contra as práticas opressivas do colonialismo com algum radicalismo, recorrendo a sabotagens, destruições e outros actos. Até Dezembro de 1961, altura em que foi banido, devido aos seus métodos, foi o principal representante dos nacionalistas africanos.

Após o banimento deste partido, os seus líderes reagruparam-se e, dez dias depois, fundaram o Zimbabwe African Peoples Union (ZAPU), de novo com Joshua Nkomo na presidência. O novo partido pretendia combater o colonialismo com os mesmos métodos do NDP.

Passado pouco menos de um ano, a ZAPU foi banido e os seus líderes condenados a três meses de inibição política e à fixação distante das cidades.

O curso do movimento nacionalista no início da década de 1960 fez pairar o perigo de a Inglaterra conceder a independência à minoria branca, o que não interessava aos nacionalistas africanos. Foi por isso que Nkomo propôs a formação de um governo no exílio. Esta fase seria, pois, marcada pela emergência, no seio do movimento nacionalista, de duas alas: a de Joshua Nkomo, que pretendia organizar apoios de fora para pressionar o governo, e a outra, que defendia a organização de massas dentro do país e lutar pela independência.



Fig. 23 Joshua Nkomo
(1917-1999)

Estas divergências fizeram com que, no seu regresso ao país, Nkomo, suspendesse Washington Malianga, Robert Mugabe, o reverendo Ndabaningi Sithole e Leopold Takawira. Em resposta, este grupo criou a 8 de Agosto de 1963 a Zimbabwe African Union (ZANU) com Sithole como presidente, Takawira como vice-presidente e Mugabe como secretário-geral. O programa do novo partido previa a distribuição justa da terra, o fim das leis raciais, educação para todos e o controlo de algumas indústrias.

Paralelamente às forças nacionalistas, foi ainda criada, em 1962, a Frente Rodesiana numa coligação dos partidos de Ian Smith e Winston Field. Foi em torno desta que se aglutinaram os interesses da minoria branca rodesiana. No seu programa, a Frente Rodesiana destacava a rejeição da colonização britânica e a contestação da ideia de um governo formado pela maioria negra.



Fig. 24 Rev. Ndabaningi Sithole (1920-2000)

A Declaração Unilateral da Independência

O caminho para a independência na Rodésia do Sul assumiu contornos bastante peculiares, visto que existiam três, e não dois, grupos de interesses, cada um dos quais com as suas aspirações.

Como já foi dito, diante do incremento do movimento nacionalista, a Grã-Bretanha decidiu conceder a independência às suas colónias, e era o que pretendia fazer em relação à Rodésia do Sul. A Rodésia do Sul procurou também a sua independência, mas era governada desde 1923 pelos colonos brancos que tinham constituído um governo autónomo sem a participação dos negros. Entretanto, o governo britânico não concordou porque pretendia um governo negro a reger os rumos do país. A alternativa à independência seria uma continuação do *status quo*, onde os brancos constituíam a classe dominante.

Uma minoria de 200 mil brancos contra uma população maioritária de mais de cinco milhões de negros.

Em 1961 foi aprovada uma nova Constituição para a Rodésia do Sul, abrindo espaço para a participação da população negra no poder. Opondo-se à Constituição de 1961, Ian Smith fundou nesse ano a Frente Rodesiana e, após a sua vitória eleitoral, tornou-se ministro das Finanças até passar a chefe de Governo e ministro da Defesa em 1964. O desentendimento entre a Grã-Bretanha e a Frente Rodesiana agravou-se de tal modo que esta força política rompeu com a metrópole; Ian Smith, o líder da Frente Rodesiana, proclamou unilateralmente a independência da Rodésia a 11 de Novembro de 1965.

A ascensão da Frente Rodesiana marcou a retomada da ideologia e das políticas do período pré-federal. O novo governo lançou-se no combate ao movimento nacionalista africano através de prisões, restrições e outras acções repressivas.

A Declaração Unilateral da Independência (DUI) na Rodésia do Sul foi o corolário das diferenças entre a Grã-Bretanha e os colonos brancos sobre a forma como deveria ser conduzido o combate ao nacionalismo africano. Por outro lado, só foi possível devido ao alto grau de coesão dos colonos rodesianos e ao facto de terem uma larga experiência de controlo do aparelho do estado que remonta a 1923 quando foi proclamado o auto-governo.



Fig. 25 Ian Smith (1919-2007)

A luta de libertação na Rodésia do Sul

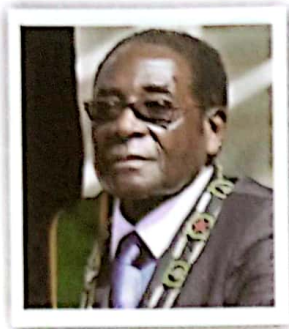


Fig. 26 Robert Mugabe



Fig. 27 Josiah Tongogara (1938-1979)

Uma das principais referências da luta armada no Zimbabwe



Fig. 28 Bispo Abel Muzorewa

A DUI constituiu o sinal claro dado pelos colonos de que estes não estavam dispostos a abrir espaço para o exercício do poder pelos negros. Diante desta realidade o movimento nacionalista começou a ter na insurreição armada a única alternativa para pôr fim às injustiças coloniais e ascender ao poder. Foi neste contexto que, nos finais dos anos 1960, se formou o Conselho da Revolução.

A ZANU começou a desenvolver a sua estratégia e o crescimento à importância da ZANLA (Zimbabwe National Liberation Army).

Em 1972, iniciar-se-ia a acção da ZANLA na Rodésia do Sul, que até 1975 provocou enormes prejuízos à economia do país. Porém, entre 1974 e 75, tiveram lugar encontros entre a Zâmbia e a África do Sul com vista a encontrar uma plataforma para acabar com a guerra.

No início de 1976, Ian Smith, B.J. Voster, (primeiro-ministro da África do Sul de 1966 a 1978) e Henry Kissinger (Secretário de Estado Norte-Americano) reuniram-se em diversas ocasiões, na tentativa de encontrar uma saída para o conflito. A ideia principal de Kissinger era utilizar a África do Sul para pressionar Smith a fazer concessões.

Em 1977, Robert Mugabe foi eleito, em Chimoio, presidente da ZANU, em substituição de Sithole.

Por seu turno, a ala militar reforçava-se com Josiah Tongogara, o principal líder militar a organizar, a partir de Moçambique, o avanço da guerrilha. Neste período, a acção nacionalista era particularmente favorecida pela colaboração entre as alas militar e política.

A guerra ganhou ainda maior dimensão quando, em 1978, o governo de Moçambique decidiu enviar tropas para lutar ao lado da ZANLA. Nesta altura, a guerra alastrou-se passando a incluir ataques às cidades.

Entre Outubro e Dezembro de 1976, realizou-se em Genebra uma conferência. Tendo em vista a realização desse evento, os líderes da ZANLA, ora presos, foram libertados e a ZANU e a ZAPU juntaram-se numa frente comum, a Frente Patriótica. Entretanto, a conferência fracassou devido a divergências entre a Frente Patriótica e a Grã-Bretanha.

Ainda em 1977, quando a guerra se intensificava, Abel Muzorewa e Ian Smith fizeram um «Acordo Interno». Este compromisso não foi reconhecido pelos outros líderes do movimento nacionalista que pretendiam uma independência efectiva e não um compromisso com os colonos ou com a metrópole. Entretanto, à luz deste acordo, Muzorewa foi eleito Primeiro-Ministro em Maio de 1979.

Em Maio de 1979, o Partido Conservador ganhou as eleições na Inglaterra e Margaret Thatcher tornou-se Primeira-Ministra. A política do novo governo em relação à Rodésia do Sul era pelo reconhecimento do Acordo Interno e da figura de Abel Muzorewa como Primeiro-Ministro.

Em Agosto de 1979, o «Acordo Interno» foi discutido numa conferência dos líderes da Comunidade Britânica (Commonwealth) que, entretanto, não produziu consensos.

Os esforços para a busca de uma solução para a «questão rodésiana» levaram a nova conferência, desta feita na Casa dos Lancaster (Lancaster House) que se desenrolou de Setembro a Dezembro de 1979. Desta conferência saíram as decisões de cessar-fogo, aprovação de uma nova Constituição e marcação de eleições.

No âmbito das decisões de Lancaster House, as eleições gerais aconteceram em Fevereiro-Março de 1980, tendo a ZANU, de Robert Mugabe, conquistado 57 (63%) dos lugares no parlamento e a ZAPU, de Joshua Nkomo, 20 (24%) dos lugares. O Partido de Muzorewa conseguiu apenas três lugares. A 18 de Abril de 1980, foi proclamada a independência do Zimbabwe, com Robert Mugabe como Primeiro-Ministro.

? Exercícios de aplicação

- Mencione os principais movimentos nacionalistas da Niassalândia.
- Explique como é que Kamuzu Banda conduziu a sua luta pela independência.
- Identifique duas outras figuras ligadas a descolonização da Niassalândia.
- Preencha o quadro abaixo sobre as principais formações nacionalistas da Rodésia do Norte.

Partido	Líder
Partido Federal	
	Kumbula
UNIP	

- Assinale com **X** a afirmação correcta em relação à independência do Zaire.
 - A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Maio de 1960, tendo Patrice Lumumba como chefe do Governo e Joseph Kasavubu como presidente.
 - A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Maio de 1960, tendo Joseph Kasavubu como chefe do Governo e Patrice Lumumba como presidente.
 - A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Junho de 1960 com Patrice Lumumba como chefe do Governo e Joseph Kasavubu como presidente.
 - A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Junho de 1960 com Joseph Kasavubu como chefe do Governo e Patrice Lumumba como presidente.

A descolonização de África (Quadro-Resumo)

País	Líder	Movimento/Partido	Ano da Independência
Angola	Agostinho Neto	Movimento para a Libertação de Angola (MPLA)	1975
África do Sul	Nelson Mandela	African National Congress (ANC)	1994
Argélia	Ben Bella	Frente de Libertação Nacional (FLN)	1962
Benin	Hubert Maga	União pelo Benin do Futuro (UBF)	1960
Botswana	Seretse Khama	Bechuanaland Democratic Party	1966
Burkina Faso	Uezzin Culibaly	Union Démocratique Voltaïque – secção do Rassemblement Démocratique Africain (UDV-RDA)	1960
Burundi	Louis Rwagasore	Partido Uprona	1962

UNIDADE 4

Cabo Verde	Aristides Pereira	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)	1975
Camarões	Ahmadu Ahidjo	Bloque Démocratique Camerounais (BDC) e Union des Populations du Cameroun (UPC)	1960
Comores	Ahmed Abdallah	Parti pour l'Indépendance et l'Unité des Comores (PIUC)	1975
Congo	Marien Nguabi	Parti Congolaise du Travail	1960
Costa do Marfim	Pélix Houphouët-Boigny	União Democrática Africana	1957
Djibuti	Ali Aref	Union Nationale pour l'Indépendance	1977
Egipto	Zaghlul Pacha; Ahmad Fuad	Wafd (Partido Nacional)	1922
Eritreia		Frente de Libertação da Eritreia	1993
Etiópia	Hailé Selassié	Leões Negros	1941*
Gabão	Léon M'ba	Bloc Démocratique Gabonaise e Union Démocratique et Sociale Gabonaise	1960
Gâmbia	Dawda Jawara	Partido dos Povos do Protectorado	1965
Gana	Kwame Nkrumah	Convention People's Party	1957
Guiné	Sekou Touré	Partido Democrático da Guiné (PDG)	1958
Guiné-Bissau	Amílcar Cabral	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)	1974
Guiné Equatorial	Francisco Macias Nguema	Moviment de Union Nationale de la Guinea Equatorial	1968
Lesotho	Leabua Jonathan	Partido Nacional da Basutolândia	1966
Libéria			1847**
Líbia	Muhammad Idrisi al Mahdí al Sanusi (Idris I)		1951
Madagáscar	Tsiarana	Movimento Democrático da Renovação Malgache	1960
Malawi	Hastings Kamuzu Banda	Malawi Congress Party	1961
Mali	Modibo Keita	Union Sudanaise	1960
Marrocos	Sidi Muhammad	Partido da Independência (Istiqlal)	1956
Maurícias	P. Bérenger	Movimento Militante Mauriciano	1968
Mauritânia	Moktar Uld Dadah	Parti du Peuple Mauritanien (PPM)	1960
Moçambique	Samora Machel	Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)	1975

Movimentos de Libertação Nacional e as Independências em África

Namíbia	Sam Nujoma	South West Africa People's Organization (SWAPO)	1990
Niger	Hamani Diori	Parti Progressive Nigerien	1960
Nigéria	Benjamin N. Azikiwé	National Concil of Nigeria and Camerun	1960
Quênia	Jomo Kenyatta	Kenya African Union (KANU)	1963
RASD		Frente Polisário	1976
República Centro-Africana	Barthélémy Boganda	Mouvement d'Évolution Sociale de l'Afrique Noire (MESAN)	1960
Ruanda	G. Kayibanda	Partido Parmehutu	1962
São Tomé e Príncipe	Manuel Pinto da Costa	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLST)	1975
Senegal	Leopold Senghor	Bloque Democratique Senegalien	1960
Serra Leoa	Milton Margai	Sierra Leonean People's Party	1961
Seychelles	James Mancham	Partido Democrático	1976
Somália	Muhamad Siad Barre	Liga Nacional Somali	1960
Sudão	Said Ali al Mughani	Partido Umma	1956
Swazilândia	Sobhuza II	Partido Progressista	1968
Tanzânia	Julius Nyerere	Tanganyika African National Union (TANU)	1964
Tchad	Gabriel Lisette	Parti Progressiste Tchadien	1969
Togo	Silvanus Olimpio	Comité de l'Unité Togolaise	1960
Tunísia	Habib Ibn Ali Bourguiba	Partido Destour	1956
Uganda	Apollo Milton Obote	Uganda People's Congress (UPC)	1962
Zaire (R.D. Congo)	Joseph Kasavubu/Patrice Lumumba	Mouvement National Congolais	1960
Zâmbia	Keneth Kaunda	UNIP	1964
Zimbabwe	Robert Mugabe	Zimbabwe African National Union (ZANU)	1980

*A Independência não foi produto da acção de movimento nacionalista mas sim de uma deliberação da ONU.

**Nunca foi colonizado.

Notas sobre o Nacionalismo Moçambicano

As práticas opressivas do colonialismo levaram ao surgimento das mais diversas formas de contestação ao regime, tanto no campo como nas cidades. As fugas, greves, manifestações artísticas e culturais, as manifestações estudantis e até a constituição de agrupamentos patrióticos de exilados, entre outras, são algumas formas que a resistência ao colonialismo em Moçambique assumiu até à década de 1960.

Algumas Associações

Grémio Africano de Lourenço Marques

1932 – Grémio Africano de Manica e Sofala funda o jornal «Voz Africana»

1945 – Movimento dos Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM)

Associação dos Naturais de Moçambique

Casa dos Estudantes do Império

Centro de Estudos Africanos.

1949 – NESAM – Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique. Esta associação funcionava dentro do Centro Associativo de Moçambique (CAM).

O objectivo do Núcleo era fomentar a unidade e a camaradagem entre os jovens africanos através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sociedade.

Alguns dos seus dirigentes foram: Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hunguana, Josina Muthemba, Pascoal Mcumbi, Jorge Tembe, entre outros. Por causa das suas ideias o NESAM viria a ser banido em 1965. A luta anti-colonial, por seu turno, exprimia-se de diversas formas desde revoltas, sabotagens, diminuindo o ritmo da produção, fugas, entre outras formas de resistência.

Acções de luta

1932 – Greve no Porto da Beira

1933 – Greve da Quinhenta, em Lourenço Marques

1939 – Revolta Muta Hanu, em Acções de luta Mossuril

1947 – Greve no cais de Lourenço Marques e nas plantações de Gaza

O aprofundamento do Nacionalismo em Moçambique

O desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do bloco socialista mundial, os congressos pan-africanistas, a criação e acção da ONU, a Conferência de Bandung (1955) entre outros factores contribuíram para um despertar da consciência nacionalista em África, levando a constituição de movimentos políticos claramente determinados a lutar pela independência.

Um dos movimentos que emergiu nesta altura foi a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, (SAAVM) formada no planalto de Mueda, em 1957, dirigida por Lázaro Nkavandame (presidente), João Namimba (vice-presidente), Cornélio João Mandanda e Raimundo Pachinuapa (secretários).

Por outro lado, começava na mesma ocasião a formação de organizações de cariz tipicamente político, entretanto a repressão colonial fascista de todas as actividades políticas impediu que estes movimentos se pudessem desenvolver dentro do país. Da mesma forma, foi impossível o seu inter-relacionamento ou unificação, impedindo a construção, no interior do país, de um movimento unificado, que representasse as várias camadas sociais em todas as regiões. Deste modo, a luta anti-colonial moçambicana foi bastante diferente das lutas dos territórios vizinhos.

As organizações moçambicanas que se encontravam no Tanganica, em 1961, reflectiam ainda as circunstâncias da sua origem diversa, entre migrantes radicados no estrangeiro. A MANU estava virada quase exclusivamente para a melhoria das condições dos residentes de Cabo Delgado. A UDENAMO, embora pequena era composta por moçambicanos oriundos de várias províncias, como Tete, Gaza e Maputo, e tinha uma visão mais ampla sobre os problemas dos camponeses e trabalhadores moçambicanos. A UNAMI era ainda mais pequena que a UDENAMO e o seu suporte era baseado em Tete e no Sul da Zambézia.

A 25 de Junho de 1962, a UDENAMO, UNAMI e MANU foram unificados num encontro realizado em Dar-es-Salaam dando origem a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), tendo como presidente Eduardo Mondlane.

Para sanar alguns problemas que existiam no novo movimento como tribalismo, regionalismo, racismo e a falta de definição clara do inimigo e dos objectivos da Frente e a falta de uma estratégia comum realizou-se, de 23 a 28 de Setembro de 1962 em Dar-es-Salaam, o Primeiro Congresso da FRELIMO, dirigido por Eduardo Mondlane. A FRELIMO definiu no primeiro Congresso, como principais objectivos da Frente a libertação de Moçambique, a conquista da independência e a defesa dos interesses dos moçambicanos.

A recusa do Governo Português de negociar pacificamente a independência de Moçambique, levou a FRELIMO a desencadear a luta armada para conquistar a independência de Moçambique.

A 7 de Setembro de 1974, foram assinados os acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo Português. A 20 de Setembro de 1974, toma posse o Governo de Transição dirigido por Joaquim Chissano. A independência é proclamada a 25 de Junho de 1975.

Desde 1975, a FRELIMO dirige os destinos do país, primeiro como partido único até 1994, ano em que tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias e a partir de 1994, perante a concorrência de outros partidos na medida em que este partido ganhou todas as eleições realizadas.

Breve cronologia do partido FRELIMO

25-06-1962	Fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e eleição do primeiro presidente do movimento, Eduardo Mondlane.
23/28-09-1962	I Congresso da FRELIMO
25-09-1964	FRELIMO declara início da luta armada contra o colonialismo português.
25-07-1968	II Congresso
03-02-1969	Assassinio de Eduardo Mondlane. Triunvirato – Samora Machel, Uriã Simango e Marcelino dos Santos – assumem a direcção da FRELIMO. →

14-05-1969	Samora Machel sucede a Eduardo Mondlane na presidência da FRELIMO.
25-06-1975	Proclamação da independência de Moçambique e ascensão de Samora Machel à Presidência da República Popular de Moçambique.
03/07-02-1977	III Congresso. Adoptado o Marxismo-Leninismo como ideologia do Estado.
26/30-04-1983	IV Congresso
19-10-1986	Morte de Samora Machel e ascensão de Joaquim Chissano à presidência da República e liderança da FRELIMO.
17-07-1989	V Congresso
Agosto de 1991	VI Congresso
19/24-05-1997	VII Congresso
27/29-10-1994	FRELIMO ganha primeiras eleições presidenciais e legislativas. Joaquim Chissano eleito Presidente da República de Moçambique.
03/05-12-1999	FRELIMO ganha segundas eleições presidenciais e legislativas. Joaquim Chissano reeleito Presidente.
10-06-2002	VIII Congresso
01/02-12-2004	FRELIMO ganha terceiras eleições presidenciais e legislativas. Armando Guebuza eleito Presidente.
07-03-2005	Armando Guebuza eleito presidente da FRELIMO.
10/14-11-2006	IX Congresso
28-10-2009	FRELIMO ganha quartas eleições presidenciais e legislativas. Armando Guebuza reeleito Presidente.
15-10-2014	FRELIMO ganha as quintas eleições presidenciais e legislativas. Filipe Nyusi é eleito Presidente.

Partidos políticos

Desde que foi introduzido o multipartidarismo foram criados no nosso país mais de 50 partidos políticos.

Assim, passaram a existir os seguintes partidos:

1. Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)
2. Renamo-União Eleitoral
3. Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)
4. Frente Democrática Unida (FDU)
5. Frente de Acção Patriótica (FAP)
6. Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPPM)
7. Partido de Unidade Nacional (PUN)
8. Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD)
9. Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD)
10. Partido da Convenção Nacional (PCN)

11. Aliança Independente de Moçambique (ALIMO)
12. Partido Ecologista de Moçambique (PEMO)
13. Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE)
14. Partido Independente de Moçambique (PIMO)
15. Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO)
16. Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO)
17. Partido do Congresso Democrático (PACODE)
18. Partido Trabalhista (PT)
19. Partido Popular de Moçambique (PPM)
20. Partido Democrático de Moçambique (PADEMO)
21. Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD)
22. Partido Social-Liberal e Democrático (SOL)
23. Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO)
24. Partido Nacional Democrático (PANADE)
25. Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO)
26. Partido Nacional de Moçambique (PANAMO)
27. Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC)
28. Partido Ecologista – Movimento da Terra (PEC-MT)
29. Partido Renovador Democrático (PRD)
30. Congresso dos Democratas Unidos (CDU)
31. União Nacional Moçambicana (UNAMO)
32. Partido Africano Conservador (PAC)
33. Frente Liberal (FL)
34. Partido União para Mudança (UM)
35. Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM)
36. Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS)
37. Partido de Reconciliação Nacional (PARENA)
38. Partido dos Verdes de Moçambique (PVM)
39. Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO)
40. Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM)
41. Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES)
42. Partido Socialista de Moçambique (PSM)
43. Partido Social Democrata Independente (PASDI)
44. Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD)
45. Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM)
46. União Moçambicana da Oposição (UMO)
47. Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD)
48. Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD)
49. Partido Comunista de Moçambique
50. União Democrática Nacional de Moçambique

Actualmente, e na sequência das eleições gerais de 2014, o parlamento moçambicano, é dominado pela FRELIMO que conseguiu uma maioria parlamentar com 144 deputados, enquanto a Renamo elegeu o 89 deputados e o MDM ficou com 17 deputados. Os restantes partidos políticos e coligações de partidos políticos estão fora do parlamento.



1. Assinale com **X** as afirmações verdadeiras.

Em termos gerais, o nacionalismo pode ser definido *como*:

- a) A expressão dos anseios das diversas forças sociais, vivenciadas *individualmente* e que aspiram melhorar a sua condição.
- b) A manifestação de excitações estereis e de *contradições individuais* (como *patos* e *passões*) utilizadas para fazer esquecer as desigualdades sociais em nome da *unidade nacional*.
- c) O despertar nacional do ressurgimento de uma *personalidade* que *sempre* existiu na *região* do poder estabelecido.
- d) As primeiras manifestações de oposição à presença *européia* e, *atituda* *racista* *utilizada* em momentos de menor impacto, nunca desapareceram.

2. Assinale com **X** a afirmação correcta.

O chauvinismo define-se como:

- a) Movimento político do século XIX que defendia a *união* dos *países* *governados* da *Europa* *ocidental*.
- b) A expressão dos anseios das diversas forças sociais *vivenciadas* *individualmente* e que *aspiram* *melhorar* a sua condição.
- c) Todo o tipo de opinião exacerbada, tendenciosa, ou *agressiva* em *favor* de *um* *país*, *região* ou *religião*.
- d) As primeiras manifestações de oposição à presença *européia* e, *atituda* *racista* *utilizada* em momentos de menor impacto, nunca desapareceram.

3. O período pós Segunda Guerra Mundial foi marcado pela *consolidação* do *Movimento* da *Libertação* Nacional em África.

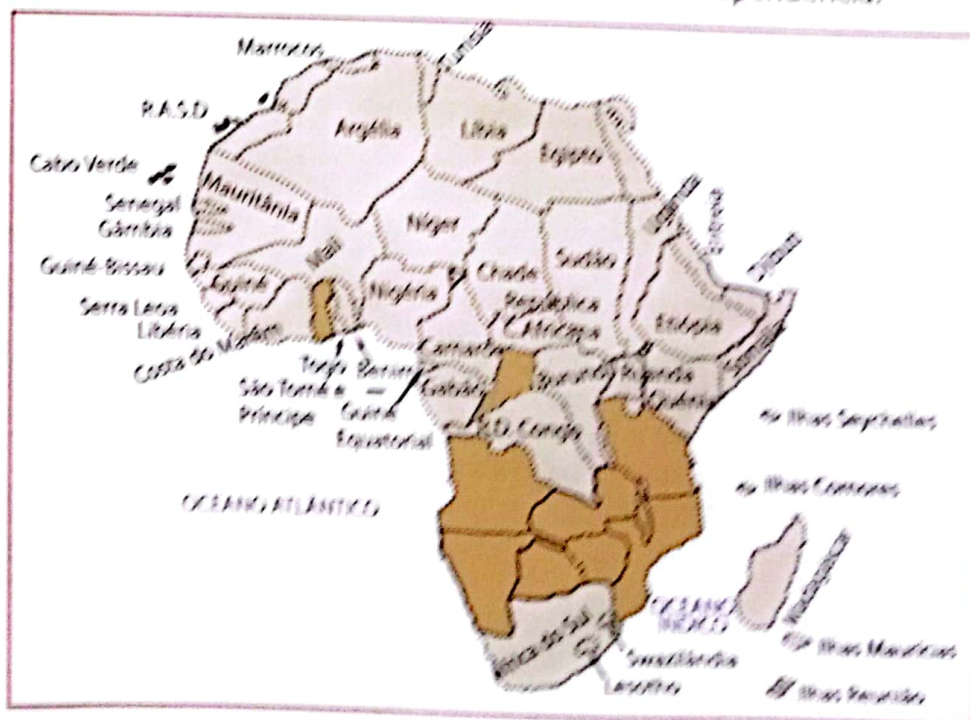
- a) Mencione os factores do nacionalismo africano.
- b) Explique o papel da ONU no incremento do movimento nacionalista.

4. Caracterize a atitude das potências imperialistas face ao crescimento do *movimento* nacionalista em África.

5. Por que é que o ano de 1960 é considerado o ano de África?

6. Observe o mapa abaixo:

- Identifique os nomes dos países não identificados e as datas da independência.



Exercícios de consolidação



7. Faça corresponder os países da coluna **A** aos respectivos líderes ou partidos na coluna **B**:

A	B
Exemplo. Angola (5)	1. TANU
Quênia ()	2. Nandi Azikiwe
Gana ()	3. KANU
Senegal ()	4. Gamal Abdel Nasser
Tanzânia ()	5. MPLA
África do Sul ()	6. Keneth Kaunda
Namíbia ()	7. Mabutu Sese Seko
Nigéria ()	8. Kwame Nkrumah
Zâmbia ()	9. Leopold Senghor
Zaire ()	10. Sam Nujoma
Egipto ()	11. Nelson Mandela

8. A Conferência de Bandung teve como principal resultado:

- A adoção da luta armada como principal forma de luta contra o colonialismo.
- A adoção da luta pacífica defendida por Ghandi com vista à descolonização.
- A definição clara dos aliados de cada uma das superpotências.
- A proclamação do princípio do não-alinhamento ao lado das novas potências emergentes, EUA e URSS, e a defesa do direito de autodeterminação dos povos.

9. A descolonização nos territórios franceses, nos termos da «Lei-Quadro», foi rejeitada por um único país, que votou contra a Comunidade. Esse país foi:

- Senegal
- Costa do Marfim
- Zaire
- Guiné

10. Assinale com **X** a afirmação correcta em relação à independência do Zaire.

- A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Maio de 1960, tendo Patrice Lumumba como chefe do Governo e Joseph Kasavubu como presidente.
- A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Maio de 1960, tendo Joseph Kasavubu como chefe do Governo e Patrice Lumumba como presidente.
- A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Junho de 1960 com Patrice Lumumba como chefe do Governo e Joseph Kasavubu como presidente.
- A independência do Zaire foi proclamada a 30 de Junho de 1960 com Joseph Kasavubu como chefe do Governo e Patrice Lumumba como presidente.



COMPETÊNCIAS

O aluno deve ser capaz de:

- Argumentar a necessidade da criação da OUA e da mudança para UA.
- Explicar a necessidade de mudança de SADCC para SADC.

Problemas Africanos de
Hoje 1960 aos nossos dias

UNIDADE 5

CONTEÚDOS

A Unidade africana

- Da OUA a UA (1963-2000)
- Criação da OUA: os objectivos
- Principais actividades da OUA
- A UA: objectivos

As principais zonas de tensão em África (periodizar 1964-2004)

- O Sudão
- Marrocos
- O Tchad
- O Congo

Da SADCC (1980) à SADC (1992)

- Objectivos da SADCC
- Principais realizações políticas, económicas, sociais e culturais
- Transformação da SADCC em SADC
- Objectivos
- Principais realizações



Págs. 156 a 175

África independente

A independência foi inegavelmente uma das maiores, senão a maior, conquista da África no século XX. Não obstante, e sem querer beliscar de modo algum a grandeza e o valor dessa conquista, é preciso reconhecer que a mesma representou um enorme desafio.

Um olhar rápido sobre África na altura da independência permite-nos observar que, após a remoção das lideranças africanas no final do século XIX e princípios do século XX e sua substituição pela administração colonial, os africanos tinham sido afastados das funções administrativas. Em alguns territórios, em que vigorou a administração indirecta, o envolvimento dos africanos não foi muito para além da participação em órgãos consultivos.

Por outro lado, a dominação colonial implicou a apropriação da economia pelos europeus, ficando para os africanos o papel de auxiliares ou empregados.

A conquista da independência significou a abertura de uma nova página para o continente e para os africanos. Vários problemas emergiram em África, constituindo enormes desafios para os dirigentes e os africanos. Vejamos alguns desses problemas:

Guerras: entre princípios da década de 1970 e meados da década de 1990, portanto no período imediato à independência da maioria dos países africanos, mais de 20 países africanos estavam envolvidos em conflitos armados, com alguns se arrastando há décadas. A Somália, cujas disputas pelo poder levaram à desintegração, voltou ao estágio pré-colonial em que era governada por chefes locais, é o ícone do ambiente de guerras no continente.

Moçambique é um dos países envolvidos numa guerra interna pós independência, mas também é um exemplo de como é possível a concórdia e a paz, e sobretudo, de como a paz é fundamental para o desenvolvimento.

Com efeito, depois de 16 anos de conflito interno o País vive em paz a cerca de 20 anos marcada por um inegável desenvolvimento em todos os domínios.

Subdesenvolvimento: os números da economia-mundo colocam a África na cauda do mundo. Senão vejamos, dos 174 países cujo IDH foi medido pela ONU, a África não tem nenhum entre os 45 do grupo mais desenvolvido. Entre os 94 de índice médio, apenas 12 são africanos. Por outro lado, no grupo dos 35 menos desenvolvidos, 29 pertencem ao continente africano.

Refugiados: entre finais do século XX e início do XXI existiam em África cerca de 6,3 milhões de refugiados no continente, correspondendo a um terço do total mundial, para uma região que abriga apenas 13% da população do planeta.

Fuga de cérebros: o enorme esforço dos países africanos em formar os seus quadros esbarra quase sempre no abandono dos respectivos países por parte considerável destes, a busca de melhores oportunidades de enquadramento em países desenvolvidos. Estima-se que, nos finais do século XX, mais de 260 mil profissionais qualificados africanos trabalhavam nos Estados Unidos da América e na Europa.

HIV-SIDA: Os números das enfermidades são também desoladores, especialmente os do SIDA, pois estima-se que nove em cada dez portadores do HIV no mundo são africanos. A doença já atingiu 34 milhões de pessoas, das quais 11,5 milhões morreram.

O SIDA constitui um dos maiores flagelos também no nosso país.

A todos os cidadãos exige-se portanto uma atitude responsável que permita prevenir esta doença no nosso país e em África.

Do OUA à UA (1960-2000)

Diante dos vários problemas que os países africanos enfrentavam e, com a escassez de recursos materiais financeiros e humanos, só uma acção concertada poderia permitir aos países recém-libertados progredirem. É esse entendimento que conduziu à formação da OUA.

O processo que culminou com a formação da Organização da Unidade Africana iniciou-se em finais do século XIX e princípios do século XX. Em 1881, o antilhano de origem africana Dr. Edward W. Blyden dizia: «Devemos mostrar ao mundo que somos capazes de avançar sozinhos, de abrir o nosso caminho». Era uma das primeiras manifestações do desejo de uma África Unida. Em 1895, foi a vez de o pastor britânico instalado na Niassalândia escrever o livro *África para os Africanos*, cujas ideias levaram à criação da União Cristã Africana em 1897. Por seu turno, Kwame Nkrumah notabilizou-se ao escrever *África deve Unir-se*.

A ideia da unidade africana emergiu, pois, dos descendentes de africanos nas Antilhas e Estados Unidos da América, passou pela Europa e chegou à África manifestando-se primeiro sob a forma de aspiração ao que se chamaria *Estados Unidos de África*. Após anos de busca de mecanismos concretos de integração entre os estados africanos independentes, a 25 de Maio de 1963 foi assinada em Addis Abeba, Etiópia, a carta constitutiva da **Organização da Unidade Africana (OUA)**. Esta organização, criada por iniciativa do Imperador etíope Haile Selassié, integrava, na época da sua formação, 32 países africanos independentes entre os quais pontificavam a Etiópia, o Gana, Tanganyika, Marrocos, Egipto, etc.

Objectivos

Segundo a constituição da OUA, os objectivos desta organização podiam ser resumidos aos seguintes:

- Promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos.
- Coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África.
- Defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos.
- Erradicar todas as formas de colonialismo de África.
- Promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Coordenar e harmonizar as políticas dos estados-membros nas esferas política, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, técnica e de defesa.

Órgãos da OUA

Organizava-se em quatro órgãos:

- A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, instância suprema.
- O Conselho de Ministros, que preparava e executava as decisões da Conferência.



- O Secretariado-Geral Administrativo.
- A Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem.

Principais realizações da OUA

A OUA, criada em 1963, existiu ao longo de quase 40 anos até ser transformada em União Africana, em 2002. Que balanço pode ser então feito destes 40 anos de existência da OUA?

Por diferentes razões, a OUA não conseguiu materializar alguns dos seus principais objectivos, com destaque para a missão de evitar os inúmeros conflitos que assolaram o continente, bem como a de promover de forma efectiva o seu desenvolvimento.

Um dos maiores fracassos da OUA, que ainda subsiste como questão não resolvida e que continua a ensombrar o espírito de unidade da União Africana, é o estatuto do Saara Ocidental, cuja aceitação como membro da organização levou Marrocos a abandoná-la em 1985.

Poderíamos mencionar como algumas das razões deste relativo fracasso o carácter consensual da organização, ou seja, o não ter assumido posições mais enérgicas, privilegiando sempre a busca de consensos para a solução dos problemas.

Por exemplo, esta organização nunca puniu os responsáveis pelos problemas, como acontece com a Commonwealth ou a ONU, que quando é necessário suspende das suas actividades ou decreta sanções sobre políticos ou governos.

Não obstante as fragilidades apontadas, o espírito de consenso e a rotatividade da presidência permitiram à OUA manter diante dos vários blocos económicos e políticos a imagem de unidade e de vontade de progresso, o que garantiu o apoio destes para a resolução de vários problemas. Graças a isso, a OUA conseguiu levar a cabo várias realizações notáveis, das quais se destacam:

Descolonização de África: funcionando como grupo de pressão junto da comunidade internacional e fornecendo apoio directo aos movimentos de libertação, através do seu Comité Coordenador da Libertação de África.

Combate contra o Apartheid: sobretudo influenciando a ONU a declarar sanções contra os governos da África do Sul e da Rodésia, bem como a condenação internacional do *Apartheid*: como «crime contra a Humanidade» na Conferência de Teerão de 1968.

Resolução de conflitos: nos primeiros dez anos da sua existência, a OUA viu-se confrontada com uma série de conflitos sobre a delimitação de fronteiras no norte, leste e centro de África mas, graças aos seus esforços, estes conflitos foram resolvidos num verdadeiro espírito de unidade, sem interferência externa.

Promoção da cultura africana: a OUA organizou, em Agosto de 1969, na Argélia, o Primeiro Festival Pan-Africano da Cultura e um ano depois, o Primeiro *Workshop* de Folclore, Dança e Música Africana na capital da Somália.

- Promoção da harmonização das políticas nos campos do desenvolvimento económico e social, transportes e telecomunicações dos seus membros na sua relação com organizações internacionais como UNCTAD, BIRD, FMI, UNIDO e OIT.

- Como consequência, as suas pretensões de formas de comércio mais justas e da plena participação num novo sistema monetário internacional ganharam mais peso, apesar de não terem ainda sido atingidas.
- Proclamação da permanente soberania dos países africanos sobre os seus recursos naturais, o que levou à modificação da Lei Internacional sobre os recursos da plataforma continental e águas territoriais.
- Primeira Feira de Negócios Pan-africana em Fevereiro de 1972, no Quênia.

Documento

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento: é um fórum intergovernamental estabelecido em 1964 com o objectivo de dar auxílio técnico aos países em desenvolvimento para se integrarem no sistema de comércio internacional.

FMI - Fundo Monetário Internacional: é uma organização internacional que pretende assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial pela monitorização das taxas de câmbio e da balança de pagamentos, através de assistência técnica e financeira. A sua sede é em Washington, EUA.

Banco Mundial: é uma agência do sistema das Nações Unidas, fundada a 1 de Julho de 1944, no decorrer de uma conferência de representantes de 44 governos em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, e que tinha como missão inicial financiar a reconstrução dos países devastados durante a Segunda Guerra Mundial. Actualmente, a sua missão principal é a luta contra a pobreza através de financiamentos e empréstimos aos países em desenvolvimento. Tem a sua sede em Washington, EUA.

OIT - Organização Internacional do Trabalho: Fundada em 1919 com o objectivo de promover a justiça social, é a única das Agências do Sistema das Nações Unidas que tem estrutura tripartida, na qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores têm os mesmos direitos que os do governo.

Em 1944, à luz dos efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a OIT adoptou a Declaração de Filadélfia como anexo da sua Constituição. A Declaração antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Desde 1999, a OIT trabalha pela manutenção dos seus valores e objectivos em prol de uma agenda social que viabilize a continuidade do processo de globalização através de um equilíbrio entre objectivos de eficiência económica e de equidade social.

Principais zonas de tensão em África (1964-2004)

O processo que culminou com as independências africanas revestiu-se de particularidades que fizeram com que a conquista da independência não fosse seguida de momentos de paz e de desenvolvimento. Senão vejamos...

Os movimentos nacionalistas nos diferentes estados foram quase sempre constituídos por vários grupos cujos interesses no pós-independência eram quase irreconciliáveis. O contexto de guerra fria em que o mundo vivia no momento das independências africanas reflectiu-se nos novos países pois qualquer agitação interna tinha o apoio do bloco contrário ao que tinha apoiado a independência do novo estado. A juntar aos problemas descritos, a nível do movimento nacionalista, os países recém-independentes debatiam-se com problemas de falta de quadros para dirigir o país, decréscimo da economia, fome, nudez, entre outros. Assim um pouco por toda a África o período pós-independência foi marcado por guerras algumas mais duras e longas do que outras. Vejamos alguns dos maiores conflitos com a África se debateu no pós-independência.

Sudão

O Sudão surge como um dos maiores focos de conflito em África, ao registar no período pós-independência três guerras civis, uma das quais, a de Darfur, que continua até hoje. Em geral as guerras no Sudão estiveram quase sempre ligadas a problemas religiosos, pois os governos que por lá passaram procuravam implantar a lei Islâmica (Chária) na constituição do Estado o que sempre suscitou a reacção de uma parte da população, especialmente do sul do Sudão, maioritariamente cristão.

A Primeira Guerra Civil Sudanesa (Rebelião de Anya Nya) decorreu de 1955 e 1972 opondo a parte norte do Sudão e a parte sul que exigia maior autonomia regional. O conflito foi encerrado com a assinatura do tratado de Adis Abeba de 1972.

No entanto, o acordo que pôs fim aos combates em 1972 fracassou completamente, levando a um reacender do conflito norte-sul no Sudão durante a Segunda Guerra Civil (1983-2005). O período entre 1955 e 2005 é considerado por alguns analistas como um conflito único, com um cessar-fogo de 11 anos que separou as duas fases de violência.

A partir de 1983 a rebelião foi contra o governo do presidente Jafar Numeri foi liderada pelo Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA) liderado por John Garang. O conflito no sul do Sudão agudizou-se a partir de 1989 com a tomada do poder, através de um golpe de estado, de Omar Al-Bashir. Perante a dificuldade de acabar militarmente com o SPLA, em 9 de Janeiro de 2005, após quase três anos de negociações o conflito foi encerrado com a assinatura do Tratado de Naivasha do qual resultou a criação da região autónoma do Sudão do Sul e a indicação de John Garang, para vice-presidente do Sudão cargo que ocupou por apenas três semanas tendo morrido num acidente de helicóptero.

O conflito nesta região terminou com a separação do sul e a formação de um novo estado reconhecido pelo norte e cuja independência foi proclamada no dia 9 de Julho de 2011.

Ainda no Sudão outro conflito emergiu em 1987 na região de Darfur, a ocidente do país. Nesta região o governo não conseguiu levar a cabo um processo de inclusão que promovesse o desenvolvimento económico à dimensão do norte ou oriente do país. Assim a miséria provocou sucessivas disputas entre tribos pobres em Darfur que a partir da década de 1990 estavam organizadas em dois movimentos de base étnica: os Fur chefiados por Abdel Wahid e os Zaghawa liderados por Minni Minawi. Com grandes dificuldades de se unir e adoptar um acção conjunta, chegando a se combater entre si, estes grupos conduzem a várias décadas um luta contra o regime de Cartum.

Os esforços da União Africana, através da Missão da União Africana no Sudão (AMIS) e de outros organismos têm se mostrado infrutíferos para por fim ao conflito no Darfur

Marrocos

O conflito marroquino emergiu entre 1974 e 1975 na sequência de um processo descolonização do Saara Ocidental pela Espanha mas que nunca foi aceite por Marrocos que reclamava soberania sobre o território.

Em Setembro de 1975, a ONU emitiu o parecer, não esclarecedor

sobre o projecto espanhol de descolonização do Saara Ocidental que era também reclamado pela Mauritânia e Marrocos, mas no essencial condenava as pretensões destes dois países. Perante esta situação o rei Hassan II de Marrocos organizou a chamada «Marcha Verde» (16 de Outubro de 1975). Foi nesse ambiente de discórdia que a Espanha se retirou do território saharauí e iniciou uma fase de conflito entre Marrocos e a Frente Polisário, representante e defensora dos direitos do povo saharauí.

Após a retirada da Espanha, Marrocos assumiu a Saguia El Hamra e a metade norte do Rio de Oro, enquanto a Mauritânia assumiu o controlo da metade sul do Rio de Oro. Reagindo a nova realidade, a Frente Polisário proclamou a República Árabe Saarauí Democrática em 27 de Fevereiro de 1976, e iniciou uma guerra de guerrilha contra Marrocos e Mauritânia.

Pouco antes, no outono de 1975, dezenas de milhares de saarauís tinha saído das cidades controladas por Marrocos no deserto, construindo campos de refugiados improvisados em Amgala, Tifariti, Umm Dreiga. No início de 1976, a Força Aérea Marroquina começou a bombardear os campos na parte norte do território e em Fevereiro de 1976, atacou os campos de refugiados de Umm Dreiga com napalm e fósforo branco causaram cerca de 2.000 mortes.

A Frente Polisário manteve a guerra de guerrilha e rebaseou-se em Tindouf, na região oeste da Argélia. Nos dois anos seguintes, o movimento cresceu enormemente com refugiados saarauís afluindo para os campos e a Argélia e Líbia.

A Mauritânia, cujo exército tinha cerca de 3.000 homens, mostrava-se incapaz de rechaçar as incursões da guerrilha. Com a queda do regime de Daddah em 1978 num golpe de Estado liderado pelos militares cansados de guerra, o país assinou um cessar-fogo com a Frente Polisário. Pelo tratado geral de paz assinado em 5 de agosto de 1979, o novo governo reconheceu os direitos saharauí ao Saara Ocidental e renunciou a suas pretensões territoriais. A Mauritânia retirou todas as suas forças e reconheceu formalmente a República Democrática Árabe, causando uma ruptura nas relações com Marrocos. O rei Hassan II de Marrocos imediatamente reivindicou a área do Saara Ocidental evacuada pela Mauritânia anexando-a, unilateralmente, em Agosto de 1979.

A partir de meados da década de 1980, Marrocos conseguiu manter as tropas da Polisário através de um muro, atrás do qual os soldados marroquinos viviam entrincheirados, protegendo a extracção do minério. Criou-se um impasse da guerra, em que nenhum lado era capaz de obter ganhos decisivos.

Em 6 de Setembro de 1991 um cessar-fogo entre a Frente Polisário e Marrocos, acompanhado pela MINURSO (ONU) abriu a esperança de um referendo sobre a independência no ano seguinte. O referendo, no entanto, nunca avançou devido a desacordos sobre os direitos do eleitor, e várias tentativas de reiniciar o processo falharam. Um prolongado cessar-fogo foi realizado sem grandes perturbações, mas o Polisário tem repetidamente ameaçado retomar a luta.

Chade

Após ascender à independência em 1960, o Chade adoptou em 1962 uma Constituição pela qual se proibia a actividade política de oposição ao governo. Nesse mesmo ano, o presidente **Tombalbaye** enfrentou dois

movimentos clandestinos de oposição, cuja acção levou à deposição e assassinato deste por um golpe de Estado em 1975.

Félix Malloum, tomou o poder, mas também enfrentou movimentos de oposição e foi obrigado a retirar-se em 1979 subindo ao poder Hissène Habré.

Em 1980, **Goukounin Oueddei**, ajudado pela Líbia, tornou-se Presidente depois de romper com Hissène Habré. Entre 1982 e 1995, o Chade viveu uma época de terror marcada pela luta pelo poder entre Oueddei e Habré, que originou sucessivos massacres, com milhares de mortos e de refugiados.

Em 1990, H. Habré foi deposto por um golpe de Estado e Idriss Deby foi instalado no poder, com apoio pela Líbia. Desde essa altura, embora com dificuldades tentou-se estabelecer o processo democrático, que permitiu que em 1996, se realizassem eleições presidências ganhas por I. Déby (que seria depois reeleito em 2001).

Entretanto o Chade não deixou de ser foco de conflito em África. Ainda hoje o poder central continua em confronto com importantes movimentos rebeldes.

A actual **Guerra civil no Chade** teve início em Dezembro de 2005, opondo as forças governamentais a vários grupos rebeldes como a *Frente Unida pela Mudança Democrática (FUC)*, a *União das Forças para a Democracia e Desenvolvimento (UFDD)*, a *Reunião de Forças pela Mudança (RFC)* e a *Concórdia Nacional do Chade (CNT)*. Estes movimentos têm o apoio da milícia árabe Janjaweed, apoiada pelo governo do Sudão.

Em Fevereiro de 2006, foi assinado o «Acordo de Trípoli», que cessou a guerra por aproximadamente dois meses, tendo reiniciado de seguida.

A guerra civil no Chade é uma guerra regional, com fortes ligações aos conflitos em Darfur e na República Centro-Africana.

Várias tentativas para por fim ao conflito foram encetadas sem sucesso envolvendo diversos organismos africanos e internacionais, por isso o Chade continua a ser uma das referências no continente em matéria de instabilidade político-social e militar.

República Democrática do Congo

Como outros países africanos, a RDC não obteve total tranquilidade com a ascensão à independência. Após ter conquistado a independência em 1960, Lumumba assume o cargo de primeiro-ministro e Joseph Kasavubu, a Presidência. Poucos meses depois, em Julho de 1960 eclode uma rebelião contra Lumumba, e Kasavubu afasta Lumumba, através de um golpe de Estado. Segue-se um período de desordem interna que a ONU resolve momentaneamente enviando tropas. Após a saída das tropas da ONU, Tshombe regressa do exílio e assume a presidência Novembro de 1965, quando foi derrubado num golpe por Mobutu Joseph Désiré.

Mobutu estabelece, através de uma ditadura personalista, e de uma aliança estratégica às potências capitalistas, Mobutu impôs durante a sua governação (1965-1997) uma certa estabilidade política. Outras armas que permitiram a Mobutu consolidar o seu poder e garantir lealdade política foram:

- O seu discurso nacionalista de «Autenticidade» (mudou o nome do país para Zaire, da capital para Kinshasa e o seu nome para Mobutu Sese seku).

- O uso da força bruta.

- Actos de corrupção e suborno aos líderes tradicionais, altos funcionários do estado e as altas patentes do exército.

A governação de Mobutu, não sendo abertamente contestada foi alimentando o descontentamento popular abrindo espaço para o surgimento de facções no exército que disputavam as riquezas do país. A instabilidade seria também alimentada pelo afluxo em 1994, de mais de 1 milhão de ruandeses (na maioria hutus) que, fugindo do genocídio no seu país, entraram no leste do Zaire. A chegada dos refugiados desestabiliza a região, habitada pelos tutsis baniamulenges, inimigos históricos dos hutus. Sentindo-se negligenciados por Mobutu, que tolera a presença dos hutus na região, os baniamulenges iniciam uma rebelião em Outubro de 1996, liderados por Laurent-Désiré Kabila.

Em 17 de Maio de 1997, os rebeldes entram na capital sob aplausos da população. Kabila assume e Mobutu foge para o exílio no Togo e morre em Setembro, em Marrocos.

O novo presidente pautou por uma política autoritária suspendendo os partidos e proibindo manifestações políticas. Por outro lado, que rompeu com Ruanda e Uganda que provocavam insatisfação popular, sobretudo dos antigos aliados, os tutsis baniamulenges.

A partir de Janeiro de 1998, a rebelião interna foi se alastrando e fortificando e nem os apoios externos travaram o movimento até que em 2001, Kabila foi morto por um dos seus guarda-costas. Joseph Kabila, seu filho, assumiu o governo, iniciou um processo de democratização e de reaproximação com os estados vizinhos que permite uma relativa estabilidade.

Rumo à União Africana

Nos anos 60, depois da descolonização, instalou-se entre certos sectores dos africanos a esperança de uma África unida politicamente, até à constituição de uma única nação soberana, os *Estados Unidos de África*. O presidente do Gana, Kwame Nkrumah, revelava esse desejo ao afirmar: «A nós cabe colher esta magnífica ocasião e provar que o génio do povo africano pode triunfar sobre as tendências separatistas para se transformar numa nação soberana, constituindo, para a maior glória da posteridade, os Estados Unidos de África».

Entretanto, essa expectativa revelou-se muito acima do que realmente era possível. A OUA, nascida em 1963, consagrava uma unidade «moral» e não política, fazendo prevalecer o nacionalismo acima de qualquer tipo de união. Era a derrota do Pan-Africanismo com a proclamação da igualdade soberana de todos os estados membros.

Dois principais factores estiveram na origem do colapso da OUA e na emergência da UA. Por um lado, estava o facto de a OUA ter-se revelado um organismo impotente e, por outro lado, o desgaste resultante da persistência dos mesmos problemas (em relação aos quais agia-se sempre da mesma maneira e sem resultados práticos).

A impotência da OUA

Desde a sua fundação, a OUA revelou-se incapaz de resolver os conflitos que continuamente surgiam em toda a parte do continente e de construir uma verdadeira unidade entre os países membros. A guerra do Biafra, a guerra civil na Somália, Angola, Sudão, Serra Leoa e Libéria e as tragédias na região dos Grandes Lagos são alguns desses conflitos, para os quais nunca se encontrou solução. Se houve solução, ocorreu por intervenção de forças externas ou pela força dos factos.

Outro resultado era pouco provável, se tivermos em conta que a maioria dos conflitos que a OUA enfrentou remontavam à época colonial e não apenas não tiveram uma solução adequada, como até se agravaram com a independência. Além disso, a OUA não tinha carácter executivo e, como tal, não podia impor as suas decisões.

Quando a OUA tentou impor as suas decisões, houve uma ruptura, como no caso de Marrocos, em 1985, e chegou-se à beira da e um desaparecimento da Organização. Do outro lado, a Carta Fundamental consagrara os particularismos e a não-ingerência, que tinham prioridade sobre questões de carácter mais geral. Estando assim as coisas, dificilmente se podia encontrar uma saída para qualquer tipo de problema.

Desgaste

A persistente instabilidade resultante da incapacidade da Organização em lidar com os problemas do continente criou algum desgaste e descrença em relação à OUA. Cansava e desgastava muito repetir sempre planos semelhantes, enfrentar ano após ano os mesmos conflitos e actuar sempre da mesma maneira. Isso contribuiu para criar um certo hábito de aparente inutilidade.

Todavia, a principal contradição da OUA consistiu em ter sido criada como força estabilizadora num mundo que, como o africano, está sempre em mudança e em tensão entre as suas raízes tradicionais e as imposições do exterior. Esta imagem de desgaste e de desânimo ficou bem patente nas palavras do primeiro secretário-geral desta organização, Diallo Telli, que dizia: «Somos somente uma formidável máquina para organizar conferências».

Perante esta realidade, a partir de 1979, começou a surgir a ideia de criar, como alternativa à OUA, uma comunidade económica africana, a exemplo da europeia.

Embora não tenha ganho força de imediato, vinte anos depois, em 1999, o presidente da Líbia, Muammar Kadhafi, conseguiu organizar, na cidade de Syrte, uma cimeira extraordinária da OUA, na qual convidou os participantes a criar os *Estados Unidos de África*.

A ideia não vingou, porque muitos desconfiavam da mesma, temiam a hegemonia política de Kadhafi e a pressão islâmica sobre todo o continente.

Lusaka 2001

No ano seguinte a ideia, porém, foi parcialmente retomada na Cimeira de Lomé, Togo, em Julho de 2000, onde foi apresentado um novo projecto que encaminhava à fundação da União Africana (UA).



Fig. 1 Muammar Kadhafi (1942-2011)

Em 2001, a Conferência de Lusaka, em Julho, ratificou o nascimento da nova instituição e a morte da antiga.

Pretendia-se deixar para trás a época em que a preocupação era a descolonização e iniciar a fase em que o maior desafio era o da reconstrução, dotando os Estados de África de instrumentos e estratégias comuns, conforme o modelo europeu.

Portanto, com a nova organização pretende-se uma África dotada de uma comissão executiva, um parlamento supranacional, um tribunal de justiça, um banco central e – até – uma moeda única.

Os passos imediatos têm, contudo, dividido os Estados africanos: uns pressionam para o «tudo e já», na linha do Pan-Africanismo, com a Líbia na liderança; outros são por um processo mais gradual, avançando-se primeiro para uma união económica.

A última proposta parece a perspectiva mais realista. Seria, portanto, um processo, que dentro de algumas décadas levaria o continente a uma espécie de mercado comum, capaz de enfrentar com mais força a União Europeia, os Estados Unidos e a China. A longo prazo, seria, então, equacionada uma união a nível político.

Essa união de África será fundamental para todas as mudanças decisivas que ocorrerão em África e constituirá uma etapa rumo aos *Estados Unidos de África*.

A União Africana

A União Africana surgiu como uma organização de integração, diferente da Organização da Unidade Africana (OUA), que é um órgão de cooperação internacional que cumpriu a sua missão histórica de libertar o continente e combater o *Apartheid*. A União Africana reúne Estados naturalmente, mas, mais do que uma junção de governos, é uma junção de povos com um espaço maior no qual cabem também as mulheres, a sociedade civil e a diáspora. É o que se pretende que aconteça para que tenhamos em África uma sexta região económica.

No sentido de edificar e solidificar a «nova África» serão, em breve, estabelecidos o Conselho Económico, Social e Cultural e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. No futuro, será montado um banco central, um fundo monetário e possivelmente uma Comunidade Económica Africana com moeda única.

O objectivo mais amplo da União Africana é encorajar a integração política e económica dos seus 53 estados-membros a fim de impulsionar o continente rumo à paz e à prosperidade.

As suas principais metas são:

- Erradicar a pobreza.
- Promover o desenvolvimento sustentável do continente.
- Evitar a marginalização de África no processo de globalização.
- Fortalecer a integração de África na economia global.

Com vista a perseguir os objectivos traçados, particularmente na componente económica, foi criada a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (**NEPAD**, na sigla em inglês) que é um programa de desenvolvimento económico da União Africana.



Fig. 2 Emblema da União Africana

formação de grupos de integração regional uma vez que os países pretendiam tirar proveito dos benefícios das grandes economias de escala oferecidos por grandes mercados. Foi assim que, em 1991, a Organização da Unidade Africana assinou o Tratado de Abuja que criou a Comunidade Económica Africana.

Com base na visão do Plano de Acção de Lagos de 1980, o Tratado de Abuja fez das comunidades económicas regionais, tais como a SADC e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a base para a criação de uma comunidade continental.

Por outro lado, os líderes mundiais, reunidos numa assembleia geral das Nações Unidas, havida em Setembro de 2000, enfatizaram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG's), o desafio multi-dimensional da pobreza e acordaram num conjunto de metas de desenvolvimento calendarizadas.

Da SADCC à SADC

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, conhecida por SADC, do seu nome em inglês, Southern Africa Development Community, é a organização sub-regional de integração regional dos países da África Austral.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral existe desde 1992, quando foi decidida a transformação da SADCC (Southern Africa Development Coordination Conference ou Conferência para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1980 por nove dos estados membros. Hoje, a SADC engloba 14 países do sul de África.

Os países membros somam uma população de aproximadamente 210 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 226 biliões de dólares, valor este que, embora não seja muito alto (semelhante ao da Suécia), já é significativo, especialmente levando-se em conta as economias dos países vizinhos.



Fig. 5 Emblema da SADC

Países membros da SADC e suas funções

1. África do Sul: Finanças e Investimentos
2. Angola: Energia
3. Botswana: Investigação Agrária e Produção Animal e Controlo de Doenças de Animais
4. Lesotho: Conservação da Água e Solo e Utilização da Terra e Turismo
5. Malawi: Florestas e Fauna Bravia
6. Maurícias
7. Moçambique: Transportes e Comunicações e Informação e Cultura.
8. Namíbia: Pescas
9. Swazilândia: Recursos Humanos
10. Tanzânia: Indústria e Comércio
11. Zâmbia: Minas
11. Zimbabwe: Segurança Alimentar
13. Madagáscar
14. República Democrática do Congo

A sede da SADC encontra-se em Gaborone, no Botswana. As línguas oficiais da Comunidade são o Inglês, o Francês e o Português.

Objectivos da SADC

- Promover o crescimento e desenvolvimento económico, aliviar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo africano e prover o auxílio aos mais desfavorecidos por meio de integração regional.
- Evoluir valores políticos, sistemas e instituições comuns.
- Promover e desenvolver a paz e a segurança.
- Promover o desenvolvimento auto-sustentável por meio da interdependência colectiva dos Estados membros e da autoconfiabilidade.
- Atingir a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais.
- Promover e maximizar a utilização efectiva de recursos da região.
- Atingir a utilização sustentável de recursos naturais e a protecção do meio ambiente.
- Reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais de longa data da região.



Fig. 6 Os países da SADC

Principais parceiros económicos

O principal parceiro económico externo à SADC é a UE que, com o bloco mencionado, realiza importantes trocas há alguns anos. Apesar da parcela do mercado europeu abocanhada pelo grupo estar decrescendo, cerca de três por cento actualmente contra sete na década de oitenta, essas trocas ainda representam a maior parte das exportações e importações externas ao grupo. Muitas medidas têm sido tomadas para evitar o domínio económico pelo Norte, algumas com mais sucesso do que outras.

O financiamento aos projectos é obtido através de duas maneiras principais. A primeira e mais importante é a contribuição de cada um dos membros, com o valor baseado no PIB de cada um; a segunda é através da colaboração de parceiros económicos internacionais, como a UE e alguns países desenvolvidos, que dependem do projecto a ser desenvolvido.

Para alcançar estes objectivos a SADC deverá:

- Harmonizar as políticas socioeconómicas e os planos dos países membros.
- Criar instituições e mecanismos apropriados para a mobilização dos recursos, para implementação dos programas e operações da SADC e suas instituições.
- Promover o desenvolvimento dos recursos humanos.
- Promover o desenvolvimento, transferência e domínio da tecnologia.
- Melhorar a gestão da economia através da cooperação regional.



Síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA)

Se a prevalência de doenças em África no pós-independência tornou-se um dos problemas do continente, o Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) lidera o rol de doenças que devastam o continente tornando cada vez mais merecedora da atenção dos países africanos.

A SIDA é uma doença do sistema imunológico humano causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Esta condição reduz progressivamente a eficácia do sistema imunológico, e deixa as pessoas susceptíveis a infecções oportunistas e a tumores. O HIV é transmitido através do contacto directo de uma membrana mucosa ou na corrente sanguínea com um fluido corporal que contém o HIV, tais como sangue, sêmen, secreção vaginal, fluido pré-seminal e leite materno. Esta transmissão pode acontecer durante as relações sexuais, através de agulhas hipodérmicas contaminadas, do intercâmbio entre a mãe e o bebé ou outra exposição a um dos fluidos corporais acima.

Pelos níveis de propagação que atingiu, a SIDA é hoje considerada uma verdadeira pandemia. De facto, os dados referentes ao ano de 2007, indicam que cerca de 33,2 milhões de pessoas padeciam desta doença em todo o mundo, mais de três quartos dos quais na África Subsaariana.

Até hoje não existe qualquer cura ou vacina para a SIDA e HIV, pelo que, todos os tratamentos que podem ser oferecidos permitem apenas retardar o curso da doença. O tratamento antirretroviral, além de apenas reduzir a mortalidade e a morbilidade da infecção pelo HIV, não é acessível a todos os medicamentos são caros e o acesso a eles não está disponível em todos os países.

A dificuldade de tratar a infecção pelo HIV, torna a prevenção da infecção fundamental para controlar a pandemia da SIDA.

Como prevenir

As três principais vias de transmissão do HIV são: contacto sexual, exposição a fluidos ou tecidos corporais infectados e da mãe para o feto ou criança durante o período perinatal. Assim, a prevenção desta doença só pode ser através da adopção de um comportamento responsável e/ou cauteloso o que significa evitar relações sexuais ocasionais (fidelidade), uso do preservativo (masculino ou feminino), não usar objectos cortantes (lâminas, seringas e outros) em grupo, abster-se do consumo de drogas.

A SIDA constitui um problema grave para Moçambique na medida em que se encontra na chamada África Subsaariana que é de longe a região mais afectada. Só para se ter uma ideia da gravidade do problema da SIDA na nossa região, basta dizer que em 2007, eram desta região 68% de todas as pessoas vivendo com SIDA e 76% de todos os óbitos por SIDA; ocorreram na região 1,7 milhões de novas infecções.

A África do Sul, país vizinho e com fortes ligações a Moçambique, apresenta a maior população de portadores do HIV no mundo, o que revela que esta doença é de facto um problema para Moçambique. Em segundo lugar, está outro país da África subsaariana – a Nigéria – e só o terceiro lugar está fora da nossa região sendo ocupado pela Índia. A SIDA levou nos últimos tempos a uma acentuada queda da esperança de vida da população nos

países mais afectados; em grande parte dos países da África subsaariana a esperança de vida situa-se em geral abaixo dos 40 anos de idade.

Estigma

Por tudo quanto foi referido acima, fica claro que a SIDA representa um dos piores males da sociedade de hoje, entretanto pior do que a acção directa desta doença está o estigma em torno desta doença que se manifesta de diversas maneiras:

- O ostracismo, rejeição, discriminação e evitação de pessoas infectadas pelo HIV.
- Teste obrigatório de HIV sem o consentimento prévio ou de protecção da confidencialidade das pessoas.
- A violência contra indivíduos infectados pelo HIV.

O medo da violência e do preconceito impede a que muitas pessoas que fazem o teste de HIV retornem para ver o resultado ou iniciar o tratamento, transformando o que poderia ser uma doença crónica tratável numa sentença de morte, perpetuando a propagação do HIV.

Na verdade, esses comportamentos são de todo infundados e condenáveis na medida em que é importante reter que não se contrai o SIDA através do convívio social com um seropositivo. Apertar a mão, abraçar ou compartilhar o uso de utensílios domésticos não traz nenhum risco de contágio.

Impacto económico

O HIV/SIDA não é apenas um problema de saúde, mas também político, social e económico. O crescimento económico é particularmente afectado nos países assolados por esta pandemia pois, com ela reduz a disponibilidade de capital humano. Diminuindo a sua capacidade de trabalhar, devido a doença, a população fica desprovida de alimentação adequada.

Por outro lado a África subsaariana regista graves insuficiências a nível dos cuidados de saúde, por isso, um grande número de pessoas morrem de complicações relacionadas à SIDA. Elas não só são incapazes de trabalhar, como também necessitam de cuidados médicos especializados, o que não existe. Deste modo, prevê-se que se não houver uma acção para inverter a actual tendência, esta pandemia originará um colapso nas economias e nas sociedades dos países com uma população significativa portadora da SIDA.

Por afectar, principalmente, os jovens e os adultos, a SIDA reduz a população tributável, por sua vez, reduzindo os recursos disponíveis para gastos públicos como a educação e os serviços de saúde não relacionados à SIDA, provocando um aumento da pressão sobre as finanças do Estado e um crescimento mais lento da economia. E como consequência, verifica-se um menor crescimento da base de cálculo, um efeito que é reforçado quando há gastos crescentes para tratar dos doentes, para cuidar dos órfãos da SIDA, bem como, em capacitação (para substituir trabalhadores doentes). Isto é especialmente verdadeiro se o aumento acentuado da mortalidade adulta deslocar a responsabilidade da família para o governo em cuidar desses órfãos.

A nível familiar, os resultados do SIDA são a perda de renda e o aumento dos gastos com saúde pelo responsável da família.



1. A ideia de constituição da Organização da Unidade Africana foi proposta pela primeira vez, em 1881, por:
 - a) David Livingstone
 - b) Edward W. Blyden
 - c) Kwame Nkrumah
 - d) Aimè Cesaire
2. A Organização da Unidade Africana foi fundada:
 - a) Em Addis Abeba a 25 de Maio de 1960 por iniciativa de Hailé Selassié
 - b) Em Addis Abeba a 25 de Abril de 1963 por iniciativa de Hailé Selassié
 - c) Em Addis Abeba a 25 de Maio de 1963 por iniciativa de Muammar Kadhafi
 - d) Em Addis Abeba a 25 de Maio de 1963 por iniciativa de Hailé Selassié
3. Assinale com um **X** todos os objectivos da OUA.
 - a) Promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos.
 - b) Coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de se materializarem os objectivos do milénio.
 - c) Defender a soberania, integridade e independência dos Estados africanos.
 - d) Erradicar a pobreza absoluta.
 - e) Promover a cooperação, à luz da Carta da ONU e da Declaração dos Direitos Humanos.
 - f) Coordenar e harmonizar as políticas dos Estados membros a nível da política, diplomacia, economia, educação, saúde, ciência, técnica e defesa.
 - g) Assumir uma atitude enérgica contra o terrorismo e a pirataria.
4. A OUA envolveu-se na descolonização da África, fornecendo apoio directo aos movimentos de libertação através do seu órgão especializado que era:
 - a) O Comité Coordenador de Libertação de África
 - b) O Conselho de Segurança da OUA
 - c) Os capacetes azuis
 - d) O comité anti-colonial
5. O colapso da OUA deveu-se:
 - a) À impotência da OUA e ao desgaste resultante da persistência dos mesmos problemas
 - b) À insistência de alguns estados para a criação de uma nova organização
 - c) Ao surgimento da União Africana
 - d) À extensão do continente Africano
6. O principal impulsionador da ideia da criação da União Africana foi:
 - a) Nelson Mandela
 - b) Muammar Kadhafi
 - c) Robert Mugabe
 - d) Armando Guebuza
7. A União Africana foi formalmente constituída:
 - a) Na cimeira de Syrte, Líbia, de 1999
 - b) Na cimeira de Lomé, Togo, em Julho de 2000
 - c) Na reunião de Lusaka, em Julho de 2001
 - d) Na cimeira de Lusaka de 2002
8. Para materializar os objectivos económicos da União Africana foi constituído um órgão designado:
 - a) Conselho Económico Social e Cultural
 - b) Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)
 - c) Carta Africana dos Direitos Humanos
 - d) Comunidade Económica Africana
9. O principal órgão decisor da União Africana é:
 - a) A Assembleia Geral.
 - b) O Conselho Executivo.
 - c) O Parlamento Africano.
 - d) A Comissão Administrativa.



10. A SADCC foi oficialmente criada:

- a) Em Julho de 1979, em Arusha
- b) Em Abril de 1979, em Lusaka

- c) Em Abril de 1980, em Lusaka
- d) Em Abril de 1980, em Arusha

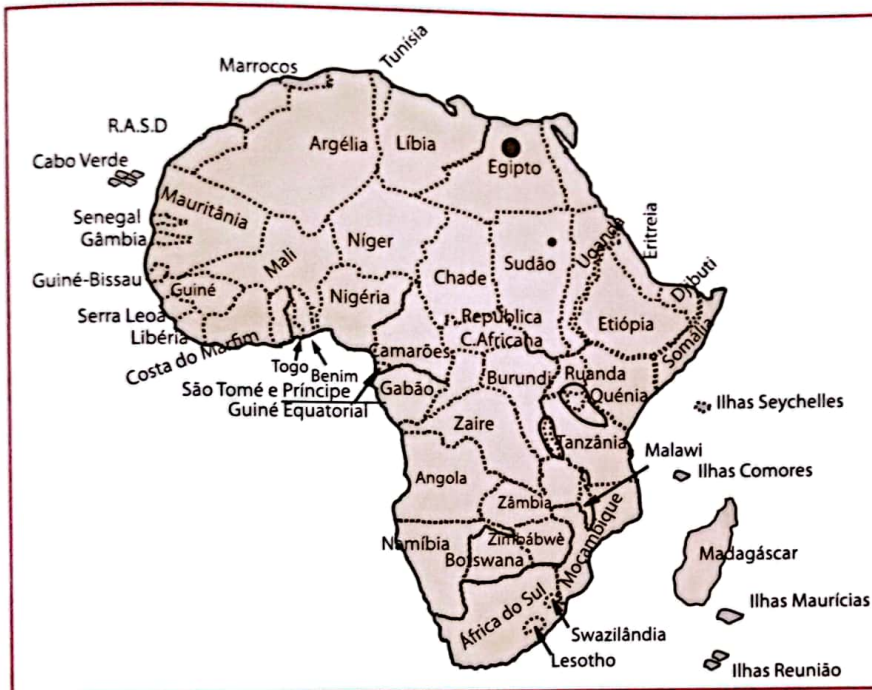
11. No âmbito da SADC, Moçambique responde pela área de:

- a) Conservação da Água e Solo e Utilização da Terra e Turismo
- b) Florestas e Fauna Bravia
- c) Transportes e Comunicações e Informação e Cultura
- d) Pescas

12. Preste atenção aos dois mapas seguintes.

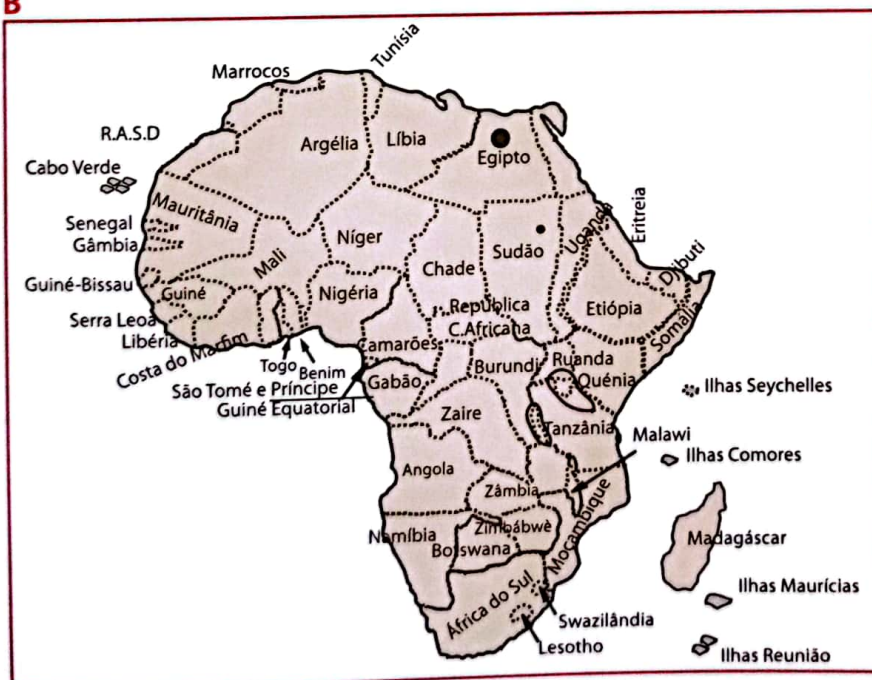
- a) Colore no mapa **A** os países membros da SADCC.

A



- b) Colore no mapa **B** os países da SADC.

B



ANEXOS

TESTES

Teste 1

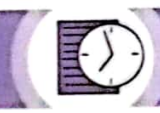
Teste 2

Teste 3

Teste 4

Teste 5

Teste 6



1. Leia o texto seguinte:

Documento

«Os emissários de Agga, filho de Emnebaraggesi, vindos de Kish procuraram Gilgamesh, em Uruk. O senhor Gilgamesh, aos mais velhos da sua cidade pôs a questão, pediu-lhes conselho: «Não nos submetamos aos reis de Kish, batamo-nos pelas armas.» A assembleia convocada dos mais velhos da cidade. Respondeu a Gilgamesh: «Submetamo-nos aos reis de Kish, não levantemos contra eles as nossas armas.» Uma segunda vez Gilgamesh, o senhor de Kullab, Diante dos homens combatentes da sua cidade pôs a questão, pediu-lhes conselho: «Não nos submetamos aos reis de Kish, batamo-nos pelas armas.» A assembleia reunida dos homens combatentes da sua cidade Respondeu a Gilgamesh: «Não nos submetamos aos reis de Kish, batamo-nos pelas armas.» Então Gilgamesh, o senhor de Kullab: «Ao parecer dos varões combatentes da sua cidade, o seu coração rejubilou, a sua alma iluminou-se.»

- a) O texto que acabou é uma cosmogonia ou mitografia? Justifique a sua resposta.
 - b) Que razões estiveram na origem deste tipo de literatura?
 - c) Analise a importância deste tipo de literatura para a História.
2. Explique a importância da escrita.
3. Como é que se explica que a Bíblia tenha alcançado credibilidade universal como fonte de informação sobre os judeus?
4. Compare a historiografia grega com a romana.
5. Explique porque se considera a historiografia cristã apologética.
6. Faça corresponder os aspectos historiográficos da coluna A ao seu equivalente em B.

A	B
A. Gentilismo	1. Consistiu num particularismo exclusivista na elaboração da História.
B. Judeus	2. Elaboraram uma História da Humanidade embora pecando, sobretudo pelo seu carácter gentílico.
C. Gregos	3. Visão universalista da História da Humanidade, ultrapassando as barreiras do gentilismo.
D. Políbio	4. Preocupou-se bastante com as causas dos acontecimentos, a busca da verdade recorrendo a testemunhos fidedignos.
E. Heródoto	5. Iniciaram uma História da Humanidade com grandes avanços de cientificação mas limitada no espaço e no tempo.
F. Ecumenismo	6. Introduziu o modelo cíclico na História.

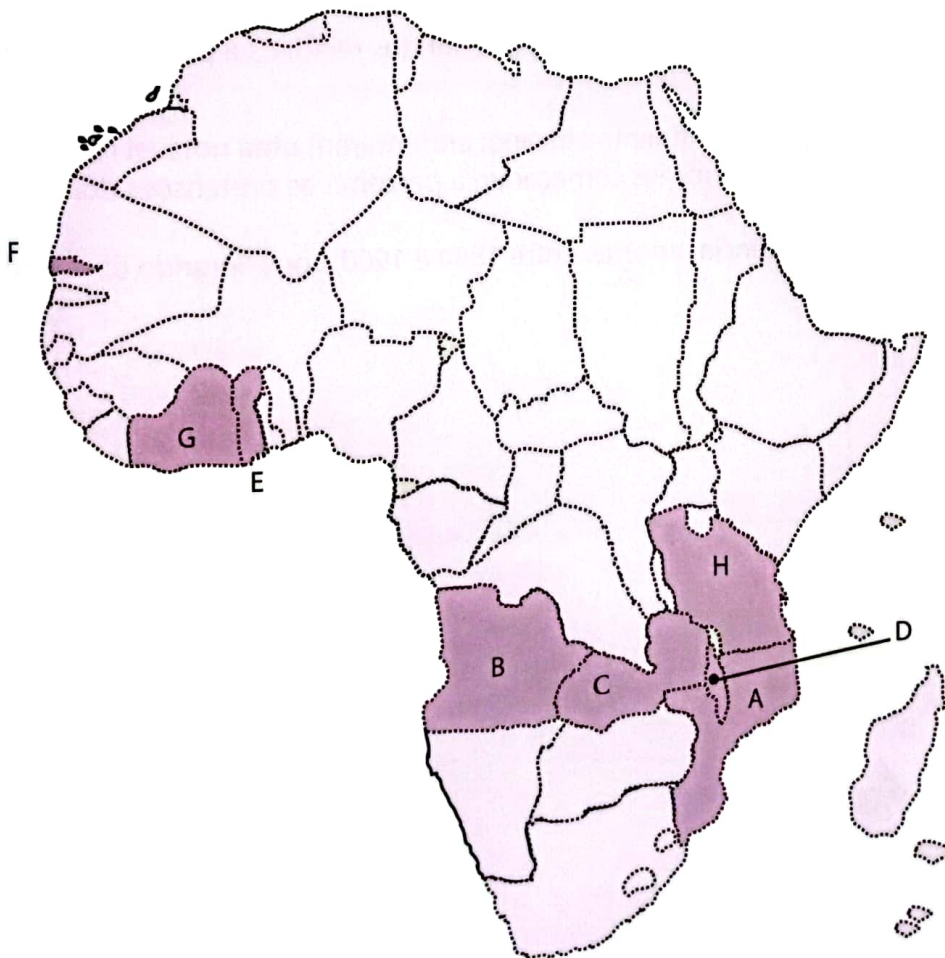


1. Entre os séculos XVI e XIX, a presença europeia em África tinha carácter mercantil e limitava-se às regiões costeiras.
Aponte três razões que fizeram com que os europeus se interessassem pelo interior de África no século XIX.
2. Entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, realizou-se a Conferência de Berlim que reuniu estadistas de vários países europeus e não só.
 - a) Indique a razão da convocação desta Conferência.
 - b) Diga qual foi o efeito fundamental desta Conferência para África.
 - c) Mencione cinco países que participaram nessa Conferência.
3. Caracterize a exploração colonial inglesa tendo em conta:
 - a) As formas de dominação.
 - b) Os tipos de colónia.
 - c) A intervenção do Estado.
4. O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela consolidação do Movimento de Libertação Nacional em África.
 - a) Explique em que é que consistiu o papel da ONU para o incremento do movimento de descolonização em África.
 - b) Caracterize a atitude da Grã-Bretanha face, ao crescimento do movimento nacionalista nas suas colónias, tomando como exemplo o Gana.
 - c) Explique porque se considera a década de 1960 como a década de África.
5. Faça corresponder os países da coluna **A** aos respectivos líderes ou partidos nacionalistas na coluna **B**.

A	B
Exemplo: Angola (5)	1. TANU
Quénia ()	2. Nandi Azikiwe
Gana ()	3. KANU
Senegal ()	4. Gamal Abdel Nasser
Tanzânia ()	5. UNITA
África do Sul ()	6. Keneth Kaunda
Namíbia ()	7. Patrice Lumumba
Nigéria ()	8. Kwame Nkrumah
Zâmbia ()	9. Leopold Senghor
Zaire ()	10. Sam Nujoma
Egipto ()	11. Nelson Mandela



1. A expansão imperialista em África provocou entre as populações africanas as mais diversas acções de resistência.
 - a) Descreva resumidamente a resistência africana considerando as suas causas, os objectivos e forma de luta.
 - b) Mencione três líderes da resistência na África Ocidental francesa.
2. Defina o que significa a expressão «Política Indígena».
3. Identifique as formas de administração colonial aplicadas pela Inglaterra e por Portugal.
4. Os diferentes sistemas de administração tiveram as suas vantagens e desvantagens. Justifique a afirmação, indicando uma vantagem de cada um dos sistemas para os africanos.
5. Caracterize a economia colonial considerando:
 - Principais actividades económicas.
 - Relações de produção.
6. A presença colonial em África ao longo de vários anos deixou marcas nas sociedades africanas. Analise o impacto da dominação colonial em África, no domínio económico e social.
7. O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela consolidação do Movimento de Libertação Nacional em África. Explique como é que as contradições internas do colonialismo contribuíram para o incremento do movimento de descolonização em África.
8. Observe o mapa seguinte. Preencha a legenda (transcrevendo-a para o seu caderno) indicando o nome de um líder nacionalista e o ano da independência dos países indicados pelas letras.



Legenda

- A. _____
- B. _____
- C. _____
- D. _____
- E. _____
- F. _____
- G. _____
- H. _____



1. Na segunda metade do século XIX, a História perdeu o estatuto de dona do conhecimento humano devido à emergência de novas ciências sociais.
 - Explique como é que o surgimento de novas ciências sociais contribuiu para a crise da História.
2. Eurocentrismo e Afrocentrismo são duas correntes da historiografia africana opostas, mas têm ambas um posicionamento racista.
 - Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.
3. Faça corresponder as datas da coluna A aos acontecimentos da coluna B.

A	B
A. Livingstone	1. Descobriu o cume do Kilimanjaro.
B. Speke	2. Foi o principal explorador da África Ocidental.
C. Rebman	3. Descobriu o Lago Vitória.
D. Stanley	4. Provou e confirmou que o lago Vitória é a nascente do Nilo.
E. Brazza	5. Descobriu os lagos Ngami e Niassa.
F. Barth	

4. De Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885, teve lugar uma conferência internacional em Berlim, envolvendo diversas potências europeias com pretensões expansionistas em África.
Analise aquele acontecimento tendo em conta:
 - a) As razões da sua realização.
 - b) Os objectivos.
 - c) As principais deliberações.
5. Terá a Conferência de Berlim resolvido definitivamente os conflitos relativos à partilha de África? Justifique a sua resposta.
6. Os europeus, na tentativa de ocupar o continente africano, enfrentaram uma notável resistência a partir dos finais do século XIX quando os africanos começaram a perceber as pretensões dos europeus de se apoderar de África.
 - Caracterize resumidamente a resistência africana, entre 1890 e 1900, considerando os objectivos e as formas de luta.



1. Assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.
 - a) A expansão europeia iniciada no século XV tinha como objectivo reforçar as relações comerciais com os árabes no Norte de África.
 - b) Livingstone trabalhou para a Sociedade Real de Geografia, tendo explorado a bacia do Níger.
 - c) O interesse dos europeus pelo interior de África deveu-se à procura de escravos para satisfazer o comércio triangular.
 - d) Os tratados afro-europeus tornaram-se instrumentos essenciais de partilha de África no papel.
 - e) Na Conferência de Berlim (1884/5) foi reconhecido o direito histórico de Portugal sobre a região do Congo.
 - f) O interesse dos europeus pelo interior de África deveu-se, em parte, à curiosidade científica e ao espírito de aventura.

2. Não obstante a notável resistência dos povos africanos, aproximadamente em de 1914, todo o continente africano achava-se dominado pelos europeus.
 - a) Indique quatro territórios ocupados pela França e outros quatro ocupados pela Inglaterra no âmbito da partilha de África.
 - b) Aponte duas razões que conduziram ao fracasso da resistência africana.
 - c) Indique os dois países que conseguiram manter a sua autonomia após a ocupação do continente africano.

3. Complete o quadro, indicando as áreas de intervenção de cada estado membro da SADC como mostra o exemplo.

País	Área de intervenção
África do Sul	
Angola	
Botswana	Investigação agrária e produção animal e Controlo de doenças de animais.
Lesotho	
Malawi	
Moçambique	
Namíbia	
Swazilândia	
Tanzânia	
Zâmbia	
Zimbabwe	





1. Positivismo e Historicismo são duas correntes historiográficas da mesma época, mas apresentam algumas diferenças entre si.
 - a) Assinale os aspectos que distinguem o Positivismo do Historicismo identificando-os com **P** ou **H**.
 - Sobrevalorização do objecto. ()
 - Visão atomista da História. ()
 - Rigor na análise dos documentos. ()
 - Preferência pelos factos políticos. ()
 - A ideia da existência de leis em História. ()
 - Ausência do papel interpretativo do sujeito. ()
 - b) Explique as razões da predominância da historiografia positivista na segunda metade do século XIX.
2. No início do século XX a História entrou numa fase de crise.
 - a) Indique dois factores dessa crise.
 - b) Indique duas manifestações da crise da História no início do século XX.
 - c) Indique duas propostas dos *Annales* no âmbito dos esforços de superação da crise.
3. Fernand Braudel trouxe para a História grandes inovações.
 - a) Indique as inovações da História estrutural.
 - b) Estabeleça a diferença entre sincronia e diacronia.
4. Apesar dos consideráveis avanços da historiografia no século XX alguns historiadores dirigem críticas à História deste século.
 - a) Indique duas críticas dirigidas contra a História Nova.
 - b) Aponte duas propostas historiográficas sugeridas pelos críticos da História Nova.
5. Identifique a corrente da historiografia africana descrita.
 - a) Defende uma história da África isenta de mitos e que fale objectivamente da evolução do continente.
 - b) Considera que os objectos, conhecimentos, poder e riqueza da sociedade europeia são preponderantes e, como tal, a civilização europeia devia sobrepor-se às demais.
 - c) Nega a influência da presença europeia em África, apresentando-a como um acontecimento de ínfimo impacto na evolução histórica da África.
6. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e com **F** as falsas.
 - a) () Heurística é a procura de documentos, ou seja, o processo de recolha de fontes históricas. Por isso não exige nenhuma especialização para a realizar.
 - b) () A crítica de autenticidade para se certificar se a fonte chegou ao historiador sem sofrer mutilações ou deturpação do seu conteúdo é parte da crítica interna.
 - c) () Na crítica de credibilidade o historiador procura detectar o que o autor da fonte disse ou quis dizer.
 - d) () A síntese histórica é a primeira parte do trabalho do historiador
7. Faça corresponder as colunas **A** e **B** de modo a obter a definição de cada tipo de síntese.

A	B
A. Biografia	1. História de uma região, de uma guerra, de um período, de um país, etc.
B. Monografia	2. Procura induzir leis gerais dum conjunto de factos e que tende frequentemente a adoptar a forma de História Universal.
C. História geral	3. História de um Homem.
D. História comparativa e a filosofia da História	4. Num ou em todos os seus aspectos (político, económico, social, institucional, cultural, religioso, técnico e psicológico).



Unidade 1 – Introdução a História

Exercícios de consolidação, pp. 48 e 49

1.

Historiadores	Escolas historiográficas
Heródoto	Grego
Paulo Orósio	
Flávio Josefo	Cristã
Plutarco	
Eusébio de Cesareia	Romana
Tito Lívio	

- Pode fazer-se sem documentos escritos porque existem outros tipos de fontes históricas, nomeadamente, arqueológicas, orais e audiovisuais.
- Só quando localizados no tempo é que os factos ganham sentido histórico, ou seja, o sentido de evolução.
- Esta é uma referência ao facto de a História, no seu sentido actual, debruçar-se sobre tudo o que é relativo ao Homem. Portanto, nesta definição, o objecto de estudo da História está reflectido em palavras ou expressões como «todos os problemas humanos», «Homem integral», «sociedades» e «civilizações».
- Documento Escrito é tudo o que, tendo ficado do passado, pode-nos proporcionar informações sobre o passado.
- Fontes materiais ou arqueológicas
 - Fontes epigráficas
 - Fontes arquivísticas ou diplomáticas
- Tempo e espaço são as dimensões fundamentais da História, na medida em que os factos históricos têm sempre uma dimensão temporal e espacial.
- A Heurística é a fase da análise que consiste na recolha de fontes. A Hermenêutica é a interpretação dos factos para verificar em que medida respondem às questões previamente colocadas.
- A análise consiste no tratamento das informações contidas nos documentos com vista a apurar a sua autenticidade, proveniência e sentido, enquanto a síntese é a articulação das informações recolhidas e analisadas estabelecendo os seus nexos e relações causais para lhes dar um sentido.
- | | | |
|----------------|----------------------|--------------|
| a) cristã | b) Desígnios de Deus | c) História |
| d) apologética | e) apocalíptica | f) cronicões |
| g) palaciana | h) instituição | i) verdade |
| j) burguesa | k) compilação | |
- A – 4; B – 7; C – 3; D – 2; E – 5; F – 6; G – 1
- Anais, cronicões; hagiografias; histórias; actas de sínodos e concílios; bulas e outros diplomas de origem papal; obras de clérigos seculares; manuais dos confessores.
- Jean Bodin defende que a história deve ser uma espécie de tábua da verdade e dos acontecimentos; e quem a ela se dedica não deve começar pela história de Deus, mas pela dos homens. Defendia, igualmente, a influência do clima sobre a natureza física e psíquica dos homens.
- «os factos falam por si» – historiografia positivista; «os factos devem vibrar na mente do historiador» – historicismo.
- | | | | |
|------|------|------|------|
| a) F | b) V | c) V | d) V |
|------|------|------|------|



Unidade 2 – A Invasão, Partilha e Ocupação Efectiva de África

Exercícios de consolidação, pp. 88 e 89

1. Entre os séculos XV e XIX, as relações entre africanos e europeus cingiam-se a esfera económica, particularmente comercial, pelo que não havia qualquer forma de dominação dos povos africanos. Eram os chefes africanos que estavam à frente dos seus reinos, estados e impérios e controlavam a actividade produtiva e o comércio com os mercadores estrangeiros.
2. d)
3. A Revolução Industrial contribuiu para o interesse dos europeus pelo interior da África na medida em que levou a um aumento das necessidades em matérias-primas, mercados consumidores, bem como de novas possibilidades de mercado e de mão-de-obra barata, o que tornava importante avançar para o interior da África para dar resposta a esses novos problemas.
4. b)
5. b)
6. b)
7. Em 1880 apenas 20% do território africano é que registava a presença de europeus passados apenas cerca de 30 anos, em 1914 os europeus conseguiram subjugar todo o continente africano, exceptuando a Etiópia e a Libéria.
8. d) V
9. O Darwinismo social baseia-se na teoria de selecção natural de Charles Darwin segundo a qual «na luta pela vida, as espécies mais fortes dominam as mais fracas». Partindo desta ideia, o Darwinismo social explica a partilha de África como a manifestação desse processo natural e inevitável.
10. A teoria da soberania considera que a resistência africana surgiu em resultado da alienação da soberania africana, pelo que foi a defesa da soberania a principal motivação da resistência.
11. b)
12. d)
13. b)
14. a)
15. d)
16. b)
17. Mapa cor-de-rosa é a designação com que ficou conhecido o plano de ocupação portuguesa na região austral da África e que previa a edificação de um império colonial que se estendia de Moçambique até Angola.
18. b)
19. Teoria Económica defendia que a «A superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos económicos fora de sua esfera política actual e a aplicar activamente uma estratégia de Expansão política com vista a apossar-se de novos territórios».
20. As Teorias Psicológicas são: Darwinismo Social, Cristianismo Evangélico e Atavismo Social.
21. A teoria eurocentrista sobre a resistência africana defende que os africanos nunca se opuseram à dominação europeia, por isso não resistiram à ocupação. Alguns casos de aparente contestação não foram mais do que actos isolados protagonizados por grupos de feiticeiros sedentos de sangue.



Unidade 3 - África no Período Colonial

Exercícios de consolidação, pp. 116 e 117

1. A política indígena pode ser definida como as diversas formas de relacionamento entre os colonos e as comunidades africanas.
2. a) V b) F c) V d) F e) V f) F
3. b)
4. b)
5. a)
6. a)
7. A perda da independência económica dos territórios africanos resultou de dois factores principais: a construção de sistemas de transportes e comunicações e a apropriação violenta de terras e submissão das forças produtivas aos europeus.
8. A predominância das actividades extractivas na economia colonial explica-se, sobretudo, pelo papel que era atribuído às colónias no contexto da economia colonial, que era o de fornecedor de matérias-primas às indústrias das metrópoles.
9. No âmbito da economia colonial, as relações laborais baseavam-se numa relação de dominação e exploração, que se manifestavam em:
 - Salários baixos e condições de trabalho semi-feudais asseguradas pela carteira de trabalho, que limitavam a liberdade de mudar de emprego.
 - Proibição de constituição de organizações operárias capazes de forçar qualquer melhoria nas condições de trabalho do trabalhador africano.
 - Adopção do trabalho por tarefa ou por peça.
 - Ausência de qualquer benefício em caso de doença, incapacidade, desemprego ou velhice.
10. As colónias francesas eram bastante extensas, contudo eram pouco dotadas de recursos naturais e dispunham de poucas saídas para o mar.
11. No âmbito da economia colonial nos territórios franceses, as companhias desempenharam um papel importante, controlando todo o comércio realizado entre as colónias e a metrópole.
12. O papel do Estado colonial no apoio às companhias consistiu sobretudo na edificação das infra-estruturas de transporte e outras de acordo com as necessidades de comércio.
13. a) Sudão, Burkina Faso, Senegal, Mauritânia, Guiné, Costa do Marfim, Níger e Gâmbia.
b) Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
14. Nas colónias francesas eram designados cidadãos os nativos das quatro comunas do Senegal, enquanto os africanos dos outros territórios eram chamados súbditos.
15. **Consequências negativas:**
 - Pilhagem da economia africana através dos impostos.
 - Expropriação das terras aos africanos e entregues a companhias privadas.
 - Apropriação dos excedentes dos africanos através da constituição de reservas de sementes.
 - O empobrecimento dos solos.
 - A emigração para as cidades.
 - Sublevações camponesas, sindicais e políticas.**Consequências positivas:**
 - Implantação de infra-estruturas.
 - Surgimento de uma camada de africanos privilegiados - fazendeiros.
 - Avanços na saúde.
 - Diminuição da população.
 - Implantação da propriedade privada especialmente nas zonas costeiras.
16. c)



Unidade 4 – Movimentos de Libertação Nacional e as Independências em África

Exercícios de consolidação, pp.154 e 155

1. a)

2. c)

3. a) Os factores do nacionalismo africano foram:

- O impacto da Segunda Guerra Mundial.
- A política dos Estados Unidos da América.
- A política da URSS.
- A acção da ONU.
- O exemplo da Ásia.
- O exemplo da África do Norte.
- As contradições internas do colonialismo.

b) A ONU tornou-se o fórum privilegiado para o ataque ao fenómeno colonial, constituindo uma espécie de altifalante da voz dos fracos. Além disso, a ONU, através das suas comissões e instituições especializadas, contribuiu para o despertar do nacionalismo africano na medida em que abriu o mundo aos africanos, organizou missões de inquérito à volta dos grandes problemas africanos e do mundo, produziu discursos e relatórios.

4. A atitude das potências coloniais perante o movimento nacionalista foi variável. Alguns países, como Inglaterra e França, que já tinham, nas colónias, uma posição económica firme, optaram por soluções neocoloniais, concedendo autonomia política às suas colónias, mantendo, porém, governos leais à antiga metrópole e, sobretudo, o domínio económico. Outros países, como Portugal e Bélgica, foram relutantes em aceder ao desejo de independência dos africanos.

5. 1960 é considerado o ano de África por ter sido aquele em que cerca de 30 países se tornaram independentes respondendo ao impulso nacionalista dado em Bandung e despoletado pela independência do Gana.

6. Ver o mapa.

7.

Angola	(5)
Quénia	(3)
Gana	(8)
Senegal	(9)
Tanzânia	(1)
África do Sul	(11)
Namíbia	(10)
Nigéria	(2)
Zâmbia	(6)
Zaire	(7)
Egipto	(4)

8. d)

9. d)

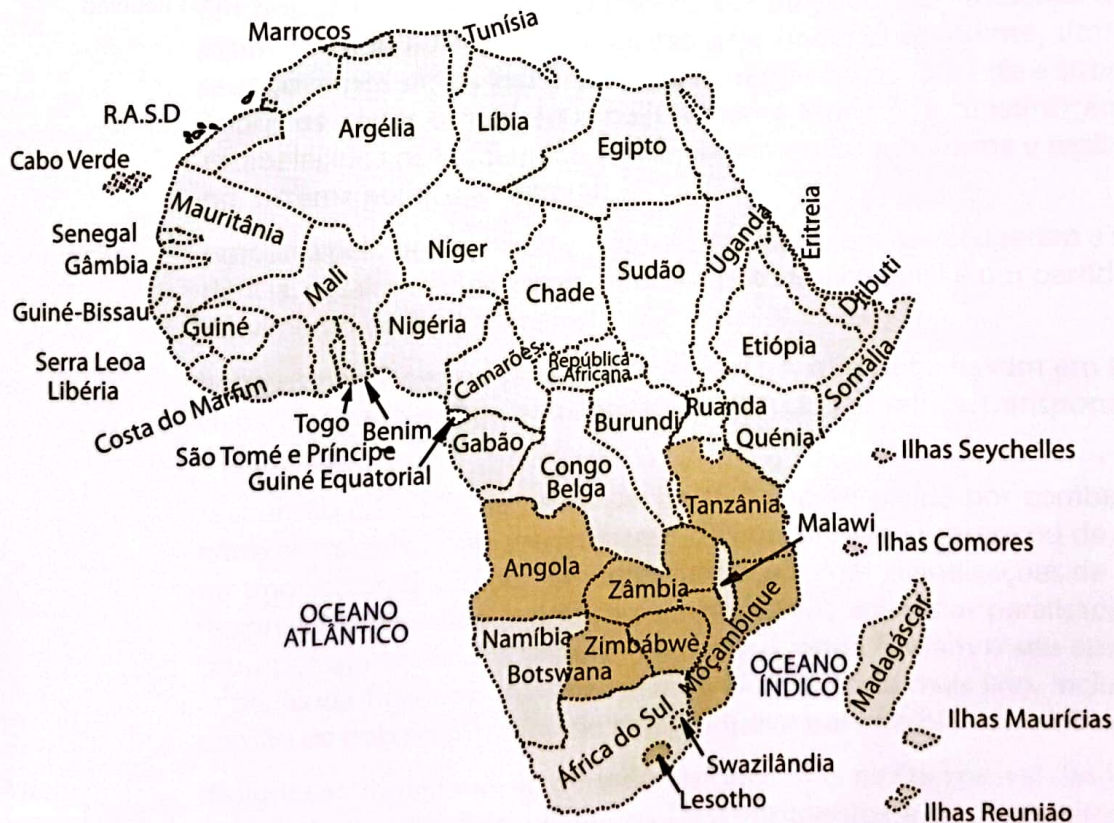
10. b)



Unidade 5 – Problemas Africanos de Hoje 1960-2002

Exercícios de consolidação, pp. 174 e 175

- 1. b)
- 2. b)
- 3. a), c) e f)
- 4. a)
- 5. a)
- 6. b)
- 7. c)
- 8. b)
- 9. a)
- 10. c)
- 11. c)
- 12. a)





b)



- Anticolonialismo** conceito que contraria o facto de um povo dominar o outro ou o domínio de um povo que vive num território ultramarino ou o domínio de um povo por uma potência que não pertence ao directório mundial ou o domínio de um povo sobre outro discriminado pela etnia ou pela região ou em todas estas atitudes em conjunto.
- Arqueologia** ciência que estuda os vestígios materiais das actividades humanas.
- Burguesia** grupo social que se dedicava às actividades comerciais e artesanais, ou ainda certas categorias de pessoas como médicos, legistas ou outras profissões liberais.
- Chefe carismático** estadista que assume de forma ditatorial a governação, através de uma forte propaganda que o glorifica e lhe presta um verdadeiro culto.
- Colonização** criação de estruturas administrativas destinadas a promover o povoamento e/ou a exploração económica de terras além-mar.
- Colonos** camponeses que trabalhavam nas terras arrendadas dos senhores.
- Colónia** cidade fundada por populações emigradas numa determinada região, tornando-se geralmente, um importante centro económico.
- Colonialismo** Sistema de dominação política, económica e cultural exercida por um país (metrópole) sobre as colónias.
- Constituição** lei maior ou fundamental, que estabelece a estrutura do Estado, os limites dos poderes e o âmbito dos direitos e liberdades fundamentais de cada cidadão. Nos tempos actuais, os Estados Democráticos possuem constituições democráticas, assim consideradas as promulgadas pelo poder constituinte, uma vez que os seus governos são os legítimos representantes do povo e este é soberano. Todos os países organizados politicamente têm a sua constituição onde estão estabelecidos os fundamentos e objectivos do Estado, forma e regime de governo, sistema político e eleitoral.
- Descolonização** processo pelo qual uma ou várias colónias adquirem ou recuperam a sua independência, geralmente por acordo entre a potência colonial e um partido político ou movimento de libertação.
- Escravos** homens não-livres ou prisioneiros de guerra, que trabalhavam em todos os serviços. Na Grécia Antiga trabalhavam sobretudo nas minas, transportes marítimos e comércio.
- Greve** suspensão colectiva da prestação de trabalho, resolvida por combinação prévia entre os trabalhadores subordinados de uma mesma empresa ou de empresas do mesmo sector, tendo por fim obter satisfação para reivindicações de carácter profissional. Num sentido restrito, a palavra designa apenas as paralisações levadas a cabo por operários dos sectores produtivos, onde fizeram o seu aparecimento e onde, ainda hoje, são mais frequentes. Num sentido mais lato, inclui toda a suspensão de trabalho, mesmo do não produtivo e até do não subordinado.
- Idade Média** designação tradicional do período histórico que, na Europa, vai das invasões bárbaras (século V) até ao início dos Descobrimentos e do Renascimento (século XV). Igreja Católica – conjunto de fiéis que seguem a religião cristã na sua forma tradicional ensinada pela Igreja chefiada pelo Papa (Roma). Ordem religiosa comunidade de monges ou frades que vive num convento e fez votos de obediência à «regra» desse convento. Reino – estado que tem por soberano um rei.
- Imperialismo** sistema de dominação (política, económica e cultural) das metrópoles sobre as

	colónias, havendo uma anexação desses territórios e efectivo exercício daquele domínio. Ao contrário do que foi habitual na História, o imperialismo de Atenas não se exerceu sobre as colónias propriamente ditas, mas sobre várias cidades do mar Egeu.
Império	Estado constituído por vários territórios, dos quais um exerce o domínio político e a exploração económica sobre os outros.
Império Colonial	conjunto de territórios, mares e povos dominados por um Estado. O domínio do Estado colonizador exerce-se no contexto político-social (subjugação das populações às leis e às autoridades impostas pela metrópole) e económico (exploração das respectivas riquezas agrícolas e comerciais).
Império Romano	Estado constituído por uma vasta extensão de territórios anexados e dominados politicamente por um centro (metrópole). No caso do Império Romano, a ideia de domínio foi progressivamente substituída pela de integração de todos os povos, através da concessão da cidadania romana. Também se designa de Império o regime político em que o magistrado supremo é o imperador.
Luta de libertação nacional	movimento, pacífico ou armado, empreendido pelos povos das colónias para se libertarem do domínio dos países colonizadores.
Marxismo-Leninismo	Karl Marx e Friedrich Engels criaram um conjunto de ideias filosóficas, económicas, políticas e sociais, que mais tarde, foram chamadas de Marxismo. Estes conjuntos de ideias foram logo adoptadas pelos grandes pensadores da época e sobretudo muito bem aceites pelo chamado operariado ou sejam as classes mais desfavorecidas. Lenine, um cidadão russo, apoiando-se nestas ideias liderou a revolução russa e pô-las em prática no seu país.
Metrópole	cidade donde partiam as populações que iam fundar uma colónia.
Mito	narrativa fabulosa em que um qualquer aspecto do real é explicado graças à acção de seres sobrenaturais <i>in illo tempore</i> . exposição de uma ideia de uma forma voluntariamente poética (cf. O mito em Platão). imagem de um futuro fictício e até irrealizável que exprime os sentimentos de uma colectividade e a leva a agir.
Nacionalismo	preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence, patriotismo. Ao nível da política é um movimento que reclama o direito de um povo de constituir uma nação, foi uma ideologia surgida após a Revolução Francesa e teve uma grande influência na organização política de muitos estados durante todo o século XIX.
Nacionalização	termo dado para a aquisição pelo estado, de uma empresa privada ou bens.
República	forma de governo na qual um representante, normalmente chamado presidente, é eleito pelo povo para ser o chefe de Estado, podendo ou não acumular com o poder executivo. Existem hoje dois tipos principais de república: República presidencialista ou presidencialismo, nesta forma de governo o presidente, acumula as funções de Chefe de Estado e chefe de governo, e República parlamentarista ou parlamentarismo, neste caso o presidente apenas responde à chefia de Estado.

Revolução

movimento de revolta contra o poder estabelecido, feito por um grande número de pessoas, em que podem ou não adoptar métodos mais ou menos violentos. Uma Revolução, é a ruptura do sistema jurídico, político, social, económico ou cultural vigente, com a conseqüente formação de um novo sistema.

Subdesenvolvidos (países)

país em desenvolvimento ou subdesenvolvido possui um padrão de vida relativamente baixo, uma base industrial subdesenvolvida e um índice de desenvolvimento humano variando de moderado a baixo. Normalmente esta denominação é utilizada para situar países com grau de desenvolvimento intermédio, situados abaixo do nível dos países desenvolvidos, mas em estágio superior se comparados com os países menos desenvolvidos do mundo. Este termo tende a substituir outros termos como a designação «Terceiro Mundo», utilizada durante o período da Guerra-fria para referenciar os países não desenvolvidos de economia capitalista.

Ultimato

nome dado ao conjunto das últimas exigências, propostas ou condições que um Estado apresenta a outro e cuja não aceitação implica declaração de guerra ou à exigência feita durante o estado de guerra, por um chefe militar, no sentido de conseguir a rendição imediata do inimigo, sob ameaça de alcançá-la por meios violentos. O termo é usado por extensão à qualquer declaração final e irrevogável para satisfação de certas exigências.



- Boahen, A. Adu (coordenador) *História Geral da África: A África sob dominação colonial 1880-1935*. Vol. VII. S. Paulo, Ática e UNESCO, 1991.
- Borges, Vavy Pacheco. *O que é História?* Brasiliense, SP, 1993.
- Fage, J. D. *Breve História da África*. Lisboa, Edições 70, 1997.
- Gomes, Raul Rodrigues. *Introdução ao Pensamento Histórico*. 1988.
- Ki-Zerbo, Joseph (coordenador). *História Geral da África: Metodologia e pré-história da África*. (vol. I). S. Paulo, Ática e UNESCO, 1982.
- Ki-Zerbo, Joseph. *História da África Negra*. Vol. I Publicações Europa-América, 1972.
- Ki-Zerbo, Joseph. *História da África Negra*. Vol. II Publicações Europa-América, 1972.
- Lavroff, Dimitri. *Os Partidos Políticos da África Negra*. Bertrand, 1975.
- Magalhães, J. e Azevedo, R. *História 12.º Ano*. Contraponto, Livros escolares, 1985.
- Mendes, Amado. *A História como Ciência – Fontes, metodologia e teorização*. Coimbra Editora, 1987.
- Neves, Pedro Almiro, et. al. *História 12.º Ano de Escolaridade* Porto Editora.
- Nkrumah, Kwame. *A África Deve Unir-se*. Lisboa. Editorial Estampa, 1995.
- Proença, Maria Cândida. *Didáctica da História*. Lisboa, Universidade Aberta, 1989.
- Silva, António Alves, et al. *Introdução à História*. Lisboa, Editora ASA, 1981.
- Sopa, António. *H10. História 10.ª classe*, Texto Editores, Maputo, 2005.
- Torres, Ferreira. *História Universal: Antiguidade Oriental, Antiguidade Clássica e Inícios da Idade Média*. 6.ª Edição Vol. I, Edições ASA, Porto.
- Vicentino, Cláudio. *História Geral: Idade Média, Idade Contemporânea Incluindo Pré-História, Grécia e Roma*. Scipione, SP 1991.
- Wesseling, H. L. *Dividir para Dominar: A Partilha de África (1880-1914)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ e Editora Revan, 1998.





Salvador Agostinho Sumbane

Licenciado em Ensino de História e Geografia pelo Instituto Superior Pedagógico, actual Universidade Pedagógica, em 1991.

Iniciou-se na docência, em 1988, na Escola Secundária Francisco Manyanga, tendo trabalhado noutras escolas secundárias da capital do país. Colaborou, igualmente, com instituições de Ensino Superior, é co-autor de materiais de História para o Programa de Ensino Secundário à Distância desenvolvido pelo Ministério de Educação e Cultura.

Desempenha, desde 2001, as funções de Técnico Pedagógico na Direcção Nacional de Educação Geral no Ministério da Educação e Cultura e, nessa qualidade, esteve envolvido em acções de capacitação de professores, de supervisão pedagógica, bem como no processo de transformação curricular do ESG, integrando o grupo de História.

11.ª Classe

Agro-Pecuária¹

978-902-47-5500 4

Biologia¹

978-902-47-5475 5

Desenho e Geometria Descritiva¹

978-902-47-5484 7

Educação Visual¹

978-902-47-5502 8

Geografia¹

978-902-47-5477 9

História¹

978-902-47-5476 2

Filosofia¹

978-902-47-5483 0

Matemática - Letras¹

978-902-47-5481 6

Física²

978-902-47-5479 3

Inglês²

978-902-47-5482 3

Matemática²

978-902-47-5480 9

Português²

978-902-47-5474 8

Química²

978-902-47-5478 6

TIC²

978-902-47-5422 9

12.ª Classe

Agro-Pecuária¹

978-902-47-5498 4

Biologia¹

978-902-47-5489 2

Desenho e Geometria Descritiva¹

978-902-47-5495 3

Física¹

978-902-47-5501 1

Geografia¹

978-902-47-5493 9

Filosofia¹

978-902-47-5491 5

Matemática - Letras¹

978-902-47-5487 8

Empreendedorismo¹

978-902-47-5462 5

Química¹

978-902-47-5499 1

História²

978-902-47-5488 5

Inglês²

978-902-47-5490 8

Matemática²

978-902-47-5486 1

Português²

978-902-47-5485 4

TIC²

978-902-47-5494 6

Acesso ao Ensino Superior

Matemática

978-902-47-6101 2

Física

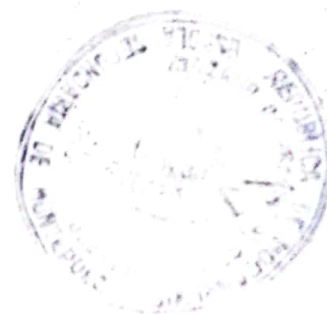
978-902-47-6102 9

Química

978-902-47-6103 6

Biologia

978-902-47-6104 3



¹ Livros no sistema de ensino

² Livros de apoio e consulta



HINO NACIONAL

Pátria Amada

Na memória de África e do Mundo
Pátria bela dos que ousaram lutar
Moçambique o teu nome é liberdade
O sol de Junho para sempre brilhará

Coro

Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo o novo dia
Milhões de braços, uma só força
Ó pátria amada vamos vencer.

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela Paz
Cresce o sonho ondulado na Bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã.

Flores brotando do chão do teu suor
Pelos montes, pelos rios, pelo mar
Nós juramos por ti, ó Moçambique
Nenhum tirano nos irá escravizar.



	Texto Editores	978 902 47 5476 2
www.leya.co.mz	E-mail: info@ime.co.mz	Ensino Secundário